

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DOUTORADO

A “ESPIRAL DO PROGRESSO” E A FELICIDADE DA NAÇÃO
A INSTRUÇÃO DO POVO PARA O ADVENTO DO TRABALHO LIVRE NO BRASIL DE 1840 A 1850

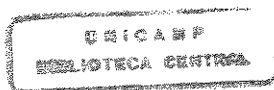
AUTOR: MARCÍLIA ROSA PERIOTTO

ORIENTADOR: JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI

2001

i

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

A “ESPIRAL DO PROGRESSO” E A FELICIDADE DA NAÇÃO

AUTOR: MARCÍLIA ROSA PERIOTTO

ORIENTADOR: Prof. Dr. JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado, defendida por MARCÍLIA ROSA PERIOTTO e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 23 / 02 / 2021

Assinatura:

COMISSÃO JULGADORA:

~~1848~~
Jen
M. K. K. K.
Sandino 467

ANO: 2001

2009

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
Bibliotecário - Gildenir Carolino Santos - CRB-8º/5447**

P418e Periotto, Marcília Rosa.
A espiral do progresso e a felicidade da nação / Marcília Rosa
Periotto. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador : José Claudinei Lombardi.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Problemas sociais. 2. Socialismo. 3. Desenvolvimento social.
4. Educação - História. 5. Brasil - Condições morais. I. Lombardi, José
Claudinei. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

À memória de
CLEIZA QUADROS AFONSO,
por nos ter deixado inesquecível lição de vida.

AGRADECIMENTOS

Aos professores Maria Teresa Penteado Cartolano, Olinda Maria Noronha e José Luís Sanfelice, do Departamento de História e Filosofia da Educação/UNICAMP, pelas contribuições valiosas feitas no Exame de Qualificação.

À Alice Mitie Takeda, pelo incentivo e acompanhamento desde o início ao fim da elaboração do trabalho.

Aos meus irmãos, Sílvia, Cláudia, Fernando, Márcia, Mário, Valéria, Alberto, João, Marisa e Regina, persistentes nos votos de apoio e sempre presentes nas dificuldades técnicas.

À Celina Midori Murasse, companheira de jornada e das infindáveis discussões sobre os rumos que nossos trabalhos tomavam.

E, aos meus sobrinhos, Rodrigo, Marina, Livia, Fernanda, Amanda, Joaquim, Pedrinho, Fabiana, por terem aceitado, não sem muitas reclamações, as constantes desculpas pela falta de tempo em atendê-los, e à pequenina Ana Sílvia, que em boa hora chegou para dar mais luz às nossas vidas.

RESUMO

Este estudo se define por analisar as idéias propugnadas pela revista *O Progresso*, publicada em Recife entre os anos de 1846 a 1848, e que previam, de acordo com seus articulistas, instruir as massas para que essas reivindicassem seus direitos e deveres. Neste estudo busca-se privilegiar o sentido profundamente educativo de um conteúdo que visava, sobretudo, mostrar aos homens de sua época os caminhos mais acertados para a aquisição de práticas mais progressistas que levassem o Brasil à modernização alcançada pelos centros mais desenvolvidos, de forma a inseri-lo no rol das nações civilizadas. Suas idéias alicerçavam-se na defesa de reformas sociais, notadamente as de cunho moral, entendidas aqui enquanto a compreensão e adoção de novas regras de conduta, prevendo o estabelecimento de uma sociedade pacífica e ordeira quando da prática do trabalho por todos seus membros. De maneira mais geral, objetivava-se demonstrar que as idéias contidas na revista correspondem a dadas necessidades da sociedade da época, principalmente às do capital mundial ao reordenar sua expansão para locais onde não se encontrava plenamente instalado. Essa reordenação era motivada pelas sucessivas crises que apontavam para a possibilidade de destruição de suas forças, bem como pela exigência de se criar primeiramente condições para a composição da burguesia nacional, em luta para se estabelecer definitivamente dominante em território nacional.

ABSTRACT

This research concerns an analysis on the ideas defended by "*The Progress*" magazine, published in Recife between 1846 and 1848. According to its writers, these ideas intended to instruct the masses to claim their rights and duties. In this regard, the intention here is to privilege the deeply educational meaning of a content which aimed, above all, to show to men of their time the best ways for the acquisition of more progressive practices, which would take Brazil into the modernisation, reached by the most developed centres, in a way to include it among those named civilised nations. The instruments of these ideas were based in the comprehension and adoption of new rules of conduct, foreseeing the establishment of an organised and peaceful society. Generally, the objective is to demonstrate that the ideas in the magazine correspond to determined necessities of the society of that time, especially to the demands of the world-wide capital when reordering its expansion into places where it was not yet fully settled. This reordering was due to successive crisis, which pointed out to the possibility of destruction of the capital strengths, as well as to the demand of creating conditions for the formation of the national bourgeoisie, in its struggle to definitely establish itself in a dominant position in the Brazilian territory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01..
CAPÍTULO 1: A abordagem teórico-metodológica e a relação com o objeto	21
CAPÍTULO 2: A revista <i>O Progresso</i> e seu fundador Antonio Pedro de Figueiredo.....	50
CAPÍTULO 3: Trajetória histórica da idéia de progresso	66
CAPÍTULO 4: A revista <i>O Progresso</i> na visão da História e da Filosofia	89
CAPÍTULO 5: O espírito da época: transformar ou progredir?.....	112
CAPÍTULO 6: As reformas sociais e morais como condição para o progresso.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
ANEXOS.....	173
BIBLIOGRAFIA.....	201

INTRODUÇÃO

O gênio do tempo é como o tufão do norte que tudo destrói, que se lhe quer opor; está armado contra todas as formas e figuras do passado, combate peito a peito contra tudo o que se opõe, retarda, impede ou limita a realização de seu vôo ideal.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

A pesquisa educacional brasileira, quase que predominantemente, tem se caracterizado por estudos que, ou privilegiam a figura daqueles que mais se destacaram em seu desenrolar, ou ressaltam as instituições de ensino pioneiras na difusão do conhecimento, geralmente através de análises alheias ao movimento histórico que lhes deram origem. Deixam a desejar quando, ao considerarem apenas a figura do indivíduo, do empreendimento escolar, dos conteúdos elencados visando pontuar as diferenças de uma instituição para outra ou da similitudineidade de seus programas disciplinares com os das escolas européias, isentam suas análises dos elementos desveladores do processo histórico na qual estavam inseridos e das relações que este contém.

Neste sentido torna-se oportuna a colocação de Janotti acerca da historiografia brasileira, embora não se detenha em particular à educacional. É válida na medida em que apreende e expõe a atual problemática que envolve a pesquisa educacional:

Necessitam os estudos historiográficos brasileiros de uma orientação metodológica que possibilite a compreensão de sua evolução e significado. Os estudos sobre historiadores, baseados em biografias – em muitos casos anedóticas – estão destinadas ao esquecimento nas estantes das bibliotecas. A realidade da cultura nacional exige estudos que concebam a Historiografia Brasileira como processo de elaboração da mentalidade de um povo.¹

¹. JANOTTI, M. de L. M. **João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador**. São Paulo: Ática, 1977, p. 10 (Ensaio, 31)

No entanto, cumpre lembrar que este estado de coisas no interior da historiografia educacional brasileira vem sendo sistematicamente contestado não só a nível do debate, mas revela-se através de ações práticas que no decorrer dos anos mais recentes têm frutificado com relativa rapidez. Esse novo encaminhamento, em que pese as diferenças de tratamento teórico-metodológico dos objetos em estudo, tem marchado em sincronia com a renovação das posturas acadêmicas mais abertas aos questionamentos e com a assimilação de teorias mais centradas na explicação histórica da realidade. Este debate, no dizer de Saviani, “*está instalado*..

*... e tem conseqüências da maior importância para a pesquisa educacional, de modo geral, e para a pesquisa histórico-educacional. Efetivamente, dada a historicidade do fenômeno educativo cujas origens coincidem com a origem do próprio homem, o debate historiográfico tem profundas implicações para a pesquisa educacional, uma vez que o significado da educação está intimamente entrelaçado ao significado da história. E no âmbito da investigação histórico-educativa essa implicação é duplamente reforçada: do ponto de vista do objeto, em razão da determinação histórica que se exerce sobre o fenômeno educativo; e do ponto de vista do enfoque, dado que pesquisar em história da educação é investigar o objeto educação sob a perspectiva histórica.*²

Signatário desse movimento, vem ganhando corpo nova tendência que busca empreender uma leitura da história educacional brasileira apegada ao processo histórico do desenvolvimento das relações sociais, tanto quanto eixo basilar da análise, quanto proporcionadora de temáticas consideradas inéditas, pois originais, que possam resultar em consequente contribuição para o desvelamento do processo de constituição da sociedade brasileira, notadamente no campo específico da educação.³

O trabalho ora apresentado identifica-se com esta nova forma de escrever a história educacional brasileira. Num primeiro momento prioriza o estudo das fontes disponíveis e

². SAVIANI, Dermeval. *O debate teórico e metodológico no campo da História e sua importância para a Pesquisa Educacional*. In: História e História da Educação. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1998. (Coleção Educação Contemporânea), p. 11-2.

³. Caderno do Grupo de Estudos e Pesquisas - **História, Sociedade e Educação no Brasil**. Universidade Estadual de Campinas, Dez/98, p. 21.

acessíveis à pesquisa e se vale da História, “*com os métodos e teorias próprios e característicos dessa área do conhecimento*”,⁴ enquanto tentativa de recolocar no espaço histórico os sujeitos sistematicamente preteridos, ao longo dos anos, de seu desenvolvimento. Já, num segundo momento, objetiva dar uma nova dimensão analítica aos empreendimentos que têm sido apenas objeto de estudo para a história, elencando novas temáticas no interior de fontes anteriormente processadas e passíveis de resultarem em diferentes abordagens historiográficas onde, especificamente, privilegia-se a reconstituição da trajetória educacional no Brasil.

Na intenção de escrevermos a história da educação, através de objetos onde usualmente ela não aparece com a nitidez inerente às iniciativas formais, é que se fez propósito deste estudo a análise das idéias formuladas e divulgadas pela revista *O Progresso*, publicada em Recife entre 1846 a 1848, sob a direção de Antonio Pedro de Figueiredo, tendo como colaboradores Louis Léger Vauthier, Henrique Millet, engenheiros franceses e Soares de Azevedo e Maciel Monteiro.⁵

A análise que pretendemos realizar sobre esse conteúdo tem por propósito privilegiar os *aspectos formativos* presentes em seu conteúdo - entendidos enquanto a postulação criteriosa de idéias que intencionavam encaminhar os homens daquele meado de século à conquista do progresso - ensejados no transcorrer da sua atuação junto à opinião pública. Seus fundadores, se objetivam participar do intenso embate político que tomava conta das ruas de Recife, calcados num elevado pendor pelos representantes da ordem, não se eximiram de contemplar seus artigos com uma das características mais marcantes da imprensa brasileira no decorrer do século XIX: o sentido educativo que suas ações, sintetizadas na forma de uma revista de conteúdo tão

⁴. A formação do Grupo de Estudos e Pesquisas “**História, Sociedade e Educação no Brasil**” (HISTEDBR), embora seja prata da casa, merece ser citada por se tratar de um agrupamento de pesquisadores que se dispôs a mapear a educação, no âmbito da história, em praticamente todo o território nacional. Além do que, tem como filosofia de trabalho referir-se à educação “*entendida como intrinsecamente articulada com a sociedade (quer como parte de uma dada sociedade num tempo determinada, quer como econômica, social e politicamente determinada)*”.

⁵. Louis Léger Vauthier e Henrique Millet, engenheiros franceses contratados pelo Barão da Boa Vista para modernizar a província, chegaram ao Brasil no ano de 1840. Millet naturalizou-se brasileiro e se tornaria senhor de pequeno engenho. Vauthier retornou para a França depois de ser demitido, em 1846, da chefia do Serviço de Obras Públicas de Recife pela administração liberal, inimiga do Barão da Boa Vista que o havia contratado.

abrangente,⁶ pôs aos homens de uma época carente de instituições formais para a propagação do saber e para a divulgação do conhecimento produzido até então..

É este notório papel da imprensa aqui representada especificamente pelo estudo de *O Progresso* que queremos apreender, buscando em seus artigos os fundamentos de uma discussão, **decididamente instrutora**, voltada àqueles a quem se creditava a tarefa de colocar o país na rota da civilização e torná-lo tão potente quanto as nações européias mais desenvolvidas. Se seu propósito era instruir os homens de seu tempo- como a veremos mais adiante informar- sobre a necessidade de um desenvolvimento material mais acelerado e organizado, temos que considerar a iminência de um processo educativo em curso.

Assim, abstrair das suas páginas o quanto de ação educativa se encerra em suas linhas supõe uma tarefa com procedimentos bem delimitados, exigindo de antemão a escolha de um caminho metodológico que permita trabalhar o objeto como resultado de um processo, visto aqui como ato revelador da dinâmica própria ao estágio das relações sociais dadas no momento de seu nascimento. Significa, desta feita, dar vida à todas circunstâncias engendradoras da sua existência e definidoras das idéias que pretendia pôr em movimento, tal qual entendimento formulado por Marx:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem que apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori.⁷

A história brasileira tem dado mostras da sua riqueza temática, embora nem sempre suficientemente compreendida e explicada tanto em termos teórico-metodológico quanto em

⁶. Os artigos estavam divididos nas seguintes seções: Filosofia, Ciências Sociais e Políticas, História e Literatura, Política, Ciências Físico- Matemáticas, Poesias, Crítica Bibliográfica e Literária, Polêmica e Miscelâneas. Ver anexo 12. O Tomo III não contém índice.

⁷. MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, p. 16.

termos de veracidade factual. Esta segunda questão nos remete ao manuseio das fontes documentais ou primárias produzidas no calor da hora que, de difícil acesso ao pesquisador por uma gama de fatores, geralmente o encaminha para a utilização mais segura dos trabalhos realizados por intérpretes e compiladores. Assim, a efetiva segurança analítica proporcionada pela utilização direta do documento, seja ele de que natureza for, desvanece-se diante do atalho dado por análises alheias e, no mais das vezes, comprometidas com teorias que por não serem as partilhadas pelos pesquisadores em ação, desfiguram o quadro que pretendem compor.

A preocupação que perpassa a proposta deste trabalho centra-se nesse ponto. As lacunas sobre a real contribuição da imprensa no processo de instrução do povo para a consolidação do capitalismo e superação dos resquícios coloniais, evidenciam um certo prejuízo que compromete a apreensão das relações desenvolvidas no século XIX, sob a égide dos interesses burgueses. Não que se deixasse de analisá-las sem o reconhecimento das questões trazidas pela época, mas salta aos olhos o não entendimento destas enquanto necessidades antes de tudo históricas.

Este movimento que deu conformação à sociedade brasileira do século XIX é o que a tendência dominante no interior da historiografia educacional brasileira tem deixado de apreender. Muito se fala na crise presente em seus domínios, na busca de novos paradigmas que possam traçar um “*novo fazer historiográfico*”, entendido como necessidade de busca de “*novos problemas*” para a pesquisa educacional, “*novos objetos de análise*”, “*novos métodos*” de conhecimento e de “*novas fontes*” para a pesquisa histórica, encaminhamentos que levam Lombardi a pontuar a argumentação justificadora desta recente tendência como:

... tributária do entendimento de que a crise dos paradigmas das Ciências Humanas Sociais delimita o colapso de um modelo de análise numa perspectiva de caráter macroscópico, privilegiador das regularidades sociais, tendo por base uma lógica vinculada à tradição da modernidade, de fé na razão- enfim, um tipo de “pensamento racionalista e determinista” (aspas do autor) há muito ultrapassado e em crise insuperável. Nesse raciocínio, as questões relativas à razão, à ciência, à objetividade, à verdade, ao progresso e à revolução dizem respeito à modernidade e, portanto, ao velho.⁸

⁸. LOMBARDI, José Claudinei. **MARXISMO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente**. Tese. Doutorado em História da Educação. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1993, pp. 27-8.

Esta tendência que, sistemática e gradativamente, empurra a história na condição de ciência, para os “*anais da humanidade*”, confere a si própria o estatuto da explicação possível da realidade sem, no entanto, pôr o pé na realidade pois busca a verdade nos “*instintos*”, na “*inadequação*” dos homens frente às vicissitudes da vida, nos “*olhares imaginários*” lançados aos eventos, na própria construção dos eventos frutos do imaginário, às coisas, aos fatos, colhendo impressões particulares sobre questões que só se explicam diante de ações conjuntas que, em primeira instância, tomam o nome de relações humanas, portanto, sociais.

Dias, em trabalho intitulado **A Crise da Consciência Pequeno-Burguesa**,⁹ capta de maneira formidável este “*novo fazer*” ao apontar as razões da crise que permeia a consciência pequeno-burguesa, evidenciada em Portugal desde quase a segunda metade do século XIX, e cuja matriz exponencial no seu entender foi encontrada em Garret e transformada em movimento chamado neogarretismo - *a geração 90*- que transbordava em nacionalismo e trazia “*debaixo do braço um programa de redenção para o país*”:

*Neste fim de século - irá acabar-se o Mundo como no ano Mil ? - os ares estão cheios de dobres de sinos. E todavia os sinos são os mesmos que, decênios atrás, repicaram para festejar a vitória de um Terceiro Estado viril, crente no progresso e no futuro. Dos grandes vultos de então, um - Hercúlio - anda quase esquecido, o outro - Garret - foi moldado ao tamanho de Bandarra. Como entender fenómeno ? Não será a mesma, a classe ? É, sem dúvida: mas os tempos mudaram e, com eles, uma parte dos homens que a constituíam. O fenómeno compreende-se: a Razão, apesar de uma brilhante folha de serviços, é aposentada; a inteligência apaga-se entre as estrelas do ocultismo: os filhos póstumos duma pátria morta, procuram salvação no sentimento, no instinto, na imaginação, e no sonho.*¹⁰

Fica evidente que a crise existente no âmbito da historiografia, não só a da educacional, não é localizada. Se, nacionalmente, passou a ser refletida há coisa de poucos anos, não significa que seu movimento de constituição também o seja. No século passado ele já se encontrava

⁹. DIAS, Augusto da Costa. **A Crise da Consciência Pequeno-Burguesa: o nacionalismo literário da geração de 90**. Lisboa: Portugal. s.d.

¹⁰. DIAS, p. 17.

presente tanto em termos de pensamento quanto nas ações suscitava. Enfim, pode-se auferir que crise instalada no interior da historiografia não é prerrogativa dela mesma, mas, sim, da crise que atinge a sociedade burguesa em seu âmago. É “*a aspiração da Razão burguesa revolucionária ao universalismo desintegrando-se em instituições miúdas*”, diz Dias. “*É a falência do pensamento em geral*”, completa.

Sendo assim, impõe-se para o caminhar da análise sobre as causas da crise do pensamento burguês e que em boa medida nosso objeto irá expressar, a compreensão dos impasses por qual passava a sociedade da época. Quando o século XIX começou a produzir suas primeiras crises resultantes das transformações impostas pela maquinaria e pela superprodução de mercadorias, precisando rapidamente conter a direção histórica que aquele processo apontava, estava dado o elemento explicativo do porque os tempos atuais primam em se expor valendo-se de artifícios, retomando do passado aquilo que já se tornara velho, confirmando a tese de que só retorna como farsa, como corpo em agonia girando em círculos, incapaz de vislumbrar a tênue luz que o túnel resvala.

A revista em estudo, lida nos seus artigos mais engajados na defesa intransigente do progresso, é uma testemunha confiável de como os homens lutavam para encaminhar as soluções que lhes pareciam mais acertadas para elevar o Brasil junto às nações mais civilizadas. Fez-se em porta voz de aspirações e anseios intimamente vinculados ao estágio das forças capitalistas dispostas naquele momento, e que necessitavam da criação de condições favoráveis para o seu pleno estabelecimento no país já, que, nos lugares onde primeiro se desenvolveu, encontrava limites a sua expansão.

Sua aparição, enquanto órgão de imprensa dedicado à discussão dos *progressos materiais* fundamentais ao desenvolvimento do Brasil, se dará num momento em que a forma capitalista urgia em libertar-se daquilo que ela própria havia criado nas colônias- o trabalho escravo. Como expandir suas forças para locais onde os sinais de esgotamento ainda não se faziam sentir com eloquência, como já o fizera na Europa? Ou, como instalar-se em condições tão propícias que a simples menção aos conflitos fosse severamente combatida e repelida, pois o que se desejava era o progresso?

A discussão acerca do caminho mais acertado para colocar o Brasil no eixo mais desenvolvido das relações materiais, será assumida por *O Progresso* como um projeto eminentemente educativo. A tarefa que irá se impor, na condição de educadora participe do processo de desenvolvimento nacional, estará alicerçada na profunda convicção do poder da ciência aliada à técnica, entendidos como meios imprescindíveis para a concretização das condições modernizadoras que deveriam guiar a prática econômica em todos os sentidos.

Este é seu eixo. Ao arvorar a *bandeira do livre pensamento* como condição fundamental para a aquisição do perfeito conhecimento das leis da natureza que levam ao progresso das ciências e das técnicas pretendia, com a aplicação de seus **princípios gerais** à política, estabelecer uma sociedade mais equilibrada e livre: “*somos partidários da ordem na sociedade, do acordo e disposição regular dos interesses e dos homens; mas deve-se ver também que queremos a liberdade- a expansão livre dos homens e das massas*”. Como levar, então, às massas, as luzes exigidas para a implantação da civilização? Na verdade, qual o conteúdo civilizador capaz de propiciar as reformas necessárias ao progresso levando ao estabelecimento de uma sociedade baseada na harmonia e no florescimento das ciências? Uma sociedade alijada dos conflitos que dominavam a Europa e colocavam em perigo a existência dos homens?

À época de *O Progresso* a situação do país, de modo geral, era adversa a qualquer possibilidade de desenvolvimento material mais organizado e nos moldes em que ocorria nos grandes centros. Para isso contribuiu o decreto de 1785 proibindo a instalação de manufaturas, e determinando de maneira decisiva os rumos do desenvolvimento econômico do país, como bem aponta Furtado:

*O pequeno desenvolvimento manufatureiro que tivera Portugal em fins do século anterior resulta de uma política ativa que compreendia a importação de mão-de-obra especializada. O acordo de 1703 com a Inglaterra (Tratado de Methuen) destruiu esse começo de indústria e foi de conseqüências profundas tanto para Portugal como para sua colônia. Houvessem chegado ao Brasil imigrantes com alguma experiência manufatureira, e o mais provável é que as iniciativas surgissem no momento adequado, desenvolvendo-se uma capacidade de organização e técnica que a colônia não chegou a conhecer.*¹¹

¹¹. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1971, Pp.79-80.

Assim, em 1840, não se podia dizer que andava o Brasil em franca prosperidade. Enquanto os países mais desenvolvidos do continente europeu viam-se as voltas com o excesso de produção e, paralelamente a ele, expulsavam quantidade cada vez maior de trabalhadores substituídos no processo de trabalho pela maquinaria, a produção nacional não florescia a contento, desarticulada, quase que restrita à exportação das matérias-primas que faziam prósperas as nações industrializadas.

A ausência de uma prática econômica similar àquela desempenhada na Europa, o predomínio da atividade agrícola de subsistência, a herança incômoda deixada pelo modo de vida colonial, a subjugação dos interesses nacionais aos interesses da Inglaterra, estabelecidos por força dos tratados comerciais,¹² o progressivo deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Sul, principalmente quando a economia cafeeira começa a produzir resultados positivos em detrimento da produção açucareira, a dependência do país aos manufaturados estrangeiros, legavam ao Brasil um quadro profundamente desolador e, ao mesmo tempo, conflituoso.

Estes conflitos, que opunham entre si setores da própria elite dirigente do país, não resultavam os mesmos daqueles em acontecimento na Europa. Lá, duas classes com interesses distintos punham-se em combate. No Brasil tratava-se, inicialmente, de fazer sobressair o grupo político que comandaria o destino econômico do país. Era, portanto, a própria elite em cizânia, cindida naquilo que usualmente habituou-se a denominar como luta dos conservadores contra liberais. Na verdade esta luta consistia, desde o seu cerne, na afirmação política dos interesses econômicos em disputa.

Para os conservadores, o que estava sempre em questão era a unidade nacional identificada com a figura da monarquia, respaldada no império da ordem e da disciplina, tão

¹² Tratados de 1810 e de 1827, onde a Inglaterra consolida sua posição diante do Brasil. Estes tratados, segundo Furtado, tinham 1842 como data final para vigorarem, mas foram protelados até 1843. Se estudada a proeminência inglesa no Brasil, em seus desdobramentos e sob a visão daqueles que a praticavam, teremos a vida nacional revelada em mais detalhes, pois as injunções trazidas por essa influência ao processo de desenvolvimento sugerem um impacto muito mais abrangente do que se comumente supõe. Nesta linha de raciocínio, o trabalho de Antonia F. P. de Almeida Wrigth, **Desafio Americano à Preponderância Britânica no Brasil: 1808-1850**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, 277 pp., tem muito a contribuir no sentido de instar questões ainda não analisadas pela historiografia brasileira.

necessária diante da proeminência do trabalho escravo e de grande concentração territorial nas mãos de uma elite poderosa, mas diminuta. Por outro lado, quanto à forma de atuação política, no dizer de Oliveira Viana, deixavam a desejar e, tanto liberais quanto conservadores, neste quesito, mantinham uma característica em comum:

Em nosso país, com efeito, os partidos não disputam o poder para realizar idéias, o poder é disputado pelos proventos que concede aos políticos e a seus clãs. Há os proventos morais, que sempre dá a posse da autoridade; mas há também proventos materiais que essa posse também dá. Entre nós a política é, antes de tudo, um meio de vida: vive-se do Estado, como se vive da Lavoura, do Comércio e da Indústria- e todos acham infinitamente mais doce viver do Estado do que de outra coisa.¹³

Neste quadro político em constante ebulição, e numa situação material de permanente atraso, teve-se o nascedouro de idéias consideradas tão avançadas para a época. Entendendo que o nascimento da revista *O Progresso* não foi casual, nem obedeceu aos desejos de seus articulistas em tão somente esclarecer a opinião pública instruindo-lhe sobre a seara dos benefícios materiais, advindos da efetiva aplicação das leis do progresso, estamos a considerar que sua existência só pode ser compreendida quando reveladas as relações que lhe garantiram vida. Ou seja, o particular que expressa - seu conteúdo- só se porá em movimento após a reflexão acerca do próprio movimento na qual está incluída.

Esta conexão entre geral e particular é, para a análise, a chave que proporciona a explicação de como, em meados do século XIX, um país que se resolvia pela via da agricultura, pode produzir um pensamento aparentemente tão além de seu tempo se levada em conta a situação geral do Brasil, evidenciando este quadro a universalidade das idéias burguesas ainda que se tivesse por meta, resolver problemas nacionais.

Em termos mais gerais, a situação material existente no Brasil e que tanto preocupava ao *O Progresso*, vinha sendo traçada desde o momento da ocupação de seu território pelos portugueses. Foi, antes de tudo, fruto da expansão das forças capitalistas em desenvolvimento. Séculos depois, esta força, consolidada e apresentando nítidos sinais de depauperamento onde

¹³. OLIVEIRA VIANA. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 35.

primeiro se desenvolvera, volta-se com certa volúpia à conquista dos territórios onde sua ocupação primeiramente se manifestara através, e somente, da apropriação das matérias primas fartamente fornecidas por uma natureza privilegiada.

Diante desse estado material, a constituição de um pensamento elevado como esse apresentado pelo *O Progresso*, é fato merecedor de uma análise que delineie as condições que permitiram sua existência. Seu conteúdo, na verdade, se sobressai se comparado ao tipo de imprensa que predominava na época. A diferença qualitativa existente entre *O Progresso* e as demais publicações do mesmo período está em que a revista encabeçada por Antonio Pedro Figueiredo corresponde a um verdadeiro programa. Sua linha editorial, ao se apresentar desde o início como um órgão do progresso dele não se afastará, pois o tem como princípio e, ao mesmo tempo, fim último da sua existência.

Como chegar ao progresso? O surgimento da revista, nos moldes em que foi organizada, corresponde não só a intenção de mostrar no que se constituía o progresso capaz de modernizar uma nação mas, e principalmente, à maneira de conquistá-lo, passo a passo. Exigia dos seus articulistas uma identificação precisa não só de idéias, como também considerável congruência na sua aplicabilidade:

*Gozando do privilegio bem raro em nossa terra, para não dizermos desconhecido, de possuímos uma redação uma de intenções e, desenho, teremos assim a vantagem de apresentar constantemente, no desenvolvimento do nosso pensamento próprio ou na exposição das idéias de outrém, as mesmas doutrinas e os mesmos princípios gerais, aplicados aos fatos de diversas ordens.*¹⁴

Entender no que se constituía o caminho dos *progressos materiais*, no sentido de ser este o conteúdo pertinente ao projeto educativo da revista, faz-se questão desse estudo. Se a revista pretendia-se instrutora daqueles homens imersos nas trevas, pois desconheciam os benefícios materiais trazidos pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais, e a situação política a que estavam submetidos os impeliavam ao caos, como ela propagaria os ensinamentos capazes de dar

¹⁴. *O Progresso*, Tomo I, p.3.

fim àquela desarmonia que parecia negar toda possibilidade real de progresso? Quais os fundamentos presentes nas suas exortações que possam explicitar o rumo que a história imprimiu às relações sociais no Brasil no decorrer do século XIX ? Qual seria o progresso necessário para tirar o país da inércia em que se encontrava ? A industrialização nos moldes europeus? Era ela cabível ao país, se a entendermos como meio efetivo de melhorar a sorte dos povos? A aplicação das técnicas mais avançadas já presentes na agricultura ? A divisão dos imensos latifúndios que, na visão de Figueiredo, era causa da miséria no campo e consequentemente a ruína da nação ? Portanto, quais eram as idéias que deveriam ser ensinadas aos brasileiros no intento de melhorar suas condições materiais de existência ?

Eram suas propostas viáveis diante das necessidades dadas pelo estágio de desenvolvimento do capitalismo naquele momento? E, diante das condições materiais apresentadas pelo Brasil? Cabia ao país a industrialização, se a entendermos enquanto meio efetivo de melhorar a sorte dos povos? Em suma, se em suas páginas inscreve-se um projeto modernizador para o Brasil e sua aplicação exigia instruir os homens ao qual se destinava, no que consiste, então, a idéia de progresso que arduamente pôs-se a defender e difundir?

Estas perguntas, entre aquelas outras que naturalmente aparecerão no decorrer do estudo ensejam, para o desvelamento das questões mais prementes que perpassavam a dinâmica das relações postas naquele momento, a compreensão do movimento constitutivo das relações burguesas no Brasil, bem como a observância das suas peculiaridades, entendidas aqui enquanto necessidades que tal constituição impôs ao seu desenvolvimento.

Nesse sentido, a composição do quadro geral da sociedade brasileira no século XIX permitirá o entendimento do objeto em estudo enquanto determinação das condições da época. Pode-se dizer que seu espírito havia impregnado aqueles homens: queriam o progresso, mas não aquele colhido na exploração do homem pelo homem. Almejavam andar o caminho dos progressos materiais, mas transitando pela via da ordem e da liberdade. Enfim, queriam-no, mas não os conflitos, a desordem, a sedição, tão próprios ao momento em que viviam, pautados que estavam nas diferenças de toda a ordem.

Em linhas gerais, este é o quadro na qual *O Progresso*, revista e idéia, foi elaborados. Nas partes subsequentes, a questão material do Brasil, como um dos aspectos do

desenvolvimento mundial será retomado pois, neste estudo, entende-se que a elucidação do objeto trazido à análise, está articulada às relações sociais mais gerais e, conseqüentemente, às lutas necessárias ao pleno estabelecimento do capitalismo no Brasil. Embora na Europa já estivessem dadas as condições para a superação da forma capitalista, nos países do Novo Mundo o capitalismo encontrava condições excepcionais ao seu desenvolvimento, exigindo a criação urgente de ambiente propício ao espraiamento de suas forças. Uma delas seria erigir em bases solidamente fundamentadas o edifício da ordem e da moral, de modo que, quando se propugnasse por reformas, estas não passassem apenas por “*paliativos insignificantes*”.

No projeto esboçado por *O Progresso*, considerado por Marson “*um programa bem construído e articulado por uma argumentação consistente e sedutora*”¹⁵ para suplantar as conquistas da Praia¹⁶ enfrentando-a no terreno da participação popular, constata-se a tentativa de combinar as idéias justificadoras daquele plano de progresso com os meios apresentados para sua edificação. Se esta nossa análise tomasse por ponto de partida as questões políticas ditadas pelos interesses locais, traduzidos no interesse dos conservadores em retomar o poder aos liberais e continuarem dando a direção à vida na província, teríamos que concordar que a revista, antes de qualquer outro objetivo mais amplo, nasceu para lutar pela consolidação ou perpetuação daquele grupo político.

¹⁵ MARSON, Izabel Andrade. **O Império do Progresso: Praieiros e Guabirus em Pernambuco, 1842-1855**. Doutorado em História. Universidade de São Paulo, 1985, p. 256.

¹⁶ A rebelião Praieira, acontecida em fins de 1848, ou revolução para outros, representou o ponto culminante das tensões existentes entre liberais e conservadores, conflitos que se agudizavam desde a questão da Maioridade. O significado da Praieira, os motivos que levaram os pernambucanos à luta armada, não amalha consenso entre seus historiadores. Uns vêem nela um caráter profundamente social, originado do ódio latente dos brasileiros contra os portugueses, em função desses “*monopolizarem o comércio nas cidades, e contra os senhores de engenho que monopolizavam a terra no interior. A guerra dos Praieiros era feita a esses dois elementos- o estrangeiro e o territorial; mas que um movimento político, era assim um movimento social*”. (NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975) Por outro lado, o próprio Nabuco concorda que o componente responsável pelo extremismo do movimento tinha profundas raízes fincadas na luta pelo poder, recrudescida desde a nomeação de Chichorro da Gama em 1846, liberal radical, à presidência da província. Quintas terá outra opinião a respeito da Praieira. Para ele, a rebelião significou o inconformismo do povo pernambucano contra a situação de penúria vigente, contra a pobreza patrocinada por uma elite que só tinha em vista seus interesses e não os do país como um todo, embora apregoassem o contrário. Significou, ainda, o brado de revolta contra os Cavalcanti, família de há muito mantendo a província na condição de feudo. Foi uma luta de classes, assevera, prenunciada desde os acontecimentos do Mata, Mata! Em 1847 e 1848. Edison Carneiro reafirma essa vocação na Praieira. Para ele, o “*com o desenvolvimento comercial na província de Pernambuco, a população urbana dera nascimento à burguesia. Esta classe social chegou à sua maturidade com extraordinária rapidez e,*

No entanto, as idéias que professavam e cuidadosamente apresentavam ao público, ainda que tivessem essa razão de ser, eram elaboradas aparentemente seguindo um plano previamente traçado, de forma que pudessem atingir com perfeição o alvo a que se propunham: convencer seus leitores que a implantação da senda do progresso era o único caminho viável para a entrada definitiva do Brasil no reino das luzes. Para isso, era preciso prepará-los para a pertinência do trabalho livre

Ordem e liberdade, portanto, eram os instrumentos. Conciliá-los era a condição primordial para se conquistar a felicidade da nação, a ser erigida distante dos tristes acontecimentos que assolavam as nações mais avançadas. Se lá os trabalhadores tinham diante de si condições que só os empurravam para os conflitos, aqui os conflitos que porventura alterassem a ordem social seriam resolvidos de antemão. A pobreza causada pela indústria não tomaria corpo em terras brasileiras: os interesses individuais que a alimentava seriam substituídos pela harmonia conquistada graças a fusão dos interesses dos que possuíam com aqueles que nada tinham. O objetivo era viabilizar uma nação rica e poderosa e neste intento não cabia desarmonias. O caminho era o da regeneração, da junção perfeita e una das ciências e da técnica com os preceitos morais que haveriam de reger os procedimentos humanos. Este era o caminho a ser perseguido durante toda a existência da revista.

Desta forma, interessa-nos estabelecer a conexão entre o significado educativo posto em seus objetivos e o conteúdo expresso em suas páginas, de modo que as necessidades delineadas pelas relações sociais daquele momento histórico se revele em sua totalidade e, como ato contínuo, possa legitimar a revista *O Progresso* enquanto forma de realização do geral, ao mesmo tempo que as especificidades que a produziram na sua forma mais imediata também se beneficie da análise.

nos anos 40 do século passado, havia alcançado uma clara consciência política e preparava-se para a tomada do Poder. Era uma classe para si- visava ao governo do povo, pelo povo, para o povo". (CARNEIRO, Edison. A Insurreição Praieira: 1848-49. Rio de Janeiro: Conquista, 1960, p. 17-8). As conquistas da Praia referem-se principalmente à tomada do poder na província através de amplo apoio popular pois, naquele momento, as bandeiras liberais estrategicamente formuladas atendiam às aspirações da população livre, mas sem posses, de sucederem aos portugueses no ramo de comércio ao retalho.

Como vimos páginas atrás, coube a ciência um poder imensurável na agregação dos interesses ligados à expansão do capitalismo no Brasil e seu (re)conhecimento, como ponto de partida para esse estabelecimento, seria a menina dos olhos para os redatores da revista. Diante do grau de desenvolvimento dado a produção por seu avanço e das conseqüências apontadas pelo mesmo, a posição pleiteada por *O Progresso* não poderia ser diferente da do pensamento burguês nascido daquelas condições materiais e que, ao ser historicamente impedido de continuar transformando as relações existentes sob pena de estar conduzindo os homens para a sua própria destruição, viu-se na urgência de engendrar uma outra justificativa de mundo.

A moral, a ordem e o progresso, serão conceitos requisitados por esse novo-velho pensamento com vistas a conter o pensamento verdadeiramente novo: de ciência revolucionária transmuda-se em ciência mantenedora das velhas relações. Deixa de ser transformadora para ser evolucionista. Daí em diante, o caminho para a eternização da sociedade burguesa estava garantido, sem percalços e dificuldades.

Acreditamos estar aí a questão central do nosso estudo e nas qual todas as outras se completam: a revista *O Progresso* põe-se a público com um discurso pautado em novas formas de condução da sociedade brasileira. Em termos nacionais empreende uma análise realmente inovadora das condições sociais do país, mas, em tratando do movimento geral, suas assertivas reformistas indicavam estar sintonizado com a necessidade de reorganização do capital e presumia direcionar os homens, mesmo quando contesta a ordem vigente, à luta pela sua manutenção. Portanto, fica a questão para ser desvendada: o que vinha a ser o novo para a revista - a modernização -, só o era na medida em que atendia a necessidade de perpetuação do velho, fato que nos leva a inferir que o sentido inovador de suas palavras é correspondente ao pensamento conservador em elaboração. Depreende-se daí que, ao propugnarem instruir para o novo estavam, outrossim, a educar pela manutenção do velho num local onde o velho se reproduzia na sua forma menos desenvolvida. Por isso mesmo é que atribuirá à ciência o papel de princípio fundamental a qualquer tentativa de se erigir o progresso e na qual a política deverá se submeter.

No intuito de responder as questões propostas por este estudo, da forma mais abrangente possível, estruturamo-lo da seguinte forma. Na Introdução, além da apresentação do

objetivo que delinea a pesquisa, procuramos traçar um quadro ligeiro das condições que possibilitaram o nascimento, em fins da primeira metade do século XIX, de um empreendimento jornalístico único para seu tempo. As informações contidas nesta parte não são conclusivas. A elas retornaremos de forma mais detalhada, na medida em que a análise requisitar maiores esclarecimentos acerca da conjuntura nacional no período e de seus determinantes. Fica dito, porém, não ser objetivo do presente estudo realizar análise extremamente aprofundada do desenvolvimento econômico no Brasil. Aos limites desse trabalho basta demonstrar como, em linhas gerais, ele se efetuou e determinou atitudes que, no nosso caso, resultaram na inauguração de uma revista do vulto e importância de *O Progresso*.

No primeiro capítulo, *A abordagem teórico-metodológica e a relação com o objeto*, sobressaem duas questões: a primeira é a apresentação do eixo metodológico na qual construiremos a análise de *O Progresso*. Ao decidirmos trabalhá-lo como resultado de um processo denotamos, tal qual Schelbauer,¹⁷ “a preocupação com a construção com a do objeto no processo de lutas humanas, impulsionadas pelas transformações sociais que dão sentido a elas”.¹⁸ Esta afirmação, muito oportuna aos objetivos traçados para este estudo, está alicerçada por uma concepção de história que, se não rejeita o político, também não o prioriza. Ao contrário, se esforça por entendê-lo subsumido às transformações sociais, não o tomando nunca como ponto de partida. Seu ponto de partida e de chegada se expressam nas lutas travadas pelos homens quando estão empenhados em responder as questões por eles próprios elaboradas e, se, no século XIX, no Brasil, esta luta se fazia presente na fala dos homens quando faziam política, a imprensa - ou seja na forma de periódicos, folhas, jornais ou panfletos - desempenhou papel preponderante na difusão de idéias que grassavam por toda a Europa e foram violentamente combatidas por Portugal quando das raras tentativas para se estabelecer a imprensa no país.

Já, num segundo momento, pretendemos que a explicitação metodológica seja capaz de demonstrar que o objeto escolhido para o estudo, mesmo que não esteja ligado particularmente à educação institucional, congrega em si as necessidades de um momento histórico onde a

¹⁷ SCHELBAUER, Anaete Regina. “Idéias que não se realizam. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870-1914”. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 1997.

¹⁸ Id., *ibid.*, p. 14.

instrução, na forma mais geral que assume no interior de relações já estabelecidas, tem a tarefa de encaminhar os homens ao atendimento das necessidades trazidas quando da possibilidade dessas relações cederem lugar a uma nova forma de vida. Importa, aqui, clarificar o entendimento que temos de que educar é tarefa de toda uma sociedade e se realiza através de todos os meios, irrompendo em seu interior como uma força impossível de ser controlada, mesmo quando aparentemente os homens parecem estar imóveis, alheios às forças que eles próprios colocaram em expansão.

As partes subsequentes, onde realizamos primeiramente a apresentação mais minuciosa do objeto e depois a discussão acerca de seu conteúdo foram divididas, respectivamente, em cinco capítulos. No segundo, intitulado *A revista O Progresso e seu fundador, Antonio Pedro de Figueiredo*, damos notícias sobre a origem da revista, de seus autores, dos motivos primeiros que os levaram a publicá-la, enfim, de todos os condicionantes postos a sua existência.¹⁹

No terceiro, denominado *Trajetória histórica da idéia de progresso*, fazemos uma digressão, em linhas mais gerais, sobre a idéia de progresso no decorrer da história, principalmente no período em que a sociedade burguesa encontrava-se em processo de elaboração, bem como da discussão realizada no Brasil sobre essas idéias e dos meios mais possíveis à sua aplicabilidade na vida econômica do país. Ainda aqui, elaboramos um pequeno esboço das condições gerais do Brasil no momento da publicação de *O Progresso*, e que serviram de pano de fundo aos elementos instigadores à elaboração do pensamento expresso em suas páginas.

No quarto capítulo, *A revista O Progresso na visão da História e da Filosofia*, comentaremos, de maneira breve, os estudos que fazem referências à revista sem, no entanto, tomá-la como objeto específico de análise. Faz-se importante ressaltar o fato de que ela não mereceu até o momento, um trabalho próprio, tanto na área da História quanto na da Filosofia, decididamente apartados da predominância da pessoa de seu redator em chefe Antonio Pedro de

¹⁹. Pouco ficou registrado a respeito da vida de Antonio Pedro Figueiredo, principalmente acerca da sua vida pessoal. As informações existentes foram colhidas, na sua maioria, nos artigos escritos sobre sua pessoa por amigos e inimigos e publicados nos jornais recifenses

de Figueiredo sobre esse empreendimento, que pode ser considerado, sem sombra de dúvida, uma das mais significativas discussões sobre a modernização do Brasil realizadas no século XIX. Para este capítulo escolhemos os trabalhos que mais guardam proximidade com a revista, objetivando sobrepor sua existência à de seu fundador, no sentido de fazer sobressair sua importância como expressão do pensamento necessário a uma época prestes a entrar em profunda transformação.

No quinto capítulo, *O espírito da época: transformar ou progredir?* procederemos ao exame das condições que ensejaram a produção de um pensamento destinado a conter toda e qualquer possibilidade de transformação da sociedade burguesa, de tal forma que seu propósito no Brasil se expressaria pela imperiosidade de se criarem condições que permitissem seu desenvolvimento de forma mais efetiva, garantindo, assim, o alargamento de suas forças, fato necessário à sua sobrevivência. No sexto e último capítulo, *As reformas sociais e morais como condição para o progresso*, analisaremos o conteúdo da revista centrando a discussão na seguinte questão: o que vem a ser a moral como condição do progresso? Por que o abandono do espírito revolucionário que caracterizou a ascensão da burguesia ao pódio da sociedade? Por que a requisição cada vez mais freqüente naquele meado de século por reformas, senão para garantir a vitória da burguesia nacional e, conseqüentemente, da sobrevivência do capitalismo mundial? Qual o significado das idéias de *O Progresso* diante da necessidade cada vez mais urgente de se destruir a forma de trabalho escravo em benefício do trabalho livre? Qual seu papel no interior desse debate?

Desta forma, a revista, ao apontar as condições teórico-práticas à plena fixação das leis do progresso em terras brasileiras, via-se às voltas com tarefa extremamente árdua na medida em que esse estabelecimento exigia um modelo perfeito de sociedade - antípoda da sociedade brasileira existente, que contrariava as novas necessidades do capitalismo mundial, solicitantes que eram da destruição do trabalho escravo - que inviabilizasse a ocorrência dos conflitos que pululavam pela Europa. Na verdade, era a burguesia construindo em terras brasileiras, um pensamento que preparasse terreno para a plena ocupação de suas forças, ao mesmo tempo que aliviasse suas contradições, imputando aos indivíduos a sua parcela de culpa diante dos conflitos proporcionados por uma sociedade que tem na superexploração do trabalho humano o nó górdio da sua existência.

Este era o caráter universal daquele pensamento - tão bem captado pela revista- seguindo seu curso natural, se rearticulando para enfrentar os tempos novos que se avizinhavam e não lhes eram favoráveis. Num dos artigos redigido por Vauthier, o engenheiro francês colaborador da revista, esta estratégia se revela. Ao escrever sobre o mecanismo necessário à construção dos caminhos para a locomoção das máquinas de ferro, expôs a sincronia existente entre os progressos materiais e os morais, entrelaçamento sem o qual nenhuma nação, na sua visão, poderia se outorgar o estatuto de progressista:

Mas o que desejamos que fique profundamente gravado, no espírito daqueles que com os próprios olhos ainda não viram os admiráveis efeito da locomoção rápida, é a atividade material e moral que dela resulta para o homem, é a influência profunda que ela exerce sobre os hábitos, sobre os costumes, sobre os fatos de todas as ordens, na esfera da sociabilidade. O caminho de ferro é um poderoso órgão de harmonia e de acordo pacífico entre as nações; essa tarefa antigamente reservada a guerra de colocar em presença um do outro povos e raças de costumes e de espírito diferentes, e de fazer sair de semelhante choque elementos de progresso esta tarefa, dizemos nós, foi o caminho de ferro que a viu em nossos dias.²⁰

Nas *Considerações Finais* encaminharemos as reflexões que a análise de um objeto aparentemente tão desvinculado da história da educação pode suscitar para se compreender a educação promovida no Brasil durante o século XIX, fora das iniciativas formais para seu estabelecimento. Interessa-nos, sobretudo, confirmar nossa tese primeira de que a imprensa, aqui representada por *O Progresso*, foi veículo incontestado desse fenômeno e, ao mesmo tempo, depositária das idéias representativas de uma época.

Quanto aos *Anexos*, optamos por escolher aqueles artigos que possam levar o leitor a ter uma visão senão abrangente, pelo menos imediata do posicionamento da revista frente aos problemas nacionais. No entanto, a riqueza dos conteúdos propalado por *O Progresso* só pode ser apreendida quando da leitura da totalidade de seus artigos. Ai, sim, se é obrigado a

²⁰. VAUTHIER, Louis Léger. **Caminhos de Ferro**. In: *O Progresso*, Tomo I, pp. 109-22.

concordar com seus entusiastas mais aguerridos – Freyre e Quintas- de que se trata da crítica social de maior envergadura e competência produzida no Brasil na metade do século XIX.

Em relação a *Bibliografia*, relacionaremos as obras pertinentes ao corpo do trabalho e também aquelas outras, que embora não tenham sido citadas, nos legaram um tanto de conhecimento e reflexão que permitiram a nosso edifício sair do estágio das fundações e ganhar relativa altura.

Finalmente, com este trabalho pretendemos, também, “*tirar do esquecimento*” um momento muito peculiar da história do Brasil. Não que se tenha a pretensão de escrever mais um capítulo de história geral, desvinculada da educação. Ao contrário, entender o real significado da palavra instruir atribuída pela imprensa às suas ações, aos seus discursos, às causas que esposava ou combatia, ao conteúdo que julgava apropriado aos homens daquela época, ao fazer acontecimentos ou destruir iniciativas quando os interesses em jogo prevaleciam é estar fazendo, fundamentalmente, história da educação.

Portanto, esta tarefa exige compreensão redobrada das relações entre o geral e o particular. E esta relação, expressada pelas exigências de um modo de produzir que destruía fronteiras abalando os alicerces dos limites nacionais, irá assumir a sua forma particular no debate sobre o progresso, na urgência em se traçar rumos para sua efetivação. A reorganização do capital, para seguir o livre curso no atendimento das novas necessidades impostas após o advento da maquinaria, verá na luta pelo progresso e, principalmente, nas reformas institucionais objetivando a democratização dos estados nacionais, o veículo justificador das ações práticas reservadas aos novos e promissores mercados. Com esse discurso visava-se, antes de tudo, a preparação do terreno para a nova investida do capital. Para isso era preciso arrumar a casa, livrando-a das velharias que comprometiam o ar de modernidade que se almejava conquistar.

Esta será a contribuição que esta reflexão pretende deixar à história da educação no Brasil, não fechando questões, mas ressaltando outras que possam propiciar uma maior compreensão do que foi o fenômeno educativo não formal ou institucional no Brasil do século XIX, bem como a fundamental atuação da imprensa na propagação das idéias necessárias ao efetivo desenvolvimento das relações burguesas no Brasil.

CAPÍTULO I

A abordagem teórico-metodológica e a sua relação com o objeto

Na vida dos povos o passado não é para ser lembrado, mas para ser evocado. A simples lembrança conserva o passado sepultado no tempo, enquanto a evocação o faz ressuscitado em cada presente que surge.

Heitor Dias

A primeira indagação que nos vêm a mente quando do início de uma pesquisa é se seremos capazes de identificar o caminho que nos guiará, com relativa desenvoltura, ao ponto ideal de chegada. Esta primeira regra está imbricalmente ligada a uma questão que remonta a qualquer uma outra: o eixo condutor do trabalho, aquele “*norte*” que vamos perseguir para darmos conta de explicitar nosso objeto.

Expliquemos: no decorrer do estudo podemos proceder a um extenso levantamento das fontes primárias ou secundárias, escarafunchar bibliotecas, vasculhar seus fichários em busca de material ainda inédito para enriquecer nosso trabalho, percorrer por quilômetros sem fim sebos e livrarias, atrás das raridades que as estantes das bibliotecas não propiciam mas, e aí, o que fazer com as centenas de folhas impressas coletadas através de árduo trabalho? Como dar vida àquela natureza quase morta? Quais os cálculos exatos que nos permitirão construir nosso edifício e mantê-lo em pé, firme e imponente diante de outras certezas? Como extrair ao máximo as informações que preenchem as centenas de páginas adquiridas e pôr em movimento os seres, as coisas e os fatos que as preenchem ?²¹

²¹. Não se pretende com o arrazoadado de material coletado para este trabalho proceder naquilo que Figueira critica quando alude ao fazer historiográfico: “*A ideologia burguesa, entretanto, estruturou-se de uma tal forma que ela própria determinou as condições da crítica que se lhe faz.... Isto fica bastante claro, particularmente no*

A definição de um dado objeto, das questões que o cercam, das implicações que traz à análise requer, primeiramente, a observância de um método que contenha em si todos os elementos possíveis ao desvelamento do objeto em sua totalidade. Ele tem de ser de tal forma apropriado ao que se pretende fazer que se pode até afirmar que ele é o fazer pensado, o fazer refletido. Ele é o nosso ponto de partida e, ao mesmo tempo, o ponto de chegada. É ele quem define o que vai ser nosso estudo. Se vai tratar dos homens reais presos a relações reais ou se vai tratar dos homens através das idéias que deles fazemos, atados entre si por relações também idealizadas.

Nesse sentido, ao nos propormos falar da história da educação sem tomá-la como objeto específico, isto é, nas suas manifestações formais, temos a impressão de que estamos cumprindo tarefa de Hércules. Tão penosa quanto a jornada do herói grego, é a aceitação da educação enquanto processo que se realiza quotidianamente, fora dos muros onde a depositamos e nos habituamos a acreditar que só ali ela acontece. Assim, nada mais difícil que retirá-la do campo das formalidades onde está sedimentada argumentando ser preciso, para a compreensão de sua historicidade, remetê-la ao palco da onde nunca deveria ter saído: a história das lutas humanas.

Os aspectos formativos que se pretende identificar por entre as páginas de nosso objeto - a revista *O Progresso* - refere-se exatamente a essa forma de elaboração. Esta história, neste trabalho, não se resume a simples narrativa do desenrolar dos empreendimentos humanos, mas sujeita-se ao conjunto de práticas sociais definidoras de uma época determinada, tal qual diz Spindel²²:

*que se refere à historiografia. A crítica de conteúdo filosófico nunca é bem recebida. A condição para ser aceita é que reúna um tal acervo de documentos, de dados, de provas, de contraprova, de indicação de fontes, de coleção de documentos, etc., que, como freqüentemente tem acontecido, jamais se chega à essência da questão que é a crítica da subordinação do movimento da história real ao movimento da ideologia dominante". FIGUEIRA, Pedro de A. **Historiografia Brasileira: 1900-1930. (Análise Crítica)**, Doutorado. FFCL- Assis, 1973, 222 pp., p. 72.*

²² SPINDEL, Cheywa R. **Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Complementando o dizer da autora, em função do encaminhamento dado a este trabalho que, na medida em que a história assim procede no interior de uma dada sociedade para formar os indivíduos que são caros à sua existência, coloca também que esta mesma sociedade tem que produzir o pensamento que irá conduzi-los ao atendimento e, fundamentalmente, à explicação das questões práticas que impõe a eles durante a faina diária para a construção das novas relações. Assim, este processo teórico-prático, expressivo de etapas históricas distintas, realiza-se em total interdependência ainda que, comumente, seja o pensamento entendido como anterior ao fazer concreto.

*... no entendimento destes 'momentos' da evolução do processo econômico, a realidade não é focalizada como simples associação de fatos, mas como processo, no qual as relações de produção devem ser analisadas não como elementos autônomos, mas imbricados numa totalidade única, definindo a dinâmica do processo e nele sendo definidas. Nessa perspectiva, a formação social é encarada como uma realidade complexa, síntese de múltiplas determinações, integradas numa rede de conexões e articulações de diversas formas de organização da produção, cuja dinâmica rege o processo de produção e reprodução da força de trabalho.*²³

O esforço realizado pelos redatores de *O Progresso* expressou as necessidades nascidas no interior de uma sociedade em processo de desintegração, iniciado quando da substituição do instrumental do trabalho dependente do homem por máquinas que produzem máquinas. Portanto, diferente daquele processo educativo levado a termo por durante todo seu processo de constituição, a burguesia principiava a transmitir idéias que obstassem o desenvolvimento das forças produtivas sociais fomentadas por sua prática contraditória, instalando, a partir daí, o primado do natural sobre o da História. Este processo de naturalização ou de eternização das relações burguesas, embora tenha sido gerado no interior dos centros capitalistas mais desenvolvidos, não deixou de acontecer no Brasil. O pensamento conservador, da qual *O Progresso* em certa medida foi membro ativo e competente, cumpriu sobejamente este papel.

Em síntese, nossa preocupação durante o decorrer deste trabalho será demonstrar que a educação campeia ininterruptamente por entre os homens, moldando-lhe a vida e o pensamento, impondo-lhe novos modos e posturas, refinando seus gestos ou embrutecendo-lhe o trato, enfim, construindo o homem necessário à época a que se refere. Ao considerarmos-na na sua forma mais geral, estamos deixando de lado o processo de efetivação da mecânica da aquisição e transmissão dos conhecimentos imprescindíveis ao homem que se requer necessário formar, porquanto isso não nos interessa aqui. Interessa-nos a educação enquanto expressão de uma dada prática social, ou seja, a maneira como uma dada sociedade educa seus membros para que possam harmonizarem-se com aquilo que ela constrói e representa.

²³. Id., *ibid.*, p. 22.

Por princípio, este trabalho não pretende conformar-se ao fazer historiográfico educacional mais amplamente adotado, na medida em que toma por objetivo, ao analisar um objeto aparentemente desvinculado daquilo que usualmente se entende por objeto de educação, demonstrar quanto de educação, no seu sentido mais amplo, ele comporta.

Sendo assim, esta escolha se explica pelo entendimento que temos de que educar é tarefa de toda uma sociedade e se realiza através de todos os meios disponíveis e que coube àquela sociedade criar. Portanto, para que ela possa definir-se como modo único de ser dos homens, obrigatoriamente terá que educá-los de uma maneira universal, de forma que venham apreender “o significado geral da sociedade em que vivem”,²⁴ ou aquilo, no dizer de Aristóteles, que se torna comum a todos os homens, indistintamente:

*mas como há um fim único para a cidade toda, é óbvio que a educação deve ser necessariamente uma só e a mesma para todos... Ora, o que é comum a todos deve ser apreendido em comum. Não devemos pensar tampouco que qualquer cidadão pertence a si mesmo, mas que todos pertencem à cidade, pois cada um é parte da cidade, e é natural que a superintendência de cada parte da cidade deve ser exercida em harmonia com o todo.*²⁵

No que consiste este comum para a sociedade que se erigiu transformando o trabalho humano em mercadoria? Na Inglaterra, onde primeiro se desenvolveram os elementos fundamentais à transformação das relações feudais consistiu, primeiramente, em se criar uma classe de indivíduos despojados dos meios de produção e apenas proprietários da sua força de trabalho.²⁶ Indivíduos livres da coerção do trabalho servil, mas dependentes das leis do mercado. Ao mesmo tempo em que a sociedade materialmente produzia o homem moderno, liberto da velha ordem feudal, teve que produzir, também, um pensamento que legitimasse a nova prática,

²⁴. FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. **A educação de um ponto de vista histórico**. In: Intermeio. Revista do Mestrado em Educação. Campo Grande: UFMS, 1995, p. 14.

²⁵. ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: INL; Editora da UnB, 1985. Livro VIII, Cap. I, p. 267.

²⁶. Estas considerações foram extraídas da *A chamada acumulação primitiva*. MARX, Karl. In: O Capital. São Paulo: Bertrand Russel; DIFEL, 1987, Cap. XXIV, L. I. v. 2, p. 828.

naturalizando-a e mostrando aos homens que sua natureza, a partir dali, seria uma outra natureza.²⁷

Igualdade, liberdade, direito a propriedade, são partes de um conteúdo que cabia ser ensinado a todos, *indistintamente*. Como também devia-se aprender, embora não se dissesse isso às claras, que ao novo tempo correspondia um novo homem, que, *isolado da sua comunidade, passa a ver o conjunto social como simples meio de realizar seus fins privados; ou seja, a conservação de suas propriedades e de sua individualidade egoísta*".²⁸

A construção desse homem trouxe a necessidade de educá-lo segundo as exigências produzidas pela nova prática social. Em outros termos, significou a destruição de tudo o que se fazia velho e de todos os elementos negadores da forma de vida em gestação. Em síntese, a nova sociedade se vê às voltas assiduamente com a tarefa de ensinar aos homens aquilo que se constitui ser um homem da sua época, portanto um ser perfeitamente capaz de corresponder às necessidades práticas elaboradas quando da criação e reprodução das condições que certamente irão lhe garantir a existência.

Este entendimento encontra-se presente na afirmação de Figueira, ao referir-se este ao conteúdo trazido pela burguesia quando da necessidade de transformar o trabalho humano na condição principal para a produção de riquezas, e de fazer frente aos limites impostos pelas velhas forças ao seu desenvolvimento:

*O que a nova época tinha para inculcar nos indivíduos consistia em mostrar-lhes que a existência não é uma dádiva ou um milagre, mas é algo que se conquista. Ela tinha que mostrar que a existência não está garantida simplesmente pelo nascimento. Não é pelo nascimento que os indivíduos têm direito à vida. Esta é, ao contrário, resultado da ação de cada um.*²⁹

²⁷. Natureza esta completamente diferente da natureza anterior. A compreensão do que seu significado para uma dada sociedade depende das condições sociais da sua produção, devendo ser buscada nos homens reais, "apreendidos no seu processo de desenvolvimento real em determinadas condições". MARX, K., ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986 p. 26.

²⁸. LEONEL, Zélia. op. cit., p. 33.

²⁹. FIGUEIRA, op., cit., p. 13.

Se para a nova época não contava mais a riqueza transmitida de pai para filho e sim aquela conquistada através da produção das coisas, fruto do trabalho, porque essa permitia a sua ampliação em escala desconhecida aos limites das relações feudais, como também a sua reprodução continuada, temos que os descobrimentos marítimos proporcionaram a burguesia colocar em prática as idéias e os métodos expansionistas também numa escala superior aos aplicados em suas próprias terras. Como deveria se comportar o novo homem, o burguês prático, frente àquele mundo inóspito que as navegações revelaram, povoado por seres tão dessemelhantes aos civilizados, fantasmagóricos nas suas crenças, pueris no seu viver ?

Deles nos fala Frei Bartolomé de Las Casas, *encomiendero* arrependido e convertido à fé e a defesa dos índios da América Espanhola, em 1514:

*Deus criou todas essas gentes infinitas, de todas espécies, mui simples, sem finura, sem astúcia, sem malícia, mui obedientes e mui fiéis a seus senhores naturais e aos espanhóis a que servem; mui humildes, mui pacientes, mui pacíficas e amantes da paz, sem contendas, sem perturbações, sem querelas, sem questões, sem ira, sem ódio e de forma alguma desejosos de vingança. São também umas gentes mui delicadas e ternas; sua compleição é pequena e não podem suportar trabalhos; e morrem logo de qualquer doença que seja.*³⁰

Estes seres descompromissados com a realização do trabalho, no grau e na forma pertinente ao que existia no continente europeu, historicamente estavam destinados à mais cruel exploração a que se submeteu toda uma população continental. A burguesia lentamente vinha educando seus indivíduos no entendimento de que a conquista da riqueza, sob seus ditames, era exigente de ações onde a comiseração, a piedade, a honra e o respeito por outrém deveriam ser vistos como coisas do passado.

Infinitas eram as riquezas guardadas pelas novas terras e, frente a elas, o significado da vida não possuía valor algum. A pilhagem sofrida pelos povos indígenas era o objetivo imediato das invasões, mas historicamente funcionaram no sentido de limpar terreno para a ocupação da

³⁰. LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **O Paraíso Destruido: brevíssima relação da destruição das Índias**. Porto Alegre: L & PM. 1985 (Série Visão dos Vencidos). p. 27-8.

nascente burguesia, ansiosa por enriquecimento rápido e abundante. “*Extirpar da face da terra aquelas miseráveis nações*”,³¹ constituiu-se na tarefa histórica de Portugal e Espanha. Para as necessidades da burguesia da época, importava a expansão dos seus domínios, principalmente para a combalida Portugal, que via no Brasil a possibilidade de desenvolvimento econômico da Metrópole.

Os atos perpetrados pelos portugueses e espanhóis, afim de se apropriarem das riquezas da terra, foram marcados pela mais extremada violência a que se pode submeter um povo conquistado. As palavras com que de Las Casas³² inscreveu na história as atrocidades cometidas contra aqueles seres tão *humildes, sem astúcia e malícia* chocam aos ouvidos de qualquer ser humano que aprendeu o cultivo da bondade e mais, do respeito ao direito à vida que qualquer ser humano possui, garantido pela Carta dos Direitos que toda nação civilizada ou, pretendente a ela, aceitou e jurou defender.

No entanto, quando estava em jogo a razão da existência burguesa - o lucro- e a fonte da onde ele emana, não titubearam em inaugurar e aplicar métodos que anos após a própria burguesia seria a primeira a condenar. Olhando para aqueles que a praticaram, somos levados a pensar que a crueldade que caracterizou a conquista das Américas estivesse contido em germen nos homens que a empreenderam. Mas o que estava em curso, na verdade, era um intenso processo civilizatório, ainda que esse se irradiasse tingindo de sangue a história da humanidade. Mas como bem disse Marx, “*é sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência*”³³.

³¹. Id., p. 29.

³². O livro de Bartolomé de Las Casas é um registro indignado da mortandade e exploração que se abateu sobre a população indígena pertencente aquela parte da América conquistada e dominada pelos espanhóis. O próprio de Las Casas, antes de se converter à fé e à defesa dos indígenas foi um *encomendero*, indivíduo que supria os “*conquistadores e colonizadores de indígenas, para serem catequizados. O preço que deveriam pagar em troca dessa hipotética salvação era o trabalho intenso e não remunerado em suas próprias terras - que não mais lhe pertenciam*”. (citação de Eduardo Galeano em “*Veias Abertas da América Latina*”, na apresentação da obra de Las Casas, realizada por Eduardo Bueno. op. cit.)

³³. MARX, Karl., *O Capital*, p. 829.

A conquista das Américas não se efetuariam com o pleno consentimento dos conquistados, tampouco pela benevolência para com eles. Precisou, para se impor, arrancar pela força uma forma de vida contrária às suas necessidades. Em suma, a violência foi parteira daqueles novos tempos, não hesitando a burguesia, em momento algum, em promover a desordem no novo continente para que depois se pusesse a organizá-lo sob outras condições.

Na condição de força civilizadora, a educação do gentio selvagem foi o primeiro passo no sentido de permitir a colonização do novo continente. A pura rapinagem das riquezas naturais, característica de quase todo o primeiro século de conquista, deu lugar à vinda mais sistemática dos interessados em desbravar as novas terras em busca de riqueza e ao mesmo tempo preservar a posse dos descobridores.

Este sentido universal posto à educação pelas relações burguesas em processo de construção, onde a prática da violência desempenhou papel fundamental e a catequização das populações indígenas conquistadas abriu caminho ao seu pleno estabelecimento nas terras recém descobertas, não passou ao largo das terras brasileiras. Ensinar o que é comum a todos, no caso do Brasil, consistia em ensinar tudo aquilo que se fazia necessário para contribuir com a grandeza e prosperidade do reino português, ao mesmo tempo em que firmava o propósito burguês de auferir continuamente lucros quando da expansão dos mercados e do comércio a ele subjacente.

Cabe salientar, entretanto, que as linhas mestras para o que se desejava dos homens necessários ao Brasil daqueles tempos haviam sido definidas desde antes da chegada dos primeiros colonizadores, e não foram os portugueses artífices de tal projeto. Embora Portugal relutasse em incorporar as transformações que invadiam a Europa e não deixasse que penetrassem em seus limites com a mesma desenvoltura que tomara na Inglaterra, suas conquistas além-mar eram orientadas por aquilo que de mais novo se encontrava entre os homens: a conquista e dominação dos povos eram disseminadas tendo em vista a acumulação de riquezas e a troca de mercadorias e do seu incremento passava a depender o desenvolvimento das novas relações de produção.

Exemplificando um dos momentos da realização desse processo, vamos tomar emprestado à Antonil o que se dispôs a ensinar aos senhores de engenho para que esses fizessem

e acumulassem riquezas. Na sua obra **Cultura e Opulência do Brasil**, versará sobre todas as coisas necessárias ao cultivo da cana e a sua transformação em açúcar. Depois de conhecer no Recôncavo Baiano o engenho Sergipe do Conde, na época o maior e o mais afamado do país, e de se inteirar da produção em seus mais ínfimos detalhes, dedicou-se a deixar escrito...

*tudo aquilo que na limitação do tempo sobredito apressadamente, mas com atenção, ajuntei e estendi com o mesmo estilo e modo de falar claro e chão que se usa nos engenhos; para os que não sabem o que custa a doçura do açúcar quem o lavra, o conheçam e sintam menos dar por ele o preço que vale.*³⁴

Exatamente por tratar da produção da riqueza numa época em que o mundo assumia universalmente a forma burguesa, é que sua obra torna-se emblemática. E o é por estarem as forças produtivas sociais em plena expansão e nesse contexto estava inserido o Brasil, mesmo na condição de colônia. Além do mais, ao dispor sobre tudo o que deveria o senhor de engenho praticar como conquista à essa condição, deixaria revelado um profundo sentido educativo que previa, antes de tudo, o desenvolvimento das relações burguesas no Brasil.

Este é o caráter mais geral posto por uma sociedade em luta para consolidar uma forma de ser que tem no trabalho humano a base de sua existência. Se nele a produção aproveitava-se do trabalho escravo contrariamente à forma como ele se realizava nos centros mais desenvolvidos temos que atentar, em primeiro lugar, para o fato de que a escravidão foi a maneira possível de realização do capital numa terra que carecia de braços livres, pois como afirma Spindel...

...A produção de força de trabalho no processo de desenvolvimento dos países de industrialização tardia não é produto apenas do avanço tecnológico dos setores já integrados ao modo de produção capitalista. O processo de produção e reprodução do capital aí se efetiva também pela incorporação de formas de organização econômica não capitalisticamente estruturadas. Esta incorporação pode ocorrer de várias maneiras-destruição, manutenção, criação e reprodução das formas simples de

³⁴. ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora USP.

*produção de mercadorias- mas que serão sempre adaptações às formas mais compatíveis com o desenvolvimento capitalista*³⁵

Para que essa relação frutificasse era preciso desempenhar com a maior competência as tarefas exigidas, resguardando-a de antemão dos possíveis prejuízos que a falta de conhecimento da faina do açúcar poderia acarretar à fortuna pretendida pelo senhor, além do que, ser possuidor de escravos era lidar com mercadoria valiosa, pois constituía-se em fonte de riqueza para quem o possuísse e em moeda que possibilitava trocas. Para se evitar ocorrência do prejuízo, a educação daqueles destinados a direção desse processo - senhor de engenho - deveria ser minuciosamente definida, tratada nos seus ínfimos pormenores, exatamente o que fará Antonil em todos os capítulos que compõem seu livro.

Neles dispõe sobre todos os deveres do senhor que hão de fazê-lo digno e merecedor das mesmas considerações dos fidalgos do Reino pois possuidores alguns de receita de *“quatro mil paes de açúcar e de tantos outros haveres”*.³⁶ Para ser senhor de engenho é preciso *ter “capacidade, modo e agência que se requer na disposição e governo de tudo”*³⁷, ou seja, para adquirir o porte necessário que a tarefa exige, só conquistando-a na prática, com regras e procedimentos definidos. No dizer de Antonil, uma arte que se aprende e que, se não aprendida, pode pôr a perder empreita de tão alta envergadura: *“Contudo, de ter ou não ter o senhor de engenho cabedal e gente, feitores fiéis e de experiência, bois e bestas, barcos e carros, depende o menear e governar bem ou mal o seu engenho”*.³⁸ Ser senhor de engenho é demonstrar possuir aptidão para enfrentar as dificuldades da lida, a fazer ouvido mouco às reclamações de toda sorte, a ser hábil no trato dos empregados e escravos e, principalmente, a estar atento aos ensinamentos dos mais velhos *“que são mestres a quem ensinou o tempo e a experiência, o que os moços ignoram”*.³⁹

³⁵. SPINDEL, op., cit., p. 25.

³⁶. ANTONIL, op., cit., p. 69.

³⁷. Id. ibid., p. 75.

³⁸. Id., ibid., p. 76.

³⁹. Id., ibid., 102.

Portanto, aquele “*comum*” imprescindível para o caminhar da sociedade burguesa, o homem capaz de fazer fortuna e acumular riquezas, a efetuar trocas, a ter domínio completo das atribuições que tarefa exige, enfim, a tocar incessantemente a roda da história para diante, era encontrado na ação “*prática do se fazer senhor do engenho*”.⁴⁰

Nessa etapa da formação da sociedade burguesa, momentos de consolidação de seus postulados, importante se fazia estabelecer a distinção entre o novo e o velho homem. Para se ter fortuna não se exigia mais descendência nobre. Ter sangue azul não era mais um seu requisito, ao contrário, era empecilho a ser destruído, pois representava uma forma de viver contrária à própria vida. Homens de fortuna eram aqueles que se faziam na produção e entendiam-na em seus detalhes. Eram aqueles de olhos postos no movimento incessante da transformação da natureza em mercadorias. Portanto, ser senhor de engenho requeria “*cabedal e governo*”, discernimento para conservar e melhorar suas posses. Em suma, um ser impossível de ser identificado com os homens que haviam imperado até então, um homem que correspondia unicamente à sua época.

Temos que convir que a importância da obra de Antonil não se esgota nesta curta análise. Ao fazê-la, mesmo que rapidamente, quisemos corroborar a tese de que nela deixou impresso todo um processo de constituição do homem ideal para uma dada sociedade, ao tratar da educação daquele que seria responsável pela produção do que havia de mais caro àquela fase das relações burguesas no interior das colônias ultramarinas: a produção da riqueza expressa na forma de mercadoria açúcar.

Mas, Antonil, foi além. Não referiu-se somente à educação necessária a todos, mas tratou-a no seu aspecto singular, naquilo que urgia fazer para colocar o país na rota do movimento mundial. Nesse quesito, apesar de ser membro da Igreja, inimiga natural da classe emergente, não deixou de apreender o seu sentido mais avançado e de apontar as condições necessárias ao seu estabelecimento em terras brasileiras.

Já, quando da inauguração de *O Progresso*, a questão em termos mundiais era outra. Não se tratava mais de conformar o mundo e os homens às relações necessárias a um tempo

⁴⁰. Id., *ibid.*, p. 77.

novo, mas impedir que um novo tempo se instalasse. O “*espírito da época*” encarnava a revolução, o que vinha a exigir da classe dominante atenção redobrada aos desdobramentos trazidos pela luta havida entre seus interesses e os da classe antípoda.

Por isso quando apresenta ao povo do Recife seu propósito de instruí-lo para que chegassem portentosos ao mundo da luzes, o fará não sem antes apresentar os meios necessários para tal empreendimento e que se constituíam, em última instância, no conteúdo que cabia ser ensinado para que o ímpeto revolucionário que parecia endoidecer os homens fosse abortado:

*e não creia alguém que ao estabelecermos semelhante princípio, ao querermos ao mesmo tempo a ordem e a liberdade, reclamamos duas coisas contraditórias. Bem sabemos que, para aqueles que só podem ver uma face das idéias, é a liberdade antagonista e inimiga declarada da ordem, e que para eles também não pode a ordem reinar senão rareando e comprimindo a liberdade. Logo, tanto aqueles que escrevem em suas bandeiras que trabalham pela ordem, como os que escrevem que combatem pela liberdade, ambos se enganam, se entendem, excluir destes dois termos em favor do outro.*⁴¹

O discurso pela manutenção da liberdade, conjugada com o exercício da ordem plena, deveria soar contraditório numa sociedade escravocrata. No entanto, a liberdade da qual falava os redatores de *O Progresso* não comportava nenhum elemento que contradissesse a dinâmica das relações burguesas em território nacional pois, enquanto classe nacionalmente localizada, expressava-se em termos internacionais. Desta forma, seu pensamento expõe-se naqueles termos e nele estará subsumido todo o ideário que se pretendia genuinamente nacional. Assim, aquele conteúdo que correspondia às necessidades da burguesia, deveria barrar as forças que se opunham a permanência como classe dominante e, dentro das fronteiras nacionais, preparar terreno para a expansão das forças capitalistas exigentes de novos espaços.

Neste contexto entende-se que a educação põe-se, antes de tudo, como produto das lutas humanas, portanto, resultado dos embates que épocas distintas devem travar quando está em jogo ou a sobrevivência da classe até então dirigente, ou a postulação dessa condição por aquela

⁴¹. *O Progresso*, Tomo I, p. 6.

que se apresenta aos homens cercada de elementos inovadores. Caberá a própria luta definir o conteúdo a ser ensinado, como também instruir os representantes de cada uma dessas épocas acerca das estratégias de combate que deverão adotar durante a peleja.

Aos redatores de *O Progresso* coube ensinar à sua época que a entrada ao reino da civilização exigia a adoção de reformas que alterassem o estado de coisas no Brasil. Ao assim fazerem, validaram um dos meios utilizados na proliferação das idéias fundamentais à sociedade que se desejava moldar, em virtude da possibilidade dada historicamente aos homens em destruí-la por completo. À imprensa, da qual foram insignes representantes, estaria reservado papel sumamente importante no decorrer das lutas travadas entre liberais e conservadores e que foram o mote para a aparição de tantas folhas, jornais e periódicos naquele século.

O ideal de progresso que impregnara a mente dos brasileiros no século XIX, viera se gestando desde fins do século anterior no interior das condições que ensejaram a Revolução Francesa e que expressavam a luta havida no domínio do pensamento contra o Antigo Regime. Tanto na França, quanto na Inglaterra, as idéias progressistas encontraram campo propício para alastrarem-se com inaudita velocidade. Ressalta-se, no entanto, as diferenças existentes entre ambas, principalmente quando se descortina os passos dados pelo desenvolvimento burguês em seus domínios. Leonel explicita uma dessas diferenças, senão a mais importante para a compreensão do processo de produção das forças burguesas em seus domínios:

É fato consagrado que a Inglaterra foi gloriosa no domínio econômico tanto quanto a França foi a glória da política burguesa. Uma, senhora da revolução material, realiza a subversão total de produzir visando o lucro ao mesmo tempo em que as reformas nas suas instituições vão se conformando à nova realidade; a outra, senhora da revolução política, subverte, num só golpe, o poder constituído dando início à sua forma política com base no novo princípio da soberania popular, em substituição ao princípio hereditário.⁴²

⁴². LEONEL, Zélia. *Contribuição à História da Escola Pública: elementos para a crítica da teoria liberal da educação*. Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1994, p. 16-17.

Na Inglaterra, a intensidade de sua inserção no seio da classe trabalhadora promoveu movimento fortemente repressor, patrocinado pela direção conservadora do país. Sufrágio universal, liberdade de imprensa para a ação panfletária dos trabalhadores, abolição da escravidão nas colônias, eram reivindicações que colocavam as classes irremediavelmente em conflito, resultando na limitação dos direitos do povo impostos pelo *tories*.⁴³

A reação dos trabalhadores ingleses às Six Laws, instadas pelos *tories*, que “*visavam dar meios legais aos governos para proibir comícios sediciosos, suspender o habeas-corpus durante seis meses, mesmo em tempo de paz... Dispunham ainda sobre os meios legais de promover, pelo desatamento urgente dos processos, o enquadramento rápido e a condenação dos perturbadores da lei e da ordem...*”⁴⁴, ação reacionária que provocou a emigração maciça para o Novo Mundo. Saíram em grandes levas, artesãos, proletários, intelectuais e demais elementos, que se viam marginalizados econômica, social e politicamente dirigindo-se, principalmente, para o Estados Unidos. Junto com os milhares de imigrantes que buscavam vida melhor que aquela que levavam em seus países de origem, foi-se um forma de pensar correspondente ao pensamento burguês na sua fase progressista, inaugurando naquele país uma situação diversa daquela encontrada na Inglaterra.⁴⁵

Quanto à França de Vauthier, “*Mas a França, a França! Apesar da pobre civilização que a dilacera é ainda o país mais adiantado da terra ~ É ainda ali que se encontra o maior número de almas generosas e de corações nobres. É ainda ali que há verdadeiras luzes e germes de progresso*”⁴⁶, se não consolidara as suas possessões no Novo Mundo, nelas penetrava

⁴³. Considerações elaboradas a partir da obra de Wright, **O Desafio Americano...** op., cit., p. 7-8.

⁴⁴. Id., *ibid.*, p. 10-11.

⁴⁵. “*Na realidade, muitas vezes os elos entre a cultura européia da época e o pensamento norte-americano eram precisamente pessoas que não tinham sucesso ou campo de ação em seu país de origem, por serem avançadas, reformistas demais ou ainda tudo isso em conjunto. Muito desses elementos deslocados da Grã-Bretanha reacionária de 1815 a 1820 lançam-se em estranhas aventuras na América e vislumbraram os mais arrojados e ambiciosos programas inovadores*”. DORFMAN, Joseph. **The Economic Mind in American Civilization- 1606-1865**. Nova York: Viking Press, 1946, v. II, cap. XXI, pp. 575-84. In: WRIGHT, op., cit., cit., p.11.

⁴⁶. VAUTHIER, Luís Léger. **Diário íntimo do engenheiro Vauthier: 1840-1846**. Rio de Janeiro: SG/ MES, 1940, p. 103.

por força das idéias.⁴⁷ Só na biblioteca do Cônego Luiz Vieira, envolvido na *Conjura*, acusado nos *Autos da Devassa* de ardilosamente insuflar as idéias liberais nas cabeças dos revoltosos, foram encontrados desde Montesquieu, com **O Espírito das Leis e Grandeza e Decadência dos Romanos**, à **Enciclopédia** de Diderot e D'Alambert, Voltaire, Condillac e tantos outros, passando da metafísica à lógica, da história aos tratados de medicina.⁴⁸

O certo é que os brasileiros filhos da elite, ao irem estudar nos centros europeus, lá se deixavam contagiar pelo clima de progresso trazido pelas novas relações sucedâneas da feudalidade e, tomados pelas idéias liberais, para quais contribuiu prontamente o Iluminismo francês, voltavam desejosos de aqui as aplicaram. Retornando à terra natal defrontavam-se com as mesmas velhas idéias, com a mais completa submissão da colônia às medidas restricionistas dos portugueses e, principalmente, com um ambiente cultural avesso a qualquer tentativa de elaboração de um pensamento decididamente nacional.

Aqui, mais uma vez, revela-se a universalidade do ideário burguês. Onde a necessidade da burguesia passava pela manutenção das colônias porque essas colocavam-se enquanto mercados promissores tanto para as mercadorias produzidas nas metrópoles, quanto centro exportadores de matérias-primas, a política implantada foi a da mais completa desmobilização de qualquer tentativa de cortar o cordão que as mantinham asfixiadas aos interesses da pátria-mãe.⁴⁹

De certo temos, de um lado, a predominância inglesa na vida econômica do país e, de outro, as idéias francesas iluministas profundamente arraigadas no pensamento progressista

⁴⁷. Diz Wright: “A França, cujo perigo de futuras pretensões na América era enxergado por vezes até com exagero, tanto por ingleses como por norte-americanos, desempenhava o papel de terceira força nas querela anglo-americanas. Uniu e desuniu a antiga metrópole e a ex-colônia várias vezes, servindo de argumento de intimidação tanto de uma como de outra”. op., cit., p. 76-77.

⁴⁸. FRIEIRO, Eduardo. **O Diabo na Livraria do Cônego**. In: RODRIGUES, José Carlos. **Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1986, p. 25.

⁴⁹. Não é sem sentido, diz Wright, em obra já referenciada, “que as reivindicações dos inconfidentes, entre os quais figurava um bom número de proprietários rurais, fossem principalmente dirigidas, em última análise, contra o arcabouço institucional e especificamente contra os gravames dos impostos, inclusive ‘na maior parte dos gêneros que se introduzem de fora’; que fossem ainda pela ‘reforma’ do governo na Capitania para melhor proveito, no Brasil, de seus cabedais e de suas ‘minas’”. In: **Autos da devassa da Inconfidência**.

nacional. Contudo, somos cientes que não se pode creditar a elas algo além daquilo que efetivamente representaram. No Brasil ou em França, expressaram tão somente o substrato das condições materiais do momento histórico em que foram produzidas. Pode-se dizer, até, que eram a materialidade transmutada em idéias, ou como prefere Wrigth, ao referir-se ao alavancamento do comércio internacional realizado em terras brasileiras:

*Não é difícil perceber-se que nesse comércio de ritmo internacional havia elementos e oportunidades para a aceleração do processo de desagregação colonial; para essa aceleração concorreram novos conceitos de reforma e progresso que não se limitaram, necessariamente, às pregações dos philosophes, pois encontraram estímulos nas próprias transformações de caráter material que ali ocorriam.*⁵⁰

O estudo desse acontecimento tem ressaltado a questão da influência do pensamento estrangeiro, notadamente o francês, na origem dos movimentos sociais no Brasil.⁵¹ Quintas,⁵² por exemplo, verá no conteúdo de *O Progresso* um profundo enraizamento dos ideais socialistas de então, e subordinará o pensamento de seus redatores àqueles ideais propugnados pelo nascente movimento operário francês. Fernandes⁵³ partilhará da mesma posição ao escrever sobre a influência das idéias francesas nas lutas ocorridas no Brasil na primeira metade do século XIX, exatamente por virem impregnadas de forte sentimento de liberdade- um ideal precioso para quem se pretendia livre do jugo político e da forma arcaica de vida imposta pelos portugueses. No entanto, essa influência não parece ter o poder de por si só encaminhar as lutas

⁵⁰. WRIGTH, op., cit., p. 24.

⁵¹. É consenso, praticamente, entre os historiadores, que a Inconfidência Mineira foi a primeira manifestação de envergadura acontecida em solo brasileiro, traduzindo as idéias de igualdade e liberdade vicejadas na França. Mas é mister ressaltar, que as idéias que lhe sustentaram tinham um forte componente de materialidade, pois o que estava em jogo para os inconfidentes era o desvencilhamento da prática econômica nacional dos interesses portugueses. A liberdade proporcionada por uma efetiva separação da colônia da Metrópole consistia em o Brasil produzir e comerciar com as regras que haveria ele próprio de estabelecer.

⁵². QUINTAS, Amaro. *O sentido social da revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, (Retratos do Brasil, 55).

⁵³. FERNANDES, Aníbal. *Idéias francesas em Pernambuco na primeira metade do século XIX*. Recife: Imprensa Oficial, 1957 (Coleção Concórdia).

no Brasil nas suas mais diversas manifestações: as idéias “progressistas” só foram incorporadas ao pensamento porque as questões que ela abarcava já eram universais e, no caso brasileiro, as condições concretas de existência - ser colônia- parecia aos homens a negação da vida:

*O alvará de 5 de janeiro de 1785 extinguiu as fábricas de manipular o ouro e a prata, e as de manufaturar a seda e o algodão, estabelecidas nesta terra... Em 1809 o governo proibiu que se anunciassem livros sem a sua licença prévia... O Brasil, escreveu Melo Moraes, sentia nos tempos coloniais a maior opressão e vexame possíveis, porque até dotava as filhas dos reis, quando se casavam, a título de donativo voluntário, e todos eram obrigados a cobrir-se de luto pesado, quando qualquer pessoa da família real perecia, vindo da metrópole a indicação do estofo que se devia usar, sem exceção dos próprios mendigos. O brasileiro não passava de tenente, porque nesse posto não se dava patente. Os fidalgos e os magistrados pobres eram mandados para o Brasil a fim de enriquecer com casamentos vantajosos, ou por meio de extorsões... As artes e as ciências eram proibidas, como era proibida a entrada de livros que pudessem instruir os talentos brasileiros.*⁵⁴

Contrariando esta interpretação que valoriza extremamente a influência das idéias estrangeiras como força impulsionadora dos levantes nacionais contra a opressão portuguesa, Wrigth afirma que:

*... o impulso que levou os brasileiros a terem consciência de valores componentes de uma teoria da liberdade foi, em dado momento, profundamente afetado pela idéia de que as instituições coloniais portuguesas tenderiam a reproduzir aqui sua ênfase para a centralização, característica metropolitana, e suposta fonte de entrave ao progresso, sobretudo o progresso econômico do país.*⁵⁵

No século XIX, o debate sobre o progresso seria uma discussão que o Brasil não se furtou em realizar. Nas palavras de seus mais diversos adeptos, trouxe questões as mais variadas. Coube a imprensa assumir o papel de disseminadora das idéias que julgava mais

⁵³. ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, tomo 2, 1960, p. 410.

⁵⁵. WRIGTH, op., cit., p.23.

cabíveis ao estabelecimento das condições materiais, necessárias para “*diminuir a fraqueza relativa*” que presente em todos os setores da vida nacional. Ela notabilizou-se em participar ativamente da vida do país, construindo e desfazendo fatos, defendendo idéias ou combatendo opiniões contrárias aos interesses predominantes. Sua atuação junto ao público pautou-se pela função de propagadora das coisas ou discursos úteis, que pudessem contribuir com os interesses dos grupos políticos desejosos de tomarem ou de conservarem-se no poder.

Até a vinda da Família Real em 1808, a instalação da imprensa e a circulação de jornais ou folhas era terminantemente proibida. Essa proibição era justificada pelo temor de que as idéias revolucionárias presentes na Europa naquele momento - triunfo das idéias liberais - interferissem no domínio de Portugal sobre a colônia. O Brasil era a possessão mais rica dentre todas as outras que conquistara ao longo dos descobrimentos marítimos, por isso não media esforços em combater toda e qualquer ameaça que colocava essa condição em perigo.

Além das ameaças de invasão estrangeira, Portugal enfrentava internamente focos de descontentamento gerados pela política de restrição que impusera ao Brasil e era levada a ferro e a fogo por seus representantes nas províncias. A Inconfidência Mineira, movimento reprimido violentamente talvez seja, em função dos ares de terror que assumiu, o que melhor exprimiu o desejo dos brasileiros, em fins do século XVIII, em adquirir liberdade na condução das atividades econômicas e políticas. Rodrigues, afirma que o movimento da Inconfidência foi resultado “... *de uma intensa consciência popular, ciente de seus poderes, não só econômicos, mas, igualmente, políticos*”:

*O moderno conceito de soberania popular, vitorioso na Europa e na América do Norte, já estava presente em terras mineiras. Diante disso questiona-se a legitimidade do Rei de Portugal sobre o Brasil, conforme se vê nos próprios depoimentos dos Inconfidentes. Por isso, com uma consciência clara de seu valor como povo, a asfixia política e econômica dará lugar a uma radical tomada de posição.*⁵⁶

⁵⁶. RODRIGUES, op., cit., p. 24.

Silvio Romero anota o influxo dos acontecimentos sociais daquele período no ânimo dos brasileiros: “O último decênio do século XVIII foi de profunda agitação na Europa e na América. O Brasil ressentiu-se deste estado geral dos povos ocidentais”,⁵⁷ e as idéias de liberdade tão temidas pelos portugueses se coadunaram ao desejo de separar o Brasil da Metrópole na fracassada Revolução Nativista de Pernambuco, ocorrida em 1817. Os eventos políticos acontecidos nas Américas também contribuíram para que aqui se fomentasse o desejo de se dar novo rumo ao país:

*Proclamada a independência das colônias inglesas do Novo Mundo e fundados os Estados Unidos, a Declaração da Independência empolgou os jovens brasileiros, todos já imbuídos da idéia de pátria. Um Brasil livre, sem vínculos coloniais com a metrópole portuguesa, acendeu a imaginação e a emoção dos moços estudantes, dos poetas e prosadores, que haviam recebido o sopro renovador das idéias iluministas.*⁵⁸

Preocupava-se a Metrópole com a difusão das idéias liberais na Colônia, permitindo a instalação da imprensa no Brasil a partir de 1808. Diz Bahia que em fins do século XVIII, a arte da impressão era atividade clandestina e, em 1706, fora fechado em Pernambuco um prelo pela autoridade colonial. Em 1747, a Carta Régia, de 10 de maio, “*proíbe a impressão de livros ou papéis avulsos na tipografia de Antonio Isidoro da Fonseca*”,⁵⁹ aberta em 1746 na cidade do Rio de Janeiro. O domínio português, continua Bahia, “... de 1500 até o desembarque de D. João VI, se exerce para asfixiar toda e qualquer manifestação livre do pensamento... onde a palavra imprensa é considerada crime”.⁶⁰ Os que ousavam praticar a arte da impressão, quando descobertos, sofriam rígidas penas: a tipografia era fechada, os infratores mandados para a prisão e exílio e os tipos gráficos sequestrados e enviados para a Metrópole. Assim, as razões de

⁵⁷. ROMERO, op., cit., p. 411.

⁵⁸. SCANTIMBURGO, João de. **O Brasil e a Revolução Francesa**. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 56.

⁵⁹. BAHIA, J. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990, p.10.

⁶⁰. Id., *ibid.*, p. 10-11.

Portugal para “*impossibilitar a tipografia e o jornalismo... são razões de Estado*” que visavam:

*...garantir o colonialismo, conservar incólume o despótico controle de seus interesses políticos e econômicos, deter pela força as aspirações de liberdade e justiça ... um simples registro, uma qualquer notícia, ainda da mesmo uma pura observação teórica, acadêmica, sobre potencialidades locais geram reações virulentas da intransigente autoridade colonial.*⁶¹

Em meio a esses temores, Portugal se ocupava em obstar a circulação de obras literárias que revelassem a magnitude das riquezas naturais da colônia. Caso notório foi o de Antonil, antes citado, que teve sua obra confiscada “*por desvendar intimidades da lavoura e das minas e os principais itinerários da Colônia*”,⁶² e dar notícias precisas acerca das riquezas existentes no país. Este relato, salienta Bahia, apesar de liberado pelo Santo Ofício, “*é apreendido pelo governo do Reino sob a alegação de que as informações nele contidas poderiam atrair a cobiça de outros países. É a época em que as transações comerciais com estrangeiros, se praticadas sem licença, constituem crime político*”.⁶³ Caldeira, em *A Nação Mercantilista*, afirma que “*duas semanas depois de lançado o livro, o Conselho Ultramarino emitiu um parecer pedindo a sua proibição*”:

*...se deveria recolher o livro e não o permitir que se vendesse, convindo, também, que de futuro fosse ouvido o mesmo Conselho acerca da impressão de obras que tratassem do assunto das conquistas, para que os particulares destes não se revelassem as nações estrangeiras. Conviver com um livro que revelava o caminho das minas e fazia comentários sobre preços locais e a extração do ouro parecia um risco excessivo. Quando se tratava de cultivar a ignorância no Brasil e sobre o Brasil, o governo português não titubeava.*⁶⁴

⁶¹. Id., *ibid.*, p.12.

⁶². Id., *ibid.*, p.12.

⁶³. Id., *ibid.*, p.12.

⁶⁴. CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999, p.13.

Se a imprensa não podia informar aos brasileiros sobre as idéias mais avançadas da época, essas eram introduzidas por outras vias. Os religiosos ligados aos estabelecimentos de ensino, por exemplo, se encarregaram de para cá trazer as obras mais significativas da época, principalmente as disseminadas no período pombalino, lufada de ares novos que varrera Portugal por um certo período. Coube ao seminário de Olinda, dirigido pelo Padre Azeredo Coutinho, parcela de culpa pela proliferação daqueles ideais iluministas embaixadores dos movimentos sociais que sacudiram a província de Pernambuco nas três primeiras décadas daquele século, porque lá se adotara um plano de estudos que, *“negando os fundamentos feudais da instituição, aderiu à perspectiva burguesa revolucionária, na segunda metade do século XVIII”*.⁶⁵

Embora o Brasil representasse para Portugal *“pequeno valor econômico no momento de sua descoberta”* e este coincidissem com o *“início da etapa da evolução comercial marítima, conhecida por era oceânica”*,⁶⁶ durante certo tempo ele se constituiria em fonte não rendosa para a Coroa, quando esta se ocupava tão somente com a indústria extrativista. Com a notícia de que a Espanha havia encontrado metais preciosos em suas possessões, Portugal traçaria nova política para sua ocupação sem internamente permitir as transformações presentes à época, impulsionada pelo advento das descobertas marítimas e que movimentavam os homens nos países próximos a si. Até a chegada da Família Real e da corte portuguesa em 1808, a prática econômica brasileira voltava-se apenas ao atendimento dos interesses esboçados no Velho Mundo. Portugal, que detinha a posse das terras do Brasil, foi o agente expensor das necessidades burguesas ao mesmo tempo que se apropriava sem medidas de todas as riquezas nele produzidas, fato que leva Pinto de Aguiar afirmar que:

Toda a política portuguesa no século XVIII, até pouco depois de Pombal deixar o ministério, baseava-se nos princípios mercantilistas, segundo os quais as colônias existiam apenas para enriquecer as metrópoles... Ao abrirem-se os portos brasileiros, faltava pois uma indústria organizada

⁶⁵. ALVES, Gilberto L. **O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836**. Ibitinga, SP: Humanidades, 1993, p.184.

⁶⁶. SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil: 1500/1820**. 7. ed. São Paulo: Nacional: Brasília: INL, 1977. p. 49.

*em bases capazes de competir com os ingleses, de modo que as tarifas baixas a que se sujeitaram, em 1810, os produtos têxteis, eliminariam, por várias décadas, quaisquer possibilidades de um surto industrial no Brasil.*⁶⁷

Do começo do século XIX até a década de 40, a situação material pouco mudara no Brasil. As raras manufaturas instaladas no primeiro quartel do século não lograram sucesso e a indústria açucareira dava os primeiros sinais de definhamento quando das investidas, no mercado mundial, do açúcar produzido nas colônias inglesas através de técnicas mais modernas e com investimentos na melhoria das sementes, provocando maior concorrência e diminuindo sensivelmente o número de compradores estrangeiros que preferiam negociar com um açúcar de melhor qualidade e com preços mais baixos.

No campo da política interna, as disputas acirravam-se cada vez mais entre os liberais e conservadores. Em 1842 o Regresso, forjado em 1837, haveria de se impor vitorioso. Os conservadores conquistaram a Maioridade de D. Pedro II às custas do sacrifício do Partido Liberal: estava ali, naquele episódio, demonstrado a *“inviabilidade do radicalismo político favorecendo a difusão de idéias moderadas e conciliatórias. Até o final da década de 40, o Partido Liberal ainda terá alguma atuação política. Aos poucos ele será absorvido pelo Partido Conservador”*.⁶⁸

Desta forma, falar sobre a ação educativa realizada pela imprensa brasileira no decurso do século XIX não soa como algo impróprio ao campo da pesquisa educacional, na medida em que o propósito aqui é revelar a forma como a educação necessária a uma classe determinada, dominante, pois, realiza a transição entre idéia e prática. Significa, principalmente, revelar como esse objetivo de fazer progredir o Brasil num momento em que as bases fundantes da civilização burguesa encontravam-se corroídas, exigindo a formulação de um discurso que, se, num primeiro momento, parecia dedicar-se aos problemas nacionais, por outro lado escondia na sua origem a árdua tarefa de construir um pensamento que tirasse a história da vida dos homens.

⁶⁷. PINTO DE AGUIAR. **A Abertura dos Portos do Brasil**. Salvador: Progresso, 1960, p. 37.

⁶⁸. RODRIGUES, op., cit., p. 97.

Este é o sentido educativo presente na atuação de parte da imprensa brasileira no século XIX. Sua importância, como mediadora desse processo, era largamente requisitada por uma sociedade que carecia de meios mais eficazes de propagar os “conhecimentos úteis” ao seu desenvolvimento. Na **Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais**,⁶⁹ datada de 30 de dezembro de 1827, no capítulo sobre a *Instrução Pública*, Vasconcellos salienta ser objetivo da Assembléia-Geral “a vulgarização quanto fosse possível” da instrução. Para isso, atribui a imprensa a tarefa de disseminá-la:

Um dos mais proficuos meios de disseminar a instrução pelos membros de uma sociedade é a liberdade de imprensa; a experiência das nações cultas. Demonstra com evidência esta verdade. Como poderia uma Nação chegar ao conhecimento do bom ou mau procedimento de seus servidores, se não se não houvesse liberdade de o publicar pela imprensa. As informações raras vezes são exatas quando os informantes não temem a pública censura. E como se obteria o conhecimento dos fatos de que se pede informação, se a imprensa não os publicasse? Demais é pela imprensa que se propagam os conhecimentos úteis ?⁷⁰

A propagação dos “conhecimentos úteis”,⁷¹ das “ciências”, como queria a revista em estudo e tantas outras que se inauguraram compenetradas no mesmo objetivo, além de exprimirem ato profundamente educativo quando se dispuseram instruir seus leitores apresentando-lhes as inovações tecnológicas que faziam uma nação próspera e aquilo que a situava avançada em termos culturais colocavam-se, dentro dos moldes estabelecidos pela visão política de cada um desses divulgadores do saber, seja ele dessa ou daquela natureza, como peça fundamental para o estabelecimento do progresso em terras brasileiras.

⁶⁹. VASCONCELLOS, *Manifesto*, op. cit. p. 92.

⁷⁰. Id., *ibid.*, p. 180.

⁷¹. *O Paulista*, jornal criado em 1823 por Antonio Mariano Azevedo Marques, ao reclamar da falta de um prelo para compor seu jornal- era inteiramente manuscrito- reforça a afirmação de Vasconcellos de que a imprensa se fadava a propagar “luzes”: “Como desgraçadamente não tem sido possível à província de São Paulo obter um prelo para se comunicarem e disseminarem as idéias úteis e as e as luzes tão necessárias num país livre, é mister lançar mão do único meio que nos resta”. In: *BAHIA*, op., cit., p. 41.

Vejamos, para efeito de ilustração, as palavras de Ferreira Soares⁷² sobre a participação da imprensa no debate sobre a carestia dos gêneros agrícolas, publicados na forma de opúsculo no *Jornal do Commercio* com a intenção “*de combater a idéia infundadamente propalada de que o país não continua a progredir em sua indústria agrícola...*”.⁷³

*Agora que já não se ouve reboar o eco dos partidos, que a todo o transe queriam vencer, arrojando a imprensa para o lodaçal dos doestos e recriminações, desvirtuando e apartando-a da elevada missão de civilizar moralizando o povo, me parece ser ocasião oportuna de chamar a atenção dos homens considerados do país para a nossa principal fonte de riqueza, a Agricultura.*⁷⁴

O papel da imprensa, excetuando as costumeiras exceções, não se limitava apenas a anunciar os problemas nacionais, mas despontava como um dos únicos meios disponíveis para a propagação das grandes debates que versavam sobre as causas dos empecilhos que revestiam as atividades econômicas no país. Desde a questão da adoção das técnicas agrícolas mais avançadas, que pudessem melhorar o rendimento das espécies plantadas, até as relativas a permanência ou não do trabalho escravo como fonte produtora da riqueza ou a descrição pormenorizada dos avanços obtidos pelas ciências ditas exatas nos centros europeus, como as realizadas pelo *O Progresso*, a tudo estendeu os seus braços, procurando alcançar o mais alto que podia, na vontade explícita de levar o país a um estado de progresso mais compatível ao alcançado pelos países industrializados.

Pode-se dizer, até com relativa segurança, que a atuação da imprensa contribuiu para disseminar idéias, promover debates, pôr os homens em comunicação. Através dela muito se

⁷². SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios*. Rio de Janeiro: Tipografia. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 1860. O autor advoga nessa obra, constituída por uma série de artigos publicados através da imprensa, a necessidade de se proceder a um levantamento estatístico, matéria ainda praticamente desconhecida no Brasil e pouco adotada por outras partes do mundo, para que se comprove que a alta dos preços e a conseqüente carestia de alimentos não provinha da falta de braços, principalmente dos escravos, mas sim da prática do comércio agrícola de exportação em detrimento dos gêneros de subsistência.

⁷³. Id., *ibid.*, p. 5.

⁷⁴. Id., *ibid.*, p. 11.

forjou daquilo que se acreditava propício ao desenvolvimento do Brasil, ainda que constantemente tenha servido aos interesses particulares dos grupos em disputa pela condução política do país. Mas, de certa maneira, compreendemos essas disputas como parte das lutas que os homens enfrentam quando se têm em vista a construção de uma sociedade que prima pela busca incessante do lucro, e que, por isso mesmo, faz do combate político uma das faces deste embate.

Retomando Ferreira Soares- na crítica que este faz a permanência da exploração do trabalho escravo- é possível visualizar com mais detalhes a importância da imprensa junto ao debate que ocuparia quase um século da atenção dos brasileiros e que ensejaria ferrenha pressão internacional por sua cessação, tendo em vista o anuviamento das crises provocadas pelo excesso de mão de obra nos centros produtores de mercadorias industrializadas, e que se fariam sentir com mais intensidade a partir de 1840.

*Já houve quem pela imprensa se abalançasse a sustentar a necessidade que tinha o Brasil de recomeçar o nefando e bárbaro comércio da escravatura africana! Respeito as intenções alheias, e mesmo quero supor que de muito boa fé foram escritos os artigos a que me refiro; porém lamento que haja no meu país quem se atreva sustentar que só com escravos se pode fazer prosperar a agricultura e com ela o comércio interno e externo do Brasil!*⁷⁵

Na questão do trabalho escravo está contido, a nosso ver, um dos momentos preciosos para o entendimento do processo educativo que perpassa pela sociedade burguesa desde quando se pôs aos homens como forma possível de ser. A instauração das suas relações em solo brasileiro exigiu a continuada importação de braços escravos para movimentar a produção da riqueza, seja na forma de exploração dos produtos tropicais ou na extração de minérios, seja na transformação da cana em açúcar. Para tanto, precisou-se educar para a prática da submissão forçada de homens a outros homens, como vimos em Antonil- “Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo que se há com eles, depende tê-los

⁷⁵. Id., *ibid.*, p. 14.

bons ou maus para o serviço".⁷⁶ Quando, no entanto, o capitalismo cria as condições para a dispensa da força de trabalho nos locais onde se encontra mais desenvolvido e precisa, para sua sobrevivência, se expandir nos territórios predominantemente escravocratas, criando novos mercados, exige a condenação da escravidão, situando-a no patamar das injustiças que se cometem contra seres humanos indefesos.

Por isso mesmo quando acusam, através da imprensa, a falta de braços escravos proporcionada pela *"cessação do tráfico em 1851, e da mortandade que fez o cólera em 1855 na população escrava"*,⁷⁷ do definhamento da agricultura nacional, há quem brade indignado com tal acusação, como Ferreira Soares, argumentando: *"Idéias tão errôneas propaladas inconsideravelmente criam preconceitos que devem ser combatidos em benefício da moral e da dignidade nacional"*.⁷⁸

Embora a escravidão em si não deixasse Ferreira Soares constrangido, até a reconhecia necessária em tempos idos – *"eu concordaria, em parte, que a escravatura africana era um bem poderoso auxiliar para os trabalhos rudes de nossa agricultura, mas as minhas vistas não se fixam só no presente; eu desde já prevejo as suas maléficas conseqüências no futuro..."*⁷⁹ – toda sua argumentação caminhava no sentido de que era preciso construir uma outra ordem econômica, onde se arregimentaria *"grande número de braços inativos e desaproveitados no país, e que devem ser compelidos ao trabalho. Sem que seja preciso ir a outros lugares, peço que se lance uma vista de olhos para esta populosa capital, onde o luxo contrasta com a hedionda miséria, não por falta de trabalho, mas em sua máxima parte procedente da preguiça"*,⁸⁰ pois ele próprio já verificara e provara por meio de notas estatísticas que, com o fim do tráfico, ainda sim *"o Brasil prospera na sua marcha industrial"*.

⁷⁶. Antonil, op., cit., p. 89.

⁷⁷. Id., ibid., p. 14.

⁷⁸. Id., ibid., p. 14.

⁷⁹. Id., ibid., p. 6.

⁸⁰. Id., ibid., p. 363.

Assim, se outrora, o Brasil não podia prescindir dos braços escravos, em sua época a questão da escravidão se apresentava envolta em novas roupagens. O novo discurso, portanto, vem a ser impregnado de forte conteúdo moral onde, de necessário, o comércio de escravos passa a ser visto como *bárbaro e nefando*, impossível mesmo de se admitir que dele pudesse “*provir o apogeu da nossa prosperidade*”:

*Torno a repetir que a extinção do tráfico é no meu entender o passo mais feliz e acertado que demos depois da nossa independência política, desde já felicitar a nossos filhos por terem de gozar das vantagens de uma melhor época, que aquela que vamos atravessando. Não sou egoísta, e muito menos sei expressar o que não sinto, portanto digo que, ainda mesmo que nos custe algumas privações a extinção do tráfico, devemos sofrê-las resignados, em atenção ao serviço real que fazemos à posteridade, legando a nossos filhos uma pátria digna deles. sem nódoa do barbarismo anti-cristão, que de alguma forma nos fazia desmerecer no conceito dos povos civilizados, além de que era um cancro que nos dilacerava as entranhas lentamente.*⁸¹

Essa sua proposta para sanear a carestia de alimentos no país visava “educar” os nacionais para o trabalho,⁸² acostumados que estavam a viver na miséria, para que fossem destinados as atividades consideradas apropriadas ao bem estar social do país, e não naquelas onde grassasse excesso de liberalismo:

⁸¹. Id., *ibid.*, p. 8.

⁸². Veja-se as palavras furiosas de Vauthier, anotadas em seu Diário, sobre a falta de disposição dos brasileiros para o trabalho: “... *Que gente! Não recua diante de nenhuma expressão, por mais exagerada que seja, do amor mais ardente e do entusiasmo arrebatador. Não pensa, estou certo, nem a quarta parte de uma só das palavras que escreve. Que povo de farsas e de aparências exageradas! Era uma terra admiravelmente preparada para a cultura das idéias políticas; assim, pois, como elas medram! Isso me enoja. Quando falam de seu país, tudo o que lhe sucede de mau atribuem à falta de patriotismo. Sim, de fato, o patriotismo é nobre e bom, como todos os sentimentos que, nos homens, derivam do uniteísmo, mas ele é cabível, infelizes, em meio a vossa desordem e de vossa miséria...? Trabalhai por melhorar vossa posição. Trabalhai! Movei os braços e a inteligência e tereis depois o patriotismo. Eu gostaria bem que alguém pedisse a um desses vadios que tanto falam de falta de patriotismo, que carregasse uma mira e ajudasse a fazer um nivelamento... Diria logo que não é nem criado nem cativo, que é livre e que não nasceu para carregar coisa alguma. Pobres criatura!*” VAUTHIER, *Diário*, op., cit., p. 114

*Falta ainda à polícia lançar suas vistas para uma indústria também bastante duvidosa, qual a dos tais vendedores de fósforos e músicos ambulantes, que a cada canto se encontram nas ruas desta capital: tudo isso será muito comum na Europa, onde superabunda a população; mas entre nós ainda não se precisa dessas indústrias dúbias, e só daquelas que fazem a prosperidade das sociedades... E porque nós devemos ser conseqüentes, se lamentamos a falta de braços para a cultura das terras, como consentimos que se conservem tantos focos de imoralidade e preguiça no centro da capital do Império?*⁸³

Como Ferreira Soares tão bem sintetizou, a questão urgente da sua época era estabelecer novas regras de existência para a sociedade. Era o retorno à moral e que, no caso do Brasil, revelava-se através da necessidade de levar aquela massa de homens livres, vivendo praticamente dos frutos de uma natureza generosa, aos condicionamentos exigidos pelo trabalho compulsório, ainda que este se desse na lavoura e não nas fábricas por serem estas praticamente inexistentes.

De que maneira condicioná-los ao trabalho depois de séculos dele apartados? Educando-os para o trabalho na lavoura, fundando colônias e fixando os homens ao campo através de regras rígidas, criteriosa e fielmente observadas pelos trabalhadores. Pedia o autor para que não considerassem sua proposta uma utopia por tê-la desenhado em pormenores, pois seu intento se explicava pela profunda fé de que os problemas nacionais em relação aos gêneros alimentícios e a abundância de braços ociosos que punham em perigo a existência do país, seriam resolvidos se a sua população se dispusesse a produzir pelo trabalho compulsório:

*... porquanto tenho para mim que o mesmo trabalho é um hábito que como outro se adquire; demais, a terra uma vez regada pelo suor do trabalhador, este a principia a amar como seu melhor recurso, e não a abandona sem sentir nisso desgosto... É preciso que se convençam os Brasileiros de que entre nós só um Homem é necessário, e esse Homem o temos Sábio e Virtuoso, para nos imprimir a força simbolizando a unidade; todos os mais podem ser substituídos, sem que se sinta a menor falta, e nem mesmo disso se aperceba o país.*⁸⁴

⁸³. Id., *ibid.*, pp. 363-4.

⁸⁴. SOARES, op., cit., p.353.

Havia se inaugurado um tempo em que a virtuosidade não era mais a de desempenhar perfeitamente uma determinada operação durante a confecção da mercadoria, mas a do trabalho que regenera e moraliza, transformando o homem num ser de “*espírito elevado*”, dignificado, pois amante do trabalho e cumpridor das suas obrigações. Não importava se a requisição dos braços livres da qual dispunha o Brasil em abundância teriam destino a lavoura ou as das práticas econômicas próprias as cidades, comércio, principalmente. A questão estava em envolver o trabalho no invólucro da moralidade, resgatá-lo do interior dos conflitos e proceder a sua reabilitação apagando os vestígios de insanidade da qual a burguesia, na sua fase de exorbitante exploração, o havia revestido.

Esta era a questão da época, problema que contemplava toda uma sociedade. De envolver os homens no cumprimento dessa tarefa passou a depender a sobrevivência da burguesia. Embora distante dos centros industrializados onde mais rapidamente se fizeram sentir os efeitos do avanço histórico das relações capitalistas, e inviabilizados enquanto testemunhas oculares dos acontecimentos que sacudiram a Europa em fins da primeira metade do século XIX, os brasileiros que se dispuseram a buscar soluções para o atraso nacional não deixaram, contudo, de refletir questões universais, conquanto apontassem soluções específicas ao grau de desenvolvimento que apresentava.

No que poderia contribuir a revista *O Progresso* para a propagação desse debate? Constatada as causas dos problemas nacionais, dimensionado seu alcance, a solução estaria em instruir os homens mais próximos a si acerca dos benefícios advindos dos progressos materiais. Para conquistá-los, o caminho a ser traçado teria de conter elementos suficientemente capazes de distanciá-los das conseqüências que o desmesurado progresso das potências mais desenvolvidas não soube evitar. A chave estaria em reformar o estado social, reformando de antemão os homens.

CAPÍTULO 2

A revista *O Progresso* e seu fundador, Antonio Pedro de Figueiredo.

É a tipografia que se deve a possibilidade de divulgar as obras que as circunstâncias do momento solicitam, ou os movimentos passageiros de opinião, e através disso interessar, sobre cada questão que se discute em um ponto único, a universalidade dos homens que falam uma mesma língua. (ênfase nossa)

Condorcet.

Num dia de abril de 1846, quatro amigos passeavam pelo Trapiche Novo rumo ao bairro de Santo Antonio. Dos quatro viandantes, “três tinham bebido as sãs e generosas doutrinas da escola societária na sua mais límpida fonte” e o quarto “ainda se achava emergido nas trevas do ceticismo... era um perfeito civilizado”.⁸⁴ Andando, conversavam sobre o “total desbarato” que atingia Pernambuco e sobre todos os outros assuntos que tal situação suscitava - “lugares comuns ordinários” - quando viram um dos empregados públicos demitidos pela administração da hora. Tal visão levou-os, depois de um loquaz diálogo, às seguintes conclusões: o governo administrativo do liberal Chichorro da Gama,⁸⁵ por colocar-se contra os interesses do povo na medida em que governava para os seus, era um mal a ser combatido. A ele era preferível o

⁸⁴ . Valemo-nos, para a elaboração deste trabalho, da seguinte edição da revista: “*O Progresso*, revista social, literária e científica, reedição feita pelo Governo do Estado de Pernambuco como parte do programa de comemorações do centenário da Revolução Praieira, organizada e prefaciada pelo prof. Amaro Quintas, em Recife, Imprensa Oficial, cuja compilação se deu através da edição original pertencente ao Arquivo Público do Estado. A reedição apresenta-se dividida em três tomos. A história aqui relatada, consta do artigo Variedades, escrito por Antonio Pedro de Figueiredo, Tomo II, pp. 397-401.

⁸⁵ . Antonio Chichorro da Gama, foi presidente da província de Pernambuco no período compreendido entre 11 de junho de 1845 a 19 de abril de 1847. Membro do Partido da Praia, uma dissensão do Partido Liberal pernambucano, praticou o mesmo tipo de política que tanto os Praieiros haviam criticado e combatido aos conservadores: “a de ajustar a administração aos seus interesses” (REZENDE, Antonio P. *A Revolução Praieira*. São Paulo: Ática, 1995, pp. 12-4), favorecendo seus partidários e reavivando na população de Recife ressentimentos contra a elite açucareira que remontavam ao período colonial.

“despotismo do Czar Nicolau”. O que fazer, então, diante de um sistema de governo que dá a *“algumas centenas de intrigantes o meio de viver à custa do suor do pobre povo? Ainda mais quando as forças vivas da nação se gastam nestas lutas interiores e o progresso fica indefinidamente interrompido”*?⁸⁶ De onde vinha este mal, pergunta um deles? Outro responde: *“todo nosso mal vem da falta de opinião pública, ou antes de seu sono”*.⁸⁷ Para despertá-la, a opinião pública, só havia um remédio: a imprensa.

Assim concluído, os três primeiros amigos decidiram-se pela publicação de uma gazeta que tomasse a peito a causa da humanidade, *“a do povo que geme, paga e se cala”*.⁸⁸ Um órgão de imprensa que ensinasse *“ao povo os seus direitos e deveres”* e mostrasse-lhes *“os seus verdadeiros amigos, - os que curam de melhorar a sua desgraçada condição”* pois, até aquele momento, Pernambuco só conhecera *“gazetas votadas aos interesses de partido, que se barateiam insultos às mãos cheias...”*. No dia 12 de julho de 1846, circulou pelas ruas de Recife o primeiro número da *“revista social, política, literária e científica” O Progresso, órgão das idéias de progresso social na América do Sul*.⁸⁹

Estes trechos, extraídos das páginas de *O Progresso*, revelam o clima político reinante em Pernambuco naquele momento. Exatamente porque nascera em meio ao cenário das lutas intestinas travadas pela elite pernambucana dividida em conservadores e liberais, e tivera uma atuação diferenciada do grosso das demais publicações declaradamente nascidas para fazerem a defesa das facções em contenda, ou servirem de veículo para a divulgação de suas idéias,⁹⁰ é possível afirmar que foi um acontecimento singular, um empreendimento admirável para a

⁸⁶. *O Progresso*, Tomo II, p. 23.

⁸⁷. *Id.*, p. 24.

⁸⁸. *Id.*, *ibid.*, p. 28.

⁸⁹. *Id.*, *ibid.*, p. 400.

⁹⁰. No trabalho sobre a imprensa pernambucana à época da revolução Praieira, **Posições Políticas na Imprensa Pernambucana: 1842 a 1849**, realizado por Izabel Andrade Marson, a autora sustenta a tese de que o surgimento de incontáveis jornais, panfletos e periódicos durante a década de 40, no século XIX, tiveram por objetivo sustentar e também fazer proliferar as idéias dos partidos e grupos em guerra. Reduz, com essa argumentação, a discussão do problema a uma questão meramente política, onde se deve considerar ponto de partida da luta veiculada através da imprensa, os interesses particulares da elite em dissensão para ocuparem cargos e postos tendo em vista a manutenção dos seus privilégios e de poder nos limites provinciais. A nosso ver, essa luta expressa, no particular, a forma de realização do geral- relações mundiais- em território nacional.

época, tamanha a importância das questões trazidas por seus artigos, reveladoras que são do processo histórico brasileiro.

Como anunciamos na Introdução, nosso propósito é analisar as idéias veiculadas em suas páginas, idéias que previam instruir os homens de sua época sobre os rumos mais indicados para a instalação do progresso em terras brasileiras. Assim, em se tratando de um objeto desconhecido para a historiografia educacional e só mais recentemente conhecida pela historiografia brasileira, faz-se necessário informações mais precisas sobre a sua origem e significado.

Adormecida para o público desde a morte de Antonio Pedro de Figueiredo, seu principal articulista, a revista *O Progresso* só retornou à vida graças aos reiterados pedidos de Gilberto Freyre⁹¹ para que a tirassem do esquecimento, face a originalidade presente em seu pensamento e por trazer farto material para o conhecimento do Brasil do século XIX. Durante anos conviveu com as estantes do Arquivo Público de Pernambuco, e de lá saiu pelas mãos do professor Amaro Quintas ao atender aos apelos de Freyre para que não desprezasse a revista quando das suas pesquisas sobre “*as causas e acontecimentos da Revolução Praieira*”,⁹² revista que, diria depois, é depositária “*de idéias que são verdadeiras antecipações em vista de seu avanço e de seu adiantamento para a época*”.⁹³

Barbosa Lima Sobrinho reafirma a opinião de seu conterrâneo ao tomá-la como uma

⁹¹. Nos seus livros *Nordeste* e *Um Engenheiro Francês no Brasil*, Gilberto Freyre aponta a urgência em se tirar do esquecimento a figura do seu redator chefe, Antonio Pedro de Figueiredo. Entusiasmado com o que lera dos seus artigos, tanto os publicados no *O Progresso* quanto no folhetim *A Carteira* e *Diário de Pernambuco*, sobre ele diz: “É tal a independência e a sobriedade de alguns dos seus ensaios, que se tem às vezes a impressão de alguém que tivesse a vantagem da distância- vantagem que a condição de estrangeiro dá quase sempre ao observador- a completar-lhe a de intimidade profunda com o meio em que nasceu... Antonio Pedro de Figueiredo, adjunto do Liceu de Pernambuco e redator-chefe da revista *O Progresso*, é dos três (Natividade Saldanha e Tobias Barreto) o que mais interessa a quem procura estudar a história intelectual, e ao mesmo tempo a social, da região, durante o primeiro século de independência. Porque em sua crítica social e de idéias, ele soube resistir, melhor que os outros, às sedução do panfleto, da oratória e da demagogia, por um lado, e do exotismo, por outro”. (NORDESTE: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio. 1967, pp. 116-7.

⁹². Estes estudos resultariam no ensaio de interpretação *O Sentido Social da Revolução Praieira*, publicado em 1967 pela editora Civilização Brasileira, na série Retratos do Brasil, onde este autor procura ressaltar a imagem de Figueiredo como um dos precursores das idéias que sustentaram a ação dos Praieiros e também como um dos divulgadores do socialismo utópico naquele meado de século.

⁹³. QUINTAS, In: *O Progresso*, Tomo I, p. II.

“publicação notável” que permitiu aos recifenses a discussão das idéias mais avançadas produzidas na Europa em meados do século XIX:

*Coube-lhe divulgar notícias e artigos a respeito da extensão do socialismo na Suíça, nas comunas da Alemanha, assim como em torno das idéias de Saint-Simon, ou das leis agrárias dos Estados Unidos, estudos a propósito de Constantino Pecqueur, um socialista otimista, da linha de Sismondi, convicto de que a revolução industrial concorreria para a felicidade da humanidade.*⁹⁴

Embora seu nascimento esteja ligado a outros nomes na sua constituição, citados na Introdução, sua existência se deve, particularmente, ao empenho e profunda confiança no progresso de que partilhava Antonio Pedro de Figueiredo, ao fazer desse credo um projeto de vida. Mentor da revista e provavelmente o autor da maioria dos artigos impressos em suas páginas, pelo menos daqueles mais polêmicos, não nos legou pistas precisas acerca de sua origem. Pouco se sabe da sua vida pregressa à Recife, restando raras indicações sobre ela em artigos caluniosos e galhofeiros escritos por seus inimigos em jornais da época.

Seu nascimento se deu em Iguarassu,⁹⁵ vilarejo existente nas cercanias do Recife. Filho de pai pobre, mulato, desde cedo, contam-nos seus estudiosos, sonhava estudar. Mudou-se para Recife por conta de uma promessa de auxílio que não veio, de um tal João Sinhô.⁹⁶ Abrigou-se no interior do Convento do Carmo, onde encontrou naquela atmosfera impregnada de quietude,

⁹⁴. LIMA SOBRINHO, Barbosa. Prefácio. In: Abreu e Lima, J. O Socialista, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 20-1.

⁹⁵. Os estudiosos do pensamento de Figueiredo encontram dificuldades em precisar aspectos da sua vida devido a raridade de informações disponíveis. Segundo Quintas (op., cit.,) A data de seu nascimento é dada como 22 de maio de 1822, tanto no **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres** de autoria de Francisco Augusto PEREIRA DA COSTA quanto no **Dicionário Bibliográfico Brasileiro** de Augusto Vitorino SACRAMENTO BLAKE. Porém, informa ainda, no jornal *O Liberal Pernambucano*, no obituário de Figueiredo, sua idade é a de 45 anos, o que retroage seu nascimento ao ano de 1814. Quanto ao local, o próprio Figueiredo dá pistas certas em artigo escrito por ele e publicado no folhetim *A Carteira*: “Em um dos dias da semana surgiu em nosso porto o cômodo e belo vapor Iguarassu, comprado em Londres...Foi uma inspiração feliz e de gratas recordações para todos os Pernambucanos em geral, e para nós em particular aviva os nossos sonhos e reminiscências da juventude e as simpatias e saudades da pátria do coração, do lugar onde pela primeira vez vimos o sol da existência e exalamos o primeiro suspiro de vida”. FIGUEIREDO, A. P. *A Carteira*, Recife, 1856. In: LARA, Tiago Adão. As raízes cristãs do pensamento de Antonio Pedro de Figueiredo. Mestrado PUC-RJ, pp. 43-4.

⁹⁶. *O Proletário* de 1 de setembro de 1847, conforme relato de Quintas, op. cit., p. 148.

condições favoráveis ao desabrochar de uma mente poderosa e tão única para seu tempo. Teve, ali, com os frades, “*o acolhimento e amparo material para aprofundar-se nos estudos*”.⁹⁷

A revista que inaugura em 1846 é prova de que não desperdiçou a oportunidade. Confinado em uma cela do convento, conta César Loureiro, “*solitário, só tendo por companheiro os livros obtém desta sorte os conhecimentos que em pouco tempo o colocaram na ordem dos primeiros homens de letras desta província*”.⁹⁸ Em 1843 traduz o Curso da História da Filosofia de Victor Cousin, donde viria a alcunha de Cousin Fusco, dado por seus inimigos e que lhe acompanharia por toda a vida.⁹⁹ Esta tradução, saudada entusiasticamente por Torres Bandeira em artigo publicado no Diário Novo de 28 de novembro de 1843, provocaria irada reação por parte dos letrados recifenses “*invejosos do seu valor intelectual*” e lhe arranjaria inimigos por durante toda sua atuação jornalística.¹⁰⁰

Em 1844 cai nas graças de Francisco do Rego Barros,¹⁰¹ primeiro barão, depois Conde da Boa-Vista, presidente da província, que o nomeia para ocupar cadeira no Liceu Provincial como professor adjunto de geometria. Seus historiadores cuidam dizer ter sido um autodidata. Não há nada que indique não ser esta afirmação verdadeira, pois embora o Liceu funcionasse no Convento do Carmo não se pode afirmar ter sido sua estadia complementada por frequência em sala de aula. Tiago Lara acrescenta que por ocasião de seu falecimento, sua vasta cultura várias

⁹⁷. Id., *ibid.*, p.148.

⁹⁸. LOUREIRO, Manuel P. César. *O Diário de Pernambuco*. Agosto de 1859. Apud. Quintas, op. cit., p.148.

⁹⁹. “... não lhe doe o apelido, diz Montenegro. O que na verdade doe a esse mulato inteligente, excitando-o em reações de espírito por vezes surpreendentes para o meio e para o tempo, foi a indisciplina do gosto e de cultura que via em volta dele, retardando da vida intelectual da sua terra uma expressão de sentido nacional e humano”. MONTENEGRO, Olívio. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife: Imprensa Oficial, 1943, p. 82.

¹⁰⁰. “A tradução dessa obra”, diz Pereira da Costa (op. cit., p.145), “dedicada a mocidade brasileira, a vulgarização desse monumento do ilustre filósofo francês, o ‘Platão de nossa idade’, foi um grandioso serviço a causa da instrução e da civilização do Brasil e o generoso acolhimento que teve esse trabalho, e as palavras de saudação e animação e amizade que o intérprete de Cousin enviara a imprensa, bem traduzem o seu valor e o seu mérito”. In: SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Nascimento Feitosa e a Revolução de 1848*. Recife: Editora Universitária, UFP, 1978, p. 87.

¹⁰¹. Francisco do Rego Barros, primeiro Barão, depois Conde da Boa Vista, pertencia a oligarquia dos Cavalcantis, família que dominava a política em Pernambuco com mão de ferro: “A família Cavalcanti era poderosa e rica. ‘Os Cavalcanti de Albuquerque, os Albuquerque, os Albuquerque Mello e os Rego Barros constituíam afinal um aglomerado oligárquico confundido entre si seus descendentes’”. Pereira da Costa, op. cit., In: SANTOS, op., cit., p. 27-8.

vezes foi reverenciada nos artigos escritos a título de despedida, porém, nenhuma instituição de ensino “*reclama a honra de tê-lo tido como aluno*”.¹⁰²

De 1847 até 1859, ano de sua morte, Figueiredo escreveu no Diário de Pernambuco, órgão oficial dos conservadores.¹⁰³ Desde 1855, às segundas-feiras, sob o pseudônimo de *Abdala-el-Kratif*, expunha suas idéias no folhetim *A Carteira*, no rodapé desse jornal. Ali fazia “*crítica de idéias e de costumes, que variava às vezes com trabalhos da mais poética ficção, e onde, se não dava sinal de grande imaginação, não era contudo incolor nem frio*”.¹⁰⁴

Com a chegada dos liberais à administração da província em substituição ao governo de Rego Barros, foi demitido do Liceu Provincial. Logo após esse ato, os redatores da revista publicam artigo inconformados com a decisão presidencial. Esse artigo, escrito sob o título de “*Variedades*”, na verdade expressa a filosofia da revista e a diretriz que havia estabelecido perseguir em nome da causa que considerava nobre: a elevação dos espíritos à compreensão dos motivos que mantinham o país imerso em relações tão atrasadas. O ato administrativo que impediu o exercício do magistério por parte de Figueiredo seria a confirmação dos atos comezinhos que dominavam a vida na província. Em nome do progresso do país era preciso superá-los:

Sr. presidente de Pernambuco, desejando sem dúvida animar esforços que nós fazemos para trazer o espírito público ao terreno das ciências e da literatura, substituindo aos estéreis e irritantes debates da política pessoal

¹⁰². No folhetim *A Carteira*, publicado em 10 de dezembro de 1855, Figueiredo reconhece a ausência da academia na sua formação: “*A nossa pobre Carteira não tem grau em academia alguma, é ignorante e obscura; mas os seus olhos procuram a grande luz da verdade, e onde quer que esta luz fulgure, para aí corre, como as levianas libélulas após os raios de sol*”. In: CHACON, Vamirech. **História das idéias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965 (Retratos do Brasil), p. 104.

¹⁰³. *O Liberal Pernambucano* de 5 de janeiro de 1857, a propósito da polêmica travada entre Pedro Autran da Mata e Figueiredo, sobre o socialismo professado pelo último, chamava à razão aos seus leitores: “*...o senhor Antonio Pedro de Figueiredo, outro redactor do sr. Figueiroa, e que é professor de lingua nacional no Gymnasio. ste moço, que não teve os primeiros estudos bem regularizados, não escreve mal; porém está longe de satisfazer as necessidades do Diário de Pernambuco. Suas opiniões manifestadas são republicanas e socialistas; ele aborrece o meio social em que vive e julga de toda a necessidade uma reforma radical na sociedade que acaba de todo com a propriedade, com a religião, com as formas de governo conhecidas. Tudo o que existe é a seus olhos prejuízo, e cumpriria armar-se de picareta para derrubar o edificio social desde a cúpula até os alicerces*”. In: QUINTAS, op. cit., p. 154.

¹⁰⁴. Id., *ibid.*, p. 84.

*as discussões fecundas da política racional, e o imparcial estudo das questões que interessam ao país, saudou a aparição do primeiro número da nossa revista com a demissão do nosso redator em chefe, gerente e responsável, o Sr. Antonio Pedro de Figueiredo, do lugar de professor adjunto do liceu desta cidade. Não podemos atribuir semelhante decisão presidencial senão à justa crítica com que O Progresso se atreveu a ferir o ministério transacto.*¹⁰⁵

Chichorro da Gama fez ouvido mouco aos amigos de Figueiredo. Este era um protegido do barão, “*um mulato pernóstico, comensal do Barão da Boa Vista, seu protetor, colocando-o mal, como socialista, ao ter um cabeludo “guabiru” como Mecenas*”.¹⁰⁶ Era um aliado da Ordem, um inimigo potente nas idéias que deveria ser sistematicamente rejeitado. Só em 1849, com a Praia destruída e enterrada, é que reconquistou seu lugar de professor, sendo nomeado professor de Língua Nacional para o Ginásio Pernambucano, hoje Colégio Estadual.¹⁰⁷

A trajetória de Figueiredo, segundo seus historiadores, foi pautada por uma personalidade irascível. Não tergiversava quando tratava de defender suas posições: “*Tomamos a tarefa de exprimir nossas idéias e não as de outrém, e, posto que saibamos cabalmente, que para os filósofos em geral a certeza é subjetiva e a verdade objetiva, tomamos a liberdade de ser de opinião diferente. É isso sem dívida grave irreverência...*”.¹⁰⁸ Talvez por isso sua vida tenha sido levada à custa de muitos sacrifícios, sempre no limite da pobreza. Embora se escreva amiúde sobre a íntima amizade partilhada com Rego Barros, não chegou a usufruir dos benefícios que tal relacionamento poderia proporcionar em termos de melhoria de vida, nem de acesso aos salões onde se encontrava a elite recifense.

As dificuldades vividas por Figueiredo, o caráter firme que lhe marcaram a existência e sobremaneira a determinaram, sobressaem no artigo de Torres Bandeira, seu colega desde o

¹⁰⁵. *O Progresso*, Variedades, Tomo I, pp. 165-6.

¹⁰⁶. CHACON, op. cit., p. 101.

¹⁰⁷. “*Em 1855, por portaria de 16 de agosto, foi nomeado professor da segunda cadeira de história e geografia do Ginásio Pernambucano, merecendo durante seu magistério, ser designado examinador, por muitas vezes, dos alunos do curso preparatório, anexo à Faculdade de Direito*”. PEREIRA DA COSTA, op. cit., p. 147. In: LARA, op. cit., p. 53.

¹⁰⁸. *O Progresso*, op. cit. p. 167.

tempo do Liceu Provincial e colaborador na revista, talvez um daqueles três amigos que um dia no Trapiche Novo junto com ele tivesse se decidido a publicar uma revista que avançasse na compreensão do progresso necessário ao Brasil, escrito por ocasião de sua morte:

*Antonio Pedro de Figueiredo vivera na pobreza, arcara por vezes com a adversidade, combatera indefeso nas lides generosas do saber, arrojara-se impávido pelo mundo das letras, inscrevera também o seu próprio nome nas memórias do jornalismo, estudara com satisfação e proveito, e conquistara, sem dívida, conceito e reputação bastantes para que se possa se falar dele com honra. Nascendo no seio de uma família honesta, ele se achou bem depressa contrariado em seus legítimos intentos; escasseavam-lhe os meios para levar a efeito aspirações tão justas, quanto sublimes: sobrava-lhe, porém a energia de alma, a força dos próprios sentimentos; e ninguém mais do que ele soube quanto vale a perseverança, a dedicação, a tenacidade de uma vontade que zomba das circunstâncias, que antevê, através das sombras de um futuro pouco lisonjeiro, o vulto esplêndido de um futuro que a delicia. Venceu obstáculos que a outros pareciam insuperáveis: dormiu por vezes sobre os livros, enquanto muitos, que se apregoam de trabalhadores e progressistas, fecham-nos para sempre, ou se dormem, é no sono da indolência e da preguiça que somente lhes pode trazer por brasão a obscuridade, que é um brasão nulo.*¹⁰⁹

Em nome de uma conduta irrepreensível em torno da defesa das idéias que julgava as mais corretas Figueiredo conquistou, ao largo dos anos dedicados a levantar as causas dos problemas nacionais e soluções para os mesmos, inimigos ferinos que se compraziam “às mãos cheias” em vituperar contra ele severas críticas, recheadas de comentários mordazes, tanto a respeito das coisas que escrevia quanto sobre sua vida pessoal. Se sofria com as infâmias, poucos souberam. E os poucos que puderam partilhar de perto a sua amizade, mantiveram-se calados quanto à reação que porventura viesse esboçar quando ofendido.¹¹⁰

¹⁰⁹. Folhetim *A Carteira*. *Diário de Pernambuco*. 29 de agosto de 1859. Recife.

¹¹⁰. Diz Quintas: “Incompreendido por muitos e atacado, pelo facciosismo político, por vários, Antonio Pedro viu-se hostilizado e ridicularizado até quanto à sua incapacidade intelectual. Vivendo numa época em que as paixões políticas fervilhavam e onde os pasquins e os jornalecos desenvolviam uma intensa campanha, apaixonada e virulenta de enaltecimento de uns e desmoralização de outros, o Cousin fusco sentiu, ele que encarava as pugnas políticas dentro de um sentido mais digno e elevado, ele que fazia jornalismo com um critério de doutrinação, de pregação de idéias, sem retaliações pessoais, nem disputas de aldeia, todo o travar da incompreensão dos seus conterrâneos. Enquanto os jornais baronistas o exaltavam, não por espírito de justiça, e sim por solidariedade

No campo das idéias seu maior adversário foi o professor Pedro Autran da Matta e Albuquerque, professor da cadeira de economia da Faculdade de Direito, conservador, defensor de Smith, Malthus e Say, com quem chegou travar longa polêmica a respeito do socialismo. A contenda teve seu início quando Autran da Matta publicou artigo no jornal *A União*¹¹¹ de 31 de julho de 1852, artigo contrariando posição de Moraes Sarmento assumida em discurso na Assembléia Geral, “*a pretensas idéias socialistas por ele esposada*”.¹¹² Incitado pela afirmação de que “*o socialismo cifra-se na comunhão das mulheres e dos bens*”,¹¹³ e insinuando que em tal sociedade vários poderiam ter relação carnal com uma mesma mulher, Figueiredo tomando as dores das idéias que lhe eram simpáticas, contestando-a por artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, na qual apresenta sua visão de socialismo:

*Portanto, Senhor, parece-me que a vossa argumentação nada tem de irresistível, porque nada provaste em abono da vossa irrefletida asserção. Assim, podia eu parar aqui, aguardando citações mais concludentes. Entretanto como tenho certeza de que não podeis achá-las, aproveito a ocasião para dar uma definição genuína desse mesmo socialismo que pintastes aos leitores da União, cifrando-me na comunhão dos bens e das mulheres. O socialismo não é uma doutrina, ainda não passa de uma aspiração; mas esta aspiração tende a reformar o estado social atual em prol do melhoramento moral e material de todos os membros da sociedade. Para este fim cada escola socialista oferece meios diferentes, mas não há uma sequer, cujas intenções deixem de ser puras e generosas, cujo ideal não seja a realização na terra dos princípios de liberdade e fraternidade.*¹¹⁴

A discórdia não parou por aí. Autran da Mata replicou, Figueiredo treplicou na *Imprensa* já que o *Diário* quis por freios na sua resposta, chamando em seu auxílio as máximas de São Clemente: “*O uso de todas as coisas que estão neste mundo deve ser comum a todos os*

política, as folhas da Praia atacavam-no rudemente”. QUINTAS, op., cit., p. 11.

¹¹¹. Jornal porta-voz do Partido Conservador, fundado por Nabuco de Araújo.

¹¹². QUINTAS, op., cit., p. 152.

¹¹³. Id., ibid., p. 152.

¹¹⁴. Artigo de Antônio Pedro de Figueiredo, o primeiro da polêmica, escrito no dia 7 de agosto de 1852 e publicado pelo *Diário de Pernambuco* no dia 12 de agosto do mesmo ano.

homens. A iniquidade foi que permitiu que um dissesse: isto é meu; e outro: isto me pertence. Deste fato proveio a discórdia entre os homens". Em seguida recorre a Santo Ambrósio: "*A natureza ministrou tudo em comum a todos os homens. Com efeito, Deus criou todas as coisas afim de que o gozo delas fosse comum a todos, e a terra se tornasse a posse comum de todos*". Finalmente encerra a refrega, comprometendo-se com *A Imprensa* ser a última a que a tal respeito publicará, amparando-se em São Gregório: "*Saibam que a terra de que eles foram tiradas é comum a todos os homens, e que por isso os frutos que ela produz pertence (sic) a todos indistintamente*".¹¹⁵ A questão dessa polêmica foi mais a manifestação de Figueiredo, contrária a perpetuação do latifúndio do que propriamente a permissividade de costumes que supunha Autran da Matta existir na doutrina do socialismo.

Nascimento Feitosa também se indispõe contra Figueiredo. Mulato, também protegido do Barão, diferencia-se do outro por ter título acadêmico. Professor, jornalista e advogado, Feitosa nutria um certo rancor contra Figueiredo que, não sendo um letrado, ter conseguiu agregar em torno de si as cabeças pensantes do Recife da época. Ao seu redor gravitava um seletor e fechado grupo, composto por Antonio Monteiro Maciel, Antônio Torres Bandeira, José Soares de Azevedo, Henrique Milet, até mesmo o francês Vauthier. Feitosa não lhe teve acesso, talvez devido ao que supõe Almeida Santos: "*...gozava de grande popularidade como advogado e divulgador dos 'best seller' da época... Evidentemente, nem essa literatura, nem muito menos suas traduções de 'Bousset sobre o mistério da Santíssima Trindade, e fragmentos de um escrito sobre o Apocalipse', eram de molde a empolgar os intelectuais mais sofisticados*".¹¹⁶

Apesar de ambos filiados ao partido conservador, parceiros nas lides políticas, Feitosa não se intimida e vinga-se do sucesso de Figueiredo e do reconhecimento da sua capacidade¹¹⁷ e, talvez, da ausência de um convite para se juntar ao grupo do *O Progresso*, publicando artigo no *Diário Novo*, órgão da Praia, inimigo de seu partido, escondendo-se atrás do pseudônimo de

¹¹⁵. *A Imprensa* de 6 de setembro de 1852. In: QUINTAS, op., cit., p. 153.

¹¹⁶. SANTOS, Nascimento... op., cit., p. 88.

¹¹⁷. O reconhecimento da inteligência de Figueiredo não se ampara somente na qualidade de seus artigos espalhados por entre os jornais e periódicos da época, mas nas traduções feitas por ele da obra de M. Ortolan: *Da soberania do povo e dos princípios do governo republicano* (1847); do romance de George Sand: *As sete cordas da lira* (1847), publicado na íntegra na revista *O Progresso* e na produção de um trabalho de filologia: *Noções abreviadas de filologia acerca da língua portuguesa* (1851). Cf. LARA, op., cit., p. 55-6.

"Discípulo da Filosofia", onde contesta *"os conhecimentos filosóficos do tradutor de Cousin"*.¹¹⁸ Irritara a Feitosa o fato de Figueiredo ter superado o ecletismo cousaiano e partido para o Historicismo num momento em que o francês granjeava enorme prestígio por entre intelectuais brasileiros. Não se sabe, porém, se este foi o verdadeiro motivo da irritação ou se foi a capacidade demonstrada por Figueiredo em avançar nos seus estudos, ampliando sua compreensão acerca das coisas do mundo ao tomar contato com as obras de outros pensadores.

Diante dos acontecimentos da Praieira, *O Progresso* dá por concluída sua existência. Deixa de circular em setembro de 1848, mas Figueiredo continua pela mesma seara da crítica social publicando artigos noutros jornais e periódicos, tais como os já citados *A Carteira*, folhetim inserido no rodapé do *Diário de Pernambuco*, *A Imprensa* e *O Parlamentar*, periódico que circulou pela primeira vez em junho de 1848 e findou-se cinco números depois, em julho do mesmo ano.¹¹⁹

Ir para a Europa, tomar contato mais de perto com a Filosofia, era o grande sonho de Figueiredo, manifestado desde a publicação da tradução de Cousin em 1843. Não dispondo de recursos, achou prudente esperar momento mais apropriado para pleitear, quem sabe, um patrocinador no governo da província ou nalguma instituição. Vai encontrar apoio em seus amigos diletos, que lutam na Assembléia Provincial por uma sua licença do cargo de professor do Ginásio Pernambucano, por dezoito meses. Depois de inúmeros contratempos e forte oposição de seus inimigos, finalmente lhe concedem no dia 27 de maio de 1858 a tão almejada permissão para a viagem. Não lhe foi possível empreendê-la. Por oito meses consumiu-se à cama. No dia 21 de agosto de 1859, por meio de uma concussão cerebral, findava a existência daquele que era possuidor de uma das mentes mais lúcidas do Brasil do século XIX, segundo Gilberto Freyre, seu mais célebre admirador.

Esta brevíssima apresentação sobre Antonio Pedro de Figueiredo ficaria incompleta se

¹¹⁸. Id., *ibid.*, p. 90.

¹¹⁹. Conforme Tiago Adão Lara, em trabalho citado anteriormente, utilizando-se de informações contidas na obra de Luiz do Nascimento, *História da Imprensa de Pernambuco*, editado pela Universidade de Pernambuco em 1970, as páginas desse periódico ultimava ao "exame dos atos da chamada Assembléia Provincial de Pernambuco, sob promessas de que não suportará que os seus membros puluam (sic) impunemente os lugares que conquistaram à força de violência e infâmias". LARA, op., cit., p. 56.

olvidássemos a figura do seu protetor, Francisco do Rego Barros, pertencente a um dos clãs que controlavam energeticamente Pernambuco. Durante o gabinete de Pereira de Vasconcellos, período onde o reacionarismo logrou enorme êxito, a família Rego Barros ascende ao poder, revezando-se no mando da província com os Cavalcanti, com os quais se unem por meios de casamentos. No tempo que Pernambuco permaneceu sob o jugo dessa poderosa oligarquia, só derrubada com o predomínio da Praia em 1846, conheceu “*uma nobreza rural, possuidora de vastas extensões territoriais, exercendo um domínio completo do nosso meio político-econômico*”¹²⁰ e que se mantinha no poder à custa da violência e do terror.

Ser membro dessa família representante do mais extremado conservadorismo, no entanto, não impediu que Rego Barros implementasse na província, quando presidente, ares progressistas, aspirados quando da sua permanência na Europa para concluir estudos. Lá deixara-se impregnar pelas idéias liberais francesas, tornando-se “*um crente na ação individual e um defensor da liberdade de opinião*”.¹²¹ Na sua personalidade, assevera Almeida Santos, “*convergem o anacrônico e o moderno, o retrógrado e o progressista*”, dualismo que acabaria por favorecer Pernambuco e os intelectuais mais arrojados que encontrariam abrigo na sua amizade, mas, por outro lado, levaria a exasperação seus inimigos políticos,¹²² quando Recife

¹²⁰. QUINTAS, *O Sentido Social...* op., cit. p. 5.

¹²¹. SANTOS, *Nascimento...* op., cit., p. 83.

¹²². Conquanto longa esta citação, iremos reproduzi-la para que se tenha, mais de perto, a noção sobre o estado de ânimo que embalava as disputas políticas na capital da província, como também o tipo de jornalismo que predominava e da qual Figueiredo, com sua postura ímpar, jamais quis participar. No jornal *O Cometa*, de orientação oposicionista publica-se artigo sobre a pessoa de Rego Barros, elaborado em tom jocoso, sob o seguinte título – *A Entrada Triunfal do Sr. Barão* – : “*Davam seis horas da tarde, já o princípio da Estrada Nova até a Bomba chamada estava apinhado de gente: homens de todas as qualidades, mulheres de toda a condição, meninos mesmos como que ali esperavam a vinda de um novo Messias. A ponte de Motocolombo empalançava com peso, cavalos, tipóias, redes, seges, berlindas, traquitanas, carros, carroças, cabriolés, liteiras, tudo ali se achava, o povo ocupava até os corrimões da ponte, e a balaustrada, e o rio se achava bordado de escaleres, botes, canoas, batelões, e tudo a espera do Salvador! Meus Deus, que prestígio! [...] De repente brilha ao longo um grande clarão, soldados de cavalaria são vistos, e anunciam a chegada do redentor pernambucano! Já aparecem 6 batedores, cada um dos quais fazia tremer o povo apinhado pela estrada, e mal podia dar-lhe estreita passagem. Atrás dos batedores vinham dúzias seguras de aduladores de mão cheia, que traziam nas mãos levantadas outros tantos archotes, e logo atrás eis S. Excia. E o seu préstito espantoso!! Meu Deus quanta grandeza! Cinqüenta cavaleiros de todos os trajes honravam-se de ser pagens do Salvador do Norte, uns vinham de casaca, outros de farda, estes de jaleco, aquele de rudaques, aquele outro de reguingos, e muito vi de roclós, cujas algibeiras inculcavam vir prenhes de maço de papel. Chapéus armados, carapuças, tudo vi resplandecer com a luz vibrante dos archotes*”. *O Cometa*, n. 24, de 30 de janeiro de 1844. In: SANTOS, op., cit., p. 85.

passou a apresentar um quê de modernidade proporcionada pela remodelação de suas ruas e construções públicas e, conseqüentemente, influenciando no aspecto cultural ao pôr os nativos em contato direto com gente de costumes diferentes e de pensamentos tão mais elevados.

Para modernizar Recife importa técnicos, alimentando o rancor que os brasileiros sentiam desde há muito tempo por estrangeiros que, aqui chegando, roubavam-lhe postos de trabalho ao substituí-los em tarefas por eles antes desempenhadas. Contrata Louis Léger Vauthier, jovem engenheiro que, por durante quase seis anos, responderia pela chefia do Serviço de Obras Públicas, granjeando forte ressentimento dos antigos construtores da cidade. Freyre afirma que *“a inclinação pelo mecânico ou técnico estrangeiro, principalmente pelo engenheiro, vinha se fazendo sentir há anos entre os brasileiros mais esclarecidos, influenciando sobre o ânimo dos governantes desejosos de promover o progresso material do país”*.¹²³ Talvez nesse *“desejo de progresso material”* esteja contida a explicação para os laços de íntima amizade que partilhavam Figueiredo e Rego Barros.

Se, por um lado, sentia em Figueiredo certa identificação nas idéias, por outro, seu instinto de homem ligado à classe dirigente deve ter-lhe feito soar os dobres do perigo avisando-lhe que o mantivesse afastado dos inimigos da Ordem. Ao perceber um Figueiredo ágil na compreensão dos problemas sociais e independente na elaboração das idéias, *“... Rego Barros sente a necessidade de conquistar aqueles dois moços (o outro era Nascimento Feitosa), cujos talentos, representam um perigo caso os liberais conseguissem aliciá-los”*.¹²⁴

O certo é que Rego Barros, embora um representante da oligarquia, defensor aguerrido dos interesses dos seus, renovou Recife ao ousar enfrentar os velhos hábitos provinciais substituindo as técnicas antigas de edificação por outras mais modernas. Sob sua administração, a província conheceu profundas reformas em todos os campos de atividade. Diz Montenegro que *“agricultura, comércio, indústria, artes, letras, urbanismo a grande estilo, tudo incidiu no extenso e vivo raio de ação do presidente Rego Barros”*.¹²⁵

¹²³. FREYRE, *Um Engenheiro...* op., cit., p. 98.

¹²⁴. SANTOS, *Nascimento...* op., cit., p. 86.

¹²⁵. MONTENEGRO, *Memórias...* op., cit., p. 44.

Essa atitude não ficou sem resposta por muito tempo. Jornais nativistas logo se puseram a criticar a ação renovadora do presidente da província e o que considerava excesso de estrangeiros no país: “Qual o ramo de indústria por mais miúdo que seja que não tenha sido tentado pelo Estrangeiro para tirar do Brasil todo o lucro imaginável”¹²⁶

Dessa forma, o procedimento do presidente provincial fez recrudescer os sentimentos de longa data alimentados contra os estrangeiros, portugueses, principalmente. Não que deixassem de sentir rancor contra os franceses, mas era àqueles que dirigiam seu mais ferrenho ódio. Talvez aí exista o componente da sujeição colonial que não havia sido ainda superado, mas o fato era de que aos brasileiros pouco sobrava nos ramos industriais, pois quase que todos eles destinavam-se a atender aos privilégios desfrutados pelos portugueses.

Tanto que no dia 31 de outubro de 1845, o *Sete de Setembro* perguntava: “O que resta aos míseros filhos do país?”¹²⁷ O comércio em geral, as artes técnicas e mecânicas, estavam em mãos dos estrangeiros, alijando-os da possibilidade do trabalho. O ponto culminante da discórdia resultou no episódio acontecido em 1848, conhecido por “mata, mata, marinheiro” onde o povo, tomado por ódio, insuflado pelas folhas incendiárias de Inácio Bento Loyola,¹²⁸ principalmente, saiu às ruas preche de vingança, prontos para banhar Recife em sangue. Félix Cavalcanti de Albuquerque assinala nas suas memórias que..

O fato do comércio a retalho se achar ‘monopolizado pelos portugueses quando, na frase do Diário Novo, devia ser ‘exclusivo dos brasileiros’, servia de incentivo aquela oposição aos Conservadores e atraía o povo para o lado dos Liberais... Novas folhas apareceram aconselhando o povo a reivindicar os seus direitos. Eles eram brasileiros: deviam reagir contra os estrangeiros. Todas as noites havia reuniões populares, nas quais se

¹²⁶. FREYRE, *Um Engenheiro...*, op., cit., p. 90.

¹²⁷. Id., *ibid.*, p. 90.

¹²⁸. Era na *A Voz do Brasil* o jornal com que Loyola incentivava a insidia nestes termos: “Chora Pernambuco, porque o despotismo exterior veio substituir um despotismo interior ainda mais terrível. Chora, porque és tu que manténs todo esse luxo que é, não só o sinal da tua miséria, como o orgulho e a vaidade dos teus opressores”. (*A Voz do Brasil*, 19 de fevereiro de 1848, reproduzindo *O Progresso*) : “Vamos de mal a pior; armam-se os Pernambucanos uns contra os outros, batem-se, e corre mutuamente o sangue! Destruímos-nos reciprocamente, e os marinheiros, esses demônios, causadores de todos os nossos males, ajudando a um dos lados políticos, com dinheiro, armamento, munições, e até pessoalmente armados, para beber-nos o sangue!”. (*A Voz do Brasil* de 24 de maio de 1848) In: CHACON, *História das Idéias...* op., cit., p. 53-55.

*procurava exaltar mais os ânimos do povo. Essa exaltação cresceu até tocar ao delírio. No fim de algum tempo, a medida estava cheia; tinha que transbordar e transbordou.*¹²⁹

A vida de Figueiredo transcorreu em meio a uma época privilegiada. Foi testemunha ocular de fatos marcantes da história do Brasil, momentos definidores da sua política interna, anos de convulsão social no cenário mundial. Sobre tudo falou, desde problemas nacionais aos internacionais, fez poemas, discutíveis literariamente, é certo, mas manteve sempre, mesmo diante das adversidades da vida, relativa clareza histórica ao reconhecer que as transformações, filhas das *“revoluções radicais, são obras do tempo”* e independem da vontade de alguns *“exaltados em realizá-las imediatamente”* e que sua pretensão em torno de melhores condições de vida para o povo brasileiro se satisfazia em *“o governo, como representante da sociedade inteira, intervenha nos fenômenos da produção, distribuição e consumo, para regulá-los e substituir pouco a pouco uma ordem fraternal ao desgraçado estado de guerra que ora reina nestas importantes manifestações da atividade humana. Os nossos votos não de ser realizados”*.¹³⁰

O que não pode Figueiredo entender é que sua defesa incondicional do progresso, se num primeiro momento foi a expressão sincera de quem dedicou a vida a buscar novos rumos para a sociedade de seu tempo, levantando problemas e apresentando soluções, num segundo pôs-se também como a defesa intransigente das relações burguesas no Brasil, incorporando ao seu debate as necessidades que a classe economicamente dominante produzia como imprescindíveis à manutenção dessa condição.

Figueiredo, como tão bem define Quintas, no Prefácio da edição comemorativa de *O Progresso*, foi o espírito representativo da sua época. Situado no limiar de dois mundos, só pode expressar a indecisão que tomava conta dos homens. Se, por um lado, chegou a avançar na compreensão dos motivos que levam os homens a produzirem tanta miséria em meio a tanta riqueza, quando seu pensamento expôs fragmentos das idéias contestadoras da sociedade

¹²⁹. FREYRE, Gilberto. *O “Velho Félix e suas “Memórias de um Cavalcanti”*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989. p. 12-3.

¹³⁰. *O Progresso*, Tomo III, p. 889.

capitalista, por outro não pode ultrapassar os limites de uma condição material incipiente, ao creditar à avareza e à ganância dos homens, individualmente, os motivos de tantos descompassos entre suas relações.

Em suma, procurou viver condizente com o que acreditava. Sua existência, ao que parece, foi regrada pela busca constante do conhecimento. Não pretendeu, em termos pessoais, ter além do que conquistou. Se assim fosse, teria sido mais um dos tantos bajuladores do poder, predicando por benefícios que poderiam ter feito da sua vida algo mais palpável, menos sofrido, como atestou Torres Bandeira nas palavras com que prestou homenagem final a Figueiredo.

CAPÍTULO 3

Trajectoria histórica da idéia de progresso

Os progressos materiais caminham a par das idéias sociais, e das reformas políticas e comerciais.

Antonio Pedro de Figueiredo

Muito se discute sobre o significado de progresso desde que a pequena indústria doméstica foi substituída por enormes oficinas, repletas de trabalhadores sociais executando tarefas parcializadas. Pode-se dizer, até, que este é um assunto que retorna com maior ênfase na atualidade, em função dos notáveis avanços tecnológicos produzidos pela sociedade contemporânea em todos os campos do saber. Por isso mesmo a sua retomada, em termos analíticos, tem contribuído para se ter desvelado a complexa questão que a nossa atualidade nos tem infligido no que concerne à compreensão da sua realidade.

O esfacelamento do mundo feudal, o conseqüente progresso das artes mecânicas, o incremento do comércio mundial que descortinava aos olhos do velho mundo formas até então desconhecidas de vida, primitivas, diríamos, a possibilidade infinita de riquezas existentes nos territórios recém descobertos, proporcionaram aos filósofos dos séculos anteriores material suficiente para que se pusessem a tergiversar sobre o móvel que impulsiona os homens à conquista de meios mais prósperos ao atendimento das necessidades da vida.

Nesse sentido, a dinâmica engendrada diante e por aqueles novos acontecimentos, tiveram o mérito de introduzir nos diálogos que cada um daqueles pensadores travava com sua época um vibrante elemento, cuja existência já se tornara componente do movimento transformador inaugurado no interior das relações sociais feudais: o progresso enquanto mola propulsora das mudanças implementadas na maneira de produzir, proporcionado por expressivo

avanço técnico observado desde a invenção da imprensa e da natural expansão do domínio da palavra escrita.

Segundo Le Goff,¹³¹ a idéia de progresso “*é um conceito eminentemente ocidental*”¹³², não manifestada até o século XVI, mas pode ser observada desde a Antiguidade Clássica. Para ele a “*idéia de progresso é dupla*”, comportando uma distinção entre progresso científico e técnico e progresso moral.¹³³ A idéia de progresso material, produto do avanço das ciências, “*semipercebido desde a Antiguidade*”, talvez tenha no mito de Prometeu seu exemplo mais clássico. Castigado por cometer a insolência de ultrapassar a “*justa medida*” ao roubar a Zeus a preciosa chama e dá-la aos mortais, Prometeu¹³⁴ parece trazer consigo a idéia de progresso produzida pela ação humana e não dádiva generosa da complacência divina.

E esta idéia, a do progressivo avanço da civilização corroborada pelo desenvolvimento técnico, tem acompanhado os homens durante as mais diferentes épocas da história. Esta discussão tomará corpo mais precisamente a partir do estabelecimento das relações burguesas, momento em que a explicação do que se constitui a vida orbitará do campo da religiosidade ou “*superstição*”, descendo ao terreno onde de fato ela se realiza, ou seja, no interior das relações materiais que permitem a produção e reprodução das condições de existência.

A visão de que o homem tenha se originado das “*mesmas formas orgânicas simples, ou que consideram o progresso humano como uma continuação da evolução biológica*”,¹³⁵ perdura desde os tempos mais remotos chegando, inclusive, até a modernidade: “*O homem e a natureza- pensava-se- eram muitos semelhantes, na sucessão de épocas, seguindo ambos um*

¹³¹. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

¹³². Id. p. 234.

¹³³. Conforme Le Goff, “*Se o primeiro foi, desde a Antiguidade, semipercebido, o segundo foi negado sistematicamente até o século XVIII. Em seguida, espalhou-se a idéia- não necessariamente nos meios “materialistas”- de que o progresso tecnológico arrastava consigo o progresso político senão o moral, enquanto que em outros meios, e sobretudo desde há uns cinquenta anos, se impunha a idéia de que não só o progresso moral não tinha seguido o progresso técnico, mas que tinha também efeitos deletérios sobre a moralidade individual e coletiva*”. Id., *ibid.*, p. 234-5.

¹³⁴. ÉSQUILO. **Prometeu Agrilhado**. Lisboa: Edições 70, 1992.

¹³⁵. MASON, I. F. **História da Ciência**. Porto Alegre: Globo, 1962, p. 252.

*ciclo, em relação a um ponto médio e uniforme. O ser humano tinha atingido o limite de seu aperfeiçoamento... ”.*¹³⁶

Em decorrência dessa visão, as significativas conquistas empreendidas ao longo da existência humana em nome de melhores condições de vida, teria proporcionado contínuo aperfeiçoamento do homem, definindo-lhe principalmente a sua humanidade, mas também desenvolvendo-lhe a idéia de estar instintivamente ligado a um processo regenerativo onde, em gerações sucedâneas, sua natureza seria acrescida daqueles elementos faltantes nas vidas anteriores, embora fossem os mesmos desde o início. A aceitação da idéia de o homem estar em perpétuo processo de aprimoramento, mas não obedecendo a um movimento contínuo, pode ser notada em pensadores das mais diferentes épocas históricas.

No século XV, Niccolò Machiavelli (1469-1527) declarava que a existência do homem e das coisas seguia uma determinação a ele exterior, e seu movimento estava condicionado a leis pré-determinadas como as de nascimento, apogeu e invariavelmente declínio. Após completado o ciclo retornariam, não como novas, mas acrescentado à etapa posterior os elementos que não haviam sido contemplados na sua existência primeira. A visão do florentino traduz-se, assim, pela inexorabilidade do movimento histórico:

*Está ordenado pela Providência que haveria um contínuo fluir e refluir nas coisas deste mundo: tão logo atingem elas a mais alta perfeição, não mais podem progredir, devendo necessariamente declinar; e, por outro lado, após caírem ao mais baixo nível, começam de novo a reerguer-se.*¹³⁷

Ao longo do desenvolvimento histórico, da Antiguidade até o advento do capitalismo, a questão do que seria progresso e de onde ele emergiria sofreu algumas alterações que não chegaram a comprometer a similaridade das posições desenhadas nessa trajetória. Embora pertençam a épocas históricas distintas, com necessidades diferenciadas e formas próprias de atendê-las, trazem um ponto em comum, o que lhes garante certa unidade: todas importavam,

¹³⁶. Id., *ibid.*, p. 252.

¹³⁷. Id., *Ibid.*, p. 253.

ao ver as forças progressistas em ação, em terem mudadas as condições de vida dos homens e, principalmente, o próprio homem.

Ele sairia de um estágio inferior galgando posições que o levariam à plenitude, tal como expressou claramente Diderot ao expor os objetivos da **Enciclopédia**,¹³⁸ publicação que pretendeu sistematizar todo o conhecimento produzido pela humanidade com o propósito de esclarecê-la sobre a nova época que se instituía, ao mesmo tempo em que reunia elementos necessários ao combate que se travava contra as instituições feudais, como por exemplo, demonstrar quanto a burguesia era prodigiosa frente ao marasmo que envolvera as velhas relações, por isso mesmo sua engenhosidade sobrepujava os feitos dos séculos passados pois, em tempo relativamente curto, fizera muito mais pelo bem estar dos homens do que ousara supor fazer o velho regime:

*...reunir todo o conhecimento disperso sobre a superfície da Terra, e assim erigir um sistema geral de pensamento, e modo que as obras das eras passadas não ficassem desaproveitadas, e nossos descendentes, tornando-se mais instruídos, tornem-se mais virtuosos e mais felizes.*¹³⁹
(ênfase nossa)

A proposta de reunir na **Enciclopédia** todo o conhecimento produzido até então visava alcançar o progresso humano através do esclarecimento ou, como assevera Boto, revelava “a preocupação didática contida naquela tentativa de sistematizar e partilhar o conjunto dos “saberes” acumulado pela condição humana... multiplicando na sociedade o contingente de

¹³⁸. “A *Enciclopédia* do século XVIII representa, em primeiro lugar, o acabamento amplo e sistematizado da rebeldia intelectual iniciada no Renascimento, correspondendo aos anseios por um novo tipo de homem. Abrindo caminho aos poucos, tal rebeldia encontrou sua plena realização, ao menos simbolicamente, em 1789, com a Revolução Francesa. Como tal representa, ao mesmo tempo, uma plataforma, uma arma de luta, e também o recenseamento do seu saber e de seu poder árdua e longamente construídos. Sua afirmação política deveria necessariamente passar pela derrogação de todos os dogmas de sustentação do Antigo Regime e do Absolutismo. Trabalho intelectual, mas sobretudo político, a *Enciclopédia* representa a luta contra o princípio da autoridade, contra todas as posturas feudais de ordenação da sociedade e da consciência consubstanciadas em prescrições rígidas como a do Direito Divino dos Reis, o enquadramento corporativo do trabalho e em todos os obstáculos que impediam a livre circulação dos indivíduos, das mercadorias e das idéias”. Apresentação. In: DIDEROT, D., D’ALAMBERT, J. *Enciclopédia ou dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios. Por uma sociedade de letrados*. São Paulo: Editora UNESP, 1989, p. 12-3.

¹³⁹. Id., *Ibid.*, p. 262.

*letrados, que - acreditava-se- estariam mais propensos a alcançar a virtude... ”.*¹⁴⁰ Esta intenção de estender a todos o conhecimento acumulado por centenas de séculos, sistematizados em verbetes facilitando seu acesso ao homem comum, vulgarizando as ciências, continha o entendimento de que o progresso científico estaria perfeitamente articulado ao progresso do espírito humano. Juntos, na sua marcha irrevogável, provocariam as transformações necessárias ao estabelecimento de um estado social perfectível que, em outras palavras, significava a mais contundente negação do estado de coisas que havia imperado até então, valorizando todo aquele que, *“desprezando o preconceito, a tradição, a antigüidade, o consentimento universal, numa palavra, tudo o que subjuga a multidão dos espíritos, ousa pensar por si mesmo, chegar aos princípios gerais mais claros, examiná-los, discuti-los, não admitindo nada senão na base da sua experiência e da sua razão ”.*¹⁴¹

De certa maneira, boa parte do que se sobressai das opiniões dos antigos tem prevalecido até os dias atuais. Ressalta-se neste quadro as nuances próprias de cada época histórica, onde o grau de desenvolvimento que as envolvia certamente produziram pontos divergentes entre o entendimento do que se constitui o progresso, mas não tão suficiente para contraporem-se umas às outras.

A idéia de que o processo de conhecimento se fazia por aprimoramento das “verdades” anteriores, é voz corrente entre aqueles que se dispuseram a explicá-lo na tentativa de demonstrar que o avanço das condições de vida, permitido pela aplicação das ciências, deve ser tributário de um progressivo esclarecimento da humanidade.¹⁴² Ou seja, na medida em que os

¹⁴⁰. BOTO, Carlota. **A Escola do Homem Novo: Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa.** São Paulo: Editora UNESP, 1996. P. 34-5.

¹⁴¹. DIDEROT, D, op., cit., p. 54.

¹⁴². A propósito dessa crença, Antonio Sérgio critica azedamente os ideais iluministas: *“Tal como, na primeira metade do século XVIII, a geração dos ‘filósofos’ e do Iluminismo tudo esperara da difusão das ‘luzes’, a da primeira metade do século XIX... viu no desenvolvimento e difusão da ciência a panacéia para todos os males- físicos e morais- da sofredora humanidade. Bastaria investigar muitos fenômenos, e regar com conhecimentos as almas brutas, para que o Bem vicejasse nas mais sáfaras. Mas não ficava aí o grande absurdo; reduzida a moral à difusão da ‘ciência’ (dos resultados do trabalho científico) dava-se imediatamente um segundo passo na loucura, considerando-se como instrução o mero conhecimento do abc. ‘Pensou-se no começo do século XIX’- palavras são de Adolfo Coelho- ‘que todos os males sociais teriam desaparecido quando todos os membros da sociedade humana soubessem ler’”. SÉRGIO, Antonio ou Anhório. **Ensaio. Ciência e Educação (Sobre a pedagogia quantitativa da vulgarização de conhecimentos)** 3. ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980. T. 1, (Obras Completas- 8 tomos).*

homens modificavam suas opiniões sobre as coisas vendo-as exatamente da maneira que eram, aquilataavam seus espíritos para a conquista de formas mais exequíveis de existência, onde a razão, liberta das amarras seculares e abandonada das crenças tradicionais, os encaminhariam ao reino da plenitude.¹⁴³

Em síntese, o que se pretende afirmar é que as diferenças e similaridades entre as mais diversas concepções que almejavam a explicação da origem das coisas e dos próprios homens, se desvanecem quando submetidas às condições históricas em que foram produzidas, ou seja, ao grau de desenvolvimento que envolviam as sociedades a que pertenceram. Somente aí pode-se inferir a que relações sociais correspondiam, pois nelas estariam contidas as necessidades que levaram os homens a afirmar, por exemplo, que está na natureza dos homens a predisposição para ser escravo.¹⁴⁴ Ou, a de que a vida dos homens é igual aos ciclos existentes na natureza das plantas ou dos animais. Nascimento, apogeu e declínio seriam meramente determinações biológicas e, em consequência, o ato criador que se expressa na possibilidade de uma contínua reflexão a ela estaria condicionada, o que nos leva a imaginar a produção da vida material e espiritual como ato obediente às condições pré determinadas, algo como se apenas bastasse pôr uma qualquer máquina em funcionamento e ela própria se proveria ao cumprir tarefas contidas desde sempre em seu mecanismo.

Almejamos, com esta discussão, enfatizar uma questão extremamente importante neste trabalho e que na verdade é seu eixo de análise. As opiniões formuladas ao longo da trajetória humana visando explicar outra coisa senão o homem, ainda que se nos apresentem denominadas por uma infinidade de adjetivos e nomenclaturas, representam, tão somente, relações sociais das

¹⁴³. Voltaire afirmava, por exemplo, que a divulgação do conhecimento levaria a sociedade a um estado de beatitude: *“a razão e a atividade progredirão cada vez mais; que as Artes úteis serão aperfeiçoadas, e que os males que têm afligido os homens, e os preconceitos, que não são os últimos castigos, gradualmente desaparecerão dentre todos os que governam as nações”*. In: MASON, op., cit., p. 261.

¹⁴⁴. Em Aristóteles vemos esta questão aflorar com inegável clareza: *“Um pedaço da propriedade é às vezes chamado de parte; pois uma parte não é apenas parte de alguma coisa mas pertence inteiramente a ela, assim como o pedaço a propriedade. Assim também, um escravo não é apenas servo de seu senhor como pertence totalmente a ele, enquanto o senhor e senhor de seu escravo mas não lhe pertence. Essas considerações mostram quais são a natureza e função do servo; qualquer ser humano que, por natureza, pertença não a si mesmo mas a outro é, por natureza, escravo; e um ser humano pertence a outro sempre que fizer parte da propriedade, ou seja, um instrumento que tem vida separada e útil para os propósitos da vida... É evidente, portanto, que alguns homens são livres por natureza, enquanto outros são escravos, e que para estes últimos a escravidão é conveniente e justa”*. **ARISTÓTELES- Vida e Obra**. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 149-5.

épocas correspondentes postas em movimento. Sendo assim, as entendemos tal como Alcântara, *“enquanto manifestações concretas das relações que os homens travam entre si. A forma assumidas por essas – filosofia, ciência, literatura, religião, etc.- portanto, vêm a ser manifestações particulares da existência social dos indivíduos”*.¹⁴⁵

Retomando a questão da elaboração da idéia de progresso no decorrer da história, há coisa de dois séculos e meio atrás a suposição de que *“as plantas e os animais haviam sido criados nas suas formas atuais por uma Causa Primeira inteligente”*¹⁴⁶ imperava no campo do conhecimento científico. Veja-se a afirmação de Cheyne, físico londrino, em 1715: *“Se os animais e vegetais não podem ter sido gerados disso (matéria e movimento), e provei claramente que não o podem, devem ter existido, necessariamente, desde todo a eternidade”*.

Segundo Mason, para aqueles cientistas, *“animais e plantas eram máquinas, mas não podiam ter-se originado espontaneamente da matéria e do movimento. Como o Universo em sua totalidade, foram criados em suas formas atuais, no começo do tempo e assim também o foram todas as gerações vindouras de criaturas”*.¹⁴⁷

Sendo assim, continua Mason, *“a formação do mundo e de seus habitantes, do mesmo modo que o lugar da revolução científica, na História, eram vistos, durante os séculos XVII e XVIII, como um simples acontecimento criador que, uma vez consumado, era eternamente perdurável e perfeito, em caráter definitivo.”*¹⁴⁸ Este entendimento paulatinamente daria lugar à teoria evolucionista que teria em Darwin, no século XIX, a sua expressão máxima. Mas enquanto o desenvolvimento capitalista não se completava, o movimento histórico em curso era exigente da elaboração de uma nova concepção de homem que vertesse água ao pensamento até então predominante. Dessa forma, as forças em expansão urgiam de idéias que, ao mesmo tempo que derriçassem impiedosamente as colunas que sustentavam a velha sociedade,

¹⁴⁵. FIGUEIRA, Pedro de A. *Considerações históricas acerca da racionalidade científica*. São Carlos/SP. mimeo., p. 2.

¹⁴⁶. Id., Ibid., p. 252.

¹⁴⁷. Id., ibid., p. 255.

¹⁴⁸. Id., Ibid., p.256.

justificassem o novo edifício social na qual seus habitantes se veriam emancipados da tutela autoritária da Igreja e de seus dogmas.

De acordo com Le Goff, a *“idéia explícita de progresso desenvolve-se entre o nascimento da imprensa no século XV e a Revolução Francesa”*¹⁴⁹: *“Pode-se dizer que até o início do século XVII os obstáculos a uma teoria consciente do progresso continuavam a ser determinantes; que de 1620 a 1720, aproximadamente, a idéia de progresso se afirma antes de mais nada no domínio científico; depois de 1740, o conceito de progresso tende a generalizar-se e difunde-se nos domínios da história, da filosofia e do domínio da economia política”*.¹⁵⁰ Este desenvolvimento é sintomático à ascensão das relações burguesas e é neste espaço de tempo que o desenvolvimento das ciências da natureza tomariam impulso e os empreendimentos humanos, desempenhados sobre a égide da acumulação e do lucro arredondariam o mundo, dando-lhe nova forma.

O movimento histórico que resultou na emergência das relações capitalistas acarretou a formulação de um pensamento expressivo das rápidas transformações em curso, ao mesmo tempo em que se postou na linha de frente de uma batalha que consistia em fustigar sem piedade o pensamento escolástico. Consoante a este processo, a idéia do que seria progresso e as consequências práticas trazidas à vida dos homens foi tomando corpo no interior das discussões realizadas por diferentes pensadores daquele momento. Condorcet, no **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**, desenvolve a idéia de que as luzes do conhecimento, que já envolvera toda a França, deveria ser esparramada por entre os outros povos, predicando por uma melhoria da espécie humana, *“seja por novas descobertas nas ciências e nas artes, e, por uma consequência necessária, nos meios de bem-estar particular e de prosperidade comum; seja por progressos nos princípios de conduta e na moral prática...”* prevendo, *“a destruição da desigualdade entre as nações; os progressos da igualdade em um mesmo povo; enfim, o aperfeiçoamento real do homem”*.¹⁵¹

¹⁴⁹. LE GOFF, op. cit., p. 244.

¹⁵⁰. Id., ibid., p. 244-5.

¹⁵¹. CONDORCET, J. A. N. de Caritat, Marquês. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 176-7.

Para Condorcet, o predomínio da razão sobre os preconceitos e superstições do velho mundo proporcionara ao século XVIII exprimir-se com superioridade em relação aos séculos anteriores. Finalmente a humanidade chegara a um ponto do seu desenvolvimento em que não era cabível mais a idéia de retrocesso, pois a razão passara a trilhar por eito seguro, fundamentada na idéia de um contínuo aprimoramento do espírito humano ou na certeza absoluta da perfectibilidade do homem. A partir dessa constatação, reitera que as portas para o progresso incontestavelmente estavam abertas, cabendo ao homem subjugado às leis da razão, acelerar as transformações necessárias “*à felicidade da espécie humana*”.

O resgate do pensamento de Condorcet acerca do progresso histórico do espírito humano, é extremamente significativo ao desenvolvimento deste trabalho, na medida em que a revista em estudo expõe idéias muito semelhantes às suas. Para ele, muito contribui o advento da imprensa como meio propagador das luzes.¹⁵² Após a reprodução da palavra escrita, ou da “*impressão dos caracteres*”, os homens tiveram a oportunidade de implementar relevante avanço tanto nas ciências naturais quanto naquelas que discorrem sobre os progressos do espírito humano, a filosofia, notadamente. Dizia ele que outros povos poderiam se aproveitar das vantagens reais dos progressos conquistados até aquele momento se recebessem o conhecimento que só eles, os filósofos, puderam descobrir descortinando a marcha e as leis do aperfeiçoamento humano, pois os homens haviam chegado ao “*ponto da civilização onde o povo se beneficia das luzes , não apenas pelos serviços que recebe dos homens esclarecidos, mas porque ele soube fazer dela uma espécie de patrimônio, e empregá-las imediatamente para defender-se do erro, para prevenir ou satisfazer suas necessidades, para se preservar dos males da vida ou suavizá-los por prazeres novos*”.¹⁵³

Também *O Progresso* reconhecia nas ciências o fomento dos bens materiais indispensáveis a felicidade de um povo, mas não deixava de admitir que naqueles dias andava a

¹⁵². “A tipografia multiplica indefinidamente, e com poucos custos, os exemplares de uma mesma obra. A partir de então a faculdade de ter livros, de adquiri-los segundo seu gosto e suas necessidade, existiu para todos aqueles que sabem ler; e essa facilidade da leitura logo expandiu o desejo assim como os meios de instrução. Essas cópias multiplicadas se espalham com uma rapidez maior; os fatos, as descobertas, não apenas adquiriram uma publicidade mais extensa, mas elas a adquirem com uma rapidez maior. As luzes se tornavam, de alguma maneira, um objeto de comércio”. Id., *ibid.*, p. 109.

¹⁵³. Id., *ibid.*, p. 129.

ciência por mal caminho e, portanto, para uma nação seguir a marcha natural de seu desenvolvimento, ainda mais quando se é rica por sua natureza pródiga, era preciso ordem e organização compatível com aquilo que dela se esperava.

Sendo assim, a discussão travada entre a revista e seu público sobre no que se constituía o progresso necessário ao país, não deve ser considerada original fora dos limites nacionais. Suas idéias ao representarem uma época, sintetizavam uma discussão corrente no mundo onde as relações burguesas tiveram início e mais se desenvolveram. E, além disso, uma discussão necessária, pois ao se falar em progresso do espírito humano e na crença de que os homens rumam para a redenção da humanidade –bastando para isso instruí-lo- o sentido revolucionário posto na palavra transformação se dissipa, torna-se inócuo, exatamente o que precisava a burguesia quando da exigência de se engendrar pensamento conservador de seus interesses.

Constata-se, assim, o fato de as idéias professadas pelos jornalistas pernambucanos não diferirem muito daquelas apresentadas no século XVIII na Europa. Em todas havia um quê de fé irremovível nos poderes da ciência e da técnica, vistas como elemento primordiais à conquista do bem-estar material, exatamente a mesma confiança que *O Progresso* depositava na capacidade dos homens, bem instruídos e dotados do uso pleno da razão, em encaminharem-se, continuamente, a essa conquista e, por extensão, da felicidade.

No entanto, ainda que se concorde com essa similaridade de idéias, não se pode deixar de anotar não terem elas nascido das mesmas condições. Tome-se como exemplo, Descartes. Na visão de Le Goff, Descartes ao pôr em “*evidência as uniformidades do sistema da natureza, fundando a unidade da ciência na demonstração de que a natureza obedece a leis*”¹⁵⁴, lançou as bases da noção de progresso: *O que entendo por método, fala Descartes, é um conjunto de regras certas e fáceis, pela observação exata das quais estará certo de nunca tomar o falso pelo verdadeiro, sem inúteis esforços do espírito, mas aumentando o saber por um progresso contínuo, chegar ao conhecimento verdadeiro de tudo aquilo que se é capaz*”.¹⁵⁵

Quais as questões presentes à Descartes que lhe possibilitaram a formulação de seu método que, a rigor, destinava-se a buscar a verdade das coisas distante do terreno onde ela

¹⁵⁴. Id., Ibid., p. 247.

¹⁵⁵. Id., Ibid., p. 247-8.

repousara desde sempre ? Esta indagação justifica-se na medida em que sua resposta contém o ponto divergente entre concepções de progresso veiculadas em momentos históricos distintos, embora possuam a mesma fonte- o grande desenvolvimento técnico gerado pelas transformações materiais que virava o mundo dos homens de ponta cabeça.

A que época se referia Descartes? Tendo vivido toda sua vida na primeira metade do século XVII, época dos relatos impressionantes sobre as terras e habitantes do Novo Mundo, ao mesmo tempo da não menos impressionante desagregação do mundo feudal, Descartes via pela frente uma nova época em construção. Era o que convencionamos chamar de “*revolução em processo*”, impulsionada pela crescente busca de riquezas, pela expansão das forças sociais, pelo movimento civilizatório imprimido aos povos recém descobertos. Em suma, a sua época inseria-se no processo revolucionário que conduziria a burguesia, quase um século e meio depois, à posição de classe economicamente dominante.

Antes, porém, da finalização desse processo, nos lugares onde as novas forças emergiram primeiramente, a luta pela postulação do novo tempo não se realizou em clima de beatitude. Em todas instâncias, essa luta exigiu esforço redobrado daqueles envolvidos com seu estabelecimento. Por isso mesmo, a idéia de progresso presente em seu pensamento trouxe um componente inovador para a época: a busca da riqueza, entendida enquanto progresso, teria que ser buscada por intermédio dos homens, ainda que para isso tivessem como ponto de partida os conhecimentos produzidos anteriormente. Os meios que possibilitariam as descobertas deveriam ser procurados nas regras contidas nos quatro grandes preceitos de seu método científico”¹⁵⁶ que visavam...

¹⁵⁶. “O primeiro consistia em nunca aceitar como verdadeira qualquer coisa sem a conhecer evidentemente com tal; isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção; não incluir nos meus juízos nada que não se apresentasse tão clara e tão distintamente ao meu espírito que não tivesse nenhuma ocasião para o pôr em dúvida. O segundo, dividir cada uma das dificuldades que tivesse de abordar no maior número possível de parcelas que fossem necessárias para melhor as resolver. O terceiro, conduzir por ordem os meus pensamentos, começando pelos objectos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subi pouco a pouco, gradualmente, até o conhecimento dos mais compostos, e admitindo mesmo certa ordem entre aqueles que não se prendem uns aos outros. E o último, fazer sempre enumerações tão completas e revisões tão gerais que tivesse a certeza de nada omitir”. DESCARTES, R. *Discurso do Método*. In: *Discurso do Método- As Paixões da Alma*. Lisboa: Sá da Costa, 1984, p. 17-8.

*... induzir homens inteligentes a experimentarem mais, contribuindo cada de acordo com sua inclinação e capacidade, para as experiências necessárias e também pela publicação de suas descobertas. Assim os últimos partiriam de onde seus predecessores haviam parado, e, reunindo as vidas e os trabalhos de muitas pessoas, prosseguiríamos muito mais adiantados, juntos do que cada um o teria conseguido, por si próprio.*¹⁵⁷

De onde emana o conhecimento para Descartes senão do esforço da razão em refletir sobre as transformações que agitavam aqueles séculos, em dizer exatamente aquilo que as coisas são e não o que se pensava que eram ? Em não se contentar o espírito com a velha sabedoria, mas se dispor a construir um saber mais condizente com a nova época ?

Nesse sentido, o método cartesiano se afirma. Muito mais que resultado do trabalho da mente em erigir novos procedimentos que pudessem pautar a vida dos homens, formulou-se enquanto luta entre dois mundos inconciliáveis. Portanto, o “*conhecimento verdadeiro*” impunha-se como arma contra o pensamento escolástico, representante daquelas forças que cabia ao novo homem destruir. Era a luta entre as regras que limitavam seu poder, contra aquelas que lhes conferiam um poder imensurável.

Resulta que dessa luta, Descartes, ao desincumbir-se da tarefa histórica a ele reservada, deixou formulado uma nova forma de explicar os homens e suas relações. Seu palco era o das transformações e, como porta voz daquela sociedade em processo de construção, viu-se na urgência de responder teoricamente à questões que já perfaziam a prática social corrente. Seu método, suas considerações metafísicas, não se reportaram senão a uma época em profunda transformação. Seu pensamento, e o conceito de progresso nele embutido, muito mais que expressão da evolução natural do espírito humano, exprimiu as necessidades de um tempo que caracterizou-se na busca da riqueza pela riqueza, subtraindo o homem de uma ordem histórica que negava ao indivíduo o direito à iniciativa, ao impedir-lhe a exploração das riquezas disponibilizadas pelo desenvolvimento material, ou seja, a realização da sua nova humanidade.

A filosofia nascida nos séculos constitutivos do capitalismo, nem sempre logrou obter sucesso nas suas primeiras investidas. O novo espírito que tomava conta da velha Europa

¹⁵⁷. Id. Ibid., p.

irradiou-se muitas vezes com relativa lentidão, aumentando seu fluxo nos locais onde já havia condições consideráveis ao seu espraiamento. Inglaterra e França, reconhecidamente pode-se afirmar, constituíram-se nos locais mais propícios ao alargamento das concepções consideradas sustentáculos teóricos das revoluções havidas na base material, impondo ao mundo transformações tais que não se poderia mais cogitar as relações humanas em estado de perpétua letargia. Sobre o vagar na difusão das novas idéias por outros países europeus e a falta de impacto em alguns deles, comenta Laski:

*A nova filosofia, em resumo, foi como uma maré que se infiltrasse lentamente terra adentro, até acabar tragando-a. O seu avanço é facilitado aqui, sustado ali, por condições naturais tão diferentes que é difícil, enquanto a terra não tiver finalmente desaparecido sob as águas, reconhecer que se tratou, de fato, de um movimento sistemático e compacto; mais difícil ainda porque, ao atingir o seu ponto mais alto, descobrimos que a maré já está, efetivamente, iniciando o seu movimento vazante.*¹⁵⁸

Discutir o trajeto histórico da idéia de progresso ou mesmo estabelecer em linhas gerais o seu caminhar exige, a princípio, que a questão seja tomada na sua verdadeira dimensão. É correto afirmar que ela estivesse, de certa forma, contida nas inúmeras teorias acerca da história humana ou nas centenas de estudos filosóficos que se propuseram a explicar o mundo dos homens. No entanto, não se pode esquecer que foi sob a luta pelo desenvolvimento das relações burguesas que ela melhor se definiu e tomou corpo. Corresponde, portanto, a um estágio determinado deste desenvolvimento, e só no seu interior encontraremos a explicação para sua existência tal como foi entendida pelo homem.

Sendo assim, Descartes, Bacon, Locke e tantos outros dedicados a mostrar aos homens a sua mais nova natureza, não fizeram senão contribuir cada qual a sua maneira com os elementos teóricos imprescindíveis ao aniquilamento da forma feudal. Retomando Descartes, por exemplo, quando ele diz que irá procurar a sua ciência no grande livro do mundo, não está dizendo nada além do que aos homens cabe à busca e construção do conhecimento. Que para isso a filosofia dos antigos, como dizia Bacon, deveria ser encarada como brincadeira de

¹⁵⁸. LASKI, Harold J. **O Liberalismo Europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973, p. 21.

crianças. Que se fechasse então os livros dos velhos filósofos, e se prestasse atenção ao frenético produzir das coisas novas que poderiam contribuir com a melhoria da vida dos homens. Seguisse-se, então, as regras formuladas pela razão, colocando em dúvida tudo o que não pudesse ser experimentado pois, afinal, se os tempos eram outros, nova também era a prática social dos homens.

Portanto, o fazer de todos aqueles que conseguiram em seus escritos captar a essência mesma da vida em produção, dada sob novos moldes, elaborando uma outra natureza humana que os tornava diferentes dos existentes até então, constitui-se em expressão histórica de uma determinada época. Muito mais que buscar o quanto de acerto suas obras revelam, tem-se que revolvê-las no objetivo de subtrair de seu conteúdo o caráter necessidade que levou-os, num certo momento, a identificar o homem com a natureza, a explicá-los tal como se produziam.

Outro ponto importante a ser enfatizado é o fato deste novo pensamento corresponder a uma etapa ascensionalmente revolucionária da sociedade burguesa. O conteúdo que trouxe não ficou isento nesse processo. Teve, obrigatoriamente, de ser a expressão em termos de pensamento daquelas transformações, e arma letal a ser brandida contra as instituições feudais em escombros. A impetuosidade com que se lançou à luta fez-lhe perceber os limites interpostos à sua ambição pela riqueza: *“as potencialidades de produção não podiam continuar sendo exploradas dentro dos limites do velho sistema. Pouco a pouco, os novos homens e seus novos métodos, indicaram o caminho para a criação de um volume de riqueza inatingível na antiga sociedade”*.¹⁵⁹

Bacon representa magistralmente esta fase. Para ele o progresso, de qual todos os homens se beneficiariam, seria alcançado se a mente estivesse regulada como que por mecanismos. O auxílio viria se instaurassem um método correto para a obtenção do conhecimento próprio para a produção das coisas úteis. Para isso era preciso destruir os *ídolos e noções falsas* e substituí-los pelas novas verdades, caso contrário a instauração das ciências não ultrapassaria a primeira infância e, para se atingir a *“verdadeira e legítima meta das ciências”* que é a de *“dotar a vida humana de novos inventos e recursos”*, fundamental seria a aplicação de *“um único e simples método para alcançar os nossos intentos... que consiste:*

¹⁵⁹. Id., *ibid.*, p. 17.

*... no estabelecer os graus de certeza, determinar o alcance exato dos sentidos e rejeitar, na maior parte dos casos, o labor da mente, calcado muito de perto sobre aqueles... abrindo e promovendo, assim, a nova e certa via da mente, que, de resto, provém das próprias percepções sensíveis.*¹⁶⁰

Diferente de grande parte dos filósofos de seu tempo, a visão de Bacon acerca da elaboração da ciência impõe severa ruptura com as formas antigas de pensamento.¹⁶¹ A possibilidade de vida para a nova ciência exigia um rompimento radical com a religião e com o palrear tolo da especulação filosófica.¹⁶² Não importava em destruir o conhecimento acumulado até então, mas respeitá-lo, entendendo que:

*... vão seria esperar-se grande aumento nas ciências pela superposição ou enxerto do novo sobre o velho. É preciso que se faça uma restauração da empresa a partir do âmago de suas fundações, se não se quiser girar perpetuamente em círculos, com magro e quase desprezível progresso.*¹⁶³

A verdade da filosofia estava em se produzir, pelo progresso das ciências, “*frutos e inventos*”, coibindo discussões estereis sobre a essência das coisas, não se permitindo “*dar asas ao intelecto, mas chumbo e peso para que lhe sejam coibidos o salto e o vôo*”.¹⁶⁴

Gonçalves sintetiza com propriedade o legado trazido por Bacon à produção do conhecimento necessário àquela etapa da existência humana, onde a contemplação da natureza deveria ceder lugar à experimentação da natureza, para que, ao decifrá-la, pudessem os homens transformá-la em coisas úteis, ou então, em mercadorias:

¹⁶⁰. BACON, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 27.

¹⁶¹. Romper com as formas do passado, para Bacon, consistia em enfrentar “... um adversário molesto e difícil na superstição e no zelo cego e desmedido da religião”. Id., *ibid.*, LXXXIX, p. 72.

¹⁶². Id., *ibid.*, LXXIII, p. 58.

¹⁶³. Id., *ibid.*, XXXI, p. 38.

¹⁶⁴. Id., *ibid.*, CIV, p. 81.

*A filosofia do Iluminismo herda de Bacon a busca, a investigação dos fenômenos, a tentativa de livrar-se das ilusões e dos enganos que somos levados quando amparados somente no raciocínio. O acúmulo de dados precisa sempre ser crivado pela comprovação da experiência, buscando ainda na ciência o sentido de utilidade, de instrumentos que possam ampliar as capacidades humanas ou mesmo aliviá-las.*¹⁶⁵

A obra de Bacon possui significado inestimável para o entendimento do processo de transformação dado pelas novas relações que, para se concretizarem, precisaram revolver as entranhas da natureza e do próprio homem. Geralmente é tido como “*inventor do método experimental*”, “*fundador da ciência moderna e do empirismo*”, ou “*apenas arauto da ciência moderna, jamais seu criador*”.¹⁶⁶ Não significou nem uma coisa, nem outra. Bacon, com seu pensamento, foi representante de uma época imersa em profunda luta. De um lado do campo de batalha reunia-se uma sociedade que já se tornara incapaz de continuar agregando os homens em torno de seus fundamentos e, do outro lado, indivíduos ansiosos em subverter a velha ordem em nome dos seus interesses. Em fazer progredir as ciências úteis, torná-las objetivas, diminuir as diferenças entre os homens aperfeiçoando os instrumentos de trabalho onde, qualquer um, velho ou criança, de posse de um compasso, traçariam igualmente um círculo, não precisando adestrar, por anos a fio, as mãos para desenhá-lo com habilidade, de tal sorte que seu traçado fosse perfeito.¹⁶⁷

O problema que envolve o significado de progresso nas mais diversas etapas do desenvolvimento humano, pode ser equacionado se se toma como ponto de partida o fato de que são os homens, nas relações sociais que mantém entre si, os produtores do progresso necessário à aquela época. Se à de Bacon progresso expressava-se por ciência da natureza, sua resposta está dada, portanto, na natureza das relações existentes naquele momento. O entendimento de que o conhecimento da natureza era a necessidade de uma classe em ascensão, tendo em vista a troca de mercadorias em escala ampliada, não foi permitido à Bacon. A história

¹⁶⁵. GONÇALVES, Vera Teresa V. **O Artifício do Natural: ensaio sobre a naturalização do histórico nas teorias pedagógicas contemporâneas**. Dissertação. Mestrado em Educação. UFSCar, 1986, p. 57.

¹⁶⁶. BACON, op., cit., p. 5.

¹⁶⁷. Figueira assevera “*que é a própria época que se faz grande. Bacon é, por sua vez, o grande arauto desta era na medida em que expressa a necessidade de vasculhar a realidade com ‘olhos burgueses’, isto é, reencontrar todas as riquezas, até agora, ‘ainda recônditas no seio da natureza.*” FIGUEIRA, Fani G. **Notas (Provisórias) de Leitura**. s.d., e local.

teve que percorrer longo trajeto para que os homens compreendessem que, a ciência previa, antes do mais, melhorias na vida dos homens e, para a classe a quem representava, não tomava outra forma senão a de propiciar aumento na produção da riqueza.

Dando um salto de dois séculos e transpondo vasto oceano, temos que no Brasil o ideal de uma sociedade progressista encontrará terreno fértil por entre aqueles dispostos a discutir os caminhos de seu desenvolvimento. Na tentativa de se definir o caminho mais apropriado para cingi-lo à condição de país moderno e civilizado viu surgir, de tempos em tempos, formadores de propostas que almejavam a destruição dos entraves postos à modernização do país e a sua inserção no cenário das nações mais desenvolvidas.

A idéia de progresso e, conseqüentemente, da necessidade de se criarem meios para sua aplicação, tomariam impulso com a vinda da Família Real e da corte para o Brasil, ambos fugitivos de Portugal por conta do Bloqueio Continental imposto por Napoleão. Em 1808 ele se veria alçado, da noite para o dia, da condição de colônia ultramarina à sede do reino português. Rapidamente teve que ajustar-se às exigências de uma corte acostumada a um modo de vida que o Brasil, de colônia que era, não havia experimentado, tampouco criara meios para tê-la. Restou ao príncipe regente, D. João, por meio de decretos, criar as condições necessárias ao seu estabelecimento, exatamente aquelas que durante anos Portugal se negara a conceder.

Frente a essas exigências e porque se tornara palco das transações comerciais efetuadas com os demais países, Inglaterra, principalmente, viu-se diante da urgência da modernização, terreno ocupado pela aplicação das leis do progresso. A abertura dos portos às nações amigas e o restabelecimento por D. João, das manufaturas têxteis, proibidas anos antes por D. Maria, a Louca – apesar de o tratado com a Inglaterra, em 1810, ter sustado por muitas décadas o florescimento das atividades industriais¹⁶⁸ - poderiam ser acontecimentos vistos a princípio como ventos alentadores a uma atividade econômica mais organizada e independente dos laços que a subjugavam aos interesses de Portugal e suscitava, no campo das idéias, projetos que, segundo

¹⁶⁸. PINTO DE AGUIAR, op., cit., p. 19

Dolhnikoff,¹⁶⁹ “destinavam-se a salvar o país da barbárie e introduzi-lo no rol das nações civilizadas”.¹⁷⁰

Definir quais as condições necessárias para a elevação do país ao grau de desenvolvimento desfrutado pelo Velho Mundo, por conseguinte, o caminho mais acertado para o progresso, foi uma das questões mais caras enfrentadas pelos homens no decorrer do século passado. Sobre isso Dolhnikoff conta que vários se deram a tarefa de apontá-lo chegando, inclusive, a traçar propostas mais vultuosas que tomariam a forma de projetos para a nação. Esses projetos, em que pese as diferenças no momento de estabelecer os meios mais pertinentes para a obtenção de sucesso na aplicação de suas idéias, apresentavam todos em comum a busca pela superação dos problemas que impediam a entrada da modernização no país.

José Bonifácio de Andrade e Silva, uma das figuras públicas mais reconhecidas e combatidas no Brasil nos primeiros anos da independência, entre outras, é exemplo dessa espécie de homens empenhados em elaborar, dentro da visão teórica particular de cada um, as linhas mestres para o progressivo avanço das atividades econômicas do país, pretendendo seu estabelecimento como uma nação rica e civilizada, em condições suficientes para equiparar-se às potências européias. Durante os anos que permaneceu em terra pátria, dedicou-se ao exame da situação local e os motivos que cria serem os causadores de seu atraso. Em seus escritos deixou a visão acalentada de um Brasil europeizado, bem semelhante ao continente onde vivera por durante 36 anos.

O estabelecimento desse Brasil ideal requeria, na sua concepção, “a construção de um Estado moderno, capaz de gerenciar os conflitos e de implementar um plano civilizador...”.¹⁷¹ Em suma, um Estado responsável pela criação da “nação e cidadania”, elementos que seriam gerados pela introdução de reformas profundas, tanto estruturais quanto culturais.

É importante salientar, para melhor se compreender o pensamento de Bonifácio sobre o que considerava necessário ao país, o fato desse ainda não ter consolidado seu movimento da

¹⁶⁹. DOLHNIKOFF, Míriam. Apresentação. In: **Projetos para o Brasil. José Bonifácio de Andrade e Silva, 1763-1838**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁷⁰. Id., *ibid.*, p. 13.

¹⁷¹. Id., *ibid.*, p. 63.

independência, agravada, por um lado, pelo constante reclame de Portugal diante das nações aliadas solicitando que lhe fosse devolvido o poder sobre a colônia, diga-se de passagem, de continuar com a primazia no comércio dos gêneros nacionais remetidos à exportação e, internamente, de comandarem a importação e venda direta desses produtos aos brasileiros e, por outro, pelos conflitos político internos que opunham setores da elite nacional desdobrada em dois pólos de interesses.

O primeiro, composto pelo grupo de Bonifácio denominado O Apostolado, criado “*para reconquistar o controle sobre D. Pedro*”,¹⁷² naquele momento muito próximo do setor democrático¹⁷³ e o partido brasileiro, congado por monarquistas e conservadores, desejosos quase todos da manutenção do Reino Unido e um pouco mais além, dos interesses sempre desfrutados por os de sua condição, e o segundo grupo se fazia representar pelos liberais radicais- “*alguns republicanistas-, “patriotas” e freqüentemente lusófobos, preocupados em delimitar os poderes do jovem imperador*”¹⁷⁴- e sequiosos por uma constituinte expressiva da vontade popular.

O fato é que o Brasil não logrou ultrapassar a fase titubeante dos primeiros passos, tal qual um bebê arriscando a firmar-se, temeroso, sobre os próprios pés. Quando, pela primeira e efetiva vez ousou respirar ares de liberdade, esta teve que ser garantida à custa da revisão do tratado de 1810 feito com a Inglaterra, ampliando-lhe mais seus privilégios já na época exorbitantes. Desde seu descobrimento vivera em função da vida e dos interesses da Metrópole, por isso não se é possível imaginá-lo transitando com ares de maioridade e compenetrada segurança pelas vias mais progressistas sem, de antemão, pôr-se a definir o caminho que se queria percorrer.

¹⁷². NOVAIS, Fernando A. e MOTA, Carlos Guilherme. **A Independência Política do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 53-4.

¹⁷³. Segundo Oliveira Martins, citado por Manchester, o príncipe se viu obrigado a escolher um entre os dois lados. Ainda que tivesse sido um “*liberal de coração*” e sua estima pelos coloniais considerada sincera, pendeu pelo absolutismo, associando-se aos comerciantes portugueses e alijando a aristocracia agrária dos negócios do Estado. OLIVEIRA MARTINS, J. P., **O Brasil e as Colônias Portuguesas**, Lisboa, 1920, p. 108-109. In: **MANCHESTER. Preeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 169.

¹⁷⁴. NOVAIS, e MOTA, op., cit., p. 56.

Entretanto, a longa e fastidiosa via na qual o Brasil durante anos, percorreria, se apreendida como escolha dos nacionais representados pelos grupamentos políticos a qual estavam agregados, levará ao encobrimento do seu real significado, qual seja, a direção que o desenvolvimento capitalista capitaneado pela Inglaterra deu às relações no Brasil. As decisões aqui tomadas, foram, antes do mais, fruto das necessidades impostas pela ordem mundial, pelo alto grau do desenvolvimento das forças produtivas existentes em solo europeu e, de forma mais específica, resultado do embate travado pela nações mais avançadas em controlarem cada vez mais maior espaço no interior dos mercados mundiais.¹⁷⁵

Numa visão mais doméstica tratava-se, a partir da independência, de apontar os elementos formadores da idéia de nação que abrangiam desde a criação de valores morais unificadores, necessários à garantia da unidade de seu território diante da heterogeneidade de seus indivíduos, e da grande dispersão na ocupação do solo- condições sempre propícias a sublevações e revoltas- tanto quanto aqueles elementos fundamentais ao combate do desejo ainda prevalecente entre os portugueses de reunificação da colônia à Metrópole, até o estabelecimento de um Estado centralizador, forte, que pudesse comandar a reestruturação da jovem nação nos moldes das européias.¹⁷⁶

A implantação das vias do progresso no Brasil demandou apenas a aplicabilidade das idéias liberais elaboradas junto ao processo de desenvolvimento material que assombrara a Europa e vitoriosas com o advento da Revolução Francesa. Tampouco significou um mero transplante de idéias, pois seu caráter era o de ser universal, embora tenha que se considerar relevante os limites postos à sua inserção nos países não envolvidos diretamente, e na mesma

¹⁷⁵. De acordo com Galvão Salles, *"A constituição de uma economia capitalista mundial, durante a Segunda metade do século XIX, criou as condições para o desenvolvimento da produção, sob o domínio do capital, em áreas onde, antes, não era possível a sua reprodução ampliada, ou seja, o desenvolvimento do capital se realizava agora fundamentalmente em função da divisão internacional do trabalho e não mais se restringia à divisão do trabalho no nível nacional"*. SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada: O Partido Republicano Paulista e a Política de Mão-de-Obra (1870-1889)**. São Paulo: Hucitec: INL: FNPró-Memória, 1986, p. 33

¹⁷⁶. Vicente Barreto assevera que *"o entendimento que José Bonifácio tinha do Estado até a sua volta ao Brasil (1819), e sua posterior atuação no governo caracterizavam-se por terem sido elaboradas sob a influência do cientificismo encontrado na universidade reformada de Pombal. O estado representava a fonte de progresso nacional, sendo o seu fortalecimento a única garantia para a paz e tranqüilidade dos povos"*. Barreto, Vicente. **Ideologia e Política no Pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 105.

proporção ao desenvolvimento material alcançado pelos países centrais.¹⁷⁷ Tratou-se mais de adequá-las à realidade sócio-econômica do país, de legitimar a monarquia acomodando-se os interesses da elite dirigente ao pretender conciliar senhores rurais e os comerciantes urbanos.

Lidando com as questões de sua época e com os limites encontrados no Brasil para a construção de uma nação rica e independente, Bonifácio desenvolveu um pensamento onde sobressaía a força da homogeneização ou miscigenação como ponto de partida para a criação de uma identidade nacional, solicitando ao Tribunal criado especialmente para legislar acerca da civilização do gentio que tomasse providências de introduzir, *“nas aldeias já civilizadas... brancos e mulatos morigerados para misturar raças, ligar os interesses recíprocos dos índios com nossa gente, e fazer deles todos um só corpo da nação, mais forte, mais instruída, e empreendedora...”*.¹⁷⁸

A questão que se depreendia do movimento pela implantação do progresso era muito mais de ordem prática do que teórica. As idéias que porventura viessem alicerçar a construção da nova nação de há muito estavam delineadas, assim, cabia torná-las reais e não mais discutir seus fundamentos. A única exigência, contudo, seria adequá-las às especificidades nacionais:

*Como o Brasil começa a civilizar-se no século XIX deve chamar e acolher a todos os estrangeiros, que lhe podem servir de mestres nos ramos de instrução, e economia pública; deve não querer ser original, mas imitador por ora, apropriando-se das outras nações o que convém melhor à sua situação política, e física. Deve olhar para trás, para preencher o vazio, que tem desde o ponto que saiu, até o ponto atual das outras nações, enchendo a série intermédia com brevidade, mas com prudência.*¹⁷⁹

¹⁷⁷. Alves, ao se referir ao movimento iluminista característico do século XVIII e ao atraso de Portugal em assimilar os ventos progressistas que varriam parte da Europa, explica bem esse condicionante histórico: “Porém, se o Iluminismo caracterizou-se como um movimento que atingiu em especial toda a Europa, isto não quer dizer que tenha tido o mesmo vigor em todas as suas partes. A riqueza e consistência dos efeitos operados por esse movimento em diferentes países da Europa, no século XVIII, estiveram estreitamente associados ao poderio econômico e político da burguesia no seio de cada um deles”. ALVES, Gilberto L. **Educação e História em Mato Grosso: 1719- 1864**. Campo Grande/MS: Imprensa Universitária/UFMS, 1984, p. 59.

¹⁷⁸. SILVA, José Bonifácio de A. **Apontamentos para a civilização dos índios bravos do império do Brasil**. In: **Projetos para o Brasil**. Op., cit., pp. 118 e 147.

¹⁷⁹. Segundo Bonifácio, esse eram os passos a serem seguidos ao se cogitar “o aumento do império do Brasil: 1) estabelecer manufaturas nas capitanias do sertão. 2) colônias de europeus para as capitanias dos sul e interior; e para a borda da água de chinas e malaio, mas do norte. 3) aumentar a cultura dos cereais, e do arroz, milho e feijão. 4) descobrir e trabalhar regularmente nas minas. 5) formar uma flotilha [ilegível] à maneira sueca. 6)

Vê-se, desta maneira, que a idéia de progresso desenvolvida em meio ao processo de constituição da sociedade burguesa, traz em si questões que correspondem tão somente àquele dado período histórico, embora, a partir de um certo momento do desenvolvimento burguês, a noção do que seja progresso ganhará contornos diferenciados. A idéia presente na revista em estudo corresponde muito mais a fase em que a maré iniciou seu refluxo do que mesmo ao tempo em que irradiou-se enquanto novidade.

Este é o problema deste trabalho. Mostrar que o ideal de progresso contido nos escritos de *O Progresso* fazia parte da luta pelo rearranjo dos interesses expansionistas burgueses, já limitados nos locais que lhe serviram de nascedouro, como também de fundamento da luta que a burguesia nacional empreendia para se estabelecer definitivamente. Assim, o conteúdo que propôs à instrução dos homens de sua época não guardava mais relação ao que se colocou como desenvolvimento por excelência, mas serviriam para perpetuar a burguesia enquanto classe. O elemento- mor das suas reivindicações seriam as reformas sociais, sobejamente ligadas a moral.

Mas há um ponto em que *O Progresso* se põe mais avançado do que parte da chamada filosofia nacional. Para ele não se tratava mais de aplicar somente os ideais progressistas, mas de redefini-los considerando o estado da sociedade naquele momento. É por isso mesmo que sua discussão agregará a nova moral social, propugnando por reformas preventivas a qualquer distúrbio que colocasse em perigo a ordem no país e que remetesse o quadro progressista que se almejava construir a um irremediável insucesso.

Contudo, uma leitura atenta de seus artigos põe-se inflexível quanto às influências consolidantes de seu pensamento. Havia nele muito mais das idéias reformistas nascidas no interior do Iluminismo, do que propriamente ingerência da idéias positivistas comtianas que só chegariam ao Brasil anos após o fim da revista, introduzidas por Luís Pereira Barreto, Pedro Lessa, Teixeira Mendes e outros.

A concepção de progresso assumida pela revista estaria mais próxima do ecletismo, não naquela vertente explicativa defendida por Paim, mas na condição de signatário de um pensamento “*indeciso*”, próprio a uma época que via suas idéias basilares sendo submetidas à

civilizar os índios. 7) cuidar da sorte dos escravos. 8) reformar o sistema de capitães-mores, milícias, tropas de linha, magistrados. 9) introduzir polícia ativa contra os vadios. 10) Ter clero sábio e bem morigerado. 11) cuidar da educação jurídica e científica”. SILVA Bonifácio, op., cit., p. 173-4.

mais impiedosa crítica, e que teve seu ponto culminante com a sistematização do pensamento marxista. Em suma, quando não se tem os elementos próprios ao clareamento de um período histórico, não se é possível, também, ter clareza sobre a qual senhor se serve.

Por outro lado, Augusto Comte seria o idealizador da chamada concepção positivista da história, atendendo ao apelo da burguesia em subtrair a história aos homens. Esta concepção, nascida em meio aos inevitáveis conflitos promovidos pelas duas classes que compõem a sociedade capitalista, tendo em vista seus interesses inconciliáveis, iria se constituir em arma teórica usada contra as forças mais avançadas representadas pelo proletariado, exatamente como um dia a burguesia o havia sido e feito contra a feudalidade. Seu conteúdo, por representar a sociedade em dissolução, retomará a idéia de que a história dos homens se completara, havendo, para se chegar à perfeição da obra, a necessidade de aplicação de reformas sociais que consertassem as discrepâncias naturais que todas sociedades envolvidas em contendas correm o risco de produzir. Assim, o caminho seria o da implementação das reformas morais, pois a solução para os problemas da época estava em modificar o homem, livrando-o dos perigos que a ambição e a ganância desmedida podem ocasionar ao justo funcionamento do organismo social.

Esta é a questão que mais se sobressai em *O Progresso*. Indicar o caminho mais correto para sua aplicação requeria instruir os homens sobre condutas individuais plausíveis, que efetivamente instaurassem condições mais propícias a elevação do país ao reino da civilização. A partir deste ponto e no espaço próprio onde deve ser discutido, nos dedicaremos a argumentar em torno dessa questão: se o pensamento revolucionário da época reconhecidamente pertencia ao proletariado, nascido e criado em condições objetivadas na exploração da força de trabalho, necessitando para isso da existência de dois indivíduos bem definidos- o trabalhador e o capitalista- quais foram as fontes inspiradoras para os articulistas da revista, quando se puseram a campo para instruir os homens da sua época sobre uma época que praticamente não existia mais ? A quem pensavam seus articulistas defender, ao instruírem para o progresso ?

CAPÍTULO 4

A revista *O Progresso* na visão da história e da filosofia.

Não, nós, os filhos da grande revolução moral do século XIX, assentamos as tendas de viagem sobre a montanha que domina a planície estreita ocupada pelos prejuízos. Para nós, só há uma política possível, um dever, um culto: melhorar a sorte do povo. Mas como? Observando a lei da natureza, isto é, fecundando as fontes vivas do trabalho, instrumento divino do progresso humano.

Tavares Bastos. In: *Cartas do Solitário*

A revista *O Progresso* não desfrutou até o momento de um estudo que se dispusesse a analisá-la como objeto que se expressa num todo coerente. A partir da anunciação feita por Gilberto Freyre sobre a existência desse empreendimento jornalístico, sobejamente superior a grande maioria produzida pela imprensa brasileira no século XIX, esta revista tem sido citado mais sistematicamente ora por historiadores interessados em aliar as idéias de seu redator-chefe Antonio Pedro de Figueiredo ao socialismo utópico francês, ora por estudiosos da filosofia que buscam identificar as raízes de seu pensamento, quase sempre objetivando filiá-lo a uma ou outra escola filosófica ou a pensadores em particular.

Dessa forma, depois da redescoberta do sociólogo pernambucano aos dois vêm sendo dado, ainda que vagarosamente em relação a importância de seus escritos, lugar de destaque entre as iniciativas jornalísticas mais significativas acontecidas desde o estabelecimento da imprensa em maio de 1808. Junto ao *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa, *O Carapuceiro* do padre Sacramento Lopes Gama, *Jornal de Timon*, de João Francisco Lisboa, e *A Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga,¹⁸⁰ constitui-se no trabalho mais genial elaborado pela

¹⁸⁰ O *Correio Braziliense* foi fundado por Hipólito da Costa em junho de 1808 em Londres onde vivia exilado,

imprensa brasileira do século XIX sobre os problemas nacionais, talvez um dos únicos a fazer crítica social sem a condução explícita dos interesses políticos de um ou outro grupo partidário, embora Figueiredo mantivesse ligação estreita com o Partido Conservador e parte de seus estudiosos veja em seus escritos, publicados em *O Progresso*, um instrumento elaborado para servir aos seus propósitos.

Assim, se a ausência de um estudo mais particular de seu conteúdo se faz sentir entre os estudiosos da história nacional, tornaram-se constantes as referências ao *O Progresso* no interior de trabalhos que guardam proximidade com sua temática. Se os trabalhos desenvolvidos até o momento analisam-na mais da vezes apenas como coadjuvante de seus objetos, portanto uma análise não exclusiva, têm o mérito de ostentarem a importância de por em evidência o debate propalado e de fomentarem a necessidade de novas reflexões sobre problemas nacionais captados de uma maneira muito peculiar, mais sistematizados, e explicitados a luz dos escritos econômicos e filosóficos em voga na Europa.

É mister explicitar que a constatação desse procedimento e também daquele que pugna em sujeitar a revista e seu fundador a análises parciais e distanciadas do terreno onde porventura eles se constituíram- o das lutas humanas -, não tem por objetivo entrar em confronto com os credos que seus autores postulam. Ao contrário, servirão para referendar nossa hipótese de que seu conteúdo propositadamente elaborado para instruir é, antes de tudo, a expressão de dadas necessidades, produzidas pela sociedade burguesa quando esta teve que reordenar a forma de inserção das suas relações nos países onde seu desenvolvimento obedeceu uma outra lógica que não a dos países mais avançados.

fugido da Inquisição portuguesa. Seu jornal se caracteriza pela luta em favor da Independência e pela liberdade de imprensa. Após a declaração da Independência, considera sua tarefa concluída e anuncia, em dezembro de 1822, sua decisão pelo encerramento de suas atividades (Ver Barbosa Lima Sobrinho – **Antologia do Correio Braziliense**. (Op., cit.) *O Carapuceiro* (1840-1854) do padre mestre frei Miguel do Sacramento Lopes primeiramente foi divulgado pelo *O Despertador*, depois de 1842, nas páginas do *Diário de Pernambuco*. Nele divulgava suas posições políticas- liberais, mas monarquistas- e fazia também crítica social que iam desde a condenação exagerada aos estrangeirismos até os velhos hábitos populares, “as crendices de nossas avós”- restos de um passado que deveriam ser enterrados (**Padre Lopes Gama- O Carapuceiro**. org. de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 e também as edições fac-símile realizadas pela Fundação José Nabuco- Recife) *O Jornal de Timon*, de João Francisco Lisboa entrou em circulação em 1852. No ano seguinte, publicou mais 10 folhetins e em 1858, reaparece com mais dois folhetins, escritos no tempo que esteve em Lisboa (João Francisco Lisboa: **Jornal de Timon**. Org. José Murilo de Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, **Crônica Política do Império: João Francisco Lisboa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves: Brasília: INL, 1984, entre outros).

Assim, têm-se, neste quadro de referências, duas vertentes interpretativas extremamente diferenciadas, mas que apresentam uma linha comum quando da elaboração da análise. Este comum expressa-se no fato de que tanto a vertente historiográfica quanto a filosófica, ao se disporem a análise das idéias ali corrente, no seu todo ou em parte, o fazem privilegiando a figura de Figueiredo. Esta atitude é sintomática em todos eles: a revista sempre é tomada apenas como veículo de suas idéias. A sua dimensão, enquanto síntese do pensamento de uma época, naquilo que ela tem de mais geral, nunca é considerada. Sua influência, mediada pelos objetivos explicativos da sua existência, seu papel de educadora dos homens que pretendia levar a modernidade e a compreensão do caminho correto ao progresso, se desvanecem diante de uma análise unilateral centrada no sujeito e não na obra.

Esta é a grande dificuldade que este trabalho tem que enfrentar. Em função da teoria definida para sua consecução, visamos elaborar um estudo que não fragmentasse o conteúdo programático da revista, escolhendo aqueles artigos que mais se adequassem aos nossos propósitos e desprezando outros que aparentemente não tratassem das questões que pretendemos julgar. Este procedimento, se o adotássemos, se revelaria temerário, pois que priva a análise da visão total que se possa ter do objeto. Expliquemos:

No artigo inaugural da revista, já citado em outro momento, existe a preocupação em fazer sobressair a unidade do grupo de redatores no tocante à comunhão de idéias das quais todos partilhavam: *“Gozando do privilégio bem raro em nossa terra, para não dizermos desconhecido, de possuírmos uma redação perfeitamente uma de intenções e desenhos...”*¹⁸¹. Ora, pensamos que se este sentido caracteriza o empreendimento daqueles jovens jornalistas, a preocupação se fazia sentir também na forma em que foi a revista esquematizada. Não nos parece que os artigos da lavra dos redatores, nem aqueles transcritos de outros autores, tenham obedecido critérios aleatórios aos seus objetivos. Ao contrário, seguiram um plano bem definido de tal sorte que o propósito de instruir pudesse lograr considerável sucesso, o que nos faz perceber um todo que perpassa a existência da revista do primeiro ao último número.

Nesse sentido não tivemos a preocupação em distinguir este ou aquele artigo. É certo, porém, que o encaminhamento teórico-metodológico adotado prevê estar no desenvolvimento

¹⁸¹. *O Progresso*, Tomo I, p. 3.

histórico-econômico da sociedade da época, a resposta para as questões trazidas por *O Progresso*, tanto quanto seu real significado enquanto veículo pretensamente educativo. Este encaminhamento naturalmente leva a análise a enfatizar um ou outro aspecto, mas, em hipótese alguma, despreza a visão do todo, pois, acredita-se que o particular que objetivamos detectar está de tal forma intrincado neste que, se dele separado numa fagulha qualquer, deixará de iluminar as questões que este estudo pretende revelar.

Dando curso ao propósito desta exposição, verificamos que na primeira vertente predomina o entendimento de que a revista era foco das idéias avançadas presentes naquele segundo quartel de século, pois seus artigos vinham incorporados do referencial que dera sustentação a luta do operariado europeu por reformas sociais profundas, reivindicações que lhes parecia cair bem ao Brasil da época, corroído no seu desenvolvimento por práticas econômicas e políticas impeditivas a superação do seu atraso material. Expressaria a revista, dessa maneira, considerável identificação com aquelas idéias nascidas em condições materiais completamente diversas das existentes no Brasil.

Expoente entre aqueles que mais se dedicaram ao estudo de *O Progresso* e de seu articulista maior, Amaro Quintas vê em Figueiredo a encarnação tropical da figura do quarent-huitard, célebre combatente das jornadas de fevereiro em França. No seu entender, fato e sujeito, podem e devem, ser considerados faces de uma mesma moeda: foram elementos inspiradores daquela reputada como a versão doméstica dos ideais franceses por reformas sociais- a rebelião Praieira ou Revolução,¹⁸² como querem outros - ponto culminante das lutas

¹⁸². A rebelião Praieira, acontecida em fins de 1848, ou revolução para outros, representou o ponto culminante das tensões existentes entre liberais e conservadores, conflitos que se agudizavam desde a questão da Maioridade. O significado da Praieira, os motivos que levaram os pernambucanos à luta armada, não amealha consenso entre seus historiadores. Uns vêm nela um caráter profundamente social, originado do ódio latente dos brasileiros contra portugueses, em função desses “monopolizarem o comércio nas cidades, e contra os senhores de engenho que monopolizavam a terra no interior... A guerra dos Praieiros era feita a esses dois elementos- o estrangeiro e o territorial; mas que um movimento político, era assim um movimento social”. (NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.) Por outro lado, o próprio Nabuco concorda que o componente responsável pelo extremismo do movimento, tinha profundas raízes fincadas na luta pelo poder, recrudescida desde a nomeação de Chichorro da Gama em 1846, liberal radical, à presidência da província. Quintas terá outra opinião a respeito da Praieira. Para ele, ela significou o inconformismo do povo pernambucano contra a situação de penúria vigente, contra a pobreza patrocinada por uma elite que só tinha em vista seus interesses e não os do país como todo, embora apregoassem o contrário, significou, principalmente, o brado de revolta contra os Cavalcanti, de há muito mantendo a província na condição de feudo. Foi uma luta de classes, assevera, prenunciada desde os acontecimentos do Mata, Mata! em 1847 e 48. Edison Carneiro reafirma essa vocação na Praieira. Para ele, o “desenvolvimento comercial na província de Pernambuco, a população urbana dera nascimento à

intestinas pelo poder na província de Pernambuco, travada entre liberais e conservadores.

A revisão que procede sobre o conteúdo da revista considera, porque assim o vê, o episódio da Praieira profundamente influenciado pelo socialismo utópico, da qual, Figueiredo, foi instituído em maior divulgador. Amparando-se numa análise que prevê fugir da “*interpretação unilateral ou monocausal da história*”,¹⁸³ ao evitar submetê-la ao império de um único método analítico pois, “*uma coisa é mostrar a importância do fator econômico, outra coisa é subordinar tudo a ele*” já que, “*o moderno critério de investigação histórica não pode prescindir da influência dos vários fenômenos sociais*”,¹⁸⁴ acaba privilegiando, em detrimento de uma análise amplamente centrada nas relações que deram vida ao objeto, a figura do indivíduo.

No seu livro **O Sentido Social da Revolução Praieira**, assinala ter sido “*na magnífica revista de Antonio Pedro de Figueiredo- O Progresso- onde melhor se sentiu e se interpretou a significação histórica da Revolução de 1848*”.¹⁸⁵ No entanto, em que pese o fato dessa revista representar “*talvez, o maior trabalho de análise social do desajustamento reinante em Pernambuco, resultante, enormemente, da grande propriedade rural*”,¹⁸⁶ é preciso extrema cautela no momento de situá-la como uma legítima representante dos ideais insufladores do espírito revolucionário francês de 48. É bem verdade que as idéias da revistam podem ser

burguesia. Esta classe social chegou à sua maturidade com extraordinária rapidez e, nos anos 40 do século passado, havia alcançado uma clara consciência política e preparava-se para a tomada do Poder. Era uma classe para si- visava ao governo do povo, pelo povo, para o povo”. (CARNEIRO, E. **A Insurreição Praieira: 1848-49**. Rio de Janeiro: Conquista, 1960, p.17) Apesar da inúmeras afirmações a respeito de uma possível conexão entre os acontecimentos da Praieira e dos escritos de *O Progresso*, não pretendemos elaborar outras considerações sobre a rebelião senão aquelas que venham em ajuda daquilo que se pretende explicitar sobre alguns pontos do conteúdo da revista. Querendo o leitor adentrar com maior profundidade sobre o movimento, suas causas e desdobramentos, recomenda-se a leitura de obras, produzidas no calor da hora, por indivíduos que dela participaram efetivamente, tanto no partido da ordem quanto na oposição. Figueira de Mello, **Chronica da rebelião praieira**, Rio, 1850; Urbano Sabino Pessoa de Mello, **Apreciação da revolta praieira**, Rio, 1849. Estes estudos foram reeditados pela editora do Senado Federal, na coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos e Nabuco de Araújo, **Justa Apreciação do Predomínio do Partido Praieiro ou História da Dominação da Praia**. Pernambuco, Typographia União, 1847.

¹⁸³. QUINTAS, op., cit., p. 126.

¹⁸⁴. Id., ibid., p. 126.

¹⁸⁵. Id., ibid., p. 162-3.

¹⁸⁶. Id., ibid., p. 152.

consideradas avançadas para a época, em se tratando de Brasil, e dona de um pensamento incomum para aquele meado de século. Foi ousada ao propugnar por reformas substanciais à sociedade brasileira, ao tratar dos problemas nacionais atacando-os em seus fundamentos, ao criticar as instituições políticas contrárias ao progresso, mesmo ao fazer a defesa dos interesses que se confundiam com os interesses particulares de um ou outro grupo em disputa.

Para Quintas, as idéias veiculadas nas suas páginas confundiam-se com as defendidas por Saint-Simon, Owen e Fourier. Quanto a Fourier, parece que o contato se deu através do engenheiro Vauthier, que deixou anotado em seu **Diário**¹⁸⁷ os empréstimos efetuados a seus amigos recifenses, principalmente a Figueiredo:

“Vauthier propagou na cidade provinciana as suas revistas socialistas, angariou assinantes, espalhou livros. Democratie, Phalange Socialiste, foram revistas familiares aos nossos antepassados de 1848... foi um elemento de difusão das preocupações reformadoras dos idealistas da primeira metade do século XIX”.¹⁸⁸

A presença de Vauthier em Recife não se reduziu à adoção de novas técnicas de construção e nem ao traçado mais moderno de algumas vias. Influenciou nos modos, instaurou novos hábitos, criou animosidade entre parceiros, conquistou inimigos, mas, em contrapartida, contribuiu para a efervescência cultural da cidade ao ligar-se ao grupo de Figueiredo e disponibilizar as obras mais em voga enviadas-lhe da França... *“No dia 6 de outubro de 1845 chegaram do Rio 6 coleções do “Socialista”... Entregues às seguintes pessoas: Dr. Soares de Azevedo, José Bento da Cunha Figueiredo, Antonio Pedro de Figueiredo e Barão da Boa Vista”*.¹⁸⁹

Quintas é um entusiasta de Figueiredo e, sem muito esforço, verá em seu pensamento elementos que denotem uma inquestionável proximidade com o socialismo de então:

¹⁸⁷. VAUTHIER, **O Diário Íntimo** ... op., cit., p. 198-9.

¹⁸⁸. QUINTAS, op., cit., p. 8.

¹⁸⁹. VAUTHIER, op., cit., p. 199.

*Causa-nos admiração como, numa época tão estreitamente ligada aos princípios do liberalismo da Revolução Francesa, tivesse o Cousin Fusco avançado tão prodigiosamente no pensamento político-social, a ponto de podermos situá-lo como um verdadeiro precursor da democracia social dos nossos dias de democracia planificada.*¹⁹⁰

Via como maior preocupação do “*genial mestiço*” o problema social. É neste campo que vai transitar a análise que fará sobre suas idéias. Intelectual injustiçado, genial, antecipador, quase um marxista militante, são palavras de força que sujeitam Figueiredo e sua revista a uma leitura ideológica, que só tem por mérito encobrir as causas reais que permitiram a manifestação de tal pensamento.

Nele só verá identificação com o socialismo francês: “*Admitir-se, não seria possível a ausência do espírito quarent-huitard, da mentalidade quarenta e oito, na velha província pernambucana dos meados do século passado...*”¹⁹¹ Suas idéias são extensão daquelas, aplicadas à realidade pernambucana, ressalta. Junta Figueiredo aos acontecimentos da Praia. Pernambuco à França:

*Não era possível que, num ano como o de 1848, ano dramático para a evolução da humanidade, de revoluções despontando em toda a parte e tendo o seu foco de irradiação em Paris, ano que deu a primeira grande revolução social da História, Pernambuco ficasse indiferente à expansão das idéias novas e não procurasse reajustar a sua situação social, tão desequilibrada por contingências de sua formação baseada na monocultura açucareira e no braço escravo.*¹⁹²

Cobra destaque para a correlação que vê existir entre o “*movimento francês de 1848 na preparação ideológica da Praieira...*”¹⁹³ e da qual Figueiredo seria principal personagem na assimilação das idéias revolucionárias ao compreender o *caráter popular da ala avançada* da

¹⁹⁰. QUINTAS...op., cit., p. 14.

¹⁹¹. Id., ibid., p. 65.

¹⁹². Id., ibid., p. 128.

¹⁹³. Id., ibid., p. 128.

Praia, e pregar seu inconformismo diante de condições tão adversas ao progresso nacional

*A Revolução de Fevereiro de tão intensa ressonância na Europa, agitando a Hungria, levando-a a batalhar, sob a direção de Kossuth, pela sua independência, levantando Viena e forçando Metternich, o símbolo perfeito do reacionarismo, a fugir, erguendo o patriotismo de italianos e alemães no anseio da realização de sua unidade, não passaria despercebida ao idealismo de nossos avoengos que, no Recife, sonharam com idéias reformadoras, abeberando-se por completo na doutrinação dos pensadores franceses da primeira metade do século XIX.*¹⁹⁴

Figueiredo foi, na sua concepção, um verdadeiro quarent-huitard. A Recife agitada pelo vendaval revolucionário, provocada por incessante conflito político agravado pela situação de extrema penúria social, encaminhavam o povo pernambucano ao desiderato. Nabuco diria em **Um Estadista do Império**: *“A política complicava-se com um fermento socialista”*.¹⁹⁵ E Quintas levaria ao pé da letra essa afirmação.

A sua postulação sobre o socialismo de Figueiredo encontrou amparo nos artigos que este escreveu aclamando as barricadas de fevereiro, asseverando que os franceses *“fizeram reconhecer que a sociedade devia ao indivíduo uma indenização dos direitos naturais, cujo uso ela lhe veda, uma indenização de sua herança confiscada; e, como primeiro passo nesta estrada fecunda, o estado reconheceu o direito que todo homem tem de viver de seu trabalho”*.¹⁹⁶ Estrutura seu estudo pinçando frases que efetivamente se assemelhem ao que se quer provar, abdicando, desta feita, de uma análise que venha submeter os fundamentos de seu pensamento ao rigor do método histórico que diz defender.

Conquanto não concordemos com o que se pretende atribuir de socialismo a Figueiredo e a revista, questão que desenvolveremos mais em profundidade, posteriormente, não deixa de ser incontestável a similaridade delas com o utopismo francês do século XIX. Entretanto, o fato de apresentarem muita coisa em comum, não faz de Figueiredo um socialista por Quintas

¹⁹⁴. Id., *ibid.*, p. 128.

¹⁹⁵. Id., *ibid.*, p.122.

¹⁹⁶. *O Progresso*, Tomo III, p. 848.

vislumbrar nele um representante dos ideais nascidos da opressão e miséria comuns à classe trabalhadora da época, e que sugeriam um modelo perfeito de sociedade, onde o império seria o da harmonia arrefecendo todos os conflitos que inviabilizassem a vida em sociedade.

Talvez o grande problema desse tipo de encaminhamento resida no fato de que, ao aliar os acontecimentos da praieira à realização das lutas de classe exemplificadas em praieiros e gabirus, Quintas promovia uma interpretação ao gosto do seu compromisso político, onde nitidamente se sobressai sua opção pelo lado desfavorecido da sociedade. Este procedimento inviabiliza a compreensão do real significado de lutas de classe presente no pensamento marxista, onde se trata somente de épocas históricas distintas e na qual, burguesia e proletariado, expressam a luta do velho modo de produzir contra as novas formas em transformação.

Nesse sentido, enquadrar praieiros e gabirus e, ainda, brasileiros sem direito à prática do comércio contra portugueses que detinham seu privilégio nessa categoria, só faz inviabilizar a compreensão das questões trazidas por essas lutas e, que, num certo momento, colocaram representantes de uma mesma fração de classe em lados opostos. Por mais que se defenda o caráter popular da praieira ela foi, tão somente, a finalização de uma longa disputa entre aqueles que conduziam as atividades econômicas no país pelos rumos que cada grupo contencioso defendia por mais correto.

Os objetivos reais, definidores dessa luta, não podem ser buscados no caráter particular do movimento praieiro. Seu móvel imediato, como não poderia deixar de ser, era a luta pela ocupação do poder em Pernambuco, pela sujeição do aparelho do Estado aos interesses diretos de liberais e conservadores, mas os reais motivos que impulsionaram parte de Pernambuco a se enfrentar em armas estavam fundamentalmente ligados aos interesses do capitalismo em redefinir os meios de inserção em território nacional, adequando-o às necessidades trazidas pela nova realidade mundial.

Sendo assim, a luta havida entre praieiros e gabirus contém elementos que se expressam em lutas de classe, vista no seu significado mais geral. Não era a burguesia brasileira em particular enfrentando-se em armas, mas a burguesia mundial impulsionando as classes locais em defesa dos seus interesses, exatamente como Marx clarificara no **Manifesto Comunista**:

*A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. Províncias independentes, apenas ligadas por débeis laços federativos, possuindo interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em uma só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária.*¹⁹⁷

Já o trabalho de Aloísio Franco Moreira, **As idéias políticas e outras idéias de dois ‘quarent-huitards’ pernambucanos: Abreu e Lima e Antonio Pedro de Figueiredo**,¹⁹⁸ se dispõe a analisar ‘o socialismo’ atribuído aos dois homens de imprensa “à luz do socialismo científico propugnado por Marx e Engels”. Segundo Moreira, todos os trabalhos que versam sobre a rebelião Praieira alinham as idéias que lhe deram sustentação à influência das idéias socialistas utópicas. Seu maiores divulgadores teriam sido Abreu e Lima¹⁹⁹ e Figueiredo, por ostentarem um pensamento mais sistematizado e coerente no trato das questões sociais que agitavam Pernambuco naquele momento.

¹⁹⁷. MARX, K. **O Manifesto do...** op., cit., p. 25.

¹⁹⁸. MOREIRA, Aloísio Franco. **As idéias políticas de dois quarent-huitards pernambucanos: Abreu e Lima e Antonio Pedro de Figueiredo**. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco, 1986.

¹⁹⁹. Também chamado “General das Massas”, José Inácio de Abreu e Lima, filho do Padre “Roma”, fuzilado por sua participação na Insurreição de 1817, serviu moço ainda em Angola, como capitão de artilharia. Retorna ao Brasil em 1817, desembarcando na Bahia para sublevá-la, atendendo ordens dos rebeldes liderados por seu pai. Preso, ele e o irmão Luís, deixa a prisão após o martírio do pai. Seguem os dois para os Estados Unidos, onde encontram o Marques do Cabugá, que para lá se dirigiu enviado para solicitar adesão dos norte-americanos a revolução dos pernambucanos. De lá dirigiu-se à Venezuela, cerrando fileiras com Bolívar, onde chega a General., título reconhecido no Brasil pela Assembléia e pela Regência. Ao lado de dedicação intensa as lutas políticas-aderia a todas, ora de um lado, ora de outro, sempre contrariando expectativas- teve tempo para escrever várias obras, publicando em 1843, *Um Compêndio da História do Brasil*, o primeiro de autor nacional. Funda juntamente com seu irmão *O Diário Novo*, órgão oficial da Praia (este nome foi dado ao partido por estar localizado o jornal na rua da Praia). Dirige a *Barca de São Pedro*, onde passa a fazer crítica social, muito propensa ao um socialismo difuso, que “consistia numa conciliação entre capital e trabalho”. Escreve em vários jornais, participa ativamente das disputas partidárias, contra os portugueses principalmente, a quem reclamava igualdade de direito para comerciar. Não participa da agitação praieira senão pela força das palavras. Assim mesmo é desterrado para Fernando de Noronha. Retorna a Recife por interferência do Marques do Paraná e, em 1855, publica a sua maior obra, *O Socialismo*, onde impera a visão cristã de mundo: “*O socialismo não é uma ciência, nem uma doutrina, nem uma religião, nem uma seita, nem um sistema, nem um princípio, nem uma idéia... é mais que tudo isto, porque é um desígnio da Providência*”. Morreu em 1869, “exilado em sua própria pátria”, no dizer de Chacon, pois lhe foi negado sepultura em cemitério cristão, já que se negara a aceitar nos últimos momentos a Igreja, a quem sempre criticara, sendo acolhido no cemitério protestante dos ingleses. Conf. CHACON, op., cit., pp. 145-85.

Pautando seu estudo nas diversas manifestações pró-socializantes da Praieira,²⁰⁰ Franco Moreira intenciona demonstrar a falácia desse entendimento já que a elaboração das idéias socialistas, seja científicas ou utópicas, se referem a condições determinadas por um dado grau do desenvolvimento das forças produtivas em conflito com as condições sociais impostas aos não proprietários dos meios de produção.

Na sua acepção, considerar os acontecimentos da Praieira fundamentados por um pretenso socialismo existente no pensamento dessas duas figuras, é procedimento de quem teoricamente defende “o socialismo como proposta para o Movimento”,²⁰¹ além de menosprezar, ou jogar para segundo plano, os verdadeiros motivos que impeliram os revoltosos à arena da luta armada.

De forma geral, a preocupação de Moreira centra-se em mostrar os limites do “socialismo” dos dois “*quarent-huitards*” com Abreu e Lima predicando a regeneração nacional, com um pensamento mais próximo das aspirações cristãs e Figueiredo requisitando o predomínio das ciências para o estabelecimento de uma sociedade ordeira, condição sine qua non para o progresso. No seu entender nem um, nem outro, foi adepto do socialismo utópico, visto que as idéias de ambos se produziram não na observância de condições objetivadas na prática material, mas na visão ilusória de que bastava disseminá-las para que, compenetrados os espíritos, se dispusessem os homens a implantar um modelo ideal de sociedade.

Recorre aos escritos dos mestres do socialismo científico para recolher elementos que possam comprovar a impossibilidade de um “socialismo eclético”, mesclado de tendências filosóficas que só vêm a confirmar o “*ecletismo da nossa intelectualidade*” e não a cientificidade de seu pensamento. Figueiredo, por exemplo, nos seus artigos, admitia que o “estado de coisas, injusto, anti-harmônico, anti-social” só poderia ser “curado por atos legislativos, sem abalos, sem despojar ninguém de suas propriedades”. Este seu socialismo seria, então, apenas a “diminuição do poder do capital” e não mais sua completa abolição.

²⁰⁰. Excetuando Amaro Quintas e Vamirech Chacon, que se dedicaram mais detalhadamente ao estudo da revista e das idéias de Figueiredo, os outros autores elencados por Franco Moreira se resumem a citar a possibilidade de o socialismo utópico ter conquistado adeptos em Pernambuco na metade do século XIX e influenciado a eclosão da Praieira.

²⁰¹. MOREIRA, op., cit., p. 6.

Seria, segundo Moreira, resultado daquilo que Marx expressou com tanta propriedade a respeito da filosofia alemã:

A literatura socialista e comunista da França, nascida sob a pressão de uma burguesia dominante, expressão literária da revolta contra esse domínio, foi introduzida na Alemanha quando a burguesia começava a sua luta contra o feudal... Filósofos, semi-filósofos e impostores alemães, lançaram-se avidamente sobre essa literatura, mas esqueceram que, com a importação da literatura francesa na Alemanha, não eram importadas ao mesmo tempo as condições sociais da França. Nas condições alemãs, a literatura francesa perdeu toda a significação prática imediata e tomou caráter puramente literário... O trabalho dos literatos alemães limitou-se a colocar as idéias francesas em harmonia com sua velha consciência filosófica ou, antes, a apropriar-se das idéias francesas sem antes abandonar seu próprio ponto de vista filosófico. Apropriaram-se delas como se assimila uma língua estrangeira: pela tradução.²⁰²

O sintético trabalho de Moreira, ainda que não avance na crítica ao enquadramento de Abreu e Lima e de Figueiredo a um pretenso socialismo, muito ao gosto do pensamento humanista profetizado por correntes ditas à esquerda da classe dominante, aponta questões muito apropriadas à discussão que desenvolveremos quando da análise propriamente dita sobre a revista *O Progresso*. Uma está em que põe no seu devido lugar a visão de que os movimentos sociais acontecidos no Brasil desde o início da colonização, que não são senão fragmentos de uma luta maior que se realiza em termos mundiais, aconteceram mais das vezes por influências de idéias estrangeiras, transplantes aplicados por brasileiros que se deixaram contagiar pelo espírito revolucionário da época.

De modo geral, sua análise constitui-se em corajosa contestação à interpretação dominante nos trabalhos historiográficos ligados ao tema,²⁰³ reafirmando a miscelânea de influências presentes no pensamento de Figueiredo, expressando, em síntese, os rumos que a crise burguesa imprimiria ao pensamento. Se seu pensamento, inscrito nas páginas da revista

²⁰² MARX, Karl, *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Alfa-Omega, op., cit., pp. 40-1.

²⁰³ E que parece ter feito escola. Na esteira dessa interpretação temos o trabalho de Odilon Nogueira de Mattos *Algumas observações sobre a revolução Praieira* e o de Jamil Almansur Haddad, *Castro Alves e a revolução Praieira*, ambos publicados pela Revista de Estudos Históricos.

está expresso por uma infinidade de tendências que levam a suposição de ora ele ser uma coisa ora outra, tem-se que admitir que a “confusão”, ou o ecletismo que dele emana visto no sentido literal do termo, são corolários de uma época decididamente imersa em contradições:

*Em Antonio Pedro de Figueiredo vemos que ele não escapa à influência de algumas soluções propostas por algumas tendências do socialismo utópico. Mas não é só. Nota-se perfeitamente a influência também de críticos não socialistas do capitalismo, na solução dos problemas da fome da miséria e do desemprego. Neste sentido, no mulato de Igarassu se revelam marcas dos pensamentos de Fourier, Sismondi, Luís Blanc e Bentham. Difícil é afirmarmos quando aceita as idéias de uns e rejeita as de outro.*²⁰⁴

O trabalho de Izabel Andrade Marson, **O Império do Progresso: Praieiros e Guabirus em Pernambuco- 1842-1855**,²⁰⁵ único onde a revista tem primazia à Figueiredo, traz contribuições valiosas para o presente estudo. Posto que seja esta uma análise realizada sob a égide da história política e *O Progresso* apareça não como objeto principal, mas elemento relacionado ao objetivo primeiro da tese - a luta da Praia contra os Conservadores- este trabalho se sobressai aos anteriores por considerar os acontecimentos do período enfocado sob o prisma das necessidades trazidas pela nova ordem mundial. A preocupação da autora “*de localizar historicamente e desvendar traços essenciais de uma guerra civil que permeia a política em todos os momentos e facetas e no qual o ‘progresso’ e a ‘revolução’ foram temas/instrumentos brandidos e disputados por ambos os contendores*”,²⁰⁶ se apoia em farta documentação, e traça, a partir daí, um painel fecundo dos acontecimentos, políticos e econômicos, que eclodiram, na sua forma final, na rebelião que agitou Pernambuco nos anos de 48 e 49 do século XIX.

Para a autora, o nascimento de *O Progresso* está ligado a intenção de Figueiredo e de seus amigos de contradizerem à administração da Praia a demissão de Vauthier do cargo de engenheiro-chefe do Serviço de Obras Públicas. Estes, “*resolveram revidar à altura as*

²⁰⁴. MOREIRA, op., cit., p. 35.

²⁰⁵. MARSON, op., cit.

²⁰⁶. Id., ibid., p. 14.

*reformas da administração praieira, através de críticas pesadas e largamente fundamentadas e com a divulgação de um projeto político alternativo para esvaziar as vitórias praieiras, caracterizado pela competência e o embasamento em teorias científicas”.*²⁰⁷

Tem-se, então, uma análise efetuada sob os moldes rigorosos dos objetivos estritamente políticos. Todo seu conteúdo, todas suas propostas devem ser entendidas como parte de um projeto amplo, ambicioso, até, de se estabelecer novos rumos para a sociedade brasileira, onde os conflitos se esvairiam diante da possibilidade do progresso- estado onde todos se beneficiariam- dado pela conciliação, no plano da teoria, entre ordem e liberdade:

*A grande meta da revista, de acordo com sua ‘exposição de princípios’, era demonstrar a possibilidade de um projeto político para Pernambuco e para o Império, distanciado das mesquinhas políticas provinciais’, preocupado exclusivamente com a implantação da harmonia e da propriedade para toda a sociedade, procurando atendê-la em todas as suas necessidades materiais e morais.*²⁰⁸

A revista era, então, instrumento posto a serviço dos interesses conservadores, cujo programa, naquele momento, soava mais próximo da visão de progresso esposada em suas páginas. Absorvida pelas escaramuças partidárias, imersa em incontornáveis conflitos, Pernambuco inviabilizava qualquer possibilidade de auferir melhorias na vida material da província. Faltava-lhe ordem necessária para que a máquina do progresso pudesse engrenar sua verdadeira marcha e o fato dos partidos estarem envolvidos numa disputa incessante, acirrando os ânimos de toda população com o tom dantesco imprimido aos discursos veiculados pela imprensa, principalmente, exigia, a nível da teoria, a elaboração de soluções que superassem os conflitos, sobrepondo-se a prática contenciosa encaminhamentos que a invalidassem.

Se o partido liberal, exercendo o poder desde 1844, praticava uma política instigadora de respostas violentas de seu opositor, e beirava a “*anarquia*”, fazendo abortar qualquer medida conciliatória, porque a prática era a do enfrentamento total ao que se considerava privilégios quase que absolutos da fração de classe ligada ao partido conservador, a medida mais acertada

²⁰⁷. Id., *ibid.*, p. 247.

²⁰⁸. Id., *ibid.*, p. 248.

seria propugnar uma concepção elevada de política, ressaltando os elementos possivelmente anuladores dos conflitos. Marson entende essa medida como a neutralização da contradição entre ordem e liberdade:

*... ordem (sinônimo de despotismo) e liberdade (sinônimo de contestação e anarquia) – recriando-os num espaço de moderação e complementaridade, despido de tensões, superando as definições antagônicas, através de um instrumento mágico e fruto do conhecimento, a técnica. Indiscutivelmente, oferecia-se um caminho viável para os partidos que estavam à beira da destruição mútua, pela reabilitação dos princípios de ordem/liberdade tão desgastados nos pequenos e isolados conflitos... Tal concepção superior da política marcava flagrante contraste perto da política baseada no conflito e na contradição, no entrechoque de interesses pessoais e particularistas, a luta de ambição e da personalidade.*²⁰⁹

Não desmerecendo o ineditismo da análise em relação a orientação dos demais trabalhos, tampouco a riqueza das contribuições que trouxe ao desvelamento das questões do período, anotamos um certo limite nesse encaminhamento analítico. Mesmo que o projeto desenvolvido pelos articulistas de *O Progresso* fizesse parte de um plano conscientemente elaborado para diminuir o impacto das medidas praieiras e conquistar parte do apoio popular as posições do partido conservador, ainda sim as idéias ali presentes representavam muito mais do que interesses imediatistas de um dos grupos em peleja, embora em primeira mão era essa impressão que causassem.

Em síntese, seu plano ou projeto foi, antes do mais, a expressão de um momento extremamente complicado para o Brasil, visto pela ótica das questões de ordem mundial. Tratava-se de definir o que ele seria diante das nações mais avançadas, de firmar o eixo de seu desenvolvimento, se agrícola ou industrial, isto quando os países industrializados puseram-se a

²⁰⁹ A autora afirma ser a postura da revista marcada por uma pretensa “imparcialidade” política. Objetivavam os articulistas, na sua visão em, “desde a ‘exposição de princípios’, escamotear sua predominante preocupação de sacudir os fundamentos e as bases políticas do domínio praieiro”. Continua, afirmando, que nos artigos referentes à análise dos trabalhos legislativos da Assembléia Geral (Revista Política- ‘Interior’), “procurava transparecer ‘equilíbrio’, fazendo restrições quer ao governo quer à oposição e marcando uma oposição própria aos problemas nacionais”. Op., cit., p. 251-2.

dispensar significativas levas de trabalhadores de seus postos no processo de produção.²¹⁰

Nesse sentido, um dos aspectos a se ressaltar na análise da autora é o entendimento de que a revista era, antes de tudo, um programa.²¹¹ Uma carta de intenções onde sobressaia a fé inquestionável no progresso, culminando com a apresentação detalhada das metas e dos meios necessários a implantação das leis progressistas, que tirariam o país da situação amorfa em que se encontrava:

*O programa revelava, então, toda sua pretensão de refazer as práticas políticas e sociais modo a juntá-las numa configuração ordenada; tanto aceitava o free trade quanto as reivindicações operárias ou populares, dados da realidade e imperativos do tempo serem assumidos pelo Estado. Ao mesmo tempo que noticiava, com seu apoio, os anseios liberais dos povos da Europa, abria uma grande margem para as conquistas técnicas e científicas, movido pelas seguintes indagações: por não utilizar as questões sociais para reabilitar o prestígio da máquina ? por que não demonstrar que a salvação dos povos estava na expansão da riqueza e no reajustamento moral propiciado pela máquina e pela ciência ? enfim, por que não canalizar o apoio das massas em vez de simplesmente afastá-las do campo da política?*²¹²

Servindo ou não aos propósitos dos grupos políticos em disputa pelo poder local e pela hegemonia na representação da província no Senado como afirma Marson, no trabalho intitulado **Posições Políticas na Imprensa Pernambucana: 1842-1849**, período restrito ao movimento praieiro que o jornal *“apresenta-se como instrumento de luta político-partidária que possui função determinada. Faz parte das formas de confronto partidário seccionadas pelo regime*

²¹⁰. Id., *ibid.*, p. 250.

²¹¹. Os artigos de *O Progresso*, criteriosamente elaborados a fim de estipularem uma outra visão para a política, “com fins mais elevados” representavam, para Marson, o ato de instrução perpetrado pela revista aos jornalistas “do *Lidador* e do *Diário de Pernambuco*, especialmente Nabuco de Araújo e Figueira de Melo, nos métodos com os quais, mais tarde, eles mesmos se encarregariam de derrotar a Praia; pelo estudo acurado do adversário em todas as suas perspectivas, sem subestimá-lo, tentar valer-se de seus próprios instrumentos, arrebatar-lhe a presa; afinal, “o marinheiro hábil sempre saberá daí dirigir a proa para o ponto que pretende abicar”. Eis as vantagens da imparcialidade. Admitindo-se que a Praia bem soubera manipular um dado incontornável (“Os povos não deixam facilmente que se lhes roube a liberdade), “a única forma de superá-la seria nesse terreno da participação popular, apresentando um programa mais atraente, bem construído e articulado por uma argumentação consistente e sedutora”. Op., cit., p. 256.

²¹². Id., *ibid.*, p. 256.

monárquico-constitucional, tendo em vista a arregimentação partidária da parcela da população do município de Recife e Olinda que participa da eleições primárias”,²¹³ o conteúdo programático de *O Progresso*, ressaltamos uma vez mais, representou uma luta teórica não resumida nos limites nacionais. Em que pese seu forte apelo para um dos lados em disputa, só o fez porque a possibilidade do progresso estava, contraditoriamente, no programa defendido pelos conservadores.

Cumprе ressaltar, ainda, o caráter educativo captado pela autora ao visualizar nos artigos da revista o interesse implícito de instruir os chefes gáburis quanto à condução da luta. Mostrava-lhes uma outra forma, mais superior, de fazer política e trazer para o lado dos seus interesses aquela parcela da população que se desejava atingir: os eleitores mais esclarecidos que decidiriam pelo voto o partido que ocuparia as cadeiras no Senado representando a província de Pernambuco.

Na segunda vertente interpretativa temos os estudos direcionados à identificação das matrizes do pensamento de Figueiredo e das categorias filosóficas onde ele se insere. Tanto em Antonio Paim, quanto em Vicente Barreto, encontra-se este tipo de encaminhamento analítico que objetiva a identificação dos fundamentos presentes nos artigos da revista com as mais diversas correntes do pensamento filosófico.

É importante assinalar que todos que se dispuseram a estudá-la no interior dessa vertente, o fazem privilegiando a figura de Antonio Pedro de Figueiredo e reduzindo a revista apenas como objeto veiculador das suas idéias. Este fazer resulta em que a sua dimensão como síntese do pensamento de uma época deixe de ser considerada. Sua influência, mediada pelos objetivos que explicam sua existência, seu papel de educadora dos homens que ela pretendia levar a modernidade e a compreensão dos rumos certos para o progresso, se desvanecem diante de uma análise unilateral centrada no sujeito, não na obra.

No artigo **O ecletismo de Antonio Pedro de Figueiredo**,²¹⁴ escrito por Paim em 1966, onde se propõe somente a considerar alguns aspectos mais relevantes do seu pensamento

²¹³. MARSON, Izabel A. Posições políticas na ...op., cit., p. i-ii.

²¹⁴. PAIM, Antonio. *O ecletismo de Antonio Pedro de Figueiredo*. Revista Brasileira de Filosofia. São Paulo. VOL. XVI, Fac. 61, Janeiro/fevereiro/março, 1966, p. 7-26.

filosófico, também não fará nítida distinção entre a revista e seu redator-chefe. Ambos são tomados como um só corpo, indiferenciados nas suas particularidades.

Neste artigo, Paim faz “*tão somente chamar atenção para alguns de seus aspectos mais relevantes*”, tentando preencher a lacuna existente sobre a análise de seu pensamento filosófico. Para tanto, procede a identificação da matriz filosófica que acredita ter definido a direção que Figueiredo imprimiria a seus estudos. Verá em Victor Cousin e no sistema filosófico por ele criado- o ecletismo espiritualista-²¹⁵ as raízes de tal pensamento.

Do pensamento cousiniano, Figueiredo se deixará influenciar pelo historicismo, reforçando por seu lado a evidência da adesão do pensamento filosófico brasileiro a esse ecletismo espiritualista ainda que, ao longo da sua vida tenha superado em muito a filosofia de Cousin, fato que lhe valeu furiosos ataques quando dispôs ao público seu rompimento com parte de seus postulados. Para ele, o ponto de partida se Figueiredo, no que concerne a assimilação das idéias de Cousin e a posterior aplicação à elaboração de seu pensamento, parece consistir

...

*... no reconhecimento de uma tensão universal, de uma polaridade, a partir da qual tudo se explicaria. Essa polaridade é sempre de dois termos; não implica a destruição dos contrários para dar lugar a uma síntese superior, como em Hegel. Os termos dessa tensão bipolar coexistem e têm por fundamento um otimismo profundo, uma confiança romântica e radical no progresso, que seria, em última instância, a conquista do equilíbrio entre as tensões. Esse otimismo apoia-se na tese de Jouffroy, segundo a qual todos os atos da individualidade humana tendem a um único fim: ao prazer que resulta da satisfação dos desejos que a organização de cada indivíduo determina em si próprio.*²¹⁶

²¹⁵. De acordo com Paim, “no pensamento de Cousin cumpre distinguir três aspectos, nem sempre homogêneos e às vezes até contraditórios, sem o que não se poderia apreender o destino histórico de seus ensinamentos quando transplantados para o solo brasileiro. Poderiam ser formulados do seguinte modo: 1) o ecletismo como método (historicismo); 2) o método psicológico, elevado à condição de fundamento último da filosofia; e, 3) o espiritualismo... Cousin parte da necessidade de empregar, na filosofia, os métodos da observação e da experimentação, segundo o espírito do século. Recusa, não obstante, as conclusões do sensualismo e, simultaneamente, a possibilidade de uma intuição direta do absoluto, afirmada pela filosofia alemã. Quer uma observação interior que conduza ao estabelecimento de leis tão rigorosas como as formuladas pela física. Na observação empreendida julga haver descoberto uma terceira faculdade que o habilita a ultrapassar a antinomia tradicional entre a sensação passiva e a vontade ativa. Trata-se da razão, que estabelece seus princípios (substância e causalidade) e intervém como ponte entre a objetividade e subjetividade “. Id., *ibid.*, 10-11.

²¹⁶. Sobre a influência de Jouffroy, Paim assevera que: “Essas suas idéias, de que “a filosofia, no futuro, deveria substituir à decadente religião cristã... de que a natureza não havia sido criada em vão ...mobilizando o princípio de finalidade com o objetivo de preencher o vazio deixado pela fé...e que a resposta a essa inquirição- qual o fim

Resumidamente, a análise de Paim se ocupa mais em identificar as matrizes filosóficas que ensejaram a mescla de opiniões depreendidas do pensamento de Figueiredo, e da acomodação que fez daqueles postulados às causas imediatas que pretendeu abraçar:

Aspira a compreender esse processo imenso que constitui a obra humana em seu conjunto. E mais que isto: descobri a forma de organização que melhor convenha à sociedade, posto que todas as criações do homem se encaminham para uma síntese global naquela ciência, a política, que deve apontar o caminho da felicidade, “alvo superior dos esforços do homem e desejo incessante que o agita e o arrasta desde o berço até o túmulo... pensamento imutável que faz palpitar o seio das idades históricas e a faz caminhar com passos, ora vagarosos ora rápidos, a estrada gloriosa do progresso.”²¹⁷

É flagrante o contraste entre estas duas vertentes interpretativas. Para a primeira o pensamento de Figueiredo, expresso na revista *O Progresso*, foi todo articulado no sentido de contestar a situação conflituosa existente nas relações entre os homens, buscando formas de superá-la ao instigar com idéias socialistas um movimento que parecia regenerador das desigualdades sociais, pelo menos assim parte da historiografia o considera, por outro lado, esse mesmo pensamento, interessado em oferecer aos homens luzes suficientes para que trilhassem com segurança pelas veredas do progresso é entendido como esforço da razão, leia-se das idéias, em dimensionar as causas dos problemas sociais. A sua postulação enquanto pensamento fruto das leis postas pela atividade material, humana pois, correspondente àquela ação, sequer é mencionada. Assim, antes de ser a ação prática captada e refletida pelo pensamento, nos seus desdobramentos auferidos no interior das relações sociais, deve-se enquadrá-la, primeiramente, nesta ou naquela denominação filosófica, neste ou naquele conceito, estabelecido a priori, desvinculados do fazer material que garante substrato às idéias.

Por seu turno Vicente Barreto²¹⁸ se esforça em demonstrar, ao utilizar o conceito de

(destino) de cada um e de todos- lhe parecesse impossível, e afirmando que os homens, em cada etapa de seu progresso incessante, encontram razões de viver, isto é, verdades relativas... Muitas dessas idéias estão presentes na obra de Antonio Pedro de Figueiredo”. Id., ibid., p. 18.

²¹⁷. Id., ibid., p. 16.

²¹⁸. BARRETO, Vicente. **Antonio Pedro de Figueiredo: uma revisão crítica.** Revista Brasileira de Filosofia.

“estilo de pensamento” proposto por Mannheim, - *“deve-se procurar ao analisar uma determinada obra quais as características básicas que a identificam com outras; a pesquisa consistirá na determinação do denominador comum implícito e explícito, que demonstre a existência de determinado estilo de pensamento”*²¹⁹ estar o pensamento de Figueiredo inserido no que chama de *“arquetipo de pensamento político liberal”*. Por isso mesmo, para ele, o socialismo do brasileiro, que pretensamente é atribuído a revista, é resultante do erro analítico explicado pela simplificação a que submetem tanto o socialismo quanto o liberalismo. Este *“caracteriza-se pela defesa do estado do direito e o pensamento socialista identifica-se com a luta contra a miséria e a exploração do homem pelo homem”*, o que leva a *“identificação de matrizes de pensamento liberal como sendo socialista e vice-versa”*.²²⁰

Vinculado a esse *“momento histórico do liberalismo”*,²²¹ o pensamento de Figueiredo, segundo Barreto, adotava princípios tidos como liberais no que concerne a sua visão de *“organização”* e sobre a do *“exercício do poder estatal”*; este, *“como está claramente expresso nos principais doutrinadores liberais, sendo as garantias jurídicas entendidas como os alicerces do estado; a opinião pública desponta como elemento de equilíbrio de todo o sistema político”*.²²²

A preocupação de Figueiredo no que respeita ao indivíduo, diz Barreto, está atrelado à situação perversa da realidade brasileira de seu tempo. Este fato impedia, a seu ver, a sua realização plena, que seria gozar da maior liberdade e exercer *“a ação o mais possível, segundo as suas atrações ou tendências naturais”*. Desta feita, confirma-se em seu pensamento, a *“concepção de dois tipos de liberdade”* comum entre os pensadores liberais: *“ao lado da liberdade natural existia a liberdade social, que seria determinada e regulada através da*

IBF. São Paulo. Vol. XXIV. Fasc. 96. Outubro/Novembro/Dezembro. 1974.

²¹⁹. Id., ibid., p. 412.

²²⁰. Id., ibid., p. 412.

²²¹. Id., ibid., p. 414.

²²². Id., ibid., p. 414.

*convenção feita entre os homens, podendo sofrer limitações, dependendo das circunstâncias históricas”.*²²³

Pontuando as mais diversas considerações sobre a visão de sociedade trazida por Figueiredo e a melhor forma de constitui-la progressista, o autor defenderá o liberalismo que crê definir-lhe as idéias, asseverando que a crítica empreendida por aquele não tem em vista o sistema na sua forma global, *“mas sim quanto a aspectos de seu funcionamento”*. Por isso, nele,

*“O progresso era encarado com sendo compromisso com o futuro, com as modificações a serem realizadas na sociedade. Socialmente significava a ruptura com a sociedade aristocrática; economicamente a adoção de medidas que corrigissem as injustiças e, politicamente, a organização da sociedade para garantir os objetivos acima referidos”.*²²⁴

Tiago Adão Lara, discípulo de Paim e Barreto, autor de **As Raízes Cristãs do Pensamento de Antonio Pedro Figueiredo**,²²⁵ se dispôs buscar *“para além do seu liberalismo ou do seu socialismo algo mais na raiz, ligado as tradições cristãs da cultura brasileira e à formação do próprio Figueiredo”*.²²⁶ Lara, ao assim fazer, procede como os demais ao limitar as idéias de Figueiredo a um outro *“arquétipo”*, além de também só privilegiar o estudo do seu pensamento, à condição meramente de instrumento de divulgação das idéias de seu fundador.

Em suma, Lara não se afastará da tradição filosófica ao centrar seu estudo na busca das origens do pensamento de Figueiredo, em pontuar sua matrizes, procedimento que, para nós, significa apenas o mapeamento dos seus elementos amalgamadores, dando-lhe o sentido de um repositório de idéias, colhidas ao sabor das preferências de um espírito indagador para, finalmente, apresentá-lo como que definido pelo esforço próprio do pensamento, apartado, portanto, das condições reais que lhe possibilitaram a elaboração.

²²³. Id., *ibid.*, p. 415.

²²⁴. Id., *ibid.*, p. 415.

²²⁵. LARA, Tiago Adão. **As Raízes Cristãs do Pensamento de Antonio Pedro de Figueiredo**. Dissertação. Mestrado em Filosofia. Pontífice Universidade Católica. Rio de Janeiro, 1976.

²²⁶. Id., *ibid.*, p. 6.

Para Lara, o caráter profundamente cristão que se depreende de sua pena, haviam sido plasmados já na infância e juventude. Na sua fase copiosa, relegara em certa medida essa influência imbuído que estava em se fazer arauto da modernidade, entusiasmado por Cousin e Jouffroy. Na idade da razão, aceitara Cristo, não a religião. *“chegando a convicção que podia ser cristão e ser moderno, pois nada do que realmente é bom, verdadeiro e humano, nas conquistas da humanidade, pode ser contra o Cristianismo verdadeiro”*.²²⁷

Esta conclusão a que chega sobre as referências de Figueiredo ao cristianismo, se entendidas na esfera mesmo da sua individualidade certamente induzirão a que se veja que esteve nele sempre latente essa religiosidade, só aflorando quando, amadurecido o homem, pode retornar ao seu espaço original. De qualquer maneira, o cristianismo de Figueiredo talvez possa ser explicado pelo fato da sociedade brasileira ter se desenvolvido envolta na aura rígida da religiosidade, contrastando com a descristianização advinda da ascensão burguesa, exigente de efetiva separação entre Igreja e sociedade, ao mesmo tempo em que a reforma política prevista na sua revista, a Conciliação, que favoreceria a aplicação de todos os meios imprescindíveis ao avanço material e espiritual do país, a partir do insucesso da Praieira, encontraria terreno fértil ao seu estabelecimento. não podemos rejeitar a constatação que à Igreja estaria reservado papel crucial na luta pela permanência da velha sociedade. Se antes foi inimiga da nova ordem quando teve seus fundamentos severamente confrontados, à época de Figueiredo se fazia reconhecer pela conciliação, aburguesando-se para continuar gravitando em torno do antigo trono, defendendo como natural o que durante séculos apregooou como pecado- o trabalho humano. Nos anos 50 do século XIX, esse seria o eixo a ser adotado no plano político, em suma, a vitória das forças burguesas em território nacional.

Embora não concordemos inteiramente com a metodologia adotada por Macedo quando do estudo destinado a mapear a idéia de liberdade no Brasil no segundo reinado, aceitamos a seguinte premissa: *“A pesquisa das raízes sociais, econômicas e políticas é com certeza útil. Desde que se procurem as “raízes” e não a verdade da obra ou seu significado nelas”*.²²⁸ Acrescentamos porém, que, desde que se parta do reconhecimento da não existência de

²²⁷. Id., *ibid.*, p. 412.

²²⁸. MACEDO, Ubiratan Borges de. *A liberdade no Império: o pensamento sobre a liberdade no império brasileiro*. São Paulo: Convívio, 1977, p. 18.

verdades absolutas, mas de verdades históricas, se é possível inferir na obra de qualquer autor o quanto de questões de uma época determinada estão ali presentes, fazendo-se delas o móvel das lutas que os homens tiveram de enfrentar para continuarem produzindo sua humanidade.

A partir daqui, este trabalho se dedicará a demonstrar como *O Progresso* desempenhou a tarefa de agregar os homens de sua época em torno de idéias aparentemente avançadas e fundamentalmente necessárias ao reordenamento das relações capitalistas no Novo Mundo, ao exigir a destruição do trabalho escravo e a sua substituição pelo livre, premidas pelas sucessivas crises européias de superprodução e de aumento do número de trabalhadores excluídos do processo produtivo.

Capítulo 5

O espírito da época: transformar ou progredir?

Existem tempos nos quais os homens são tão diferentes uns dos outros que a própria idéia de uma mesma lei aplicável a todos lhes é incompreensível. Existem outros tempos quando basta mostrar-lhes de longe e confusamente a imagem de uma tal lei para que a entendam imediatamente e corram ao seu encontro.

Alexis de Tocqueville.

Quando da publicação do primeiro número de *O Progresso*, em junho de 1846, a sociedade burguesa via-se às voltas com aquilo que Marx convenientemente veio a chamar de “*espectro do comunismo*”. A burguesia, claramente assumida no papel de classe que vive às expensas da exploração do trabalho alheio, sofria duro golpe das forças que ela própria lentamente preparara. O conteúdo mais geral posto no interior daquelas relações expressava-se pela iminência de novas transformações que, se efetivadas, a levariam para a destruição de seu domínio de classe.

As sucessivas crises da superprodução que marcaram a Inglaterra nesse período, originadas da aplicação em larga escala das maquinaria,²²⁸ tornaram evidente que os elos urdidos durante séculos pela burguesia para que a nova sociedade fosse construída face à seus

²²⁸ Sobre o prenúncio dessa crise, assim fala Marx: “finalmente, dois acontecimentos econômicos mundiais aceleraram a eclosão do descontentamento geral e fizeram que o desassossego amadurecesse até se converter em revolta. A praga da batata e as más colheitas de 1845 e 1846 avivaram a efervescência geral do povo. A carestia de 1847 provocou na França, como no resto do continente, conflitos sangrentos... O outro grande acontecimento econômico que acelerou a eclosão da revolução foi uma crise geral do comércio e da indústria na Inglaterra; anunciada, já no outono de 1845, pela quebra geral dos especuladores de ações ferroviárias, contida durante o ano de 1846 graças a uma série de circunstâncias meramente acidentais- com a iminente derrogação dos direitos aduaneiros sobre os cereais, - estourou, por fim, no outono de 1847, com as falências dos grandes comerciantes londrinos em produtos coloniais, às quais se seguiram muito de perto as dos bancos agrários e o fechamento de fábricas nos distritos industriais da Inglaterra. Ainda não se apagara a repercussão dessa crise no continente, quando estourou a Revolução de Fevereiro”. MARX, Karl. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Alfa-Omega. s.d., p. 115.

propósitos, estavam prestes a romper. Os arautos dos novos tempo tocavam trombetas com certo alarde, anunciando que a dinâmica das relações históricas urgiam de novos encaminhamentos.

Guizot ao aludir ao “*fermento revolucionário*” que tornava as massas insatisfeitas cada vez mais volumosas e incontidas, expressa o temor que aos poucos se apossava da burguesia, embora nem sempre ela identificasse nas revoltas populares o gérmen da nova sociedade:

*Jamais, é verdade, a condição humana tem sido mais igual e melhor. Mas os desejos dos homens têm sido maiores que seus progressos. Jamais a ambição foi mais impaciente e mais disseminada. Jamais tantos corações estiveram atormentados por uma tal sede de todos os bens e de todos os prazeres. Prazeres orgulhosos e prazeres grosseiros, sede de bem-estar material, e vaidade intelectual, preferência de atividade e de moleza, de aventuras e de ociosidade; tudo parece possível, e invejável e acessível a todos... O mundo não tem jamais um tal conflito de veleidades, de fantasias, de pretensões, de exigências; jamais tem ouvido um tal ruído de vozes se elevando todas juntas para reclamar, como seu direito, o que lhe falta e o que lhe agrada.*²²⁹

Nem bem cerrara os portais da história feudal e enterrara seus despojos, a burguesia teve que reconhecer um novo inimigo, nascido das condições que ela mesma criara para que pudesse moldar o mundo à sua semelhança e justificar a sua razão de ser: a classe nascida para produzir riqueza através da exploração do trabalho de seus indivíduos. Da Revolução Francesa em 1789, quando finalmente concluíra a tarefa pela qual se batera, às primeiras revoltas operárias e aos primeiros indícios de que o capitalismo via-se diante da impossibilidade de expandir suas forças produtivas sociais na mesma proporção de antes,²³⁰ a história evoluiria

²²⁹ GUIZOT, François P. **História da Civilização na Europa**. 2. Ed., Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira e Livraria Editora e Officinas Typographica e de Encademação, 1907, Tomo 2.

²³⁰ A questão de que o capital encontrara limites à sua expansão pode ser vista em Ricardo. Este, a princípio, acreditava que a introdução da maquinaria em substituição ao trabalho humano acarretaria a diminuição deste, trazendo benefícios tanto ao trabalhador, quanto ao capitalista. Surpreende-se logo após constatar que esse emprego representa a negação do desenvolvimento capitalista: “...a opinião defendida pela classe trabalhadora de que o emprego da maquinaria é freqüentemente prejudicial aos seus interesses não emana de preconceitos ou erros, mas está de acordo com os princípios corretos da Economia Política. Se o aperfeiçoamento dos meios de produção, em consequência do uso da maquinaria, aumentasse o produto líquido do país com tanta intensidade que o produto bruto não diminuísse, então a situação de todas as classes melhoraria”. RICARDO, David. **Princípios da Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 264. (Coleção Os Economistas) O problema que iria afligir a existência da burguesia tirando-lhe o sossego, estava posto.

como que da noite para o dia. Em décadas evidenciou o que a forma anterior levava séculos para admitir: a brevidade de sua preponderância.

Após a Revolução Francesa, evento glorificador da ação prática da nova ordem, a Razão burguesa cedeu espaço ao conservadorismo. Recuou, ao longo da existência de um oponente, e coibindo, a partir daí, “*a evolução da forças que libertou*”. O golpe que lhe dilacerava as entranhas ela própria o havia criado. A implantação da maquinaria sob seu comando, expandiu com maior velocidade suas forças rumo a novos mercados, mesmo porque, se assim não o fizesse, não poderia contornar a evidência concreta de que não poderia reproduzir suas relações nos moldes em que as fundara. Ao se instalar como fase mais avançada da produção de mercadorias deixou entrever, com extraordinária rapidez, as contradições de um sistema de produção que tem na miséria a sua condição de vida.

A produção da riqueza nos moldes burgueses exige a exploração continuada dos indivíduos que a impulsionam. Nesse processo não cabe comiserações²³¹. Homens são braços. Braços são mecanismos que incessantemente impulsionam os meios que transformam uma velha maneira de ser em uma nova forma de produzir a vida. Portanto, desde 1830, a necessidade de se criarem barreiras de contenção ao avanço das forças produtivas foi questão praticamente “*consensual na economia política*”.²³² Tornou-se questão política só a partir das jornadas de fevereiro de 1848, quando o povo francês sai às ruas reivindicando tanto o direito quanto a redução da jornada de trabalho. Assim, frente a avalanche que parecia poder arrastar a Europa de turbilhão, Alexis de Tocqueville praticamente implora por medidas urgentes ao perceber o conteúdo consubstanciador daquelas forças avolumadas, “*um vulcão silencioso*”, prestes a explodir sem controle:

Senhores, permita-me que lhes diga que eu creio que estão vocês equivocados. É verdade que a desordem não está consumada, mas tem penetrado muito profundamente nos espíritos. Olhem o que se passa no

²³¹. Quando o capitalista emprega maquinaria, diz Marx, citando Stuart Mill, não é para aliviar a labuta diária de algum ser humano. Ao contrário, “*esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais valia*”. MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Bertrand Brasil, Cap. XXIV, L. I, v. 2, p. 424.

²³². BARRIGUELLI, José Cláudio. *Notas sobre a (contra) revolução*. São Carlos: UFSCar. Mimeo, 1987, p. 10.

*seio dessas classes operárias, que hoje, eu reconheço, estão tranqüilas. É verdade que não estão atormentadas pelas paixões políticas propriamente ditas, no mesmo grau em que estiveram em outro tempo, mas, não vêm vocês que suas paixões se tem convertido, de políticas em sociais ? Não vêm vocês que, pouco a pouco, em seu seio se estenderam umas opiniões, umas idéias que não aspiram só a derrubar tais leis, tal ministério, inclusive tal governo, senão a sociedade mesma, quebrando-a nas próprias bases sob as quais descansa hoje? Não escutam vocês o que todos os dias dizem em seu seio? Não ouvem vocês que ali se repete sem cessar que tudo que se encontra acima delas é incapaz e indigno de governá-las, que a divisão dos bens realizada até agora no mundo é injusta, que a propriedade descansa sobre umas que não são a base da equidade? E não acreditam quando tais opiniões acham raízes, quando se estendem de uma maneira quase geral, quando penetram profundamente nas massas têm que trazer, antes e depois, e não só quando, não só como, mas têm que trazer, antes e depois, as revoluções terríveis?*²³³ (trad. nossa)

Tocqueville fizera mais que perceber as transformações sociais em processo. Ousara propor a conciliação para conter a revolução, lentamente nascida no seio da classe trabalhadora, e que penetrara *“profundamente nos espíritos”*: *“Sim, o perigo é grande! Conjurai-o ainda é tempo; corrigi o mal por meios eficazes, não atacando seus sintomas mas o próprio mal”*.²³⁴

Arguto observador das condições da época, Tocqueville compreendia que os rumos tomados pela luta entre classes exigia mais que o enfrentamento direto, força pela força. Apoiado nos estudos que fizera sobre a Revolução Francesa,²³⁵ temia que a burguesia se deixasse vencer, como assim o fizera a nobreza em 1789 na França. Essa, incapaz moralmente de enfrentar o volume de forças contrárias à sua permanência enquanto classe dominante, não desferiu um golpe sequer na defesa de seus interesses, tampouco achou quem o fizesse:

Uma medida tão nova e tão extraordinária como é a emigração em massa se explica pela circunstância também ela nova e extraordinária na história de toda uma nobreza que, plantada há mil anos, se vê de repente de tal modo destituída de raízes que não é capaz de vislumbrar qualquer possibilidade de permanecer de pé no seu posto; explica-se, também, pela

²³³. TOCQUEVILLE, Alexis de. *Recuerdos de la revolucion de 1848*. Madrid: Nacional, 1992. p. 70.

²³⁴. Id., *ibid.*, p. 71.

²³⁵. **O Antigo Regime e a Revolução**. No Brasil foi publicado pela Editora da UnB, em parceria com a editora Hucitec, no ano de 1979. Nosso exemplar data de 1989, 3. ed.

*história de toda uma classe superior que não consegue encontrar em nenhuma das outras classes que compõem a nação uma força de resistência à qual ela possa se unir, qualquer simpatia, quaisquer interesses comuns.*²³⁶

Tal qual a história se resolvera pela ascensão da burguesia, lugar conquistado graças à persistência de suas ações, e pelo sentido unificador que trouxe às relações entre os homens face a uma sociedade que os mantivera dissociados ao divinizar as diferenças sociais, poderia ela, se não tomados os devidos cuidados, sucumbir como o fizera a antiga ordem feudal.

Entretanto, se conciliar era a palavra de ordem, cabia a esse objetivo toda sorte de procedimento. Se a mesma história apontara a inexorabilidade do movimento histórico, no sentido de que as transformações continuavam a marchar invisível mas peremptoriamente por entre os homens, cabia a burguesia conter as forças que ela própria havia fundado, impedindo a continuidade da sua revolução, negando a existência da ciência que lhe explicava.

A partir daí, sua tarefa seria reprimir o elemento subversor encerrado na nova ciência histórica: o fato de que os homens haviam colocado em suas relações a necessidade de superar a velha forma de vida, revelada incapaz de dar continuidade ao caráter civilizador com que se anunciara ao mundo séculos atrás, e que a Revolução Francesa se incumbira de universalizar, tal como constata Tocqueville:

*O mais extraordinário não é que a Revolução Francesa tenha empregado os processos que a vimos empregar e concebido as idéias que produziu: a grande novidade é que tantos povos tenham chegado a um ponto em que tais procedimentos pudessem ser empregados com eficácia e tais máximas admitidas com facilidade.*²³⁷

Quando da circulação do primeiro número de *O Progresso*, no dia 12 de junho de 1846, a burguesia já havia iniciado o processo de contenção das crises provenientes da produção econômica, tanto quanto do novo pensamento que delas se originava. Sua história, na sorte de classe revolucionária, riscara as últimas páginas de seus anais. Diante do impedimento de levar

²³⁶. Id., op., cit., p. 167.

²³⁷. Id., ibid., p. 61.

à frente o revolucionamento das forças produtivas sociais, vê-se envolta a cruel impasse: ou leva aquelas forças ao máximo de seu desenvolvimento ou aniquila a possibilidade de realização dos desígnios históricos, perpetuando-se como classe.

Historicamente resolveu-se pelo segundo caminho. Sua tarefa após esse desenlace seria enterrar o pensamento que procurava explicar suas relações e universalizava sua prática, ao mesmo tempo em que deveria destruir o conceito que a tornara universal. A filosofia, enquanto forma de pensamento de uma fase revolucionária, saía de cena para dar lugar à História. Só voltaria como apologia, não mais como forma possível de explicação da realidade.

A elaboração do pensamento mais avançado, o socialismo científico, exposto por Marx e Engels na **Ideologia Alemã** entre 1845 a 1846, nesse sentido foi a evidência de que se a forma de ser do trabalho se transformara, o pensamento havia acompanhado essa transformação: saía do terreno da especulação filosófica e fincava raízes na atividade produtiva, nos homens como produtores da própria vida. E, se eram os seus produtores, ficava claro que poderiam construí-la sob novos moldes.

A postulação desse pensamento eram as “*opiniões*” e as “*idéias*” das quais falara Tocqueville, articulando-se para expressar a nova sociedade em formação. Em contrapartida, a burguesia, a partir do advento das classes constituídas com interesses distintos enfrentou redobrado trabalho: primeiramente precisará expandir-se para locais onde sua inserção se dava através da exploração da natureza e de mercado consumidor para seus manufaturados.²³⁸ Na condição seguinte, teve que naturalizar o trabalho, tornando-o indissociável da existência humana. É neste contexto que a derrocada do trabalho escravo nas antigas colônias- locais onde se realizava sob certos limites- deveria ceder espaço para o trabalho livre, condição primeira para a entrada e desenvolvimento definitivo das relações capitalistas.

²³⁸ Após a vinda da Família Real para o Brasil e a conseqüente reviravolta dos negócios entre Portugal e Inglaterra em favor dos brasileiros, sua política interna tanto quanto econômica, ficou condicionada aos interesses ingleses. Assim, de país exportador de produtos tropicais e importador de manufaturados, viu-se na situação de devedor político em paga ao reconhecimento da sua independência garantida pela Inglaterra. Somente quando esta passou a enfrentar internamente as conseqüências das primeiras grandes crises da produção, é que se pôs a discutir e encaminhar novas formas de relacionamento com a antiga e mais importante colônia portuguesa. A mudança sentida foi fruto muito mais das necessidades dos países centrais em contornar a crise e criar novos rumos para seu alastramento garantindo mercado para seus manufaturados, em locais onde só entrara enquanto condição peremptória ao seu desenvolvimento, do que resultado da evolução natural da política entre os dois países. Sobre o assunto, conferir WRIGTH, Antonia F. P. de, op., cit., MANCHESTER, Alan K. op., cit., CARREIRA, Liberato de Castro. **História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil**, Tomo I e II, Brasília: Senado Federal, 1980, entre outros.

No âmbito das particularidades, no caso a sociedade brasileira, esta sequer havia produzido as condições supostas para a efetiva luta de classes da maneira como se realizava na Europa. O aspecto singular assumido pelas relações burguesas no Brasil, portanto, a forma como aqui se estabeleceu no sentido de atender suas necessidades, dentro de um quadro que excedia aos limites nacionais sustara este desenvolvimento, ao impor a antiga colônia às necessidades dos grandes centros produtores de mercadorias, que lhe impôs a condição de exportadora de produtos tropicais: *“produtora de matérias-primas, importadora de manufaturados, numa área descentralizada do capitalismo metropolitano, em país periférico, de economia dependente e complementar dos outros dominantes”*.²³⁹

No interior desse movimento de negação do desenvolvimento das forças produtivas sociais libertadas da morosidade do Antigo Regime, procurará *O Progresso* erigir um pensamento contemplador das idéias aparentemente mais progressistas, defendendo medidas que, se, primeiramente, expressavam um dado avanço no entendimento das condições materiais postas e, em segundo lugar, só faziam reforçar o domínio das relações burguesas. Para ele urgente se fazia reformar o Brasil, mapear seus problemas e, após, apresentar soluções que permitissem o domínio das *“idéias de progresso material”*, pois só assim poderia adquirir a felicidade consentida somente às sociedades mais desenvolvidas:

*Com efeito, quando lá dum ponto de vista elevado, se considera as circunstâncias que influem sobre a felicidade do homem, vê-se facilmente que o bem ser material é a condição primitiva, o companheiro inseparável da ordem e da liberdade, o antecedente lógico dos progressos racionais de todos os gêneros. Por outro lado, o que vemos aí em roda de nós, na Europa e entre os nossos vizinhos do Norte ? À exceção de alguns fatos isolados, vemos por todas as paragens dominarem as idéias de progresso material. Já expirou a guerra; e o seu século, escondeu-o a noite dos tempos... É esta política radiosa do progresso pacífico que queremos instaurar entre nós, e que será a legenda da nossa bandeira. Logo mostraremos quais as leis fixas e as condições capitais que para isso se requerem, e também, indicaremos que medidas se devem tomar para decidir a sua inauguração e fixar-lhe o caminho.*²⁴⁰

²³⁹. WERNET, Augustin. *Sociedades Políticas; 1831-1832*. São Paulo: CULTRIX: INL/MEC. 1978. V. 2 (Coleção Brasil através dos textos), p. 18.

²⁴⁰. *O Progresso*, Tomo I, p. 8.

Por isso o bem estar material, objetivo primeiro da existência do homem, vinculado diretamente ao direito de viver,²⁴¹ deveria ser muito mais fruto do trabalho do que da benevolência de alguns. E sua conquista dependia de leis regularmente fixadas, sem o qual qualquer tentativa de melhoria das condições materiais seria precocemente abortada.

Como Guizot apontara, todos, inclusive as antigas colônias, desejavam partilhar das riquezas que a burguesia produzia explorando a força de trabalho alheio. Se no mundo feudal as inconformidades da vida, proporcionadas por uma existência material desprovida de conforto e abundância para a grande maioria dos homens, eram resolvidas apelando-se à esfera superior, e nela esperava-se encontrar recompensas que a vida terrena não proporcionara, na nova sociedade os privilégios de uma existência mais aprazível deveriam ser vivificados nela mesmo.

No Brasil, esta aspiração seria sentida na mesma proporção que na Europa, mas há que se patentear as diferenças existentes entre elas. Lá, no velho mundo, a luta entre o proletariado e burguesia revestia-se de um caráter político antes inimaginável. A questão contida em seu cerne e que ficava mais visível com seus desdobramentos, era a possibilidade de destruição da classe econômica e politicamente dominante. Portanto estava delineado no interior dos conflitos que sacudiram a Europa principalmente a partir de 1815, a necessidade histórica de transformar a base sobre qual se assentara a burguesia: a conversão da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Tanto materialmente, quanto em termos de um novo pensamento, as condições para tal desiderato estavam dadas. Cabia à classe ascensionalmente revolucionária tomar a história em suas mãos.

Ao contrário, no Brasil, a luta realizada tinha por objetivo permitir o desenvolvimento das relações burguesas no montante que havia se desenvolvido em solo europeu.²⁴² Almejava-

²⁴¹. No artigo Direito de Viver, *O Progresso* argumenta que todos os homens, diferentemente do que acontecia em épocas passadas, têm direito a vida. Só que este direito para ser respeitado exige a adoção dos meios necessários à manutenção da vida. E este, na sua concepção, é o direito ao trabalho, arduamente conquistado pelos operários franceses: “... após cinquenta anos (da Revolução Francesa), durante os quais a sorte dos proletários tornou-se de mais e mais precária e a liberdade deles mais ilusória, o Direito de Viver, o primeiro e mais sagrado de todos os direitos, acaba-se de ostentar triunfante no mundo dos fatos, apoiado na força irresistível do progresso social, e na dedicação de quarenta milhões de homens. O governo da república francesa acaba de reconhecer que todo o homem tem o direito de exigir da sociedade um trabalho com que proveja às suas precisões e as da sua família: reconheceu o Direito de Viver”. *O Progresso*, Tomo III, p. 775. Quanto à questão do trabalho como direito, portanto, natural, retornaremos a ela mais adiante

²⁴². Mesmo no Brasil a ação conservadora se precavia em manter o viço das relações burguesas. Embora se pense, por se considerar o conservadorismo o portador por excelência dos elementos vitais do atraso e que sua

se aqui, o que já se negava no velho continente. Participe desse processo, a revista *O Progresso* se instituirá em porta-voz daquelas vias necessárias à marcha do progresso em território nacional, enfatizando em seu debate duas questões extremamente fundamentais à compreensão da época que as produziram, tanto na sua forma particular quanto nas de cunho mais geral.

A primeira questão respeita à preocupação sentida desde quase o início do século XIX de não permitir o desabrochar de condições que impedissem a expansão das forças capitalistas, ou que representassem perigo à sua permanência, ainda que, à época em que se inaugura nosso objeto, as contradições dessa forma já tivessem se despido das roupagens com que encobrira sua essência de sociedade composta por classes com interesses antagônicos. A urgência, nesse caso, era a de encobrir essa natureza, transmutando o significado de lutas por conflitos.

A questão seguinte vincula-se à formulação do debate necessário, leia-se a produção de idéias, que garantissem os objetivos apontados acima, e da qual a burguesia dependia para sobreviver. Nesse sentido, a revista *O Progresso* cresce em importância ao trazer para uma sociedade tradicional e agrícola um discurso que tencionava igualar-se, pelo menos no campo onde as idéias vicejam, àquele nascido preferencialmente para opor-se ao pensamento avançado feito despontar pela velhas relações, embora internamente a entendessem como publicação que visava bafejar conflitos entre a população da província pernambucana, ao atacar os pilares da burguesia local- a propriedade territorial- pertencente a oligarquia açucareira.

Assim, do mesmo modo em que a luta na Europa assumia contornos reformistas, e no Brasil pregava-se as mesmas idéias de reformas profundas em todas as instâncias da vida nacional. Reformas institucionais, reformas na propriedade fundiária, na instrução pública, nas relações comerciais e produtivas. Enfim, pregava-se, primordialmente, a reforma do próprio homem, afim de que ele pudesse concretizar o que para *O Progresso* era o propósito da atividade humana:

prática era essencialmente restritiva ao desenvolvimento burguês, porque fazia a defesa da agricultura não da indústria, carece essa compreensão de fundamentos que a comprovem verdadeira. Quanto a esse ponto, talvez o mais prudente seja argüir que as idéias liberais se confundiam à conservadoras e não se saberia distinguir, em diferentes momentos da sua história, qual seja o representante do verdadeiro atraso. O que se pode afirmar em defesa da classe a qual coube levar adiante aquele desenvolvimento, é que cumpriu com louvor a sua tarefa. Mais ainda, ao defenderam posições conservadoras diante do “*verdadeiro progresso representado pelas máquinas*”, estavam realizando, na sua forma particular, a essência mesma do homem burguês- o ser egoísta- com o qual defendiam seus interesses particulares.

*O homem, molécula constituinte da humanidade é o mesmo em todas as épocas históricas, quanto às formas iniciais da sua organização. A sociedade em que ele vive e se desenvolve transforma-o sem dúvida, e lhe imprime um cunho particular; mas a despeito das modificações recebidas, certos elementos constitutivos permanecem imutáveis, são sempre os mesmos em todos os tempos: são as aspirações gerais da natureza humana para a felicidade, caracterizado nas três esferas distintas que a abstração nos permite apanhar no homem, por uma necessidade de bem ser material, por querer de emancipação intelectual e por um desejo de expansão das suas faculdades simpáticas.*²⁴³

Consideramos estar aí, nesse trecho, o desenho de homem que cabia ao *O Progresso* formar. Na sua compreensão, o homem, em qualquer época da sua trajetória tem uma meta a qual está fadado a cumprir, sob pena de, se em contrário, negar sua própria natureza. A felicidade é o móvel da ação humana, a qual as transformações estão condicionadas. Por isso mesmo as mudanças sociais se sucedem no tempo pois, se estas aspirações não se fazem sentir na sua forma mais completa, não deixam, contudo, de ser reais e vivas em todas as épocas.

A partir desse ponto tomaremos como nosso o “*método*” apontado por *O Progresso*, na intenção de termos desvelado os fundamentos do conteúdo programático publicado em suas páginas, quando da intenção em instruir os homens de seu tempo para a luta que se fazia necessária à abertura de novos caminhos para a expansão e continuidade da forma capitalista, alicerçada pela “*nova idéia imperial*”, surgida na Inglaterra e que instava à novas formas de relacionamentos entre as potências e antigas colônias- “*A mãe pátria seria sua defensora e guardião, e não, basicamente, o cento de controle da exploração das mesmas, como ocorria em épocas anteriores, de inspiração mercantilista*”²⁴⁴, permitindo a elas não apenas maior liberdade de governo, como também encaminhamento econômico naquela direção mais lógica para seus interesses.

Dessa maneira, argüia *O Progresso*, as respostas para os problemas presentes deveriam ser procuradas na história da civilização. Nela estariam inscritas as causas que impulsionaram os homens a mudarem sempre de formas sociais, na busca constante da realização da sua

²⁴³. *O Progresso*, Tomo I, p. 26.

²⁴⁴. ADAMS, J. T. **Empire on the seven seas. The British Empire. 1789-1929**. Londres, 1940, p. 127. Citado por WRIGTH, Antonia F. P. op. cit., p. 15.

aspiração à felicidade. Estando essas aspirações “*mais ou menos profundamente encravadas nos fatos, mais ou menos incompletas, mais ou menos cegas,*”²⁴⁵ restava abrir o grande livro do mundo para percebê-las sempre latentes, esperando para serem colocadas em movimento:

Ora, para que obramos é mister que tenhamos meios; para produzirmos um trabalho carecemos de instrumentos, e segundo eles são mais ou menos poderosos, mais ou menos perfeitos, a ação do homem é mais ou menos eficiente, mais ou menos enérgica. É pois, de uma parte, nas aspirações persistentes da humanidade, e da outra, na natureza e potência dos instrumentos, que o homem possui em diversas épocas para com eles transformar a sociedade, que convém procurarmos a causas gerais das

Seu “*método*” constituía em considerar a felicidade aspiração que remontava à natureza humana desde sempre, portanto elemento primordial ao progresso, e que, ao ser atendida, promove a capacidade de criação dos instrumentos de trabalho que leva o homem a transformar sua vida, implementando a marcha sucessiva dos progressos humanos.

De posse desse entendimento, confiava que as reformas necessárias a sociedade brasileira estariam condicionadas às reformas morais. Para que o Brasil alcançasse aquele estágio de bem-estar social fundamental a sua elevação ao reino da civilização, era preciso preparar os espíritos, alimentando-os com o conhecimento das leis das ciências- materiais e políticas -, que movem o mundo dos homens e que possibilitam a eles modificá-lo.

Sendo assim, contrariamente a tudo que já se escreveu a respeito da revista *O Progresso*, seja identificando-a com o socialismo utópico francês ou com um tipo de socialismo eclético como quer Paim, ou a personificação tardia do liberalismo clássico, percorreremos nós outro caminho, se não o mais curto e deleitoso, pelo menos o que se nos afigura o possível à revelação dos motivos pelos quais os homens, para produzirem suas condições de vida, se dispõem a conquistá-la em meio a duros e longos combates, inclusive à custa da própria vida.

Através do duplo binômio- reforma material e reforma moral - ordem e liberdade -, tencionamos comprovar nossa tese de que o seu conteúdo expressou o movimento necessário, dentro dos limites nacionais, da criação das condições necessárias à continuidade das relações

²⁴⁵. *O Progresso*, Tomo I, p. 26.

capitalistas, ao mesmo tempo que esta sua ação põe em relevo o processo eminentemente educativo que as forças em luta devem impor aos homens, quando se trata de defender os interesses que representam.

Embora os articulistas de *O Progresso* ornassem seu discurso com as cores fortes das palavras contestadoras das relações estabelecidas, não fizeram outra coisa além de abrirem caminho à necessidade em converter a história em mero desenrolar de acontecimentos, sucessão interminável de fatos, visão que supõe a vida norteadas por um fim único e pré-determinado: a conquista do bem-estar material e, em consequência, da felicidade. Em nome dessa conquista que parece estar subjacente à natureza humana, e como resultado do processo intermitente do progresso social, a tarefa a que se prestou foi a de fazer avançar um pensamento que de novo não tinha nada, mas era fundamental para a sobrevivência da velha sociedade.

CAPÍTULO 6

As reformas sociais e morais como condição para o progresso

Queremos a Revolução preparada na região das idéias e da ciência: espalhada pela influência pacífica duma opinião esclarecida: realizada pelas concessões sucessivas dos poderes conservadores; enfim uma revolução pelo governo tal como ela se faz lentamente e fecundamente na sociedade inglesa. É assim que queremos a revolução.

Antero de Quental.

Em fins de 1842, pelo porto do Rio de Janeiro, chega ao Brasil o conde de Suzanet, membro da nobreza francesa que, desiludido com a queda dos Bourbons pela Revolução de Julho, decidira-se curar da “*vida inativa e monótona que levava em França*” e completar sua educação “*visitando países estrangeiros... para estudar as questões que se relacionam com o futuro dos países...*”.²⁴⁶ Sua estadia foi breve - menos de um ano- mas o suficiente para pintar um retrato sombrio das condições materiais do país, pois ficara desalentado e perplexo diante da hipocrisia que cria ver amiúde em seus habitantes.

No entanto, ainda que revestisse suas palavras com o limo da arrogância característica da velha e destituída nobreza que havendo perdido o poder, conservara a pose, e comparasse os brasileiros aos seus compatriotas “*teimando em estabelecer confrontos entre terras semi-incultas que percorria e o grande centro de civilização onde nascera*”,²⁴⁷ deixou informações valiosas sobre as gentes e coisas do Brasil colhidas pelos milhares de quilômetros percorridos.

²⁴⁶. SUZANET, Conde de. **O Brasil em 1845**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, 1954., p. 13.

²⁴⁷. Austregésilo de Athayde, no prefácio das anotações de viagem de Suzanet, profere o seguinte juízo sobre o arrogante francês: “*O Conde de Suzanet viu-nos com os olhos de um nobre francês, enfatuado em suas próprias concepções sociais e sem penetração suficiente para descobrir nos defeitos e vícios de uma sociedade que começa a se formar os sinais do seu futuro vigor e os elementos básicos de uma raça, economia e força psicológica que destinavam o povo brasileiro à realização de um grande papel no mundo*”. op., cit., p. 8.

O olhar de Suzanet, por sobre o estado geral do Brasil, nos dá uma idéia das condições que O Progresso sonhava eliminar. O interessante nos seus relatos é o fato de aliar a situação material ao estado moral da população, considerando-a responsável pela letargia que viu existir por entre a população, e que causava a extrema penúria com que conduziam suas vidas, permeadas por profundo atraso cultural. Não se pode esquecer, entretanto, ter Suzanet nascido e se criado em condições diferenciadas à realidade brasileira e recebido um tipo de educação baseada nos antigos valores expressivos de sua classe. Vejamos sua opinião:

*Os brasileiros não viajam nunca, e são incapazes de emitir uma opinião apoiada em fatos sobre a situação interior das províncias. Contentam-se com noções incompletas, mesmo sobre as localidades que habitam. Esta lamentável ignorância de todos os homens encarregados da administração, é uma das causas das inúmeras revoluções que estouram todos os anos nas diversas províncias, e que acabarão por provocar o esfacelamento do Império a criação de uma república. A centralização do poder só pode se manter enquanto o governo obedecer ao impulso de homens instruídos, esclarecidos sobre as necessidades e os recursos de cada província. Ignoro se existem tais homens no Brasil... Compreenderão os homens que aspiram a influência no Império, os inconvenientes da sua ignorância? Receio que tenham apatia e orgulho em demasia para se dedicarem aos estudos necessários ao desenvolvimento da riqueza e da prosperidade do Império?*²⁴⁸

À percepção de que aos homens públicos faltava capacidade de governo, ampla visão de negócios e competência para geri-los, Suzanet os atribui às “falhas do caráter nacional”:

Somente nas suas relações com os escravos, é que os brasileiros se entregam a todos os vícios do seu caráter. Quando depois de uma prolongada estada, consegue-se descobrir as chagas secretas desta sociedade tão pouco conhecida, tem-se a desagradável surpresa de ver a corrupção profunda que se esconde sob uma reserva aparente. Para muitos desses homens que não tem da civilização senão os vícios, nada é sagrado, nem a amizade ?²⁴⁹

²⁴⁸. Id., ibid., p. 27.

²⁴⁹. Id., ibid., 48.

Para Suzanet, a falta de esclarecimento imposta por uma instrução superficial e variada levava os brasileiros às mais altas pretensões, porém, quase sempre unidas a expressiva incapacidade.²⁵⁰ Este comportamento, regra seguida fielmente por toda classe política do país, trazia consequências incontornáveis à expansão do comércio e, por extensão, à produção da riqueza em larga escala. Frente a isso, perguntava: do que é que “*adiantam tantas riquezas inexploradas, se elas permanecem intocadas*”? Por que, com um solo tão fértil e entre as maravilhas de uma vegetação desconhecida nos nossos climas, a população definha na miséria”? Agricultura, exploração das riquezas naturais, indústria manufatureira padecem diante dos “*vícios do caráter nacional*”:

*Infelizmente, o fazendeiro não se esforça por obter conhecimentos práticos para melhorar o seu produto: persiste na rotina em vez de substituir por máquinas os braços que começam a faltar... A exploração defeituosa das riquezas do solo traduz-se em resultados lamentáveis quando se examina a situação financeira e comercial do Brasil. A situação do Brasil é das mais críticas. A dívida pública externa é de 140 milhões de francos, a juros de 5... A dívida interna, a juros de 6.5 a 4 por cento, é de 75 milhões. O papel-moeda perde cada vez mais o seu valor nominal, tanto pela grande emissão, como pela quantidade de notas falsas que circulam pelo país. O Brasil caminha para a bancarrota.*²⁵¹

A constatação a respeito da falta de instrução receberá comentários mais ácidos ainda. Acreditava que a “*instrução deveria se o primeiro passo para entra num caminho melhor*”. Mas, incrédulo diante do que vira, conclui: “*esse passo não foi dado*”:

²⁵⁰. Thomas Davatz, suíço, um dos imigrantes contratado para trabalhar na Colônia Ibicaba, do Senador Vergueiro, na primeira aplicação em solo brasileiro do sistema de parceria com o colonato, escreveu após retorno ao seu país, a experiência vivida naquela colônia, como forma de denúncia da situação desonrosa e cruel a que se submeteram os primeiros colonos imigrantes europeus vindos a pisar em solo do Brasil. Em certo trecho do seu relato, ressalta a índole do brasileiro livre em relação ao trabalho: “*Os ricos, seja nas cidades, seja nos sítios, quando não disponham de colonos, tem seus numerosos escravos negros que fazem todo o necessário e que os servem até nas menores coisas. Os pequenos sitiantes, que não dispõem de escravos, conseguem passar sua vida monótona sem grande esforço. Aos pobres como aos ricos (menos escravos e colonos) resta bastante tempo para vadiagem, passeios, almoços, para o jogo e tudo quanto com o jogo se relaciona. E se porventura se decidem ao trabalho, agem com excessiva lentidão e incompetência*”. DAVATZ, Thomas. **Memória de um colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Itatiaia: Editora USP. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 11)

²⁵¹. Id., *ibid.*, p. 62-5.

*A maioria dos brasileiros cursa apenas a escola primária. A província do Rio de Janeiro, com uma população de quatrocentas mil almas, tem apenas mil trezentos e cinquenta alunos estudando nestas escolas. A província de Minas Gerais, que é a mais inteligente, tem nas escolas primárias perto de sete mil alunos; as outras províncias têm de mil a dois mil, os quais logo que aprendem a ler e escrever consideram-se suficientemente instruídos. Há duas escolas de Medicina, uma na Bahia, outra no Rio de Janeiro; estas duas escolas têm trezentos alunos. Nas escolas de Direito de Olinda e de São Paulo há mais ou menos duzentos alunos. Há, também, uma academia de Belas Artes com oitenta alunos e um curso de comércio com sessenta. Em resumo, estas escolas todas, dirigidas por professores ignorantes, não tem influência favorável na civilização. Os diplomas de médico e de advogado são dados com tanta facilidade que se torna desnecessário estudar.*²⁵²

Quanto à produção industrial, a situação era mais desastrosa. Suzanet relata que, para os brasileiros, a “*indústria manufatureira faz grandes progressos... já se fabrica sabão, papel e selaria comum*”.²⁵³ Para exemplificar o seu estado precário, conta-nos sobre a ajuda generosa que determinada fábrica recebeu do governo para continuar produzindo. Nesse caso, vê-se que o protecionismo aplicado à incipiente indústria nacional, causou muito mais males do que possibilidades de crescimento posto pelas leis da concorrência:

²⁵² Id., *ibid.*, p. 44-5. Em específico a Pernambuco, Montenegro informa que em 1827, “a província contava com 36 escolas para uma população estimada em 450.000 habitantes em geral e 40.846 habitantes para Recife. Funcionavam O Seminário de Olinda, uma escola de ensino mútuo e o Liceu Provincial. No período compreendido entre 1839 a 1845, começam a surgir os primeiros grandes colégios particulares do Recife. .. A maioria deles era para meninas, e dirigido por educadoras francesas...” Sobre o que se ensinava e a qualidade do ensino, deixou escrito Lopes Gama, primeiro visitador de escolas de ensino primário e secundário designado por portaria do governo provincial, no seu relatório do dia 25 de Agosto de 1825: “As aulas de primeiras letras tão necessárias à mocidade estão comumente em lamentável atraso. Os professores pela mór parte ignoram os primeiros rudimentos de gramática da nossa língua; e daqui os rapazes saem sem a mais leve idéia da construção e da regência da oração, e nenhum conhecimento da ortografia e da prosódia da língua; e daqui os barbarismos, os solecismos, os neologismos, e infinitos erros a que, desde os tenros anos se vai acostumando a mocidade”. Citado por Olívio Montenegro. *op.*, cit., p. 19-24.

²⁵³ Quando da passagem do príncipe regente pela Bahia, antes de aportar em definitivo no Rio de Janeiro, este recebeu um requerimento do negociante Francisco Inácio de Siqueira Nobre solicitando permissão para se dirigir até a Inglaterra de onde traria artífices “para o novo estabelecimento de duas fábricas de fiar, tecer e estampar”. Não instalou a manufatura pretendida, mas no seu lugar instalou uma de vidros. Como anunciava seus produtos abaixo dos preços ingleses, acabou instando o cônsul inglês Lindeman a fazer, no seu relatório de 1815, uma previsão de “sensível diminuição da venda de vidros ingleses devido a instalação da manufatura na Bahia”. (SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia: IDADE D'OURO DO BRASIL**). “E mostra como realmente a Inglaterra pretendia, a todo o custo, impedir a instalação de fábricas no Brasil, já que não hesita em confessar que fizera todos os esforços para fazer voltar ao seu país um dos dois artífices ingleses que Siqueira Nobre tinha trazido de Bristol (o outro morrera). Conseguira-o, mas temia que sua arte já estivesse de posse dos nacionais, pois, apesar da sua partida, a fábrica continuava funcionando”. P. 83-4.

*Foi fundada uma fábrica de cristais no Rio de Janeiro; a má qualidade dos produtos fez com que fossem rejeitados pelos consumidores. O governo, porém, interessado no sucesso da fábrica, concedeu-lhe um privilégio exclusivo durante quinze anos para todos os seus produtos. Sem temer mais a concorrência, a fábrica encontrara naturalmente mercado para suas mercadorias defeituosas. Apesar dessas tentativas e da pretensão dos brasileiros, pode-se dizer que sua indústria manufatureira está ainda incipiente.*²⁵⁴

O estado material do Brasil quando da visita de Suzanet, não podia ser considerado em franco desenvolvimento. Este fora barrado pelos tratados assinados por portugueses e ingleses desde os anos de 1642, 1654 e 1661, na qual Portugal concedia-lhes, sem meias medidas, e muito por pura inaptidão de seus representantes diplomáticos, o quase completo monopólio comercial nas colônias ultramarinas.²⁵⁵ Portanto, quando da vinda de D. João VI ao Brasil, escoltado pela esquadra inglesa, os privilégios econômicos da Inglaterra seriam mantidos e reafirmados com a abertura dos portos às nações amigas.²⁵⁶ Após a independência, a Inglaterra envidaria exaustivo esforço no sentido de fazer com que suas relações com o Brasil continuassem favoráveis aos seus interesses, objetivo concretizado no tratado de 1827, a título de reconhecerem a autonomia brasileira e defenderem em armas a nova nação.

Em síntese, o insuficiente desenvolvimento material apresentado pelo Brasil no decorrer do século XIX foi resultado direto das ações perpetradas pelas nações onde a produção burguesa encontrava-se mais avançada e, em função desse fato, acabavam submetendo o restante do globo a seus interesses.²⁵⁷ A relação existente entre Portugal e Inglaterra, iniciada

²⁵⁴. Suzanet, op., cit., p. 63.

²⁵⁵. “Portugal era o “empório” de duas correntes de comércio: uma, a das colônias portuguesas, através da metrópole, até a Inglaterra; e outra, da Inglaterra, através de Portugal, até as colônias. Os comerciantes ingleses desejavam controlar este entreposto comercial e participar do tráfego marítimo resultante dessas duas correntes. O tratado de 1642 foi um passo decisivo nesse sentido”. MANCHESTER, Alan K. op., cit., p. 21.

²⁵⁶. A frota portuguesa dominava o transporte dos produtos brasileiros enviados a Europa. A entrada das mercadorias em terras nacionais era realizada também pela esquadra reinól. A Inglaterra enviava à Portugal seus manufaturados que, por sua vez, eram exportados ao Brasil. Após 1808, o comércio de importação e exportação seria realizado diretamente entre Brasil e Inglaterra, fazendo que Portugal perdesse gradativamente o seu predomínio nesta atividade comercial.

²⁵⁷. Segundo Marx e Engels, “A nação mais poderosa, a Inglaterra, mantinha sua preponderância no plano comercial e na manufatura...A concentração do comércio e da manufatura em um só país, a Inglaterra—concentração que se desenvolveu ininterruptamente no século XVII—criou progressivamente para este país um relativo mercado mundial e, com isso, uma procura dos produtos ingleses manufaturados, procura esta que as

em 1147, “quando os cruzados ingleses ajudaram o jovem Afonso Henriques de Borgonha... a tomar Lisboa dos mouros, até o primeiro quartel do século XIX, quando D. João VI ficou privado dos seus melhores domínios ultramarinos...”,²⁵⁸ determinaria toda a atividade econômica desenvolvida no país quando os portugueses, pressionados por outras potências interessadas em partilhar das riquezas do Brasil, resolveu povoá-lo, enviando para cá os primeiros colonos para se assentarem em definitivo.²⁵⁹

Corroborando as impressões do arrogante nobre, temos as de Jean Batiste Debret, também francês, que cá esteve entre os anos de 1816 a 1831, integrando a missão artística contratada por D. João VI, anotadas na sua “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”.

*O brasileiro, geralmente bom, é dotado de uma vivacidade que se vislumbra nos seus olhos pretos e expressivos... É, no entanto, paciente nos trabalhos manuais. Aliás, gosta bastante do repouso, principalmente durante as horas quentes do dia, desculpando-se sem cessar com sua má saúde, de que parece afligir-se no momento mas que esquece logo para divertir-se com uma piada ou uma maledicência engenhosa cujo segredo recomenda pró-forma.*²⁶⁰

Mais ou menos semelhante é a impressão de Vauthier, também perplexo diante da “natureza rica, a que tudo indicava, a cada passo, a insigne preguiça do homem”:

Eram apenas 6 horas quando saímos e já fazia dia claro. Toda a população masculina estava, pois, de pé, as mulheres, negras e mulatas, já instaladas à porta de seus mocambos, olhando vagamente a rua, mostrando o colo e os seios até meio caminho da cintura. Crianças de

forças produtivas industriais anteriores não podiam mais satisfazer”. MARX e ENGELS, *A Ideologia*, op., cit., p. 90- 93.

²⁵⁸. MANCHESTER. op., cit., p. 17.

²⁵⁹. Em 1831, *O Paulista*, jornal da ala dos moderados, assim definia o estado do Brasil e os resultados da ação dos portugueses para com a colônia: “Colônia de um povo quase bárbaro, educado com os vícios e defeitos que lhe soube influir uma metrópole que só queria sua riqueza, e que dela afastava todo o gênero de civilização, porque bem sabia os seus resultados, trazendo, pelo contrário, os elementos necessários para conserva-la na inércia, na dependência, na desmoralização. Saindo de um jugo, e caindo, imediatamente, debaixo de outro tirano (Pedro I) cheio de vícios... Qual é pois hoje o estado do Brasil ? *O Paulista*, n. 1, do dia 26 de setembro de 1831. In: WERNET, *As Sociedades Políticas*...op., cit., p. 66.

²⁶⁰. DEBRET, Jean Batiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martius Editora: Editora da USP, I, II Tomos, 1972, p. 109.

*toda a idade e sexo; as meninas, sobretudo, emolduravam agradavelmente a figura das mães. Toda essa população ia passar assim o dia, em vaga contemplação vegetativa, recolhendo-se à sombra para deixar abrandar o sol e voltando à porta, logo que ele desaparecesse. É assim a vida dessas criaturas que se vestem e se nutrem de ar, cobrem-se de um pouco de tecido branco e comem apenas alguns punhados de farinha de mandioca. Mesmo assim, apesar da simplicidade de vida, sua preguiça e imprevidência são tais que o problema de sua existência parece insolúvel.... A população da beira da estrada parece tão indolente quanto a da cidade e igualmente fútil. de que viverá essa gente—o que ignoro—pois, por menos que coma, ainda assim é preciso tirar esse pouco da terra, colhê-los sem cultivo ou ganhar dinheiro para comprá-lo.*²⁶¹

Ora, se para viver é preciso consumir e para isso não se produz o suficiente, ao Brasil restava importar quase tudo da Inglaterra. Desde...“*chapéus de couro, botas e sapatos, cerâmica... cerveja preta engarrafada, queijo ‘chesire’, manteiga, espelhos, meias de seda, presuntos, línguas, porcos, óleo, vinho, lata, chumbo, explosivos, .etc., vendiam bem*”,²⁶² diz Manchester. O montante e a diversidade das importações nacionais, por si só, dão uma pequena mostra do estado da indústria nacional. Dessa, pouco se tinha notícias, afirma Graham:

*Entre a segunda e terceira década do século XIX, as indústrias manufatureiras inexistiam, praticamente. O capital disponível achava-se nas mãos dos negociantes, que se ocupavam unicamente da exportação de produtos agrícolas, da importação de escravos e produtos manufaturados e do controle local do monopólio dos produtos alimentícios. De 1838 a 1850, somente quatro companhias se estabeleceram, e, assim, mesmo, todas elas de importância pequena e insignificante.*²⁶³

Imperava como prática econômica dominante as transações comerciais de exportação e importação. Em troca dos manufaturados o Brasil enviava ao estrangeiro ouro, diamantes, açúcar, algodão bruto, couros, tabacos, aguardente e toda a outra sorte de produtos tropicais. A

²⁶¹. VAUTHIER, op., cit., p. 50-1, 75.

²⁶². Id., ibid., p. 94-5.

²⁶³. GRAHAN, op., cit., p. 24. Conforme CARVALHO, o fim do tráfico em 1850, “*provocou pela primeira vez uma febre de negócios no país causada pela disponibilidade de capitais anteriormente empregados no comércio negreiro*”. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: A elite política imperial; e Teatro de Sombras: A política imperial**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 237.

indústria nacional se caracterizaria, portanto, pela produção agrícola, e todo o avanço que houve no sentido de incrementá-la, tinha em vista o atendimento do mercado consumidor internacional e não o fornecimento ao mercado interno.

No plano político, a situação não era menos precária. As disputas intermitentes entre liberais e conservadores induziam à manutenção desse estado de coisas, impedindo que se tomassem medidas mais efetivas quanto à condução da economia do país. Em 1840, a grande discussão a sacudir as hostes dirigentes era a entronização antes do tempo legal do rei. Bernardo Pereira de Vasconcellos, liberal arrependido, convertido ao programa dos conservadores, capitaneou essa assunção de D. Pedro, findando um dos únicos momentos do século XIX no qual se pode respirar ares de quase uma democracia.

O Partido Liberal, que havia deflagrado esse processo, sem demora percebeu que fora o maior derrotado. Após esse ato, fala Saldanha Marinho, “*A oligarquia renasceu robusta*”,²⁶⁴ iniciando-se, a partir daí, a derrocada dos liberais. A imprensa era o meio utilizado pelos partidos para definirem estratégias, mandar recados aos contendores, de aliciar adeptos às suas fileiras, de atrair a opinião pública aos seus propósitos.

Wernet, em trabalho destinado a análise da constituição e atuação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, instalada no Rio de Janeiro em 1831, assevera que, a grosso modo, “*.. a documentação sobre o pensamento político dos liberais moderados e exaltados baseia-se quase exclusivamente em artigos de periódicos e jornais...*

*Estes tinham, por volta de 1831, função significativa e importante na luta política, na formação da opinião pública, na divulgação de idéias filosóficas e políticas e as notícias nacionais e internacionais, manifestando não somente suas opiniões tomadas de posição e decisões sobre as questões políticas do momento, mas também revelando as idéias fundamentais e comuns que deram ao respectivo grupo político sua unidade e coesão interna.*²⁶⁵

A luta política, que caracteriza toda a década em que nasceu e morreu *O Progresso*, seria a extensão daquela iniciada nos anos que precederam a abdicação de Pedro I, na qual teve

²⁶⁴. MARINHO, Joaquim Saldanha Marinho. **O Rei e o Partido Liberal**. São Paulo: Semente, 1981, p. 23.

²⁶⁵. WERNET, . op., cit., p. 43.

seu ponto culminante com o Regresso em 1837. O grande perigo temido pelos conservadores era de fracionamento da nação caso a monarquia sucumbisse à república, temor manifestado também nas páginas da revista:

*Assim, temos a firme convicção de que, se uma revolução popular ou parlamentar abolisse hoje a forma atual do nosso governo, e substituísse o monarca hereditário por um monarca eletivo ou por um presidente temporário o ano de 1848 se não concluiria sem ver este infeliz Brasil retalhado em cinco ou seis repúblicas, hostilizando-se entre si, e, pela sua fraqueza individual, expostas à mercê de qualquer inimigo ou conquistador externo.*²⁶⁶

Ao radicalismo liberal, prenhe de revoluções, sem no entanto admiti-las, temendo-as, inclusive, deveria suceder um estado de calma que trouxesse condições para a fixação não só das idéias de progresso, mas do próprio progresso material. A solução estaria em fortalecer a monarquia hereditária, fazendo que “os diversos poderes, cujo equilíbrio deve produzir o desejado efeito, permaneçam nos limites que lhes prescrevera a constituição de conformidade com os preceitos da ciência (política) e resultados da prática”. Frente ao estado de beligerância política instalada no plano governamental, situação completamente desfavorável à aplicação das leis do progresso, proclamam que a desorganização social, proveniente dessa política conflituosa, se não for abolida por meios de reformas profundas nas instituições...

*... presa de alguns ambiciosos, ávidos de honras e riquezas, trarão “o total aniquilamento do império de “Santa Cruz”. A isto, preferível “mil vezes uma revolução com seus estremecimentos, o absolutismo com seu cetro de ferro, à república com suas desordens; antes tudo isto, que a continuação do despotismo brutal da Hryda de mil cabeças que nos desfruta, nos oprime...”*²⁶⁷

O quadro geral do Brasil, presenciado e vivido pelos articulistas de *O Progresso*, soava desanimador. Urgente se faziam as reformas. Era preciso praticamente começar da estaca zero se, se quisesse, pelos menos, mostrar caminho mais seguro a um estado social condizente com

²⁶⁶. *O Progresso*, p. Tomo II, p. 698.

²⁶⁷. Id., *ibid.*, Tomo II, pp. 697-700.

as nações desenvolvidas. Desde o início preciso seria definir seus propósitos, instruindo o leitor sobre os elementos fundamentais a essa empreitada. Indaga-se, portanto, quais seriam os elementos fundantes que compõem o conteúdo a ser propalado. Quais as verdadeiras causas, na sua concepção, do atraso material presente na sociedade brasileira? Em suma, a quais necessidades históricas uma revista do porte de *O Progresso*, experiência rara no ramo jornalístico do século XIX, se dispôs a resolver? A quem especificamente se dirigia?

A partir daqui, traremos à discussão questões que acreditamos cruciais à composição do quadro das idéias propaladas por nosso objeto, visando identificar no seu interior o sentido educativo imprimido ao seu conteúdo. Embora aparentemente nossa exposição não siga uma ordem plausível, por não determinarmos a priori os elementos que mais se adequam ao que se pretende discutir, pois se tem em vista a totalidade de relações que ele comporta, acreditamos que o resultado final possa proporcionar aquilo que Marx, desde o início, definiu como eixo adotado por este trabalho: a descrição do movimento real, a fim que se fique espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada.²⁶⁸

Porém, se não vimos necessidade em sequenciar num corpo lógico as idéias analisadas, achamos por bem dividir a exposição em duas linhas de discussão premeditadamente interligadas. A primeira se refere às questões de cunho mais geral, portanto, `as idéias próprias daquele momento histórico e que se faziam presente em seus artigos, os quais *O Progresso* nem sempre percebeu serem questões que perpassavam por toda a sociedade.

A segunda tratará de uma exposição mais sistemática de seu propósito de instruir, promovendo a interrelação das questões mais gerais às particulares, expressadas quando do levantamento das causas dos problemas nacionais e a forma de encaminhar os meios adequados à sua solução. Neste ínterim, pretendemos que fique exposto e discutido os novos-velhos conceitos que a sua época teve que impor aos homens, tendo em vista a contenção da nova sociedade.

Embora *O Progresso* falasse aos homens indistintamente, tinha um alvo preferencial. O teor imprimido aos seus artigos, a profundidade com que revestiu a sua discussão, apoiando-se em idéias nem sempre compreensíveis ao elemento popular, indica estar ela destinada a uma

²⁶⁸. Ver Nota na Introdução.

população letrada, aos “*eleitores provinciais: proprietários de terras, comerciantes, funcionários públicos, aqueles a quem a linguagem da ciência polida podia alcançar...*”.²⁶⁹ Ao creditar a ciência da organização social – “*indagação e aplicação das condições de felicidade dos povos*”- condição de instrumento primordial das suas medidas reformistas, objetivava instrumentalizar um dado segmento de classe para a condução conseqüente do desenvolvimento social, alicerçada nas idéias que, pouco a pouco, oferecia ao acesso daqueles homens ilustrados. Tratava-se, então, de formá-los naquelas opiniões que mais facilmente encaminhassem o povo ao cumprimento das leis do progresso.²⁷⁰

Mas o que vem a ser povo, na sua concepção? “*O complexo de todos os indivíduos que vivem sob leis comuns, num território nacional ou facticiamente separado do território das nações vizinhas*”.²⁷¹ Ou ainda, parafraseando Lamennais, “*o povo é o gênero humano... O povo é quem sustenta a sociedade pelo seu trabalho, e por cuja defesa derrama seu sangue; é quem produz tudo, e em paga só tem a escravidão e a miséria*”.²⁷² Ora, essa sua definição de povo, se tomada no sentido literal, deveria incluir aquela parte da população nacional - os escravos -, a quem também se aplicavam as leis gerais da nação.²⁷³ Entretanto, a sua definição genérica sobre povo não abarcava todos os indivíduos componentes do corpo social. Sua preocupação centrava-se nos homens livres, “*desapiedadamente defraudados pelo capital*”, nos funcionários públicos, naqueles que vivendo das atividades do campo viriam a compor progressivamente a tão sonhada classe média, ponto de equilíbrio entre os pólos díspares da sociedade.

²⁶⁹. MARSON, . op., cit., p. 258.

²⁷⁰. A primeira Lei Eleitoral do Brasil (Lei n. 387), promulgada em 19 de agosto de 1846 previa, principalmente, que não era eleitor, “*Os que não tiverem de renda líquida anual, avaliada em prata, a quantia de 100\$000 por bens de raiz, indústria, comércio, ou Emprego*”. Portanto, a grande maioria dos homens livre, vivendo em condições mínimas de subsistência, estavam impedidos de votarem, o que nos levar a afirmar, que os jornais da época e também *O Progresso*, nasceram dedicados a essa parcela da população privilegiada pelo direito do voto. BONAVIDES, Paulo e VIEIRA, Roberto A Amaral. *Textos Políticos da História do Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária/ UFCe, s.d, p. 424. (Biblioteca de Cultura Série A—Documentário):

²⁷¹. *O Progresso*, Tomo I, p. 547.

²⁷². Id., *ibid.*, pp. 648-9.

²⁷³. Aplicava-se aos escravos os rigores da lei, mas não os reconhecia enquanto cidadão brasileiros, pois a Constituição previa que os cidadãos brasileiros não podiam ser reduzidos a condição de escravos. Os libertos e ingênuos- filhos das escravas nascidos a partir da Lei do Ventre Livre, porém, eram iguallados nos termos da lei aos homens livres.

No artigo em que condena a usura, pode-se ver com clareza a quem considerava verdadeiramente povo. Certamente não era a grande massa dos homens livres, o populacho, como várias vezes a ele se referiu, que sobrevivia entre o limiar da escravidão e os segmentos de classe mais abastados:

*Estes paliativos, porém, ainda que aligeirassem a situação dos comerciantes, dos industriais, dos agricultores proprietários, contudo deixariam o resto da nossa população no mísero estado em que ora vive. Os empregados públicos, cujos ordenados se acham atrasados, ou cujas famílias adoecem; os jornaleiros, os artistas que se acham momentaneamente sem trabalho, todos são obrigados a recorrer aos emprestadores afim de obterem meios com que provejam às necessidades mais urgentes; e para afiança o reembolso do capital e dos juros, dão em penhor os objetos de valia que por ventura possuam. Sobre esta classe digna de apoio e essencialmente trabalhadora do nosso povo é que hoje se exerce a mais desenfreada usura, e desta maneira é que a maior parte dos suores do povo passa para as mãos de alguns usurários da mais infima ordem.*²⁷⁴

A ausência de referências ao trabalho escravo,²⁷⁵ principalmente quando se objetivava a construção de uma sociedade equilibrada na ordem e liberdade, parece ser extremamente contraditória. Praticamente os articulistas o ignoram, como se não existisse e nem provocasse controvérsias na sua utilização. Deve-se mencionar o fato de que desde a Independência a Inglaterra envidava esforços no sentido de coibir o tráfico ilegal de escravos, provocando debates irados tanto da parte de quem o defendia, quanto os que o acusavam injusto. Segundo Nabuco, a *“Inglaterra esperou até 1845 que o Brasil entrasse em acordo com ela; foi somente em 1845, quando em falta de Tratado conosco ela ia perder o fruto de vinte e oito anos de sacrifícios, que Lord Aberdeen apresentou o seu Bill. O Bill Aberdeen, pode-se dizer, foi uma afronta ao encontro do qual a escravidão forçou o governo brasileiro ir”*.²⁷⁶

²⁷⁴. O Progresso, Tomo III, p. 793.

²⁷⁵. E quando o fazem, em raras passagens, é para aliá-lo a exploração do capital quando este se emprega na prática dos juros: *“Deste fato resulta que quanto mais pobre é um país tanto mais são os recursos que ele oferece aos usurários que escandalosamente depredam os produtores, e dentro em pouco concentram em suas mãos toda a riqueza e instrumentos de trabalho do país, reduzindo destarte o resto da população à categoria de escravos que só trabalham para proverem os gozos e encher as burras dos capitalistas”*. Id., p. 792

²⁷⁶. NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1988, p. 91.

Como pode *O Progresso* fazer vistas grossas à questão que mais estremecia a elite agrícola ? Principalmente depois de afirmar que:

*...respeitar é a justiça; ajudar é a caridade resultando dessa máxima o fato de "que todos tem direito e deveres... de viver e de se conservar... de viver vida no corpo e vida do espírito... Estes direitos são o que se chama liberdade, e este direito pertence igualmente a todos os homens. Não há ninguém que tenha direito de privar os outros da sua liberdade. Todos os homens são iguais."*²⁷⁷

A explicação para esse alheamento talvez esteja implícito ao que afirmamos páginas atrás. *O Progresso* encontrava-se imerso numa época de fisionomia indecisa, onde a dinâmica das relações postas carecia de maior clareza. De certo, tinham os homens a intuição, quase certeza, de que a base sobre qual se assentava aquela sociedade estava prestes a desmoronar. Em termos de Brasil esta percepção não se fazia diferente, ressalvadas as particularidades nacionais. Para aqueles homens acostumados a partilhar do trabalho escravo, tanto que o tinham como natural, e sabendo- o esteio da produção nacional, sem a qual a riqueza não seria produzida, (não eram considerados instrumentos de trabalho, mas o meio produtor de riquezas) difícil se tornava admitir a sua desnecessariedade, até porque não entrava em contradição com o trabalho livre por este não existir no Brasil como forma dominante.²⁷⁸ Por que contestá-lo, se o problema da escravidão resumia-se à escassez de braços provocados pela proibição ao tráfico e não a problemas de produtividade na sua exploração?

Por outro lado, ao defender a Lei de Terras, que passara praticamente a década toda em discussão no parlamento, e a criação e conseqüente o fortalecimento da Guarda Nacional, que poderia ser utilizada contra os proprietários mais renhidos quando da aplicação da lei, confirma a hipótese de que o que se previa, ainda que não claramente, era a sujeição do homem livre ao

²⁷⁷. *O Progresso*, Tomo II, p. 650.

²⁷⁸. Exatamente por não ser a prática dominante, o brasileiro livre desenvolveu verdadeiro horror a que o identificassem com o escravo. Não era a rejeição ao trabalho manual em si, mas defendia o que acreditava ser a sua condição de classe. Embora miserável e vivendo em condições de extremada penúria, mantinha a aparência de ser superior aos escravos, imposição dada por sua situação de homem livre. Sérgio Buarque de Holanda, relata fato narrado por John Luccock, presenciado no Rio de Janeiro; "...do simples oficial de carpintaria que se vestia à maneira de um fidalgo, com tricórnio e sapatos de fivela, e se recusava a usar das próprias mãos para carregar ferramentas de seu ofício, preferindo entregá-las a um preto". LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. Apud. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 56.

campo, criando para isso um mercado comprador daquela força de trabalho. Por isso mesmo no artigo intitulado *Colonização do Brasil*, é contra a importação de colonos porque, afirma, não é de braços que o Brasil precisa, o que nos leva a presumir estivesse subentendido ao seu pensamento o desaparecimento da escravidão:

*A colonização ha sido inoportuna; no estado atual, o Brasil tem necessidade de sábios e de operários hábeis que venham instruir a população e introduzir diversos gêneros de cultura e de indústria. Mas não tem necessidade alguma de colonos, porque a sua população atual é superior aos meios que ora possui à sua disposição para viver.*²⁷⁹

Na sua opinião, o país já possuía naquela época “*a maneira das velhas nações na Europa, uma fração notável da nossa população cujos meios de existência são tão precários que apresenta evidente perigo para o resto da sociedade*”.²⁸⁰ Nesse sentido, importava buscar alternativas que pudessem conter aquela massa manipulada pela Praia, que, em nome do seu apoio, insuflava o ódio sentido pelos estrangeiros ao acenar com a possibilidade de adoção de medidas contra o privilégio de comércio desfrutado pelos portugueses. Quais medidas propunha contra o que considerava a iminência de uma convulsão social que colocaria em perigo seu plano progressista, articulado junto às necessidades do mercado mundial?

*Antes de cuidarmos em colonizar, em importar para entre nós habitantes de outras terras, ou, o que fora muito melhor, em atrair para o Brasil o excesso das populações laboriosas da Europa, devemos dispor as coisas de maneira que elas possam empregar o seu trabalho de um modo produtivo, e não sejam obrigadas a virem aumentar a classe perigosa da população do nosso país. Ora, é de toda evidência que antes de tratarmos de proporcionar meios de existência a estrangeiros, a homens que ainda se acham em sua pátria, dá-se um primeiro dever a preencher, dever imposto pelos mais simples sentimentos de justiça e de prudência: o oferecer trabalho lucrativo, meios de existência a esta porção necessariamente ociosa e perigosa dos nossos concidadãos, de que falamos acima. É, por assim dizer, uma colonização interna que deve preceder à colonização externa.*²⁸¹

²⁷⁹. Id., *ibid.*, p. 629.

²⁸⁰. Id., *ibid.*, p. 630.

²⁸¹. Id., *ibid.*, p. 630.

De que forma seria encaminhada a colonização interna e o conseqüente enraizamento do homem ao campo? Duas medidas deveriam ser adotadas. A primeira, direta, com o estabelecimento de colônias nacionais onde pudessem se assentar os homens livres da cidade e a abertura das grandes oficinas de trabalho.²⁸² A segunda seria a criação de um imposto territorial que incidisse sobre a grande extensão de terras incultas, forçando o proprietário a vendê-la ou arrendá-la:

*Estas terras repartidas entre grande número de indivíduos seria uma fonte de uma classe média de pequenos agricultores que aumentaria, excessivamente a produção do país, e serviriam poderosamente o governo, quanto a manutenção da ordem pública; e então, vendo todos os seus filhos ocupados de uma maneira produtiva e vantajosa, o Brasil poderia chamar o excedente das populações industriais da Europa, ao qual ofereceria trabalhos e meios seguros de existência. Antes disso, qualquer tentativa de colonização é absurda.*²⁸³

Desejava *O Progresso* com essas medidas a criação, a longo prazo, de uma classe média dedicada à pequena propriedade agrícola, descartando o comércio e a indústria como fonte de onde pudesse emanar.²⁸⁴ Vendo o Brasil dividido entre pobres e ricos, supunha que a constituição de uma classe intermediária que estabelecesse a verdade do sistema representativo, onde este segmento se apresentaria no espaço político equilibrando os opostos, era um dos pontos chaves para a solução dos problemas nacionais.

Ora, só se conhecem três fontes, donde possam dimanar as classes médias; o comércio, a indústria e a agricultura. Mas o comércio

²⁸². Estas oficinas de trabalho não poderiam se dedicar a atividades que fizessem concorrência aos operários ocupados. Deveriam ser grandes “oficinas de obras públicas”, para a construção de pontes, estradas, etc., que permitissem o acesso da produção aos centros comerciais. *O Progresso*, p. 634.

²⁸³. Id., *ibid.*, p. 637.

²⁸⁴. Segundo Andrade, ao se atingir o século XIX, “a sociedade não era mais formada apenas por senhores e escravos, havendo uma classe média em formação, tanto no meio rural quanto no urbano: no meio urbano, formada por pequenos comerciantes e por artesãos, os chamados artistas, e no meio rural, por lavradores de cana, por foreiros—arrendatários de pequenas porções de terra, onde cultivavam mantimentos para a venda nas cidades—e por empregados dos engenhos que trabalhavam na administração—feitores e administradores—ou nas atividades industriais—mestres de açúcar, caldeireiros, destiladores, etc.—recebendo remuneração anual. A este grupo juntavam-se, ainda, nos engenhos maiores, os professores de primeiras letras e os capelães”. ANDRADE, Manoel Correia. *Escravidão e trabalho “livre” no Nordeste açucareiro*. Recife: ASA Pernambuco. 1. ed. 1985, p. 30. (Coleção Nordeste em Evidência)

*atualmente ocupa e torna já improdutivos muito maior número de indivíduos do que aquele que exige a troca dos nossos produtos. A grande indústria, numa terra tão pobre como a nossa, de capitais e conhecimentos científicos, e onde o juro do dinheiro é tão elevado, se não a pode criar senão fazendo-se que um imposto terrível peses sobre os consumidores; e quanto à pequena indústria, já ela se acha sobrecarregada, e se queixa da concorrência. Logo, resta a agricultura. Ora, para que a agricultura possa dar lugar à criação rápida de uma classe média, é mister que os indivíduos pouco abastados possam obter terras e cultivá-las com certeza de gozar dos produtos, condições que hoje não existem, porque os senhores de engenho ou de fazendas se recusam obstinadamente a vender qualquer porção destas terras*²⁸⁵.

Por isso a criação da pequena propriedade não poderia ultrapassar essa condição, devendo empregar a seu serviço os membros familiares, impedindo assim que se dirigissem às grandes cidades engrossando a massa de desocupados: *“mas é a pequena cultura, a que pode executar um pai de família com seus filhos, ajudado quando muito por trabalhadores alugados no momento da plantação e colheita”*.²⁸⁶

Por outro lado ela não oferecia perigo a grande propriedade pois, lá, a cultura da terra exigia grandes capitais e era exercida por escravos, mercadoria que os pequenos produtores não podiam adquirir sem despender grandes somas, comprometendo a lucratividade que poderiam obter. Mas, mesmo nesses locais, a modernização se fez sentir de forma mais acentuada só a partir de 1870, ainda que só um número pequeno de engenhos adotassem a moenda a vapor, substituindo a moagem feita por tração animal, mais lenta e improdutivo.²⁸⁷

No domínio das idéias, seu plano era perfeito. Materialmente esbarrava numa questão insolúvel, revelando nela a quais interesses defendia: de um lado, a modernização dos grandes engenhos senhoriais sem a qual os pequenos proprietários não poderiam se manter em pé de igualdade, e do outro o capital especulativo internacional, representados por financistas e grandes proprietários. Diz Marson:

²⁸⁵. Id., *ibid.*, Tomo I, p. 298-9.

²⁸⁶. Id., *ibid.*, p. 635.

²⁸⁷ Ver sobre o assunto o livro de EISENBERG, Peter L. **Modernização Sem Mudança: A indústria açucareira em Pernambuco; 1840-1910**. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos Brasileiros, v. 15)

*Colocadas as terras à venda, mesmo os cidadãos de pequenas posses de origem urbana jamais poderiam competir com os grandes proprietários cujas atividades modernizadoras dos engenhos eram financiados pelos agiotas e empresários do Recife. Apesar de seu forte e (aparente) apelo democrático, a proposta do O Progresso permitiria, em vez disso, uma redefinição mais positiva para os grandes empresários do Recife ligados ao comércio de exportação e atividades financeiras, bem como os senhores de engenho engajados na modernização da lavoura açucareira*²⁸⁸

Neste quadro de propostas não se ambicionava fixar o homem livre convertido à propriedade de terras indefinidamente nessa condição. Não podendo pagar impostos e sem meios de tirar da terra grandes lucros, por falta de capital para aplicar em melhorias técnicas como cabe a grande propriedade fazer, e também por possuir quantidade de terra mais próxima ao atendimento das necessidades domésticas do que as de um provável mercado consumidor, esse novo trabalhador livre se veria na obrigação de livrar-se da sua propriedade, sujeitando-se a vender sua força de trabalho nos engenhos e propriedades modernas.

Na verdade o problema imediato que *O Progresso* pretendia resolver versava, fundamentalmente, em criar alternativas de trabalho à população livre destituída de propriedades, cuja existência sempre crescente numericamente e insuflada constantemente pelos partidos em disputa, colocava em risco a estabilidade do projeto burguês em implantação. Esta preocupação manifestava-se de modo muito claro em seus artigos. No da *Colonização*, por exemplo, expõe, sem meias palavras, esse seu objetivo. Seleccionamos alguns trechos, no intuito de reafirmar essa proposição, mostrando em que termos se referia a massa de homens pobres:

Na hora em que escrevemos estas linhas, existem certamente mais de um solicitador de emprego, mais de um empregado demitido, mais de um operário sem trabalho, que sonham com revoluções... um rápido exame do modo de formação dessa classe turbulenta da nossa população, de que já falamos, e que impelida pela necessidade, torna-se a causa eficiente das nossas outras políticas, e ainda de outros muitos males... Eis aí de onde provêm essas massas de homens sem meios seguros de existência, que em

²⁸⁸. MARSON, *O Império*, op., cit., p. 279.

*certa esfera alimentam a política dos partidos, e nas regiões inferiores da sociedade praticam o roubo e todas as suas variedades.*²⁸⁹

Por outro lado, a necessidade de implantar o trabalho livre crescia na mesma proporção do aumento populacional. A realidade de grande levas de homens livres ociosos era incontestável. Esta situação era agravada por dois motivos. Primeiro, o grosso da produção no campo era prerrogativa dos escravos, fazendo com que poucos lugares fossem ocupados por trabalhadores livres. Nas cidades, os setores produtivos como o comércio exigente de grandes somas de capitais, era privilégio dos estrangeiros, ingleses e franceses, com predomínio do comércio a retalho quase exclusivo dos portugueses. Os empregados desse ramo geralmente eram da mesma nacionalidade do proprietário, sobrando com isso quase nada aos brasileiros. O ramo industrial era praticamente inexistente, e quando se tinha uma ou outra iniciativa, mandava-se buscar no exterior os técnicos necessários ao seu funcionamento.²⁹⁰

Desta questão resulta outra. A falta absoluta de trabalhadores nacionais especializados nas mais diversas profissões era compensada com a presença sempre crescente de estrangeiros. Mas como pretender possuir artífices tecnicamente avançados se a prática que os produzia era vedada desde que a colonização no Novo Mundo instituiu-se através da exploração das riquezas nacionais e do trabalho escravo, não do livre? A inexistência de manufaturas que exigia do trabalhador um certo grau de conhecimento técnico e de domínio do processo de produção, ocasionou o alijamento do homem livre no Brasil desse saber mais especializado, por isso nada mais natural que recorressem aos estrangeiros quando da instalação ou construção de grandes obras. Para que possuíssem um saber equivalente ao do europeu, era preciso dispor de uma relação de produção alicerçada no trabalho livre, relação de trabalho inexistente no país.

²⁸⁹. Id., *ibid.*, pp. 630-637.

²⁹⁰. “Quais são Senhores, pergunta *O Progresso*, “as saídas que se apresentam a este excesso de população cuja maior parte se acha inteiramente privada de fortuna? Não é muito custoso enumera-las. Temos em primeiro lugar a agricultura, depois o comércio, e enfim as pequenas indústrias e os empregos públicos. A carreira dos empregos públicos se acha obstruída; cada lugar tem dez pretendentes. A das pequenas indústrias ou ofícios está entregue a uma concorrência desenfreada, e o número dos artistas é já mui superior às precisões atuais do país. Restam o comércio e a agricultura... Comércio de grosso trato exige grandes capitais e por isso se acha nas mãos dos capitalistas europeus. Quanto ao comércio a retalho, que entre nós tem por base o crédito, e poderá oferecer preciosas saídas a grande número dos nossos concidadãos, ora reduzidos ao papel de solicitadores de empregos públicos, está sujeito ao mais exclusivo monopólio de fato doa antigos colonizadores do país”. Id., *ibid.*, p. 672-3.

Em função desses entraves, possivelmente não compreendidos na sua historicidade por *O Progresso*, é que seu projeto se desenvolveu creditando ao Estado papel fundamental na implementação de medidas que o viabilizasse. Inúmeras são as solicitações que faz aos poderes constituídos no sentido de que observem suas propostas e tomem providências, sem as quais o Brasil não partilharia tão cedo dos benefícios do progresso que a Europa de há muito usufruía.

Num de seus discursos destinado à Câmara Provincial, muito semelhante ao estilo usado por Tocqueville quando este se dirige aos políticos de seu país, sugere que o comércio a retalho, motivo do ódio para com os portugueses e das constantes revoltas populares, fosse preenchido também pelos nacionais, assim como o direito a cabotagem, também nas mãos dos estrangeiros. Bastava para isso “*uma medida legislativa*”.

Este seu pedido poderia ser considerado uma faca de dois gumes. De um lado contemplava um dos objetivos de seu projeto progressista, e do outro visava enfraquecer o Partido da Praia, então no poder, que, sustentado pelo espírito beligerante contra os estrangeiros, alimentava-o em proveito próprio ao incitar a massa ao enfrentamento, mas não tomava medidas efetivas para minorar o impacto das escaramuças, enfrentando no terrenos das leis a quebra dos privilégios que poderiam, em certa medida, aliviar a sorte dos nacionais:

*Senhores; ao passo que ministros, menos instruídos do verdadeiro estado do país, exigem das câmaras pesado sacrifício para realizar a colonização; isto é, convidar estrangeiros para virem povoar o nosso país ainda deserto na maior parte, vemos nascer e crescer de um modo espantoso, nos nossos centros comerciais, nas nossas grandes cidades do litoral, uma população flutuante, sem meios seguros de existência, matéria sempre pronta a conspirar contra o governo existente, matéria cujas camadas inferiores sonham revoluções, enquanto as camadas superiores intrigam para se assenhorearem dos empregos públicos... Esta medida, Senhores, que deve abrir aos nossos compatriotas, sem emprego, a porta do comércio interior e deve por conseguinte, dando a muitos deles meios de existência que ora não possuem, quebrantar o furor das nossas lutas políticas, e rarear o número dos homens desocupados... Isto feito Senhores, o que há legítimo nos ódios contra a oligarquia e os estrangeiros será satisfeito sem quebra alguma de vantagem para a nossa pátria. O comércio e agricultura hoje vedados aos nossos patrícios pobres lhes serão abertos. A nossa população achará sobejos meios de existência, e não seremos mais obrigados a dizer como hoje que o Brasil está povoado demais.*²⁹¹

²⁹¹. Id., *ibid.*, pp. 670-7.

Se à época da revista a questão do trabalho livre penetrava sorrateiramente na ordem do dia, ainda que nossos articulistas não se dessem conta de ser este o móvel que lhes instigava a instruir os homens na direção de uma sociedade pautada na ordem e harmonia, em outro momento, mais precisamente no primeiro quartel do século XIX, a colonização por imigrantes passou a ser aventada e defendida com ênfase no país.

Hipólito da Costa, através do *Correio Braziliense*, solicitava constantemente que se tomassem medidas apropriadas à substituição dos escravos pelo trabalhador europeu, em tese muito mais qualificado do que o africano, tanto por questões culturais quanto por dispor de conhecimento técnico mais avançado. Argüía que era matéria que “*governo de S. A. R. não deveria desprezar, pelo bem e prosperidade do país*”.²⁹² No artigo intitulado “*A escravatura foi sempre considerada como um grande mal*”, publicado em 1814, Hipólito revela estranheza a que se tenham deixado publicar pelo *Jornal Pseudo Científico*, uma tradução em português da *Constituição da República dos Negros em São Domingos*²⁹³, ao considerar o conteúdo da matéria publicada perigosa, pois o Governo tratara do problema apenas descrevendo “*algumas práticas desumanas introduzidas pelos que se empregam nesse tráfico e se dão providências para as acautelar*”²⁹⁴. Não condenava a escravidão nem dispunha de medidas para aboli-la, reclamava o jornalista.

Extinguir a escravidão ainda não era assunto a ser considerado no Brasil, muito embora Portugal e os Estados Unidos da América tivessem realizado a sua. Hipólito mesmo reconhecia a necessidade de se possuir escravos para manter a produção em movimento: “*A agricultura do Brasil, no estado atual de cousas, não pode continuar sem a escravatura: sem braços não se podem cultivar as terras; e portanto são preciso providências, para substituir a população de escravos, do contrário o grande Estado do Brasil não será mais que um inútil deserto*”. Mas argumenta, diante dessa constatação²⁹⁵:

²⁹². SOBRINHO, Barbosa Lima, op., cit., . 103.

²⁹³. Id., p. 103.

²⁹⁴. Id., ibid., p. 104.

²⁹⁵. Id., ibid., p. 107.

*Seria a desesperada medida de um louco, destruir de uma vez a escravidão, quando ela, além de constituir parte da propriedade do país, está também ligada ao atual sistema da sociedade, tal qual se acha constituída. Mas, se a sua abolição repentina seria um absurdo rematado, a sua perpetuação num sistema de liberdade constitucional é uma contradição de tal importância, devem escolher entre estas duas alternativas: ou eles nunca hão de ser um povo livre, ou hão de resolver-se a não ter consigo a escravidão.*²⁹⁶

Para Hipólito, o mal da escravidão de que falava o Alvará, tendia só em “*modificar a crueldade de tratamento de escravos, na sua exportação da África para o Brasil*”, mas nada determinava quanto a sua continuidade. O número reduzido de habitantes era um dos argumentos utilizados contra a extinção da escravidão. Este problema, dizia, poderia ser resolvido se se importassem estrangeiros. O tratado do Comércio entre o Brasil e a Inglaterra arruinaria “*seguramente grande parte do comércio externo do país*”, restando-lhes como recurso “*aumentar a sua população, acolhendo os europeus que por aqui quisessem se refugiar da opressão que sofrem dos inimigos em seus países*”.²⁹⁷ As consequências dessa abolição seriam fatais à produção, devendo o Brasil se precaver diante da inevitabilidade dessa medida, que seria usada contra ele mais cedo ou mais tarde pelas Potências Aliadas:

*A consequência desta medida será logo o aumento do preço dos escravos, que há no Brasil; e por isso a maior carestia da mão de obra e aumento no valor dos produtos. É esta dificuldade, que é necessário obviar ao princípio; e para isto não vemos senão dois métodos. Um é a introdução das máquinas, em todos os trabalhos aonde elas podem suprir o emprego dos homens; outros é a imigração de gente daquelas partes da Europa, onde a população tem pouco emprego. O aumento de braço par o trabalho, com emigrados da Europa nos parece matéria de pouca dificuldade; ainda que julgamos será de considerável despesa para o Estado; mas esta ficará depois amplamente compensada pela permanente riqueza, que tal importação deve trazer ao Brasil; porquanto muitos séculos se passarão ante que o vasto território daquele Estado possa ter população em demasia.*²⁹⁸

²⁹⁶. Id., *ibid.*, p. 606.

²⁹⁷. Id., *ibid.*, p. 54.

²⁹⁸. Id., *ibid.*, p. 133-4.

Há que se convir, contudo, que o movimento imigratório para os países americanos só se efetivaria numa forma mais constante e em grandes leva a partir de 1850, onde, segundo Grahan, “o Brasil foi decisivamente arrastado no turbilhão da economia internacional”.²⁹⁹ Antes disso, eram estrangeiros e não imigrantes que para cá se dirigiam. Vinham, no mais das vezes, para desempenhar funções contratuais que, depois de cumpridas, os liberavam da permanência em terras brasileiras. O contrato assinado em Estocolmo por Joaquim Lobo da Silveira, representante do Príncipe Regente de Portugal mais o sueco Bayer, cônsul, e o Sr. Carlos Gustavo Hedberg, que viria a ser o diretor da fábrica de ferro de São João de Ipanema, em 31 de dezembro de 1809,³⁰⁰ rezava o retorno deste e de seus compatriotas após a construção e funcionamento da fábrica:

*Carlos Gustavo Hedberg obriga-se a partir este Reino da Suécia para o Brasil... para ai, recebidas as instruções necessárias, e na conformidade do plano, que se propuser, construir e organizar minas e forjas para a extração e fabrico de ferro, cobre, prata e ouro, segundo as regras da arte e melhoramentos conhecidos, praticáveis no país, para cujo fim ele servirá dez anos a contar do dia da data de assinatura deste contrato... Outrossim obriga-se o mesmo Hedberg a tomar e levar consigo 14 mineiros e forjadores suecos capazes para a construção e trabalho das minas e forjas, como para instruir e exercitar outros neste ramo. Dos referidos mineiros e fundidores uns servirão três, outros quatro e outros cinco anos, conforme ao que com eles se ajustar.*³⁰¹

O senador Campos Vergueiro relata que na troca dos suecos pelos alemães na direção da fábrica, devido ao insucesso dos primeiros no gerenciamento da empreitada, o contrato assinado por ambas as partes não diferia dos daqueles : estabelecia, também, na cláusula IX, que, “se findos os dez anos de serviços contratados, ele preferir voltar para sua pátria, receberá para este fim o seu ordenado de um ano”.³⁰² Com esta disposição contratual, vê-se que a intenção nem era a de prender o trabalhador à terra, tampouco de o trabalhador se deixar

²⁹⁹. GRAHAN, op., cit., p. 32.

³⁰⁰. VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa Perante o Senado*. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 8.

³⁰¹. Id., p. 9.

³⁰². Id., *ibid.*, p. 43.

ficar. Diferente seria a posição de Hipólito da Costa manifestada em artigo de 11 de maio de 1811, ao discutir sobre o estado da agricultura e da população no Brasil:

*É manifesto que a extensão do território no Brasil é tão vasta que ainda somente as costas de mar e margens de rio se podem povoar sem recursos extraordinários; logo este favorecimento de imigração é necessária para diminuir a fraqueza relativa daquele Império”.*³⁰³

Na época em que viveu Hipólito da Costa, a solução para o desenvolvimento do Brasil não se fazia exigente de braços estrangeiros. A produção da riqueza prescindia desses trabalhadores porque realizada por escravos. A questão talvez se explique pelo fato de ter os olhos postos numa Inglaterra caminhando a passos largos para a substituição da manufatura pela indústria mecânica, e também por partilhar das idéias da Ilustração portuguesa, cujos membros acreditavam bastar medidas judiciais e políticas para se criar condições iguais de desenvolvimento aos dos países mais adiantados. Assim, para esses, reformar também era a condição.

Dentro dessa ótica, pode-se afirmar que a compreensão de Hipólito sobre as coisas necessárias para a elevação do Brasil ao reino da civilização e da qual a colonização por estrangeiros era uma das exigências, é filha daquelas condições que vivenciara em Portugal. Este, não estando inserido no movimento dinâmico do desenvolvimento capitalista, vivendo com um pé na feudalidade e com o outro tateando, diga-se, às escuras, às margens daquele desenvolvimento, nos possibilita a afirmar que suas idéias, nascidas naquele manjedouro de incipiente avanço material, só se expressariam enquanto idéias, não mais que isso.

E por mais que elas, as idéias de Hipólito, se vinculassem às da burguesia, primeiro por estar em contato direto com o que havia de mais avançado em termos materiais e, segundo, por serem realmente seu eixo de luta, não passavam de reformistas, pois previam que a entrada do Brasil no reino das luzes dependia de reformas políticas e não parte de um processo transformador abarcando a totalidade das relações.

As diferenças existentes entre a visão de Hipólito e a de *O Progresso*, estão vinculadas diretamente ao estágio de desenvolvimento material da sociedade capitalista correspondente a

³⁰³. SOBRINHO, .op., cit., p. 69.

época de cada um. À de Hipólito, a produção burguesa funcionava a pleno vapor, requisitando o trabalho humano em larga escala. Vendo o trabalho livre produzir riquezas imensuráveis e criar a cada dia novos ramos de produção, só podia desejar as mesmas condições para o Brasil, até porque as riquezas naturais, passíveis de serem transformadas em mercadorias, eram imensas e de fácil acesso. Mas, entre desejar e possuir as condições objetivas, necessárias à forma de produção que se pretende, existe uma eternidade e, como bem disse Marx, pode-se levar para outro continente o homem, os instrumentos, víveres, etc., tal como fez um sujeito de nome Peel, mas se não se leva as relações de produção na bagagem, corre-se o risco de ficar “*sem um criado para fazer a sua cama ou trazer água do rio*”.³⁰⁴

Por outro lado, a produção capitalista à época de *O Progresso* evidenciara sinais de esgotamento de suas forças. Em meio a crise instalada, buscou soluções fora de seu domínio direto. Para salvar a relação de produção capitalista em solo europeu, teria que se desenvolver nas antigas colônias, criando para isso o trabalho livre. Para as antigas colônias, o desenvolvimento burguês condicionava-se à extinção da escravidão, forma de trabalho de que ela não queria prescindir.

A partir de 1850, a luta pela continuidade da sociedade burguesa se centraria na necessidade de abolição do trabalho escravo nas antigas colônias, em benefício do trabalho livre. Antes disso, preparava-se o terreno para a sua definitiva implantação em solo brasileiro. Assim, se no início do século XIX, a produção burguesa no Brasil só poderia se expressar pela agricultura e extração de matérias-primas, enviadas para transformação em mercadorias nos países industrializados, bem como os metais preciosos que serviram para impulsionar a manufatura inglesa, na década de 40 do mesmo século,³⁰⁵ a burguesia internacional, como

³⁰⁴ . História extraída por Marx, da obra de E. G. Wakefield, “**England and America**”, v. II, p. 33, citado no *O Capital*, L. I, v. II, cap. XXV, p. 885.

³⁰⁵ . “*A manufatura e em geral o movimento da produção receberam um enorme impulso através da extensão do comércio, em consequência da descoberta da América e da rota marítima das Índias orientais. Os novos produtos importados destas regiões, e principalmente as massas de ouro e prata que entraram em circulação, transformaram totalmente a situação recíproca das classes sociais e desfecharam um rude golpe na propriedade feudal da terra e nos trabalhadores. As expedições de aventureiros, a colonização e sobretudo a extensão dos mercados até a formação de um mercado mundial—que se tornara possível e se ampliava cada dia mais—provocaram nova fase no desenvolvimento histórico... Através da colonização dos países de descoberta recente, a luta comercial entre as nações recebeu novo alimento e, com isso, tornou-se mais extensa e encarniçada*”. MARX e ENGELS, op., cit., p. 88.

reiteramos várias vezes, urgia em criar nos países libertos das Metrôpoles, a necessidade do trabalho livre. Na **Ideologia Alemã**, vemos sobre essa questão seus autores afirmarem:

*Nada mais usual do que a idéia de que na história até agora tudo tem consistido na ação de tomar... A ação de tomar está, além disso, condicionada pelo objeto que é tomado. A fortuna de um banqueiro, consistindo de papéis, não pode de modo algum ser tomada sem que aquele que a toma se submeta às condições de produção e de intercâmbio do país conquistado. O mesmo ocorre com todo o capital industrial de um país industrial moderno. Finalmente, a ação de tomar termina sempre rapidamente, e quando já não há mais nada a tomar é necessário que se comece a produzir.*³⁰⁶

Ora, essa implantação, sabemos, não acontece da noite para o dia, nem obedece a vontade de quem tanto a requisita. É preciso observar o jogo de forças constantes no interior das sociedades locais que se quer alterar, bem como as condições materiais existentes. Apesar da existência de uma burguesia nacional ainda em processo de formação, seus interesses não se equiparavam totalmente aos da burguesia mundial.

Esses, num primeiro momento eram locais, expressando-se através das lutas entre facções políticas. Conservadores e liberais, representantes desses grupos em contenda, na verdade, lutavam a mesma luta. Diferiam no momento de fazer sobressair seus interesses particulares, mas representavam a história mundial em curso, ou seja, ambos os lados defendiam os interesses da classe dominante, embora conscientemente a luta fosse entendida como individual ou, no máximo, dos grupos a quais estavam agregados.

Compreendiam os articulistas de *O Progresso* que a situação política acirrada pelos sucessivos confrontos partidários impedia a implantação, em moldes mais prolongados, de um programa que observasse a modernização do país, como fizera Rego Barros quando à frente da presidência da província. A relativa influência exercida pelos liberais junto a D. Pedro II³⁰⁷, a

³⁰⁶. Op., cit., p. 114-5.

³⁰⁷. Diz-se de D. Pedro II Ter sido um hábil manipulador. Quando sentia sua posição posta em perigo por um dos lados em disputa, não hesitava em criar motivos para dissolver o Gabinete, favorecendo o lado que lhe opunha perigo. Segundo Afriso Fialho, renitente inimigo do Imperador, “D. Pedro tomou como base de sua política a máxima maquiavélica: ‘A arte de governar os homens consiste em saber enganá-lo’, e esta outra dos imperadores romanos: *oderint dum metuant* (podem odiar contanto que tenham medo). Também neste terreno consegui ele seu fim: era geralmente lisonjeado e temido”. FIALHO, Anfriso. **História da Fundação da República no Brasil**. Brasília: Editora da UnB., 1983, p. 12.

ponto de se ter aprovado um gabinete só com seus membros, foi um duro golpe nas pretensões dos conservadores. É certo que esse predomínio liberal duraria pouco anos, e a Praieira se encarregaria de alijá-lo do poder após a derrota de 1849. Para Mercadante...

O malogro da revolução Praieira pusera em evidência o final do radicalismo, qual vinha de declínio em declínio desde o movimento pernambucano de 1817. Não comportava a situação do país novos embates, e as alas dispares de uma só classe social não tinham problemas em choque; ou, pelo menos, com o esmagamento da Praia, “ficou patente”, percebe Joaquim Nabuco, “que não era viável o processo violento para a imposição dos interesses da ala progressista da burguesia.”³⁰⁸

Qual a prática que deveria ser adotada para fazendo frutificar os interesses dos conservadores, aliados da revista, por consequência estendessem seus resultados às pretensões de estabelecerem reformas progressistas ? Habilmente seus articulistas trataram de construir um edifício teórico em bases tão sólidas que pudessem com ele atacar em diversas frentes. O princípio de grandiosa tarefa estaria em instruir as massas quanto a providência de atitudes mais pacíficas e ordeiras, se se tinha por objetivo trilhar o caminho do bem-estar material. Como incutir na população, sempre em vias de rebelião, que a prática do conflito e da sedição acarretava não só prejuízo ao país, mas fundamentalmente ao próprio indivíduo?

O primeiro ato dessa tarefa educativa consistia em mostrar àqueles que, com seus votos, poderiam influir na composição de uma Câmara e Senado mais afinado às suas pretensões, quais eram as origens reais dos problemas do Brasil, e depois, passo a passo, discutir os meios mais adequados para combater o imobilismo e atraso que dominava o país.

Para isso era preciso um método, uma série de procedimentos escudada em critérios rigorosamente científicos, procedimento tal que daria credibilidade ao que pretendiam fazer crer. A urgência em se criar condições para a conciliação nacional, serenando os ânimos e ao mesmo tempo instrumentalizando teoricamente o grupo destinado a gerir o processo de reformas progressistas tinha uma razão de ser, mesmo que perceptivelmente não se dessem conta de quais necessidades se propuseram a resolver.

³⁰⁸. MERCADANTE, Paulo A Consciência Conservadora no Brasil. Rio de Janeiro: Saga, 1965, p.146.

Nesse sentido entende-se que a conciliação, defendida enfaticamente no artigo *O Regresso*, significava, em primeira instância, a vitória da burguesia nacional e a garantia de seu desenvolvimento no país:

*De certo, se se tratasse de reformar as instituições do nosso país, seria talvez conveniente acomodá-las melhor a realidade, do que se fez em princípio; talvez tivesse sido conveniente, em vez de dar tão larga parte ao elemento democrático, às eleições populares, se aguardasse que a classe média se desenvolvesse e se enrobustecessem; mas hoje que as instituições existem, fora loucura o querer suprimi-las, ou rarea-las; nem tampouco é neste sentido que se deve procurar o remédio. Não discutiremos se é com justiça ou não, mas o certo é que os povos não deixam facilmente que se lhes roube as liberdades que uma vez possuíram... E quanto aos remédios em que devem cuidar os nossos homens de estado, acham-se eles todos em leis orgânicas que, ao passo que favoreçam o desenvolvimento da classe média, estabeleçam assim, entre a nação e as suas leis constitutivas, um acordo que de certo hoje falta*³⁰⁹

Em segundo lugar, com a burguesia definitivamente instalada e dando a direção total ao processo de dominação, evidenciando a divisão de classes no país, colocando os mais diversos segmentos existentes até então cada qual em seu lugar, os interesses expansionistas da burguesia internacional estariam garantidos.

Portanto, qual o caminho viável para a entrada definitiva do capitalismo no Brasil ? No plano da teoria significava demonstrar como o progresso material só se realizaria num estado de perfeita ordem material. Como se chegar até aí ? Constituindo outra moral ao substituir os interesses privados pelos interesses comuns, afirmando que o social- o Brasil que se pretendia criar- só se realizaria quando os homens se despissem dos seus interesses particulares. Assim, no plano interno, era preciso acabar com as intermináveis disputas que só faziam obstar o progresso e, no plano externo, cabia mostrar que os conflitos entre operários e capitalistas, ainda que justos, não poderiam encontrar guarida no seio dos trabalhadores nacionais, aqueles que se pretendia forjar, dirimindo desta feita a idéia da revolução.

Campo mais propício ao espraio do capitalismo no Brasil, dado já sob nova forma e novos condicionantes, não se poderia obter com tanta competência. A partir daqui, daremos

³⁰⁹. *O Progresso*, Tomo I, p. 81.

mais espaço à revista, para que ela própria nos conte como se fez em porta voz de uma burguesia mundial cambaleante, e com quais conteúdo pretendeu educar os homens de seu tempo sobre a necessidade da instituição do trabalho livre no Brasil, embora não expressassem de forma tão cabal esse seu objetivo.

Já na Exposição de Princípios com a qual a inauguram, seus redatores prontamente informam seus leitores sobre o caminho a ser adotado, para que pudessem instruí-los sobre o conhecimento necessário à entrada do Brasil na seara dos progressos materiais.

Na exposição de princípios, com que abrimos o primeiro número de O Progresso, francamente declaramos que a política era a primeira e a mais útil de todas as ciências; e definimo-la indagação e aplicação das condições de felicidade dos povos, _____ ciência da organização social.. Filhos do século que vai andando, renegáramos nossa materiais regularmente arranjados segundo as regras da geometria divina, sobre os planos do arquiteto sublime. A função do sábio, e a sua função mais alta, devera pois ser a indagação das leis para a construção deste vasto edifício: mas, hoje, nas ciências, oh! bem poucos são os arquitetos- quase que não existe quem lavre a pedra.³¹⁰

Reclama *O Progresso* da ausência de arquitetos habilitados à construção do edifício pacífico e ordeiro que o progresso material exigia e alegava que, se andava a ciência por caminho errado, grande culpa cabia à academia, lugar onde deveriam encontrar abrigo. No entanto, ali, a ciência não poderia desenvolver-se na sua plénitude, haja visto os homens deixarem-se levar por seus interesses particulares e fazerem de seus dados e regras um “*montão informe de pedras... sem ordem, sem nexos...*”

... e desgraçadamente as academias, cuja função devera ser organizar as indagações, traçar o edifício que se deve construir, determinar-lhe as leis e proporções, essas dormem quase por todas as partes numa preguiçosa beatitude. Em lugar de guiarem, procuram as mais das vezes reprimir o desenvolvimento, negar o valor das idéias poderosas, e se deixando estar deste modo fora do movimento, permitem que o progresso se efetue sem elas e mau grado seu.³¹¹

³¹⁰. Id. Ibid., Tomo I, p. 4, Tomo II, p. 547.

³¹¹ Id., ibid., p. Tomo I. p.5

Se ela, a academia, não desempenhava sua função de propagadora das luzes, portanto, de educadora dos homens, no sentido de explicitar os meios mais apropriados para a construção de uma nação rica e poderosa, a revista abraçaria esta causa: daria à ciência, compreendida “*sob um ponto de vista tão elevado*”, seu verdadeiro lugar de propagadora das luzes exigidas para a criação do bem-estar material. Esta posição nos remete a Era das Luzes, momento em que a burguesia conferia à ciência o poder imensurável de levar a sociedade de seu tempo ao desenvolvimento das forças em ação. Na mesma medida em que as descobertas científicas impulsionadas pelo aumento da capacidade produtiva transformavam formidavelmente a Europa produzia-se, concomitante a esse processo, as idéias legitimadoras da nova época que se inaugurava.

A questão do conhecimento colocada pela burguesia naquele momento, era mais de ordem material do que a busca do saber pelo saber. O burguês prático construía suas relações a partir de questões também de ordem prática. O aburguesamento do mundo, propiciado pelas descobertas marítimas e aberturas de novas rotas comerciais, facilitaram o intercâmbio entre os povos e, conseqüentemente, o incremento do comércio mundial. A ciência que se aprende no fazer prático proporcionou a dinamização das empresas burguesas, as quais, por seu turno, estenderam sua maneira de ser por todos os cantos do planeta.

Assim, a revista, ao creditar à academia a condução do destino dos homens deixava de ver, por limites exteriores a ela, que o processo que instaura uma nova ordem e também novas idéias é muito mais resultado do movimento geral posto pelas transformações no interior das relações sociais de produção, e muito menos fruto de um pensamento condutor dessas ações. Assim, as leis que regem a vida dos homens devem ser buscadas no grande livro do mundo, que à época de Descartes constituía-se no mundo em transformação. Também ele se decepciona com o que vira, pois ainda se encontrava, depois de frequentar “*uma das mais célebres escolas da Europa, embaraçado com tantas dúvidas e erros*”.³¹²

Esse sentimento de descrédito em relação ao conhecimento ensinado nas escolas ou universidades não era prerrogativa de Descartes. Frente a um mundo indeciso entre duas formas de vida, aos homens não restava outra alternativa senão a da difícil escolha entre a de se

³¹² “O Colégio Henrique IV, fundado pelos Jesuítas na cidade de La Flèche em 1604”. In: DESCARTES, R. Discurso do Método. Nota do tradutor. op., cit., p. 185.

incorporarem ao caminho das transformações, deixando-se envolver por sua impetuosidade, ou a de permanecerem plasmados no imobilismo tão bem representado pelos dogmas defendidos pela escolástica no interior das academias.

A visão de ciência esposada pela revista não diferirá em muito do método exposto por Descartes, quando sua época parecia não agregar mais os interesses dos homens em torno dos velhos ensinamentos. A relação ciência- progresso, a estreita vinculação de uma a outra, sem a qual suas existências não floresceriam, é um dos pontos cruciais para o desvelamento das questões debatidas em suas páginas. A remissão que fez a Bacon teve a função de demonstrar que a ciência é atividade racional, resultado de um pensamento indagador, distanciado dos dogmas ao expor os fenômenos naturais passíveis de entendimento pela razão e alheios à outras formas explicativas que não as racionais, dadas pela investigação metódica desses fenômenos:

*...persuadidos de que para a razão do homem, só há legítimos os dados da razão, não aceitaremos senão a quilo que nos apresentar os caracteres da evidência, e não reconheceremos dogma algum que tenha o privilégio de dirigir nossos atos, antes de nos ter convencido o espírito. Cremos que tudo é ligado no sistema da natureza, que o mundo moral tem leis assim como o mundo físico, e, sem pretendemos que a sua indagação é uma tarefa destinada ao gênio do homem, tarefa sublime, que ele preencherá tanto mais facilmente quanto mais estudar a natureza, e aplicar com mais independência de espírito a essas matérias os processos lógicos e os métodos de investigação e de exame, que desde Bacon hão permitido que as ciências fizessem tão rápidos progressos. Aplaudiremos pois e animaremos quanto em nós couber todas tentativas do espírito humano que neste sentido se façam; e sem darmos em nossas páginas, mui amplo lugar às considerações metafísicas contudo, iremos noticiando aos nossos leitores os mais importantes trabalhos que sobre tais matérias apareçam.*³¹³

Entretanto o móvel das suas preocupações não exprimia-se por elaborar um novo conhecimento, uma nova forma de ver o mundo, tampouco de lutar contra toda e qualquer religiosidade impeditiva do avanço do progresso, mas em recolher do conhecimento existente as verdades necessárias à boa direção de seus atos, para chegarem com sucesso a meta prevista.

³¹³. *O Progresso*, Tomo I, p. 3.

Dessa forma, a conquista do progresso só seria levada aos homens se antes estes considerassem alguns passos, principalmente os das necessidades de reformas. Mas como identificá-las?

*Há certos momentos na vida de um povo, em que, como suas instituições já se não acham de acordo com as precisões ou necessidades da época, embargam eles o progresso desse povo, e incessantemente reclamam modificações ou reformas mais ou menos radicais. Dois casos então se podem apresentar: __ ou a maioria da nação sabe cabalmente quais são as causas do mal e os remédios que devem ser aplicados; ou sofre sem saber a causa real dos seus sofrimentos e quais os meios que podem ser empregados para conduzi-la ao estado normal. __ No primeiro caso, dá-se um obstáculo que deve ser removido: então só se trata de obrar; no outro, é mister indagar primeiramente as causas do mal, procurar o remédio, e tratar de vulgarizar a solução do problema antes de pô-la em execução afim de não lançar o país nas dificuldades de infindas revoluções.*³¹⁴

A adoção de um plano de reformas, entretanto, exigia que se abandonasse toda e qualquer possibilidade de levar o país a um estado revolucionário, impróprio a propagação e aplicação das leis do progresso:

*Por ora não precisamos de revoluções nem de insurreições; o que nos é mister é investigar as causas dos nossos sofrimentos e as reformas que podem salvar, e propagarmos pela imprensa e pela palavra a solução deste importante problema. Quando houvermos preenchido esta tarefa; quando a opinião se achar esclarecida e se tiver manifestado claramente em favor de certas e determinadas reformas; se aparecer algum obstáculo que os meios legais não sejam suficientes para remover então será oportuno recorrermos à força e apelarmos para a justiça de Deus na arena das revoluções.*³¹⁵

Expostos os objetivos e definida a ciência (política) e a técnica como instrumentos para a constituição da sociedade harmônica e progressista, razão da sua existência como fonte propagadora de conhecimentos, era preciso identificar as “*causas dos nossos sofrimentos*”:

³¹⁴. Id., *ibid.* Tomo III, p. 855.

³¹⁵. Id., *ibid.*, p. 857.

*E quais serão, pois, as causas dos nossos sofrimentos ? _ São múltiplas, como as chagas da nossa malfadada pátria; como as diversas manifestações da atividade humana. Entretanto, todas elas podem ser compreendidas sob uma denominação genérica: — a Falta de organização.*³¹⁶

“As chagas” a que se referiam os articulistas tinham duas razões de ser. A primeira estava vinculada à esfera social, onde imperava absoluto o *laissez faire, laissez passer*, e a segunda era de natureza política, que pecava pela falta de organização, pelas discórdias constantes entre os partidos e homens públicos que só tinham em vista seus interesses pessoais, sobrepondo-os, no exercício das suas funções, aos de toda a nação.

Era esse o estado de coisas que precisava ser mudado. No entanto, não bastava apenas constatar as causas dos males, mas elevar o espírito a um estado de plena compreensão das etapas fundamentais ao progresso. Assim, acreditavam que reformado o espírito, a marcha da civilização seguiria sem sobressaltos.

A compreensão desses problemas exigia, a princípio, que se buscasse no movimento mundial as suas verdadeiras causas, posição que revela a íntima conexão de seu pensamento com as questões mais gerais, libertando sua análise dos limites postos por uma explicação centrada no âmbito das particularidades. Para eles, e isto está expresso no artigo *Direito de Viver*, anteriormente citado, a filosofia da época, “*encarnada na pátria dos Descartes, dos Montesquieu e dos Voltaire, gerou um grande “movimento humanitário”, a Revolução Francesa, cujo alcance pode ser resumido nas três máximas que lhe sustentaram—Liberdade, Igualdade e Fraternidade—, proclamando assim, a “carta do gênero humano”.*

Embora à custa do sacrifício de milhares de homens, “*as três palavras santas, símbolo da fé cristã e da regeneração do mundo*”, ficaram apenas no “*domínio teórico, sem que pudessem encarnar nos fatos*”: “*Apenas uma diminuta parte dos indivíduos que compõem as nações, colheu fruto do sangue dos mártires: a sorte das massas foi piorando de mais a mais*”³¹⁷.

³¹⁶. Id., p. 856.

³¹⁷. Id., p. 776.

Palavras, segundo a revista, mal empregadas, “audaciosas mentiras”, pois desacompanhadas do que lhe dá substância, o Direito de Viver- direito que todos tem ao trabalho. Aqueles que julgavam não ser função do Estado prover os meios necessários a sua efetivação- a garantia à vida, não devendo ele se ocupar com tal questão, refutam que...

*... a sociedade não se pode impor a um homem, com alguma aparência de legitimidade, senão elevando a sua condição acima daquela que ele teria no estado de natureza; e necessariamente lhe deve proporcionar, se não gozos proporcionais ao desejos que ela lhe excita, ao menos os meios de os alcançar.*³¹⁸

Expondo-se nestes termos, intencionavam atingir diretamente à administração Chichorro da Gama que inaugurara uma política de perseguição e violência contra os senhores de engenho, aos funcionários públicos admitidos por Rego-Barros e demitidos sumariamente pelo governo dos liberais, como fez com Vauthier e o próprio Figueiredo. Em princípio, esses eram os inimigos a serem combatidos impiedosamente, não aparentemente por questões pessoais, mas porque desmantelavam um projeto ambicioso de modernização encabeçado pelos conservadores e da qual eram entusiastas. Condenam os desmandos da Praia e a crítica que ela lhe endereçava, arguindo em tom impiedoso contra o que considerava ignorância:

*Quanto a aqueles que, admitindo em teoria a legitimidade do direito de viver, consideram- o todavia uma utopia e reputam-no impraticável, para esses temos uma resposta mui simples: “o que vós julgais impraticável à vista do que ora existe, outros homens, cujo mérito é universalmente reconhecido, e que encaneceram no estudo das questões sociais, reputam essa chamada utopia perfeitamente realizável e se oferecem para realizá-la; a vossa dúvida só prova uma cousa: — a vossa Ignorância! o vosso saber só chega a governar a sociedade em proveito somente de um pequeno número que mantém as massas na sua dependência, e as vai desfrutando desapiedadamente: vós inauguraste a guerra na indústria, no comércio, em todas as manifestações da atividade humana; ao passo que entre nós há homens que asseveram conhecer o processo de dirigir a atividade social em proveito de todos, e de aumentar o quinhão de todos sem nada tirar a ninguém; a esses é que o governo pertence de direito: retirai-vos, e cedei lugar aos campeões da humanidade”*³¹⁹.

³¹⁸. Id., p. 776.

³¹⁹. Id, ibid., Tomo III, p. 864.

Nesta longa citação é possível identificar várias questões. Em primeiro lugar, o discurso destinava-se a admoestar o domínio praieiro pelos constantes ataques aos engenhos ao permitir abusos por parte da Guarda Nacional contra os senhores e seus agregados, pela insuflação das massas contra os estrangeiros e perseguição a quem se posicionasse favorável aos conservadores. Seria uma resposta imbatível num campo onde os liberais não transitavam com desenvoltura- o da teoria- ao mesmo tempo em que se esclarecia a população acerca da sua insuficiência programática e os acusavam do estado de indigência da província por adotar a política de negação do trabalho, na medida em que coíbiavam seu desenvolvimento.

Já a segunda questão se refere à submissão do interesse privado ao coletivo. Um Estado bem dirigido garantiria aos homens os meios necessários para proverem a vida, através da organização dessa força social, fixando suas ações nos limites da lei consensual, para que todos se beneficiassem sem que ninguém avançasse por sobre o que é direito de outrem. A marcha para o progresso pressupõe, portanto, a garantia desse direito, sem o qual nenhuma nação poderia ostentar o estatuto de civilizada.

A terceira questão só vem a reforçar a questão do trabalho livre. Mesmo que não advogue com letras garrafais a sua implantação, esta é uma questão que perpassa impávida por todos artigos publicados na revista. Ao predicar a criação de uma classe média, esta só poderia ser composta não apenas por funcionários públicos, também por assalariados em geral, atuantes em outros setores da economia. Esta questão era tão plausível na sua contingência e aplicabilidade, que nem se fazia necessário tocar no assunto da escravidão. Da ocorrência da primeira, provavelmente supunham a gradual extinção da escravatura.

Finalmente vamos tocar numa questão cara ao nosso trabalho. As idéias contidas nas páginas de *O Progresso*, numa primeira visão, corresponde ao esforço pessoal de seus articulistas em buscarem alternativas ao governo praieiro. Mas, se as considerarmos questões de uma época, face de uma luta renhida travada para garantir a sobrevivência de uma parte determinada da sociedade, temos que admitir a universalidade das questões burguesas. Embora as particularidades estejam ressaltadas em todas as propostas, o que se tem em vista é o atendimento de necessidades que não se encerram em termos regionais. Advogar reformas estruturais profundas, visando o estabelecimento do trabalho livre, significa que a consciência de uma forma, ou de outra, pode empreender uma leitura da realidade em que a contradição

latente entre as duas formas opostas de produzir riqueza, no caso do Brasil, se revelou com nitidez à compreensão dos homens, ainda que, ressaltamos mais uma vez, tratassem em primeiro lugar de problemas nacionais. Sobre esta questão é sempre oportuno recorrer a Marx, quando este diz ...

*...que a verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende da riqueza de suas relações reais. É apenas desta forma que os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (inclusive com a espiritual) do mundo inteiro e em condições de desfrute desta multiforme produção do mundo inteiro (as criações dos homens).*³²⁰

Nos artigos sobre a situação do mundo, principalmente os que tratam da revolução em França, a defesa do trabalho para todos e como algo que remonta a natureza humana assume contornos mais precisos. A saudação que faz aos acontecimentos revolucionários, bem diferente do sentido que Quintas lhe atribuiu, não se exprimia por ímpetos iguais aos dos franceses, mas dele se utilizavam para demonstrar que...

*...realizar pacificamente as grandes mudanças sociais e políticas que constituem o alvo da atual revolução é uma tarefa que exige toda a habilidade e talento dos novos árbitros dos destinos da França, e talvez do mundo. Para que se possa realizá-la, deve o governo opor-se a toda e qualquer tentativa de contra-revolução; deve moderar os democratas mais exaltados e refrear a audácia dos malfeitores que sempre se aproveitam de tais circunstâncias para impunemente roubarem a propriedade alheia.*³²¹

Este é um dos aspectos formativos que se pode inferir dos seus artigos. Ao utilizarem-se dos acontecimentos revolucionários franceses, não deixam de fazer sobressair os pontos positivos de tal manifestação, por serem estes adequados ao que se pretende ensinar. Mas não param por aí. Se o maior mérito da revolução foi a garantia ao trabalho, por outro lado ela deixou uma lição inesquecível. Para conquistar um estado de perfeita bonança, não é preciso apelar para o conflito. Essa transição pode muito bem se efetuar num clima de concórdia, desde

³²⁰. MARX e ENGELS, *A Ideologia...* op., cit., p. 54.

³²¹. *O Progresso*, Tomo III, p. 812.

que os homens abram mão dos seus interesses particulares, da natural ganância que qualquer ser humano comporta, submetendo-os aos de toda sociedade, admitindo esta realização como a mais benéfica, inclusive para seus próprios interesses.

No artigo *Atividade Humana* desenvolve em pormenores esta idéia. Sendo o prazer, na sua concepção, o único móvel da ação humana, exige-se para sua satisfação, que três fenômenos—produção, distribuição e consumo—possam ocorrer sujeitando-se a um alvo final, qual seja, o atendimento das “*necessidades indispensáveis para a conservação do indivíduo*”. Ora, para que tal coisa possa ocorrer é preciso proporcionar aos homens condições diferenciadas das do passado—quando o homem vivia em estado de guerra pela apropriação da riqueza— pois, “*como o homem deve viver em sociedade, não é atividade do homem isolado e selvagem, que se deve regular e dirigir, mas sim a do homem em contato com seus semelhantes*” E, continua..

*Assim, o indivíduo social- municipalidade, província, nação; seja qual for o nome e dimensão que se lhe assine, tem existência necessária, tão legítima como a do indivíduo homem, para quem a sua formação constitui verdadeiro progresso, progresso indispensável até para a persistência da sua individualidade... Homem que aparece aqui, pela primeira vez, e, como todos os outros, deve ser empregado, de modo mais profícuo ao bem ser do indivíduo social... Vemos pois que o alvo da atividade humana, que é a satisfação dos desejos iniciais, emanados das diversas paixões do indivíduo, encontra a sua mais completa realização na maior liberdade concedida a cada um dos elementos desta mesma atividade, e que a soma possível desta liberdade vai sempre em aumento, do homem isolado no estado selvagem, ao homem no estado social, e enfim ao homem, membro de uma sociedade que seria por si mesma um dos elementos da humanidade organizada.*³²²

O espírito revolucionário deveria, então, ser banido por “*todos os homens probos e desinteressados*”, na medida em que reconhecessem os meios de cura dados por via de atos legislativos, “*sem abalos, nem revolução*”, leis que garantam “*a maior soma de gozos possíveis a cada um dos indivíduos que compõem esta nação*”:

³²² Id., *ibid.*, Tomo I, p. 176-180.

*... por meios de atos legislativos, sem abalos, nem revoluções; — sem despojar a ninguém; por meio de melhoras graduadas e transições compassadas... Uma revolução completa nas leis, que regulam entre nós o uso e transmissão da propriedade, fora o remédio imediato para o semelhante estado de coisas.*³²³

A miséria decorrente do aviltamento posto aos homens pelo capital, certamente cederia lugar a um estado material compatível com a dignidade humana. As reformas institucionais por sua vez, provocariam a reforma do indivíduo, pois o mal não estava na forma de produção em si, mas numa *“minoría, as vezes imperceptível, senhora em nome da lei, de todos os instrumentos de trabalho, vai depredando a maioria”*.

O conteúdo de *O Progresso*, pode-se afirmar, estava afinadíssimo com a realidade de seu tempo. A continuidade da sociedade burguesa, que a revista não condena de forma alguma, pois que considera suas distorções fruto da *“falsidade das relações estabelecidas entre os homens como produtores e consumidores, na exagerada influência concedida a certos elementos da produção”*, dependia das reformas que se fizessem no corpo social. Este era o máximo que ela poderia conceder como forma de atenuar os conflitos sociais, dados por sua prática contraditória. Também o máximo a que chegou foi admitir a exploração do homem pelo homem, foi dizer que o *“Capital defrauda desapidadamente o trabalho”*.

No entanto, não ultrapassa o limite dessa constatação. Ir além significava aceitar a necessidade da revolução. Significava concordar com a evidência de que a sociedade capitalista por demais havia submetido os homens aos seus interesses de classe. E classe, no sentido posto pelo **Manifesto**, obra contemporânea ao *O Progresso*, era palavra impronunciável. Pelo bem da burguesia, se dissesse povo, nação, massa, predomínio dos interesses individuais sobre os da sociedade, ganância, usura..., desvinculando-os da relação que lhes deram origem e da qual fora ela a principal, senão única promotora.

Portanto, contra o mal da revolução, sorrateiramente penetrado nos espíritos insatisfeitos com a suas condições de vida, se usaria o antídoto da nova moral. Era preciso fazer com que os homens entendessem que os males da sociedade não estavam nela própria, mas pertenciam ao âmbito exclusivo das individualidades humanas. O mal estava no homem, era

³²³. Id, *ibid.*, Tomo II, p. 548.

esse ser o objeto que carecia de reformulações. Guizot, mais uma vez presta auxílio ao desvelamento dessa necessidade crucial para a burguesia:

*É verdade: o homem foi tomado de uma ambição acima de sua força e de seu direito; é preciso rebaixá-lo; é preciso que sua razão e sua vontade consintam em restituir o que elas pretendiam usurpar; que no lugar de se erigir e de se adorar como soberano, o homem aceite sua insuficiência definitiva; que no seu pensamento como na vida, se submeta, no seio mesmo da liberdade.*³²⁴

Por isso, a questão com que iniciam a publicação da revista, refere-se a ensinar ao povo seus *direitos e deveres*, principalmente esses últimos. A inversão a ser dada pelo pensamento burguês tinha nesta questão seu elemento chave. Se antes, quando do processo engendrado para sua construção, exigia o predomínio do indivíduo sobre o da sociedade, a partir de 1848 a necessidade revelava-se outra. Para a sociedade continuar existindo era fundamental a submissão do interesse de todos ao bem geral. Desconfiando da capacidade moral dos homens, como disse Leonel, requisita a reforma de seus princípios.

Esta necessidade foi captada e desenvolvida magistralmente por nossos articulistas nos artigos dedicados às reformas penitenciárias. A idéia de moral está intimamente ligada aos atos que provém da natureza do indivíduo, não enquanto produto de determinadas condições que o levam a atentar contra o direito de alguém tornando-se, assim, passível de ver em sua pessoa aplicadas as leis de contenção social. Como deve organizar-se a sociedade perante os delitos cometidos por seus membros ?

*... Ora, como a sociedade tem por alvo o interesse geral, e como este interesse geral sofre com as restrições do exercício da atividade dos membros do corpo social; resulta daí que as leis devem de estabelecer o menor número possível dessas restrições, e só proibir atos que são prejudiciais em alto grau aos interesses de todos. Em sendo organizada a sociedade destarte, trata-se de fazer respeitar as convenções sobre as quais repousa a sua existência.*³²⁵

³²⁴ GUIZOT, François P. *Méditations et Études Morales*. Paris: Didier et Cia- Libraires-Editeurs. 1872, p. 12. Citado por LEONEL, op., cit., p. 164.

³²⁵ . *O Progresso* Tomo II, p. 640.

O segredo estava em, ao se criarem penalidades para conter os abusos morais, garantir a liberdade dos indivíduos em benefício do bem comum, em suma, permitir a prática do *laissez faire*, que artigos antes havia criticado:

*Então a sociedade sofre, porque as leis restritivas da liberdade dos indivíduos se não limitam a defender e ordenar aquilo que é indispensável ao bem de todos; porque as penas impostas para punir o crime as vezes são mais nocivas à sociedade do que eram o próprio crime... A nenhum poder humano podemos conceder o direito de se arvorar em juiz da violação de leis que não são humanas; e temos para nós que mesmo no caso em que a sociedade se organizasse segundo as prescrições da lei moral, as leis sociais, enquanto sociais, não seriam obrigatórias senão como convenções puramente humanas, baseadas no interesse geral e cuja manutenção é autorizada pela força.*³²⁶

A implantação das leis do progresso em solo brasileiro, sempre obstado no seu desenvolvimento por forças exteriores à sua vontade, pois sua história condiciona-se à história mundial, portanto, às determinações das nações mais desenvolvidas, encontraria momentos decisivos para sua efetiva adoção. A forma capitalista chegara numa encruzilhada tal ao seu espraiamento que não lhe restara outro caminho senão dirigir-se às antigas colônias, sabendo de antemão que suas relações com as mesmas não poderiam se dar nos moldes anteriores, ao mesmo tempo em que sua inserção estava condicionada à criação de certas condições que favorecessem sobremaneira a facilidade de seu domínio.

Criar as condições para esta inserção foi a tarefa que se dispôs cumprir a revista *O Progresso*. Instruir para o progresso, leia-se, adoção de uma economia efetivamente ligada à forma burguesa de produzir como as dos centros europeus, deve ser entendido como o princípio de suas ações formativas.. Para uma sociedade tradicionalmente voltada à produção agrícola para a exportação, patriarcal, inculta, dizimada pelas lutas político- partidárias, impeditivas para o estabelecimento um projeto de nação em função dos interesses particulares conflitantes, com o trabalho escravo como meio produtor de riqueza e uma imensa maioria de homens livres vivendo no limiar da pobreza, urgia, desenfreadamente, educá-los.

³²⁶. Id., *ibid.*, p. 643.

Do sucesso dessa empreitada dependia a burguesia mundial. As infundáveis crises que sacudiam intermitentemente a Europa, anunciavam que não se devia deixar para depois a busca de soluções para um problema que se tornara de natureza estritamente política. No plano externo a exigência passava pelo alargamento dos mercados mundiais, aumentando o consumo para as mercadorias que abarrotavam a Europa. Sobre essa questão, argumenta Eisenberg:

O que realmente limitou o tamanho do mercado interno no Brasil, pelo menos no século XIX, não foi o plantel de escravos mas a população rural livre, que representou não menos que 60% da população global durante o século. Essa população livre, freqüentemente sem a propriedade legal mas com acesso aos meios de sua manutenção, raramente comprava mercadorias. Era ausência dessa população livre do mercado, e não a de escravos, o que de fato mais emperrava o avanço do capitalismo..³²⁷

Já no âmbito das relações internas, a solução remontava à duas questões. A primeira, se referia a necessidade de educar a “massa” de homens livres ao trabalho. A disciplina exigida pela produção burguesa não admitia a sua sujeição à disponibilidade do trabalhador. Antes, era ele quem se deveria sujeitar à rigidez comportamental exigida por uma produção planificada e voltada à produção continuada de riquezas. Para isso tratava-se de instituir uma nova moral: a de que os benefícios materiais só seriam disponibilizados se se adotasse como princípio a ordem, a disciplina, e, fundamentalmente, a aceitação de que o indivíduo, só, não representa nada, realizando-se na sua completude quando tem em vista o benefício de todo o corpo social, da onde o seu particular emana.

A segunda questão tratava de fazer crer aos homens a idéia de que as convulsões sociais eram maléficas a um estado progressista. Consistia levá-los à desaprovação das disputas políticas, infrutíferas, ao mesmo tempo em que reafirmava possuir o país um grupo de homens diretamente envolvidos com seu desenvolvimento, ansiando pela implantação das mesmas condições que desfrutava a Europa. Sua proposta, então, era a Conciliação. Que deixassem os homens suas escaramuças e se pusessem a transitar pela senda do progresso. É neste momento em que aquele caminho trilhado por Guizot lá na França de 48, - o de desenvolver-se o

³²⁷ EISENBERG, Peter L. **Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil—séc. XVIII e XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989, p. 203.

sentimento cristão que unifica os homens e os torna efetivamente iguais na responsabilidade com o bem-estar de todos -, ganhará expressão no discurso da revista:

Mesmo na sociedade anti- cristã e imoral em que vivemos, a virtude e o vício trazem consigo a sua recompensa. E o que acontecerá, pois, quando se cumprir a lei? Porque, o cumprimento do dever por todos, realiza o direito de todos. O direito e o dever são inseparáveis. Se quiserdes reconquistar os vossos direitos, respeitai o dos outros. Uni-vos para obter justiça; mas não vos esqueçais da caridade. Ide com estas idéias, tende confiança, e o vosso triunfo é certo. O resultado desse triunfo consistirá em chegarmos, não a este nível absurdo e anti- natural, inventado pelos partidários dos privilégios para amedrontarem os que possuem, nível que, em pouco tempo, destruiria o progresso social, se pudesse ser estabelecido, mas à verdadeira e única igualdade possível, a dos direitos. Então, já não haverá aí nem monopólio, nem privilégios hereditários, mas sim liberdade indefinida de associação: e livre, enfim, dos óbices que há largo tempo o embaraçam, o trabalho do homem mudará o aspecto do mundo. O vapor, os rios, motores possantes que a natureza deixou à disposição do homem, em vez de privarem o povo do trabalho como acontece hoje, lhe permitirão, pelo contrário, consagrar mais tempo ao seu progresso moral e intelectual, tomar sua parte nos gozos da inteligência e da arte ... Já não haverá déspotas; já não haverá guerra; mas sim união entre todos os cidadãos; fraternidade entre os povos; enfim, a mais completa felicidade de que o homem possa gozar, antes de se reunir a Deus.³²⁸

É a idéia do trabalho como regeneração da humanidade, como elo que ligaria os homens de todos os cantos do mundo num sentimento único, fraterno. Era exatamente essa a idéia mais cara à burguesia, cuidadosamente elaborada para tirar o impacto das palavras finais com que Marx e Engels fecharam o **Manifesto**. Separados por um vasto oceano dos acontecimentos europeus, nem por isso os articulistas de *O Progresso* deixaram de apreender e expressar as necessidades de uma forma de ser dos homens em processo de agonia, confirmando o que os dois comunistas acima dispõem sobre as idéias de uma época determinada:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos

³²⁸. *O Progresso*, Tomo II, pp. 652-3.

*meios de produção espiritual, o que faz com que ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual.*³²⁹

Embora se reconheça que a análise da revista *O Progresso* não se esgota nem no levantamento e discussão das questões apresentadas, devido a riqueza de seu conteúdo e no empenho demonstrado por seus redatores em discutir as questões nacionais articuladas ao movimento mais geral da sociedade, finalizaremos esta parte do trabalho reafirmando que nossa intenção de identificar aos aspectos formativos de um pensamento voltado à defesa dos interesses burgueses e das necessidades impostas pela iminência de destruição de sua condição de classe dominante, teve sempre em vista demonstrar que o processo de educação que nenhuma sociedade a desfilir pela história ousou prescindir, campeia generosamente entre todas as instâncias da vida do homem e se realiza por meios quase nunca considerados como agentes fundamentalmente pedagógicos.

Contrariando essa visão, temos que nosso objeto, ao definir desde seu nascimento o propósito de instruir os homens para um tempo necessário a um dos lados da sociedade, reconhecia que ao Brasil de sua época a tarefa consistia em mostrar aos homens que os meios mais indicados para superarem seu atraso e pobreza estava em negar uma forma de trabalho que lhes sempre fora natural, substituindo-a por aquela outra que, para continuar predominando, deveria também ser naturalizada, abrindo, assim, as portas à reordenação necessária a sua continuidade como forma dominante de ser dos homens. ...

³²⁹. MARX e ENGELS, *A Ideologia...*, op., cit., p. 72.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que primeiro e acima de tudo somos é amigos do povo, o que queremos é a felicidade da nação, considerada no seu todo e nos elementos que a compõem.

O PROGRESSO

No decorrer de nosso estudo, tivemos sempre presente a intenção de analisar a revista *O Progresso* no único espaço que se nos afigurava possível: o das lutas humanas, empreendidas por homens envolvidos num ininterrupto processo de construção e reconstrução das suas condições de vida.

A sociedade presente em todas as linhas que preencheram as centenas de páginas impressas sob a tutela daqueles articulistas, não podia ser outra senão a sociedade burguesa em desagregação. Inserido no quadro de redefinições do avanço burguês para locais onde não havia promovido um desenvolvimento mais aos moldes europeus, *O Progresso* procurou fazer justiça à epígrafe que se dera: órgão de progresso social.

Pretendeu, estabelecendo minuciosamente um plano audacioso de reformas, criar condições para alçar o Brasil ao estágio das nações mais desenvolvidas. Sérgio Buarque de Holanda, no clássico **Raízes do Brasil**,³⁴⁰ fará referências aos “*pedagogos da prosperidade que, apegando-se a certas soluções onde, na melhor hipótese, se abrigam verdades parciais, transformam-nas em requisito obrigatório e único de todo progresso*”, sempre dispostos a uma fórmula mágica para tirar o país do atraso. Confessamos que essa idéia nos seduziu durante parte do nosso estudo. Procurávamos no *O Progresso* a confirmação de que seu projeto poderia

³⁴⁰. HOLANDA, **Raízes...**, op., cit., p. 123.

se equiparar a de tantos outros reformadores sociais, idealistas, distanciados da realidade de seu tempo. Não foi o que vimos na totalidade de seus artigos.

Ali presenciamos quatro homens se esforçando ao máximo para pôr o Brasil no que consideravam o caminho da história. Até mesmo o reformismo latente em suas propostas não pode ser considerado ultrapassado, ou mesmo apenas um equívoco interpretativo das condições presentes. Reformar era a palavra de ordem da sua época, e o Brasil não poderia ficar indiferente a ela. Foi esta questão imperiosa para a sociedade burguesa que procuraram resolver. O ineditismo de seu propósito é que optou por instruir, não apenas espalhar luzes, mas regrando-as de antemão as metas que se dispunha alcançar.

Apontamos, desde o início, a dificuldade em tratarmos da educação através de um objeto tão distanciado daquilo que normalmente o consideramos ser. À medida que avançávamos na elaboração de nosso estudo percebemos estar, o tempo todo, falando de um empreendimento destinado unicamente a educar. Frente a um mundo em constante conflito, que opõe homens a homens, interesses a interesses, arriscando-se a levar a humanidade a um caminho sem volta, se prestaram, considerados os limites nacionais, a dirimir internamente a possibilidade de conflitos que porventura viessem comprometer o projeto de modernização que criam mais adequado ao país. Impunha-se, para prevenir o estado de beligerância que pudessem proporcionar os conflitos, mostrar que o resultado mais plausível de sua permanência- as revoluções- não condiziam com aquele fim.

Com quais recursos *O Progresso* construiu com extremada habilidade, diga-se de passagem, um discurso certamente capaz de dar direção aos homens? Sua preocupação básica foi de mostrar as causas primeiras do atraso, depois dos meios necessários à implementação das condições propícias a um estado de bem aventurança através dos instrumentos da ciência e da técnica. Por que esta escolha? Ora, a ciência tem por princípio a razão, ao formular um pensamento oposto, àquele que nega toda e qualquer avanço nas condições de vida pessoais dos homens e, ao gravitar em torno da natureza e de seus fenômenos, afirma sua imparcialidade frente aos interesses individuais.

Nesse sentido, ao eleger a ciência política como fonte primeira de explicação das atividades humanas, pretendeu atribuir a esta esfera a condução das reformas que se faziam necessárias ao estabelecimento do seu plano modernizador. Por isso mesmo, argumenta que a

ciência política “*não é só a arte de falar para nada dizer... mas a ciência mais interessante para os homens*”, pois que sua meta “*é a organização social, com o único alvo de realizar a felicidade dos indivíduos*”. Ao assim fazer, objetivou afirmar seu descompromisso com qualquer outra coisa que não a instrução para o progresso, alheios às filiações partidárias, apresentando-se neutro às querelas políticas, autora somente de idéias que procuravam contemplar as necessidades reais do país.

Salientamos ser impossível determinar através de informações documentadas, o alcance da sua influência na consciência dos homens a qual se dirigia, mas argumentamos que após 1850, o país se veria envolto em quase profunda calma, proporcionada pela conciliação entre liberais e conservadores, entrando a passos miúdos, mais intermitentes, na rota da prosperidade.

O período que se sucedeu ao fechamento da revista e a derrota da Praia, talvez possa comprovar que nossos articulistas não trilharam caminho ermo. Segundo Mercadante, o estado advindo da nova política inaugurada pela Coroa, anuladora de conflitos entre partidos tão radicais, imprimiram um surto de desenvolvimento econômico e social antes nunca visto:

*Finda, com a extinção do tráfico, o período de domínio estável do senhor rural. O regime escravista tivera a base afetada pela medida e todo o processo ulterior se caracterizará pela adaptação da velha classe dos senhores rurais às novas condições. A base ruralista fora estremecida pelo incremento do comércio, que penetrara pelo interior. Formas novas de capital vão alterando a paisagem colonial. A indústria aparecia; as iniciativas de Mauá caracterizam a época... Facilitam-se as comunicações. As cidades abandonam o querosene, correm as primeiras locomotivas. A nova mentalidade mercantil e manufatureira desenvolve o espírito associativo no comércio e na indústria.*³⁴¹

Essa era, finalmente, a política grandiosa do progresso social sonhada por *O Progresso* sendo colocada na pauta do dia. A um estado de permanente conflito havia-se instaurado a ordem necessária à implantação das reformas condizentes ao desenvolvimento material. Aos vícios e espíritos abalados, sucedeu-se a aceitação de que só a harmonia política teria força política suficiente para mudar o quadro caótico da sociedade brasileira.

³⁴¹. MERCADANTE, A Consciência... op., cit., p. 156-7.

O Progresso, nesse ínterim, poderia considerar completada sua tarefa. No tempo que foi a público não se eximiu, debalde as perseguições da administração Chichorro da Gama, de levar adiante seu propósito. Assim, as idéias cuidadosamente elaboradas por seus articulistas evidenciam não somente o esforço em encontrar soluções para os problemas nacionais mas, principalmente, em responder às questões que seu tempo colocava.

Pode-se dizer, também, a respeito das idéias que defendiam, que essa já denotavam uma certa influência do pensamento positivista. Não nos foi possível saber se foram os redatores de *O Progresso* leitores de Comte. Não encontramos referências que comprovem terem sido. No entanto, se não sofreram influência desse pensamento, proporcionada pelo contato mais direto com a obra, é mister afirmar que as idéias comtianas, quanto às elaboradas pela revista, são nada mais, nada menos, que as idéias de uma época penetrando nas cabeças dos homens, indistinta e universalmente.

Esse pensamento é sintomático ao reconhecimento de que a sociedade burguesa não era uma, ao contrário, comportava em seu seio interesses de classes extremamente contraditórios. Enquanto o proletariado estava em vias de construção da sua consciência de classe, necessária à sua libertação do mundo do trabalho, a burguesia via-se às voltas com o perigo que aquela representava. Só neste contexto encontramos explicação para a existência da revista. Fora daí não vemos possibilidade alguma a qualquer outro tipo de análise.

Além de um certo positivismo, tendência em elaboração já presente no interior do pensamento burguês, não podemos deixar de anotar constantes referências ao socialismo utópico. Mas, ao contrário ao que querem outros, não se pode considerar esta presença determinante ao conteúdo propagado. Percebemos, sim, um amálgama de tendências criteriosamente utilizadas para dar suporte ao que pretendiam fazer voz corrente. Nota-se, portanto, que em nome dos interesses da burguesia como um todo, formulou-se um pensamento conciliador, subtraindo das variantes do pensamento da época aquelas questões que melhor pudessem alicerçar seu projeto de modernização, e se fazer entender e aceitar por aqueles a quem se destinava.

Não se pode conferir intencionalidade à prática daqueles quatro redatores, especialmente à Figueiredo. À suas consciências perpassava a urgência em se criar meios para a superação do atraso brasileiro., quase endêmico. Supor a sociedade socialista seu ponto de

chegada é considerar estarem eles inseridos numa sociedade onde as contradições dadas pela prática produtiva social estavam num tal ponto desenvolvidas que permitiram à consciência libertar-se do real, apreendendo o significado da realidade posta.

Páginas atrás enfatizamos não ser este o caso do Brasil, portanto esperar que o recém chegado socialismo francês – Vauthier o trouxera na bagagem em 1840- tenha podido com suficiente competência influenciar o clima conflituoso da época, é impedir com camisa de força que se apreenda o sentido histórico imprimido pela nascente burguesia à luta travada para seu estabelecimento definitivo em terras nacionais e brilhantemente expressada em *O Progresso*.

Seu conteúdo, portanto, expressou as necessidades do capitalismo mundial pela formulação de um novo-velho pensamento, que garantisse tanto sua inserção entre as nações onde só penetrara através de relações comerciais – compra de matérias primas e mercados para seus manufaturados-, ao mesmo tempo criando condições favoráveis para tal, ao conter os conflitos internos que obstassem suas tentativas de efetiva condução da política nacional.

Por outro lado, a burguesia européia deparava-se com um operariado paulatinamente encaminhando-se para a revolução, imersa em constantes convulsões sociais, como denunciara Tocqueville. A nascente organização do movimento operário europeu, consubstanciada pelas idéias colhidas na fonte dos utópicos, estalavam com forte impetuosidade tanto na França quanto na Inglaterra. O recrudescimento desse movimento nessa última, impôs à burguesia a aceitação de algumas petições dos trabalhadores e havia “... *dado prova concreta de que era possível, através das ações do proletariado, levar o poder público a intervenção sócio-políticas*, a forçar, pela luta sindical imediata, concessões em matéria política salarial e a *melhorar o padrão de vida e o nível educacional da classe obreira...*”³⁴²

Inevitavelmente a burguesia teve que reconhecer que seu inimigo fora ela própria a criadora. Tratava-se, a partir dessa constatação, refrear o ímpeto revolucionário que penetrara nos espíritos. Contudo, não se pode afirmar que estivesse todo o operariado predisposto ao enfrentamento. Vimos que as idéias de uma época são as da classe dominante, portanto não se espera de todos os homens a admissão de que sua sociedade se tornara anti-histórica, e

³⁴². ABENDROTH, Wolfgang. *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 22.

tampouco que se dispusessem, diante da insuficiência do desenvolvimento da consciência operária, à luta visando a transformação radical da sociedade.

Entende-se, assim, os rumos tomados pelo nascente movimento quanto ao caráter de suas reivindicações. Para o operariado, a luta resumia-se no atendimento das questões imediatas, principalmente a garantia ao trabalho. Ora, se a burguesia na Europa não podia mais garanti-lo, ao mesmo tempo em que não se interrompia a produção, mais até a aumentava, teria ela que buscar soluções rápidas antes que o enfrentamento tomasse rumos inesperados e em prejuízo de seus interesses. Dirigir-se às antigas colônias desenvolvendo-as nos moldes europeus, a fim de aumentar o mercado consumidor e de servirem de escoadouro para a população supérflua, tornou-se questão crucial para a burguesia.

A par dessa necessidade exigia-se a remodelação das idéias existentes. Exatamente quando a prática dos homens nega o trabalho, é que se é preciso afirmá-lo com veemência, para não se pôr em risco a dominação de classe. Os males, portanto, propiciados por uma forma de produzir alicerçada na super exploração do trabalho humano, deveria, segundo o novo-velho pensamento, serem buscados individualmente, no desejo maléfico da conquista da riqueza que todos os homens, segundo ele, parecem possuir. A partir daí, a ganância, os atos desmedidos pela conquista do poder em benefício próprio, a qual se referem insistentemente os articulistas da revista, ganham contornos mais precisos.

Ao mal que acomete a todos os homens que querem apenas ter seu direito à vida respeitado e garantido através do trabalho, impõe-se a necessidade de reformas. Não basta apenas reformar as instituições, quando quem urge de reformas é o próprio homem. A estes é preciso ensinar que a bem aventurança proporcionada por uma condição material elevada, só é possível quando se abdica dos conflitos, permitindo que a ordem garanta a liberdade no fazer individual..

Para este fim a revista *O Progresso* foi inaugurada. Sua tarefa expressou-se em abrir as portas do país ao capitalismo mundial já na fase de agonia, reafirmando a supremacia da nascente burguesia nacional, em termos mais organizados quando da condução do processo de modernização. Todos os elementos fundantes postos ao seu pensamento e utilizados na composição das idéias que se queria impregnar na cabeça dos homens, só podem ser compreendidos se se leva em consideração este objetivo. Reformas sociais profundas que

permitissem o domínio de uma parcela ansiosa para dar a sua direção a esse processo, deveriam ser acompanhadas de reformas também profundas na forma de ser dos homens. Chegara a hora de, em nome do progresso da nação, submeterem seus interesses individuais em nome do todo, do bem comum, da qual o interesse particular proveria.

Reafirmamos uma vez mais o fato de nosso objeto dar margem a maiores discussões. Nos limites daquilo que nos propusemos fazer, acreditamos ter proporcionado pelo menos uma visão abrangente de um conteúdo decididamente elaborado para instruir os homens de sua época à necessidade do progresso dado sob os limites da ordem pacífica- principalmente quando se aproximava o encerramento de uma forma de produzir a riqueza que impedia a sua ampliação -, pois como afirmavam, o móvel da atividade humana é a busca da felicidade e esta só é adquirida quando se abdica de ações que podem perturbá-la, como por exemplo, as discórdias entre interesses diferentes. O trabalho seria o elemento unificador desses interesses, cumprindo papel regenerador dos conflitos e ambições humanas.

Acreditamos, mesmo sem tratarmos especificamente da educação, no sentido que lhe atribuem usualmente, termos contribuído ao desnivelamento de seu processo, ainda mais quando se almeja falar dos em geral, atarefados em cumprir imensa luta para a satisfação dos seus interesses ou pela continuidade da vida.

ANEXOS

vez, todo o meu esforço tivesse sido improficuo — o sr. Ivan Seixas e a prof.^a Laura Bezerra. O primeiro é um nome já sobejamente conhecido nos arraiais culturais pernambucanos pela sua inclinação para a investigação histórica. Colaborador constante do sr. Gilberto Freyre, que o descobriu, quis o jovem pesquisador contrariar o encargo árduo e cheio de responsabilidade da revisão do material tipográfico, no que foi eficientemente ajudado pela minha ex-aluna Senhorita Laura Bezerra, licenciada em Geografia e História, e hoje uma grande rival do Sr. Ivan Seixas nos trabalhos de pesquisa do passado de Pernambuco. Para eles dois os meus mais efusivos agradecimentos.

Recife, 1 de Maio de 1950.

AMARO QUINTAS

O PROGRESSO.

REVISTA

SOCIAL, LITTERARIA E SCIENTIFICA.

1.!

1.º ANNO.

TOMO I.

1.º NUMERO.

Mez de Julho.

PERNAMBUCO,

TYPOGRAPHIA DE M. F. DE FARIA.

1846.

PORQUE SE OCCUPA O PROGRESSO COM POLITICA

Le mouvement social est typique, et pivot des quatre autres.

FOURIER.

No começo desta publicação, enunciamos nós de um modo cabal o que entendemos por politica. — Para nós, é a Politica a sciencia que ensina as leis da organização das sociedades.

Esta sciencia, que se liga mais directamente do que outra qualquer ao movimento das paixões humanas, é o foco e o alvo commum de todas as outras, as quaes se lhe devem reunir para terem um sentido pratico e progressivo. De feito, qual seria o valor de uma sciencia, que se circunscrevesse de um modo exclusivo nos dados abstractos que a constituem inicialmente, e se não resolvesse em theoremas praticos, em consequencias applicaveis ao incremento do bem estar physico, moral e intellectual da humanidade?!

A felicidade é o alvo superior dos esforços do homem, e o desejo incessante que o agita e arrastra desde o berço até ao tumulo; é o pensamento immutavel que faz palpar o seio da humanidade, e que, desde que ella existe, a conduz atravez das idades historicas, e a faz caminhar com passos ora vagarosos ora rapidos a estrada gloriosa do progresso.

E nós, homens de esperanza e de futuro, homens de synthese e de harmonia, poderíamos deixar fóra do quadro, em que apresentamos algumas faces do nosso pensamento, a sciencia que directa e especialmente se occupa em descobrir as leis e applicar os meios da fe-

licidade do homem?! Fôra isso na verdade estranho desvio e singular esquecimento.

Logo, era força occupar-nos com Politica; ella devia ser o eixo sobre que gyrassem os nossos estudos de todas as ordens, e o laço geral com que deviamos atar em um só feiche os nossos trabalhos de toda a especie, o foco luminoso em que deviam vir reflectir todas as faces do nosso pensamento, um em sua essencia, multiplo nas suas manifestações.

Todavia, não ignoramos que para outros, — para quasi todos aqui, o vocabulo "Politica" tem um sentido do bem differente do que nós lhe damos. Empregam-o, ás mais das vezes, para designar uma serie de actos e de factos que só teem uma relação mui indirecta, com a organização das sociedades. Para uns, é a politica a arte de se elegerem deputados ou senadores, e de inventarem para obter este resultado, processos mais ou menos engenhosos; para outros, é a arte de alcançar um emprego mais ou menos lucrativo; para quase todos é a arte de viver em santo ocio a custa do thesouro publico, mantido com o suor do povo que trabalha e geme. Sob este ponto de vista, o campo da politica tornou-se um circo, onde se pelejam interesses particulares, onde se embatem e se accumulam homens avidos de empregos e de honras, que procuram apenas esconder o seu pensamento real, egoista, mentido e pessoal, sob a mascara transparente do amor do povo e dos interesses geraes, e onde os athletas mais aplaudidos e festejados sam aquelles que melhor sabem derribar os seus rivais, sob os golpes da injuria e da calumnia.

A' fé que para irritar as almas honestas e inspi-rar-lhes profundo desgosto da comedia que se representa e dos actores que nella tomam parte, é bem inventado semelhante espectáculo. E, nós, se considerassemos por um momento, as cousas por esta face, só as reputamos dignas do duro azorrague da satyra e do desprezo.

Mas, se a contemplação das pelejas dos partidos, se o rumorejar descompassado e a poeira nauseabunda que elles levantam, nas batalhas que pelejam, é razão sufficiente para que os homens, que não teem um energico principio d'acção, se recolham ao silencio e se ca-lem, pela nossa parte, era isso razão de mais para nos lançar na arena, e procurarmos arvorar, acima das bandeiras dos partidos, com legendas de vinganças e

de iras, a nossa bandeira de paz, de organização e de harmonia. O olvido geral em que dormem sepultados os interesses das massas e as necessidades dos povos. O desprezo em que se tem o estudo das leis do progresso regular e pacifico era razão de mais para que erguessemos a voz e procurassemos reunir os combatentes, em torno dos grandes pensamentos democraticos e humanitarios.

Bem sabemos que a tarefa é difficil, e que as nossas forças são talvez insufficientes para tenta-la; mas esse pharol, que temos accendido, e que talvez se apague em nossas mãos, outros, mais felizes, poderão um dia acende-lo outra vez, e com elle caminhar sobre as nossas pegadas.

Sabemos tambem que, em principio, o nosso trabalho ha de encontrar mui poucas sympathias. E quem sabe se os partidos, profundamente saturados de sentimentos de colera, e com tendencias negativas, os partidos que lá para diante se hão de reunir, estremos de odios, na affirmacão mais alta e mais comprehensiva que nós lhe offerecemos, não se levantarão um e outro contra nós? Talvez que assim aconteça, pois a uns e a outros estamos resolvidos a mostrar-lhes francamente os erros e falsas tendencias; mas, aconteça o que acontecer, teremos a satisfação de ter preenchido um dever que ao mesmo tempo nos dicta o nosso coração, que ama o bem, e o nosso espirito que sabe como se elle pode realizar.

Portanto, rogamos aos espiritos benevolos que se vãem chegando para nossa obra, e lhe prestam a sua adhesão, que compreendam cabalmente o nosso pensamento, e se não amofinem mais por nos não termos concentrado exclusivamente no dominio das sciencias, da philosophia e da litteratura. E' sem duvida a politica o ponto mais penoso da nossa tarefa; mas é também o mais util e vivaz, e visto termos-nos lançado á obra, não deveramos hesitar em abraça-la toda, por maiores que sejam as difficuldades que isso apresenta, e os dissabores que d'ahi colhamos como fructo,

tada pelo bafo de paixões brutaes!... E' impossivel; já não posso trabalhar. A luz já se vai definhando; e é forçoso que isto chegue para a lição de amanhã. Vou ver se posso dormir, por que assim que alvorecer o dia, os meus discipulos virão logo chamar-me. (*Deita-se no grãbato*). Tambem Helena não tem muita intelligencia. E' um espirito justo, uma consciência recta; mas as suas percepções são limitadas, e a menor sub'ileza metaphysica a embarça ou a fatiga... Wilhelm lhe conviria mais que Hans... Eu me occupo de mais com isto. A occasião não é opportuna. Meu Deos, regulai segundó a razão, e justiça os sentimentos do meu coração e as funções do meu ser. Mandai-me o repouso!... (*Adormece*).

(*Continuar-se-há*)

VARIÉDADE

Era a meado de abril de 1846. Quatro homens, que designaremos pelas letras A.-B. C. e D. moços na idade, mas velhos pelo pensamento, seguiam juntos, no *Trapiche-Novo*, para o bairro de S. Antonio. Tres d'entre elles tinham bebido as sãs e generosas doutrinas da escola societaria na sua mais limpida fonte; todos treis eram animados de vivo amor para com a humanidade; todos treis experimentavam energica necessidade de trabalharem para a sua regeneração. O outro ainda se achava emergido nas trevas do criticismo; ainda o lume da sciencia social não tinha podido traspasar a espessa venda com que as abusões reinantes e os logares communs do XVIII seculo lhe haviam tapado os olhos: — era um perfeito *civilisado*.

Pernambuco, como todós nós sabemos, achava-se então no auge de total desbarato. Todos os dias, publicava a gazeta official os nomes das victimas da vespera. A assembléa provincial, que com todas as veras ajudára os destructores, ha pouco acabava de encerrar a sua sessão extraordinaria, e a ordinaria da assembléa geral estava para abrir-se. Assim, de todas as partes se lhes offereciam assumptos para uma conversação animada sobre os negocios da terra; e apezar disto, o discurso não havia saído dos logares communs ordinarios, quando, no momento em que os nossos quatro personagens iam sahindo da praça do Commercio em busca da rua da Cadeja, descortinaram um dos empregados publicos demittidos, que se encontrava com o seu successor, e este incidente occasionou o dialogo seguinte, que

infelizmente nos vemos obrigados a reproduzir imperfeito, por não termos na occasião um tachygrapho que o apanhasse:

— Olhem, disse A.; estão vendo aquelle infeliz que alli vai? ainda traz o desgosto na fronte: estou que é a primeira vez que sai á rua desde que foi demittido.

— Fizeram muito bem em manda-lo para casa, respondeu D.; sempre o conheci baronista, e no emtanto, assim que foi revogada a lei da vftalicidade, rapou logo a pêra;

— Meu amigo, tornou A.; vossé é mui severo para com os mais; quem tem mulher e filhos a dar de comer, pôde sacrificar a barba sem deshonra para se conservar no emprego.

— Eu cá não admitto essas transacções, disse D.; cada um deve ser fiel ao seu pensamento.

— Sabem que mais, acodio B.; dizem que para a semana tem de haver uma nova serie de demissões? Desta vez não escapará um só baronista: não ficará o mais simples alferes da guarda nacional, nem o mais humilde continuo das repartições provinciaes.

— Que querem Vmes.? respondeu D.: é uma necessidade do systema constitucional. A' cada mudança de ministerio deve corresponder uma inversão geral de todos os empregados que delle dependem. Cada partido deve governar por sua vez, e neste oscilar continuo é que consiste a vida do systema representativo.

— Quer dizer, ajuntou C.; que lhe dá a algumas centenas de intrigantes o meio de viver á custa do suor do pobre povo. Se é esta a essencia do tal governo representativo, então digo-lhe que é a mais detestavel de todas as fórmãs de governo.

— Então, perguntou D.; prefere o despotismo, ou a anarchia?

— Talvez! respondeu C.; e por outro lado, com poucas excepções, é ao que se reduz o governo representativo para aquelles que se deixam fascinar pelas apparencias. As forças vivas da nação se gastam nestas lutas interiores, e o progresso fica indefinidamente interrompido.

— Tem razão, acrescentou D.; antes o despotismo com um imperador semelhante ao Czar Nicolau I do que todas as constituições do mundo.

— Confórme, diz C.; depende isto assaz do estado da nação que se prefere governar. Para plantar-se o despotismo russo n'uma terra como a nossa, muitas onças de sangue haviam de correr.

— E, por outro lado, diz B.; que são as reformas politicas sem as reformas sociaes? uma mascara, e nada mais.

— No meu entender, acrescentou A.; todo o nosso mal vem da falta de opinião publica, ou antes do seu somno.

— Então, acorde-a; disse D.

— E por que não? respondeu B.

— Como? perguntou D.

— E por que não respondeu B.

— Como? perguntou D.

— Com a imprensa, respondeu B. Até hoje, Pernambuco só ha visto gazetas voltadas aos interesses de partido, que se barateam insultos ás mãos cheias; mas nós podiamos publicar uma que tomasse a peito a causa da humanidade, a do povo que geme, paga e se cala.

— Muito bem, disse C.; ensinaremos ao povo os seus direitos e deveres; mostrar-lhe-hemos os seus verdadeiros amigos, — os que curam de melhorar a sua desgraçada condição. Mostraremos a todos esses preferidos homens de estado que nos governam, que elles ignoram as primeiras noções de economia social e...

— Hão de apedreja-los, diz D.

— Paciencia, respondeu A.

— Não terão subscriptores, disse D.

— Faremos as despesas a nossa custa, respondeu A.

— Bravos, disse D. rindo-se. Eu tambem subscverei...

— Não zombe, acrescentou C. O que dissemos é mais serio do que pensa.

Durante este dialogo, os nossos quatro personagens chegaram á rua do Collegio. D. os deixou, e os tres continuaram o seu caminho.

Dahi ha seis semanas encontramos nós outra vez os nossos tres amigos sozinhos, em torno de uma meza cheia de papeis, occupados em escrever um prospecto. Decidira-se a appareição do *Progresso!* e a 12 de julho,

ei-los no dominio da publicidade, armado para lidar, com o orgão das ideias de progresso social na America do Sul.

De então para cá, apesar das numerosas crises financeiras, o *Progresso* ha sempre caminhado, quasi que ha cumprido as promessas do seu programma (cousa rara em todas as terras); e emfim chegou triumphante ao segundo volume. Ha posto os seus leitores ao alcance da politica exterior, e da marcha das sciencias; ha dado conta dos debates da assembléa geral e da nossa; ha discutido o valor das leis votadas por ellas, e algumas vezes ha tido o prazer de ver os seus artigos reproduzidos, e a sua opinião recebida no exterior.

Foi assim que na Bahia o *Guaycurú* trasladou, para as suas columnas, e nosso artigo *Interesses provinciaes*. E o *Jornal do Commercio*, que nos trouxe o ultimo volume, na sua revista commercial de 1846, a respeito da lei do melhoramento do meio circulante, da uma opinião que diz ser a do corpo de commercio do Rio de Janeiro, e dissereis a do 3.º numero do *Progresso*.

Em fim, além dos mares, lános muros dessa nova Athenas, o principal orgão do socialismo em França, diz que o nosso programma é inteiramente conforme ás doutrinas da Escola Societaria, e falla a nosso respeito nos termos benevolos que aqui reproduzimos...

"Fundação de um novo orgão socialista no Brasil.

"A idea social, diz a gazeta franceza, caminha e vai progredindo na conquista do mundo, a despeito de todos quantos obstaculos se lhe oppoñham.

Já por varias vezes temos nós noticiado a propaganda feita em nome de Fourier nos Estados-Unidos; hoje, é do Brasil que uma voz amiga responde á nossa. Reccebemos o primeiro numero de uma revista social, scientifica e litteraria, o *Progresso*, que se publica em Pernambuco desde o mez de julho passado, com esta laconica epigraphe: I (Avante!) Traduzimos algumas paginas do seu programma, que está em perfeita conformidade com o nosso.

"Depois de uma synthese scientifica, o *Progresso* continúa assim:"

Segue-se a traducção franceza de grande parte da exposição de principios do *Progresso*

E conclue assim a mesma gazeta:

"Após esta declaração de principios, a revista brasileira publica: 1.º, um artigo critico e dogmatico sobre o problema da certeza que tanto ha occupado os philosophos, desde Aristoteles até M. Cousin, passando por Descartes, Spinoza, Berklay, Kant e seus successores; 2.º, o começo de um trabalho sobre o estado do mundo em 1846; este primeiro artigo contém o quadro da sociedade no XV seculo; 3.º, uma revista scientifica; 4.º, uma revista politica do movimento social; 5.º, um poemeto, intitulado o *Tamarineiro de Mipibú* e variedades. Quando recebermos a conclusão do artigo sobre o estado do mundo, pretendemos fazer alguns extratos."

E no numero 20 do mesmo jornal lê-se tambem o seguinte: "He do nosso dever repetir aos nossos subscritores do domingo, que a causa societaria acaba de enriquecer-se com um novo orgão. Ha poucos dias recebemos o primeiro numero de uma revista mensal, o *Progresso*, cujo programma, de que já publicamos um trecho no nosso numero de hontem, é conforme em tudo e por tudo com o da *Democratie*. Esta revista que começou a apparecer em julho, tratará as questões sociais, philosophicas, politicas, scientificas e litterarias. A julgarmos-la pela primeira livração, não duvidamos que dentro em pouco ella conquiste numerosas sympathias."

A' vista pois disso, que mal nos faz a grita de alguns ignorantes envêjosos, os insultos e as personalidades do *Do-Novo* da nossa propria patria e do *Correio Mercantil* da Bahia?

O.

A. P. de Figueiredo.

A TODOS

Laifundia perdideré Italian.

Il est évident que la constitution de la propriété doit être changée, puisque, en vertu de cette constitution, des hommes naissent avec le privilège de vivre sans rien faire, c' est-a-dire de vivre aux depens d' autrui.

D. de Saint-Simon

Justice des hommes, comme tu trembleras dans ta peur, quand se levera da Justice de Dieu.

F. de Lamennais.

Na exposição de principios, com que abrimos o primeiro numero do Progresso, francamente declaramos que a politica era a primeira e a mais util de todas as sciencias; e definimo-la — indagação e applicação das condições da felicidade dos povos, — sciencia da organização social.

Que é um povó? — O complexo de todos os individuos que vivem sob leis communs, n'um territorio natural ou facticiamente separado do territorio das nações vizinhas. Logo, o alvo da politica, no seio de qualquer nação, consiste para nós no assegurar a maior somma de gozos possiveis a cada um dos individuos que compõem esta nação. Assim em politica, só as medi-

das tendentes a este fim, é que podem merecer o nosso apoio; cremos também que o primeiro dos nossos deveres consiste em indicá-las a aquelles que lhes podem determinar a adopção, e até hoje julgamos ter sido fieis á essa tarefa.

No estado social em que vivemos, os povos estão longe de se comporem de partes perfeitamente homogêneas. Por toda a parte, uma minoria, ás vezes imperceptível, senhora, em nome da lei, de todos os instrumentos de trabalho, vai depredando a maioria. Em varios pontos do globo esta depredação ha chegado a um ponto tal, que a maioria se acha reduzida a uma condição mais triste que a do escravo. N'outras paragens, onde a civilisação se acha menos adiantada, entre nós por exemplo, vivem as massas, com grande custo, vida material e puramente vegetativa, privadas de todo o desenvolvimento intellectual.

Até devemos confessar que ha alguns annos a esta parte, as condições necessarias para esta semi-existencia se vão tornando entre nós cada vez mais difficéis a se obterem. O capital defrauda despiadadamente o trabalho, para o aluguel de cujos instrumentos exige elle doze, dezoito, vinte e quatro e até cem % de premio, isto é, muito mais do que o trabalho pôde produzir. Junta-se a isso impostos enormes, percebidos em proveito do governo central e que se vão enterrar nos cofres do Rio de Janeiro, para proverem as prodigalidades ministeriaes.

Eis-ahi a depredação indirecta; a que só é evidente para os espiritos esclarecidos: quanto á directa, dão-lhe o nome de oppressão; e a oppressão da maioria pela minoria é aqui tão conhecida, que não carecemos fallar della. E entretanto, esta maioria opprimida, e que alguém julga poder avilta-la, dando-lhe o nome de povo, é que paga a maior parte dos impostos, — imposto de sangue, imposto de dinheiro, corveas patrioticas, e tudo isso sem indemnisação alguma. Semelhante estado de cousas, injusto, anti-harmonico, anti-social, não podia deixar de attrahir a nossa attenção: hemos indagado com paciencia as causas do mal: descobrimos a fonte, e encontrámos os meios de curá-lo por via

sem despojar a ninguém; por meio de melhoras graduadas e de transições compassadas. Eis-ahi o importante trabalho com que nos temos occupado nos *interezes provinciaes* cujo alvo muita gente não ha comprehendido.

Actualmente somos nós, sob todos os pontos de vista, depredados pelo governo central, cujos proconsules tumultuam á vontade todas as existencias: legislação, industria, commercio, &c.; e encarregam a quem lhes praz para representar-nos nas assembleas — geral e provincial.

Para nós, pois, a primeira de todas as necessidades é constituirmos a nossa individualidade; organizarmos a nossa administração provincial de maneira que lhe seja dado viver vida propria, e que uma mudança de presidente não seja para o paiz senão cousa de pouca valia. Assim, o primeiro projecto, que apresentamos, cria um concelho vitalicio, destinado a quebrantar o comportamento despotico dos nossos presidentes, e a representar os interesses permanentes da provincia. Temos cabal certeza em como qualquer medida deste genero não pôde agradar muito aos intrinsecos que vivem á custo do publico e das subversões administrativas; mas é vantajosa ao povo, que desgraçadamente é quem paga as custas de todas as revoluções, de todas as desordens. Não pôde ella deixar de desagradar a certos ambiciosos que a consideram, com justiça, destruidora dos partidos politicos actuaes: mas terá o apoio de todos os homens probos e desinteressados, e por isso não hesitamos propô-la.

Hoje mais de tres quartos da população da nossa provincia se acha concentrada á beira do mar e n'uma profundidade de dez a quinze legoas; mas lá, quasi com poucas excepções, todas as terras pertencem a um pequeno numero de grandes proprietarios que delias mal cultivam uma minima parte e recusam vender o resto. Dahi vem que duzentos ou trescentos mil dos nossos concidadãos, mais porventura, vivem em terras de que podem ser despididos dentro de poucas horas; humildes vassallos do proprietario, cujos odios, partido

deparámos nós a base desta feudalidade que mantém directamente, sob jugo terrível, metade da população da provincia, e opprime a outra metade por meio do immenso poder que lhe dá esta massa de vassallos obedientes.

Reconhecêmos que á existencia desta feudalidade era que se devia attribuir a impunidade dos crimes, os escandalos das eleições, assim como o vagar com que caminha a nossa provincia na senda de toda a especie de progresso.

Reconhecêmos que era ella que, pela oppressão em que mantêm as populações do interior, as obrigava a refluir para a capital da provincia, e abandonar a agricultura para augmentar o numero dos improductivos e solicitadores de empregos. Reconhecêmos, n'uma palavra, que a divisão do nosso solo em grandes propriedades era a fonte da maior parte dos nossos males; e depois de o havermos provado em varios logares desta revista, offerecêmos o remedio; o projecto de lei n.º 2, que apresentámos, estabelece um imposto territorial de 10 rs. annuaes para cada 100 braças quadradas de superficie. E' imposto quasi insensível para as partes do solo que são cultivadas; pelo contrario, será mui oneroso para as terras incultas e que por consequencia não produzem renda alguma. Os proprietarios em breve se verão obrigados a vendê-las ao povo; e os moradores actuaes, que, por anachronismo singular, teem tantos pontos de semilhaça com os servos da meia-idade, se acharão transformados em pequenos proprietarios; e então, certos de gozarem os fructos dos seus suores, trabalharão com animo, o que hoje não fazem, para augmentar a sua fortuna particular e ao mesmo tempo a riqueza geral.

Uma vez destruida a feudalidade territorial, era de recêar que as autoridades collocadas no interior da provincia, longe das vistas da administração central, se aproveitasssem do ensejo para substituirem o seu despotismo ao dos proprietarios; e para occorrermos a isso, é que procurámos apertar os laços hierarchicos entre os diversos funcionarios publicos disseminados no nosso solo; para este effeito offerecêmos nós o nos-

so projecto n.º 3, que além deste benefico resultado produziria vantagens incalculaveis para todas as comarcas do interior.

Chegados a este ponto, mostrámos nós, como por meio destas tres leis se podia constituir a unidade e independencia administrativa da nossa provincia; e mostrar o despotismo na pessoa da grande propriedade territorial. Antes de entrarmos nos detalhes das diversas instituições a organizar, devíamos procurar minorar esta depredação indirecta do trabalho pelo capital, que tende a concentrar todas as forças da sociedade nas mãos dos ociosos e usurarios, e reduzirem os trabalhadores a não serem senão seus humilissimos escravos. E' isso era tanto mais útil quanto a experiencia nos mostra, em todas as terras adiantadas em civilisação, a feudalidade de dinheiro substituindo a feudalidade de nascimento, e mostrando-se ainda mais injusta e oppressiva para o trabalhador.

Nada menos se tratava, pois, que desfechar o golpe sobre um dos prejuizos mais vivazes em nosso paiz. Tratava-se de diminuir o poder do capital, fazendo-lhe supportar a maior parte dos encargos sociaes; tirando delle com que ministrar para o diante a todos os trabalhadores um minimum que os indemnise de alguma sorte da espoliação legal que soffrem. Tratava-se, pois, de alliviar o trabalho e onerar o capital. Eis-ahi o alvo do nosso quarto projecto de lei, em que propozemos, sobre as heranças, ou por outra, sobre o capital, um imposto capaz de nos proporcionar os meios de supprimir grande numero de impostos actuaes, e crear certos estabelecimentos garantistas de que temos palpitante necessidade; — uma administração das agoas e florestas; um banco popular para acabar com a usura; uma agencia das subsistencias, &c., &c.

Eis o que temos reclamado até hoje, eis as medidas verdadeiramente populares e efficazes que o povo deverá reclamar por todos os meios possiveis: — o programma que os eleitores deviam impôr aos seus deputados.

Recife, 24 de abril de 1847.

de e de lesa-nação; porque fizeram intervir o poder irresponsavel para influir nas decisões do poder eleitoral e legislativo, e fizeram subir até elle a responsabilidade de actos cujos responsaveis unicos são os ministros, e dest'arte o exposeram ao odio ou ao menos aos resentimentos de uma parte dos seus concidadãos.

Existe no senado uma maioria facciosa que pretende impôr a lei ao proprio Imperador, bradavam o *Diário do Rio* e os seus coréos no fogo da sua indignação.

Este zelo pago pelos interesses dos seus annos fezlhes esquecer que viviam n'um governo constitucional, governo cuja essencia é o equilibrio dos poderes, e em que se não pode dar maiorias facciosas senão as que ultrapassam os limites que a constituição traçou entre os poderes.

Se agora descermos das abstrações quasi metaphysicas do equilibrio constitucional, e entrarmos na esphera dos factos, veremos que o senado, oppondo-se as invasões do poder executivo, acaba de prestar um immenso serviço ao paiz e á liberdade.

A constituição creou quatro poderes: o legislativo, o moderador, o executivo e o judiciario. O poder executivo já absorveu o judiciario por um abuso inqualificavel da autorisação concedida pela segunda parte do artigo 153 e pela violação flagrante deste mesmo artigo no crear juizes municipaes, delegados e subdelegados. O poder executivo apoderou-se igualmente, pelos mesmos meios e pela sua intervenção illegal nas eleições, da composição da camara dos deputados e tenta ameaçar o senado com a mesma sorte. Logo, so restam dous poderes intactos ou antes um; porque os poderes chamados moderador e executivo se acham tão intimamente ligados que formam um só; e em face dele, como unico recurso contra o seu despotismo absoluto, uma fracção do poder legislativo, o senado, ultimo baluarte das liberdades publicas contra as invasões do poder.

Recife, 20 de Agosto de 1847.

COLONISAÇÃO DO BRASIL

Le vrai peut quelquer fois n'être pas vraisemblable.

Boileau.

Colonisação, colonisação; é esta uma palavra que de continuo sôa aos nossos ouvidos desde o feliz dia em que conseguimos a nossa independencia; e disseréis que a colonisação é um remedio infallivel para todos os nossos males. E que resultado temos nós obtido de todos sacrificios pecuniarios feitos com a colonisação? Ahi estão os factos: elles que respondam. O resultado adquirido não corresponde de maneira alguma as despesas feitas para este fim.

Entretanto, quantos systemas se não temem apresentado e quantas tentativas de realisação se não tem emprehendido, desde o famoso plano de monsenhor Miranda, que vemos estampado, por inteiro, na colleção das leis e decretos do Imperio, até o que acaba de ser submettido á approvação da nossa assemblea geral legislativa?

Poucas são as nossas provincias que não tenham feito o seu ensaiozinho de colonisação; e de todas essas colonias ainda não ha uma sequer que tenha correspondido as esperanças que fizera nascer: quasi todas desappareceram, porque os colonos abandonaram a cultura do solo, afim de se darem as pequenas industrias, já obstruidas pelos nacionaes, ou ao commercio a retalho. Quanto ao pequeno numero das que ainda existem, mantem-se a maior parte dellas somente em virtude de repetidos sacrificios da parte do governo. Qual será a causa do mau exito destas tentativas? Ei-la:

A colonisação ha sido inopportuna; no estado actual, o Brasil tem necessidade de sabios e de opera-

rios habeis, que venham instruir a população e introduzir diversos generos de cultura e de industria. Mas não tem necessidade alguma de colonos, porque a sua população actual he superior áos meios que ora possui e sua disposição para viver.

A primeira vista, em presença do nosso immenso territorio, cortado de rios navegaveis e de regatos perennes; deste solo fertil, que encerra immensas riquezas naturaes que só aguardam a mão do homem para colhe-las, parece que a proposição que acabamos de aventurar não passa de paradoxo atrevido que apenas merece as honras de uma refutação; e entretanto, por desgraça nossa, nada se dá mais verdadeiro que esta proposição. Com uma população de menos de seis milhões de habitantes para um territorio de quasi 700:000 legoas quadradas; já possuímos, a maneira das velhas nações da Europa, uma fracção notavel da nossa população cujos meios de existencia são tão precarios que apresenta evidente perigo para o resto da sociedade. E o que ainda é mais terrivel é que esta fracção tende a augmentar-se cada dia !!!!

Na hora em que escrevemos estas linhas, existem certamente mais de um solicitador de emprego, mais de um empregado demittido, mais de um operario sem trabalho, que sonham com revoluções, etc.

Antes de cuidarmos em colonisar, em importar para entre nós habitantes de outras terras, ou, o que fôra muito melhor, em attrair para o Brasil o excesso das populações laboriosas da Europa, devemos dispor as cousas de maneira que ellas possam empregar o seu trabalho de um modo productivo, e não sejam obrigadas a virem augmentar a classe perigosa da população do nosso paiz.

Ora, é de toda evidencia que antes de tratarmos de proporcionar meios de existencia a estrangeiros, a homens que ainda se acham em sua patria, dá-se um primeiro dever a preencher, dever imposto pelos mais simples sentimentos de justiça e de prudencia: o offerecer trabalho lucrativo, meios de existencia a esta porção necessariamente ociosa e perigosa dos nossos cidadãos, de que acima fallamos. É, por assim dizer, uma colonisação interna que deve de preceder á colo-

nisação externa. Mas não basta assignar o alvo á atingir-se, cumpre indicar ainda os meios. As medidas que se apresentam a primeira vista, como capazes de produzir o resultado desejado, são as medidas directas: o estabelecimento de colonias nacionaes, a abertura de grandes officinas de trabalho, etc., etc. Mas um exame pouco profundo basta para mostrar a insufficiencia radical das medidas directas, e a impossibilidade de obter-se por este meio um resultado duradouro.

Quanto ás colonias nacionaes, para ellas como para as que são formadas de estrangeiros, é mister que os colonos possuam, alem do solo, os instrumentos necessarios para cultivá-lo, os capitães indispensaveis para esperarem até que possam viver dos seus productos; isto é, durante alguns annos, a julgarmos pela experiencia das nossas colonias e das estabelecidas pelas nações europeas, e mormente pela Inglaterra. E demais, cousa indispensavel é que a colonia se ache vizinha de um grande centro de consumo ou de exportação, á que possa transportar os seus productos com poucas despesas. Ora, mui poucas são as porções do nosso territorio que, a vista da falta absoluta de vias de communicação, se achem actualmente nestas circumstancias, ou nelleas se possam collocar sem grandes despesas; e as que se acham em taes casos não pertencem ao governo mas sim aos particulares, aos quaes lhe fôra mister com-pra-las. Logo, em todo o caso, cumpre fazer enormes despesas, sem certeza alguma de que sejam reembolsadas, com bastante brevidade, para que o sacrificio seja util a geração que o fizer.

A mesma objecção se apresenta, no tocante as officinas de trabalho; mesmo no caso em que os trabalhadores desoccupados sejam empregados em trabalhos taes, que os seus productos não façam concorrência aos dos operarios actualmente occupados e não os privem de trabalho, no caso, por exemplo, serem empregados em abrir estradas, canaes, etc. Seja qual foi o sacrificio que o nosso governo se imponha para obter este resultado, nunca poderá elle occupar toda a porção da população que hoje vive desoccupada. E ainda quando elle podesse occupa-la hoje, já não poderá amanhã, porque esta população augmenta todos os dias.

Objectar-nos-hão talvez que, como a criação das vias de comunicação permite a cultura de muitas terras ora incultas, necessitará grande numero de braços, e offerecerá trabalho a este accrescimento de população. Responderemos a isso, que a criação das vias de comunicação, ao passo que permite a cultura de muitas terras ora incultas, terá também outro effeito, o de substituir na parte do solo ora cultivado, o transporte por carros ao transporte por cavallos, e por consequencia privará desses meios actuaes de existencia os tres quartos dessa população tão consideravel, que actualmente se occupa com os transportes e que seria obrigada a procurar outros meios de vida. Entretanto, estamos longe de negar as immensas vantagens que resultariam necessariamente da criação de grandes officinas de obras publicas; mas cremos que este meio seria insufficiente, porque, como acima dissemos, as forças do governo são mui escassas para que, em poucos annos possa ele por em comunicação facil com os centros de consumo ou de exportação os terrenos ferteis que ainda pertencem ao estado, e não foram sujeito ao desastroso systema das sesmarias. Quanto aos outros, os que pertencem a particulares, só se pode contar com elles para accommodar-se mui pequeno numero de individuos. O governo deve de caminhar nesta estrada; sim! mas carece de um meio mais pronto e menos oneroso.

Em nossas praías, ao redor dos nossos grandes centros de população, existem vastas extensões de terrenos, pela mór parte ferteis, cuja decima parte apenas, e muitas vezes a centesima, é cultivada. Nestes terrenos é que se deve operar a colonisação interna. O que se deve fazer é pôr estes terrenos á disposição dos trabalhadores. Mas, ha largos annos que estes terrenos foram concedidos; acham-se em poder de legitimos possuidores, e a sua posição na zona do movimento commercial para a exportação lhes dá grande valor vendavel. O governo está longe de os poder comprar. Logo, é força recorrer a outro meio. Qual é este meio? — Aquelle que nos indicar, de uma maneira mais palpavel, um rapido exame do modo de formação dessa clas-

é que, impellido pela necessidade, torna-se a causa efficiente das nossas outras politicas, e ainda de outros muitos males.

Entre nós, assim como em todos os paizes infantis, a população vai crescendo, e a fecundidade das uniões é espantosa, tanto nas cidades e villas, como nos campos, e sobre tudo nas grandes cidades como a em que habitamos. Examinemos o que vem a ser este accrescimento de população, primeiramente aqui no Recife, depois no interior. Não fallamos das familias ricas porque são em numero limitado, e aliás se vão empobrecendo de geração em geração, por amor das partilhas; mas das familias arremediadas e pobres. As filhas sobrecarregam as suas familias, occasionam-lhes novas necessidades, que, no commercio, se traduzem por falhimentos, aliás por uma insaciavel séde de empregos publicos; e entre os pobres por via de resultados ainda mais deploraveis para a moral publica. Quanto aos rapazes, se os pais são remediados, esses estudam, e por fim reclamam também empregos: se os pais são pobres, aprendem um officio, e dest'arte augmentam o numero, já desmesurado, dos nossos alfaiates, sapateiros, pedreiros, carpinas, etc... e estabelecem entre si uma concorrência que os arruina, e muitas vezes se acham sem trabalho. Alguns vão estabelecer-se no interior, mas em pequeno numero, e a causa disso nós vemos-la mais longe que destino tem o accrescimento continuo da população no interior? Acaso emprega-se elle na agricultura? Não; a parte mais esclarecida vem aqui para o Recife procurar fortuna, solicitar um ridiculo emprego; o resto afluxa para as villas e outros centros de população, e ahi vive vida miseravel, porque entre nós não ha industria que offereça ao trabalhador livre um serviço certo e regularmente retribuido.

Eis-ahi d'onde proveem essas massas de homens sem meios seguros de existencia, que em certa esphera alimentam a politica dos partidos, e nas regiões inferiores da sociedade praticam o roubo e todas as suas variedades.

E por que razão os mancebos das familias arremediadas, em vez de entrarem na carreira tão precaria dos empregos publicos, não se dão ao commercio, ou,

ó que ainda seria melhor, á agricultura? E porque razão, em vez de aprenderem os officios de alfaiate, pedreiro, carpina, etc. os filhos das familias pouco favorecidas da fortuna, não retrocedem para o interior; porque tambem se não vão fazer agricultores? porque os habitantes do matto não cultivam o solo senão constrangidos? porque os seus filhos buscam as villas? Para tudo isso não vemos mais que uma unica resposta, e desgraçadamente ella é cabal!

No estado social em que vivemos, os meios de subsistencia do pai de familia não augmentam em proporção do numero dos seus filhos, d'onde resulta que, em geral, os filhos são mais pobres que os pais, e possuem menos capitães. Ora, a *agricultura e o commercio, sobretudo a agricultura, estão hoje cercados por uma barreira inaccessible para o homem pouco favorecido; para todo aquelle que não possue certo numero de contos de reis*. Toda a gente sabe dos motivos que tornam o commercio inaccessible a aquelles que tivessem necessidade delle para viver; não nos estenderemos, pois, sobre tal assumpto; e por outro lado o commercio é uma função parasita que já conta o numero de agentes, cem vezes maior do que comporta. Entretanto, julgamos não poder eximir-nos de dizer que uma lei que tornasse o commercio a retalho privativo dos nacionaes, e abrisse dest'arte vasta sahida aos nossos concidadãos sem fortuna, fora uma cousa absolutamente justa, razoavel e vantajosa ao paiz. Quanto a agricultura, a função productora por excellencia, a mãe (al-ma mater) das nações, é ahi que residem os interesses vitaes da nossa patria; e como ella se acha cercada por uma barreira é mister que esta barreira caia, custe o que custar.

E qual é esta barreira? — *A Grande Propriedade Territorial*. Esta entidade terrivel que tem arruinado e despovoado a Irlanda, a campanha de Roma e outros muitos paizes.

A cultura que deve de occupar a nossa população, que um dia deve dar-nos uma classe media e estabelecer a verdade do nosso systema representativo, como já o demonstramos, não é a grande cultura, que exige grandes capitães, e que é aqui executada por escri-

vós; mas é a pequena cultura, a que pode executar um pai de familia com os seus filhos, ajudado quando muito por trábaldadores alugados no momento da plantação e da colheita. Ora, as terras susceptiveis de se pres-tarem com vantagem a pequena cultura, em consequencia da natureza do solo, da visinhança das fontes e dos riachos, e dos centros de consumo e de exportação, não são os sertões longinquos, nem as catiingas crestadas pelo sol, e reduzidas a uma quasi esterilidade por amor dos sorribamentos inconsiderados dos fazendeiros de algodão. São as terras contiguas a beira-mar: na nossa provincia é essa a região occupada pelos engenheiros. Esta região que se estende sobre todo o litoral da nossa provincia até uma profundidade de dez, doze, e as vezes quinze e dezoito legoas para o interior, se acha, como se sabe, dividida em engenheiros ou propriedades cuja dimensão varia desde um quarto de legoa quadrada até dois e tres, e até quatro e cinco legoas quadradas. Como a cultura da canna exige uma qualidade de terras particular, que se não encontra por toda a parte, segue-se dahi que, afora as terras de canna, as mattas que lhe são necessarias e as terras de que carece para os seus bois e a plantação da mandioca, indispensavel ao alimentto dos escravos, a mor parte dos engenheiros possui vastas estensões de terrenos incultos, terrenos que seriam evidentemente proprios para a pequena cultura, e que se fossem cultivados bastariam para fornecer com abundancia farinha, feijão, milho, etc. a toda a população da provincia e das provincias vizinhas e até para exportação. Ora, os proprietarios se recusam a vender estes terrenos, e até a arrenda-los. Se possuirdes trinta ou quarenta contos de reis, então podereis comprar um engenheiro; mas se sois pobre, e quizerdes comprar ou arrendar algumas geiras de terra, não achareis! E' isso o que faz que a população improductiva das cidades, a classe dos solicitadores de empregos publicos se augmente todos os dias, que os crimes contra a propriedade se tornem mais frequentes e o paiz se empobreça de dia em dia, em consequencia do augmento do numero dos consumidores, no entanto que o dos productores permanece estacionario; ou ao menos não cresce senão em proporção muito mais lenta.

Mas, dizem os grandes proprietários, estamos longe de recusar, como dizeis, a gente pobre as terras que ella precisa para cultivar; apresentem-se, e mediante um foro modico, e as vezes até por nada, nós lhe daremos não só á terra para plantar, mas madeiras para construir habitações. E' verdade, mas este gozo que lhe proporcionais, só se dá em quanto vos praz. No momento, porem, em que vos dá vontade, por um capricho vosso, ou porque elles se recusam a votar pelas vossas chapas nas eleições, ou a executar uma ordem que lhes destes, vós despejai-os sem remissão. Como é que quereis que estes infelizes plantem, se elles não tem certeza de colher! Que incentivo ha ahí que os induza a beneficiar um terreno do qual podem ser despejados de um instante para outro? Nas vossas terras elles não gozam de direito algum politico, porque a sua opinião devé por força seguir a vossa; para elles vós sois a policia, os tribunaes, administração, tudo, n'uma palavra; e, afora o direito e a possibilidade de vos deixarem, a sorte desses infelizes em nada differe da dos servos da meia-idade.

O poder dos grandes proprietários do interior (e este poder é grande) tem por base o numero desses vassallos obedientes que elles mantêm nas suas terras. Assim, no estado de fraqueza em que se acha o governo, quanto a estas individualidades poderosas, na impossibilidade em que elle está, na maior parte do tempo, de fazer por si mesmo respeitar a lei no interior do paiz pela sua unica força, cada proprietario é obrigado, não grado seu, a manter esta especie de milicias, afim de não ser tyrannizado pelos seus visinhos, ou adversarios politicos, transformados em autoridades policiaes, e para que possa sem perigo despojar-se de uma parte das suas terras, e consequentemente de uma parte dos seus meios de influencia guerreira fôra mister que os seus vizinhos fizessem outro tanto e que o governo se tornasse bastante forte para protege-los contra as aggressões possiveis:

Ora, para obter-se semelhante resultado, só ha um meio efficaz; — o constrange-los todos, ao mesmo tempo, por uma força externa, e esta força encontramo-la nesse imposto directo de que reza a nossa constituição, e nesse imposto territorial que já propozemos

n'outro lugar desta revista, e cujas vantagens já mostramos. Estendendo-se gradualmente sobre a provincia o imposto territorial obrigaria os grandes proprietarios a despojar-se das terras que lhe são inuteis. Estas terras repartidas entre grande numero de individuos seria uma fonte de uma classe media de pequenos agricultores que augmentaria, excessivamente a produção do paiz, e serviriam poderosamente o governo, quanto a manutenção da ordem publica; e então, vendo todos os seus filhos occupados de uma maneira productiva e vantajosa, o Brasil poderia chamar o excedente das populações industriosas da Europa, ao qual offereceria trabalhos e meios seguros de existencia. Antes disso, qualquer tentativa de colonisação é absurda.

Nos nossos artigos sobre os interesses provinciaes, já propozemos um projecto de lei acerca do imposto territorial: eis-aqui agora um a respeito do commercio a retalho.

A assemblea geral legislativa decreta:

Artigo 1.º A contar do 1.º de de 184, ninguém no Brasil poderá possuir armazens, ou lojas de vender a retalho, productos por elle não fabricados, se não fôr cidadão brasileiro.

Artigo 2.º Fica concedido a todos os estrangeiros que ora se acham nestas circumstancias o prazo de mezes para liquidarem os seus negocios e venderem os seus estabelecimentos.

Artigo 3.º Os estrangeiros que se acharem nestas circumstancias, e quizerem gozar do privilegio exarado no primeiro artigo, privativo dos nacionaes, declararão na camara municipal da sua residencia a intenção de se naturalisarem cidadãos do imperio, e depois de seis mezes a respectiva camara municipal mandará passar carta de naturalisação, livre de qualquer despezas e emolumentos.

Artigo 4.º A declaração de que reza o artigo precedente deverá ser acompanhada de documentos, que provem ser o suplicante maior de 21 annos, e estar no gozo dos seus direitos politicos.

Recife, 24 de Setembro de 1847.

H.....

AS REFORMAS

Nos nossos dias houve quem quizesse rebalçar o verbo, dizendo: "as palavras são fêmeas ao passo que os factos são machos." A palavra é fêmea sem duvida mas é mãe do macho...!

Zimmermann.

Ha certos momentos na vida de um povo, em que, como as suas instituições já se não acham de accôrdo com as precisões ou necessidades da época, embargam elles o progresso desse povo, e incessantemente reclamam modificações ou reformas mais ou menos radicaes. Dous casos então se pôdem apresentar: — ou a maioria da nação sabe cabalmente quaes são as causas do mal e os remedios que devem de ser applicados; ou soffre sem saber a causa real dos seus soffrimentos e quaes os meios que pôdem ser empregados para conduzi-la ao estado nominal. — No primeiro caso, dá-se um obstaculo que deve ser removido: então só se trata de obrar; no outro, é mister indagar primeiramente as causas do mal, procurar o remedio, e tratar de vulgarisar a solução do problema antes de pô-la em execução, afim de não lançar o paiz nas difficuldades de infindas revoluções.

Achamos-nos actualmente na segunda hypothese: soffremos, e nisto todos são accordes. Possuidores de vasto territorio, fecundo em toda a sorte de riquezas naturaes e de uma fertilidade prôverbial, sulcado de rios immensos e navegaveis; nós, que sobre o oceano atlantico occupamos uma extensão de mil legoas de costa abundantes em peixe, e semeadas de magnificas

bahias, não temos em que empregar a nossa população desoccupada; o páuperismo vai crescendo com rapidez, e no meio de tantas riquezas, vemos-nos reduzidos a disputar alguns empregos insignificantes, e a dizer que o fioso paiz se acha povoado de mais, e poderá exportar colonias em vez de recebe-las do estrangeiro. Por outro lado, possuímos uma das constituições mais liberaes que existem no mundo, e entretanto estamos, sujeitos ao mais rigoroso despotismo, a um despotismo sem freio, despotismo de mil cabeças, donde resulta a falta de garantias e de segurança para a vida e propriedade dos cidadãos.

E haverá unanimidade na nação ácerca da causa dos nossos males, ácerca dos remedios que se lhes devem applicar? Certo que não. Uns attribuem o mal á presença dos Portuguezes e á supposta influencia que elles exercem no andamento dos negocios politicos; outros assignam como unica causa dos nossos soffrimentos a immoralidade do povo; outros, enfim, attribuem os á existencia da escravatura á centralização, á forma do governo monarchico, etc. etc.

Quanto aos remedios de que precisamos, deparamos a mesma deversidade de opiniões; e até há *estadistas* que dizem que tudo se deve esperar do tempo, e que não precisamos de reforma alguma.

Assim, qualquer revolução tentada no estado actual dos espiritos não teria probabilidade alguma de ser recebida pela maioria da nação, porque não há outro pensamento commum a todos os seus membros senão a crença dos nossos soffrimentos e do prodigioso atrazo em que jazemos.

Por outro lado, que necessidade temos hoje de uma revolução?

“Uma revolução, diz Sismonde de Sismondi, na sua excellente obra sobre as constituições dos povos livres, uma revolução pôde ser legitima, pode ser bem succedida, pôde ser gloriosa; mas aquelles que a encetam se devem lembrar que se atiram a si proprios, e, com'seg, a todos os seus concidadãos n'uma horivel calamidade, n'uma calamidade certa; se devem lembrar que a liberdade, a união e bom governo os abandona, e por largo tempo; que sacrificam o presente ao futuro, e que os

fructos que esperam colher desse futuro não passam de possibilidades, cujo calculo faz estremecer”.

Partilhámos completamente a opinião do distincto escriptor a quem devemos estas linhas; consideramos as revoluções como remedios extremos que devem ser empregados quando já não há salvação possível pelos meios pacificos. E ainda quando toda a nação fôsse unanime em querer certas e determinadas reformas; e estas reformas fôsem as proprias de que precisamos hoje, nem, por isso reputariamos uma revolução indispensavel.

Com effeito, qual seria o fim dessa revolução? — a mudança da forma de governo, á imitação do que acabam de fazer os Francezes, os Napolitanos e outros povos da Europa? Não vemos razão alguma para seguirmos o exemplo dado por estes povos. Em Napoles, em França, em Vienna, a nação já havia esgotado todos os meios pacificos para obter as reformas que julgava indispensaveis á sua prosperidade e encontrava todos os los invenciveis na vortade do governo que repellia qualquer progresso, e tornava a revolução necessaria.

Ora, por ventura estaremos nós nas mesmas situações, teremos tambem um obstáculo permanente, ou uma vontade systematica opposta á nossa prosperidade? Não; a nossa constituição é mui liberal, e admittê toda e qualquer modificação por meios legais. Verdade é que ella se acha hoje totalmente falsificada, mas essa aberração não foi parte de um monarcha que quizesse impôr ao paiz um syttema anti-liberal; e se actualment todos os poderes do estado se acham quasi absolvidos no poder executivo, não temos direito algum de criminalar por este facto nem a constituição nem o monarcha, mas a nós mesmos e a ignorancia dos nossos legisladores.

Por ora, não precisamos de revoluções nem de insurreições; o que nós é mister é investigar as causas dos nossos soffrimentos e as reformas que nos pôdem salvar, e propagarmos pela imprensa e pela palavra a solução deste importante problema. Quando houvermos preenchido esta tarefa; quando a opinião se achar esclarecida e se tiver manifestado claramente em favor de certas e determinadas reformas...

Para remover então será opportuno recorremos á força e appellarmos para a justiça de Deos na arena das revoluções.

E quaes serão, pois, as causas dos nossos soffrimentos? — São multiplas, como as chagas da nossa mal-fadada patria; como as diversas manifestações da actividade humana. Entretanto, todas ellas pôdem ser comprehendidas sôb uma denominação generica: — a *Falta de organização*.

Na esphera social ainda impera entre nós o *laissez faire, laissez passer*. O trabalho vai sendo depredado desapidadamente pelo capital por meio da mais escandalosa usura; o commercio se acha entregue a uma nação estrangeira que o monopolisa completamente; e o solo, pela mór parte, permanece inculto nas mãos da aristocracia territorial. A grande industria, esta ainda está para nascer, e por ora ainda o paiz lhe não offerece boas condições; as passo que a carreira das pequenas industrias se acha completamente obstruida, e os generos alimentares dão lugar a uma agiotagem escandalosa. Dahi resulta, como já temos demonstrado por varias vezes nas paginas desta revista, que a maior parte da nossa população vive n'um estado de dependencia que muito se parece com a antiga servidão, tendo como unico incentivo de trabalho o provimento necessario das precisões de cada dia; dahi resulta tambem que grande numero dos nossos patricios não tem em que se empregue para se manter a si e as suas familias, e vega na miseria, atirando-se com furor nas lutas politicas, com o fim de alcançar algum emprego de tenue rendimento; resulta, enfim, que as industrias mais lucrativas são a usura e agiotagem.

Nos precedentes numeros, já apontamos com o devido desenvolvimento algumas medidas que, no nosso entender, sarariam radicalmente essa lepra de pauperismo, e desenvolveriam o nosso progresso material; por isso hoje só dellas trataremos perfunctoriamente.

Assim, lembraremos o imposto territorial e o privilegio exclusivo aos nacionaes do commercio a retalho, que propozemos, com o fim de abrir aos nossos patricios pobres as portas do commercio e da agricultura que hoje se acham inteiramente fechadas para elles; lembraremos a demarcação das terras publicas, afim de limitar,

vender ou aforar as terras nacionaes que existem na zona de actividade do paiz; a abertura dos rios, melhoramento dos portos e construção de estradas que alarguem esta zona; a conservação das matas para assegurar-se a criação de desertos no interior e o progresso das secas que periodicamente devastam as provincias do Norte.

Lembraremos a intervenção do poder social no commercio dos generos alimentares de primeira necessidade, por exemplo: farinha, bacalháu, carne seca e carnes verdes; ou concedendo-se, mediante certas condições, o monopolio destes generos á companhias privilegiadas, como parece conveniente ácerca das carnes vendidas, ou pela criação de depositos, em que os donos dos generos serão obrigados a deposita-los, taxando-se o preço todas as semanas, como se pratica em varios paizes da Europa, ou, enfim, por monopolio directo.

Para prdteger o trábaho contra o capital, lembraremos o Banco Popular, que propozemos no nosso derradeiro numero; Armazens Publicos de depositos de todos os generos, onde serão vendidos mediante diminuta corretagem; Bancos de Depositos e Descontos, e em fim a revogação da desastrosa lei do juro convencional e a fixação de uma taxa de juros razoavel.

Para allivarmos o povo de pesados e vexatorios impostos, e fazermos que cada cidadão concorra para as despesas publicas em proporção dos seus haveres, lembraremos a substituição gradual da mór parte dos impostos indirectos por um imposto directo, e sobretudo, pelo imposto progressivo sobre os rendimentos e pelo imposto sobre as heranças; o primeiro dos quaes é o que mais corresponde ás exigencias da lei, e o segundo é o menos vexatorio, porque todos o pagam depois da morte.

Na esphera politica, os nossos males provêem igualmente, como já dissemos, da falta de organização. Os primeiros legisladores apenas esboçaram o nosso edificio politico; e os seus successores se contentaram, em construir e modificar successivamente as partes superiores, sem repararem que a edificio peccava pelas bases, e que lhe faltavam os alicerces. Com effeito, os alicerces do edificio politico, as garantias, não dependem de phrases mais ou menos liberaes, inseridas n um projecto

de lei ou nas paginas de uma constituição, é mister que haja uma força que as faça respeitar, e essa força não existe em paragem alguma do nosso imperio; não há manifestação alguma legal ou illegal que possa ser considerada como o thermometro real da opinião publica. A nossa constituição estabeleceu as bases de uma organização completa, mas semelhante organização nunca existiu senão nas partes superiores da administração; a acção legal, que o povo deve ter sobre o governo em todo o estado livre, nunca foi verdadeiramente regulada, e temos chegado a um ponto tal que essa acção tornou-se completamente nulla, e os cidadãos, incapazes dessa resistencia continua ao governo que é proprio dos estados livres, não tem outro recurso senão alistarem-se nas fileiras dos partidos politicos, e serem alternativamente perseguidores e perseguidos.

Todas as instituições esboçadas com o fim de servirem de alicerces á ordem politica e escudar a nação com uma força que a fizesse servir de lastro á não do estado, e de star-te permittisse o embate dos partidos politicos, todas estas instituições, dizemos nós, ou nunca passaram do esboço ou fôram immediatamente nullificadas, e a não do estado ficou á mercê dos furacões.

Onde existe, neste Brasil, esse poder municipal, condição essencial para a existencia de um povo civilizado; esse poder municipal que permittie que o povo tome parte na direcção dos negocios que lhe dizem respeito de mais perto, e aprenda a conhecer os seus direitos e deveres de cidadão? A respeito deste importante assumpto ouçamos o illustre autor da obra sobre as constituições dos povos livres:

"A communa, ou o governo de familia dos logares em que o homem nasceu, diz Sismonde, é a primeira associação que se deve apresentar á observação e afecções daquelles em quem as idéas sociaes não germinam senão com difficuldade. A communa não é um ente ideal ou phantastico, é a verdadeira patria, é aquella que vemos, que conhecemos em todos os seus pormenores, e aquella que cai de baixo de todos os nossos sentimentos. A communa é povoada de todas as nossas recordações, contém todos os objectos que nos

"A communa é a sociedade primitiva; ás mais das vezes é da agglomeração das communas que se formou a nação. Assim originariamente, a communa reunia em si todos os direitos da soberania; os três poderes — legislativo, executivo e judiciario, que actualmente se collocam em opposição, se exercêram simultaneamente em seu seio. Ha mui grandes vantagens ligadas á existencia das grandes nações. A independencia e o poder de que se acham revestidas nas suas relações com os outros povos é a primeira que se offerece á imaginação dos povos; mas ella não é a unica. O poder é igualmente necessario para as grandes-empresas destinadas a dominar as forças da natureza. E' sómente nas grandes capitães que a intelligencia pôde concentrar as suas forças e adquirir todo o desenvolvimento. Foi mister que a communa comprasse o seu quinhão neste poder nacional pelo sacrificio de grande parte da sua soberania individual: eis-aqui o que se chama centralisação. Mas, se muitas vantagens são inherentes á acção regular, uniforme, energica do governo central, muitas outras dependem da acção livre, espontanea, patriótica do governo municipal. Não se passa de um desses systemas ao outro sem se quebrarem muitos habitos que se tornaram charos a todos: então as saudades pelos bens que se abandona são sempre mais vivas do que o gozo dos beneficios que em cambio se adquirem; assim, o legislador prudente examina tudo o que existe em antes de cuidar no que deve existir; mas ainda que elle possa inclinar-se desigualmente para um ou outro systema, nunca deve abandonar inteiramente um ou outro. Assim, por exemplo: por maior que seja a tendencia que o proprio povo mostre pela centralisação, o legislador deve conservar ou restituir bastantes privilegios ás communas para que ellas possam um principio da vida, para que o cidadão seja despertado pelo seu interesse, para que se honre das funções que praticou para com ellas. O legislador nunca se deve esquecer de que a communa é a grande escola da sciencia social e do patriotismo; e de que a nação em que cada cidadão não tomou interesse algum nas cousas que se fazem em torno da sua morada, nunca encontrará a massa dos cidadãos bastante esclarecida para

"Quando o legislador permite ao povo (sob esta denominação não só comprehendemos, o homem que apenas possui o estrito necessario, como também aquelle cujo trabalho é largamente recompensado) tomar parte nos negocios da communha, quasi que pôde ficar certo de fixar a sua attenção, e faze-lo sair do egoismo, para chamar os seus pensamentos em pró da sociedade. Com effeito, todos os interesses se acham presentes, e ao mesmo tempo se acham tão approximados que em geral o homem menos esclarecido pôde comprehendê-los, e sentir a relação que existe entre elle e estes interesses. A mór parte das antigas communhas possuem bens administrados em communha e para a vantagem de todos. Por meio destes bens cada membro da communha participa da dignidade, dos sentimentos e dos conhecimentos dos proprietarios de terras; elle aprende a ter amor a este systema de protecção dos bens da terra, em cujas desvantagens talvez só teria reparado em razão de ser individuo pobre e desherdado. As comunhas tem pobres a manter. O proprio membro da communha que sente que também poderia ficar reduzido a reclamar a sua protecção, exalta o seu character ao participar deste beneficio social. Conhece os limites que convém prescrever a communha, as regras que deve seguir, a extensão dos fundos de que é possível dispôr. A communha tem obras publicas a executar; mercados, pontes, chafarizes, diques, caminhos cuja utilidade, conveniencia e despeza serão discutidas nos seus concelhos; cada qual, tomando parte nesta deliberação, vê que são as suas proprias vantagens que o legislador teve em mira no seu estabelecimento, e se mais para diante a communha tem taxas a estabelecer e a repartir, cada qual vê que é também pela sua propria vantagem que consagra uma parte da sua renda em proveito de todos. E finalmente, ás mais das vezes a communha tem a fazer ou sancionar eleições; nomêa magistrados e agentes, desde os seus camaristas até o guarda campestre, algumas vezes também até o seu parochio e o seu medico. E' uma occasião para o homem do povo, para o homem de trabalho, contemplar os que estão acima d'elle, apreciar os talentos e os caracteres daquelles que gyram n'outra esphera, conceder-lhes um favor em logar de

"h'os pedir incessantemente. Todas estas funcções do homem do povo, na communha, são para elle outras tantas occasiões de generalisar as suas idéas e interesses, e elevar-se por si ao pensamento social, costumarse a considerar o seu proprio bem como ligado ao bem de todos na ordem e na lei. Quasi todas estas funcções se classificam na divisão dos poderes executivos, e são ellas com effeito que o povo mais comprehende; primeiramente a sua attenção é fixada pelo objecto material, elle o conhece melhor, sente-o mais em relação com as suas occupações diarias, e é sómente por um maior esforço de espirito que mais para diante elle se eleva ás abstracções."

"A lei é uma abstracção, pois que ella considera "as acções e não os homens, as regras é não as cousas." Entretanto, o poder de fazer leis primitivamente devia pertencer ás communhas, assim como todos os poderes sociaes, e hoje mesmo este poder ainda entra mais ou menos nas suas attribuições.

"Quasi que não há paiz em que se lhe não tenha deixado algum poder regulamentar, e fôra bem funesto que não acontecesse assim. A participação na legislação é o que melhor ensina ao povo a discernir o arbitrario da influencia benefica do poder. Ao principio lhe parece que tudo é facil a quem tudo pôde ordenar; que se elle mesmo governasse faria que o indigente vivesse na abundancia, e curaria todos os males de que elle só conhece o soffrimento. E' sómente pela prática que elle vê que este remedio não está nas mãos do poder; concorrendo para a deliberação, é que elle reconhece que cada um procura realmente o bem de todos e o não descobre; vendo nascer as difficuldades, é que elle se resigna a soffrer as imperfeições da ordem social, e acaba por sentir amor pelas instituições em que tem uma parte, em lugar de lhes obedecer sómente por temor."

Este poder que a constituição devera collocar no mesmo nivel que o judiciario, o legislativo e o moderador, e que deve ser um complexo delles, não existe entre nós senão em nome.

As municipalidades só servem para apurar as chamas das facções politicas que dilaceram o paiz.

Que é da guarda nacional, este baluarte da ordem social, que, entre todos os povos livres, é tido como condição indispensável de um systema constitucional? — Também não existe; pois não podemos chamar guardas nacionais a essas companhias de milicias ou ordenanças que, sob o nome de guarda nacional, nem sequer podem nomear os seus officiaes, e só servem de instrumento as facções ou ao governo.

Que é do jury? Esta instituição tão nobre há sido truncada desde o começo. O jury em materia civil, decretado pelo artigo 151 da constituição, nunca foi posto em pratica; e o criminal há sido tão falsificado, que de antemão se sabe do resultado das decisões, e só serve para instrumento de impunidade e de vingança. Entretanto, em outra parte do nosso continente, a instituição do jury floresce, e mereceu as linhas seguintes de M. Tocqueville:

“O jury, diz elle, e sobre tudo o jury civil, serve para dar ao espirito de todos os cidadãos parte dos hábitos do espirito do juiz; e estes hábitos são precisamente os que mais preparam o povo a ser livre. Deram em todas as classes o respeito pela cousa julgada e a idéa do direito. Tirai estas duas cousas, e o amor da independencia já não será senão uma paixão destruidora. Elle ensina aos homens a pratica da equidade. Cada um, julgando o seu vizinho, pensa que também poderá ser julgado por elle; é isto uma verdade geral, sobretudo em materia civil; quasi que não existe ninguem que tema ser um dia o objecto de uma perseguição criminal, mas toda a gente pôde ter uma demanda.”

“O jury ensina a cada homem a não recuar ante a responsabilidade dos seus proprios actos, disposição viril, sem a qual não há virtude politica. O jury reveste cada cidadão com uma especie de magistratura; faz sentir a todos que elles teem deveres a cumprir para com a sociedade e que entram no seu governo: obrigando os homens a se occuparem de outra cousa que não dos seus proprios negocios, elle combate o egoismo individual, que é como a ferrugem das sociedades. O jury serve de um modo incrível a formar o juizo e a aumentar as luzes naturaes do povo. Na

“sidera-lo como uma escola gratuita e sempre aberta, onde cada jurado vai instruir-se dos seus direitos, onde entra em communicação diaria com os membros mais instruidos e mais esclarecidos das classes elevadas, onde as leis lhe são ensinadas de uma maneira pratica, e são postas ao alcance da sua intelligencia pelas esforços dos advogados, pelas opiniões do juiz e proprias paixões das partes. Tenho para mim que se deve principalmente attribuir a intelligencia pratica e o bom senso politico dos Americanos ao longo uso que elles teem feito do jury em materia civil. Não sei se o jury é util a aquelles que teem demandas, mas estou certo que é utilissimo a aquelles que o julgam; considero-o como um dos meios mais efficazes de que a sociedade se possa servir para a educação do povo.”

Outra instituição, a policia, que em todas as partes do mundo pertence ás municipalidades, e poderosamente concorre a elevar o caracter do cidadão aos seus proprios olhos, entre nós, essa instituição há sido attribuida á autoridade central, tornando-se destarte poderoso instrumento das facções.

Assim, organização municipal, guarda nacional e jury, estas tres bases das garantias de toda a especie, estes alicerces do edificio politico, não existem entre nós, ou se acham totalmente falsificadas; d'onde resulta necessariamente que todas as outras instituições são também falsificadas. A independencia do poder judiciario já não passa de uma ficção; o poder legislativo quasi que não existe, e vivemos á merce de um despotismo qualquer: o do monarcha ou o das facções. Do que acabamos de expôr vê-se claramente o remedio.

Consiste o remedio em tomarmos o nosso edificio politico pela base, e amparar-mo-lo com possantes alicerces. Primeiramente devemos organizar as municipalidades com extensas attribuições, proporcionando-lhes os meios pecuniarios para que ellas possam exercer essas attribuições, sendo a primeira de todas a policia dos respectivos municipios; reorganizar a guarda nacional, restaurando a eleição para os postos, e combinando esta eleição com a vitalidade de maneira a dar-lhe a estabilidade compativel com as nossas circumstancias; organizar

Isso feito, haverá na nação uma força real, — a da opinião publica, mui superior á que as facções possam apresentar, e então as prescripções das leis poderão ser executadas; então será opportuno reformar a nossa organização militar, diminuir o effectivo do exercito, creando-se batalhões de voluntarios, supprimindo-se o recrutamento, os castigos corporaes e as attuaes sinecuras, e dando-se garantias de accesso e reforma a aquelles que derramaram o sangue pela segurança e prosperidade da patria.

Então será opportuno organizar a instrução publica; reformar a nossa viciosa organização administrativa, e organizar o pais realmente o que hoje é impossivel por falta de bases fixas e força permanente que assegure a estabilidade das leis e a sua execução. Antes disso, todas as reformas não passarão de palliativos insignificantes, que apenas supprimirão certos inconvenientes, para crearem outros talvez peiores.

Recife, 20 de junho de 1848.

ANARCHIA SOCIAL

Il faut reconnaître que leur doctrine de la propriété peut aller loin; les mots d'oisifs et de travailleurs ont de la portée.

Un temp viendra ou l'on ne conviendra pas qu'il fut un ordre social dans lequel un homme comptait un million de revenu, tandis qu'un autre homme n'avait pas de quoi payer son diner. Un noble marquis et un gros propriétaire paraîtront des personages fabuleux, des êtres de raizon.

Chateaubriand.

Qualquer riqueza material supõe duas condições, é o producto de dous elementos combinados: — o *trabalho* e a *materia do trabalho*: O globo com a sua atmosphera é o grande e unico receptaculo da materia do trabalho. O globo, tomado como base de qualquer riqueza, é tambem uma riqueza, porque na qualidade de elemento essencial de toda a utilidade material é soberanamente util á humanidade; mas nem por isso deixa de ser comprehendido na lei commum a toda a realisação de riqueza, a qual exige absolutamente a accção util do homem sobre a materia, para que haja riqueza positiva.

Um dos dous elementos da riqueza, sem o outro, é, pois, nullo e como se não existira, quanto á existen-

cia da riqueza. O trabalho como *faculdade*, não basta ao homem para viver e enriquecer: é-lhe mister a posse de uma quantidade qualquer de materia, sobre que elle possa exercer a sua acção util. A materia do trabalho do homem, é igualmente incapaz de passar ao estado de riqueza para o homem. Até o gozo de um fructo selvagem exige que o homem *agite-se*, que estenda a mão para colhe-lo ou apanha-lo. Ora, esta acção é já trabalho. Assim, qualquer materia tem necessidade de ser appropriada pelo homem, e de soffrer a sua acção *util* para converter-se em riqueza.

Portanto, a actividade do homem não póde, simplesmente como *faculdade*, crear riqueza, se o individuo não possue a materia, como base e objecto do seu trabalho util.

Assim, a acção do homem, ao exercer-se sobre a materia, produz uma quantidade de riqueza. De qualquer quantidade de riqueza faz-se ordinariamente duas partes: uma que se destina ao consumo absoluto ou definitivo; outra que se destina a ser a condição exterior de nova produção de riqueza, a ser a materia de novo trabalho util. Esta parte é igualmente consumida; mas differe da primeira, porque se *reproduz* sôb a fórma nova de maior riqueza; dão-lhe o nome de *capital de produção*; a outra é o que se chama um *capital de consumo*.

Ora, resulta da organização actual da sociedade, que muitos homens não teem á sua disposição a materia do trabalho pelo mesmo titulo que outros, ou não a teem senão com a *permissão* dos seus semelhantes, e por consequencia pódem ser privados della totalmente.

Segue-se que a riqueza se não alcança, *igualmente*, e com as mesmas condições, por todos os homens; que muitos d'entre elles vivem na *completa dependência de outren*, quanto ao emprego do segundo elemento de toda a riqueza — a *materia do trabalho*, e que este elemento até lhes póde ser recusado e roubado a ponto de ocasionar a morte ou crueis privações.

Depois da miseria, o facto mais notavel, que resulta desta desigualdade radical e fundamental, é a necessidade a que se acham reduzidos aquelles que não possuem a materia do trabalho, de se collocarem na

completa dependencia daquelles que possuem essa segunda condição de toda a riqueza material. Não que elles se decidam de uma maneira reflectida a esta dependencia; mas porque são arrastados pela força das cousas economicas, immemorialmente estabelecidas. Nas terras em que a lei há sido substituida, sôb certas relações, ao capricho dos individuos, essa dependencia não é directa, no sentido de que os individuos que possuem a materia de trabalho possam tudo o que pretendam contra as pessoas que se acham privadas desta materia; mas, por ser indirecta semelhante dependencia, nem por isso deixa de ser real, posto que seja menos pesada, menos aviltante; e della dimanam, como de uma fonte, todas as desigualdades de bem-estar, de saber, de desenvolvimento moral, intellectual e physico que se observam nas mais adiantadas sociedades, em que está abolida a escravidão legal e directa.

A materia do trabalho, em quanto objecto de appropriação pelo homem, toma o nome de *propriedade*. O homem, ao appropriar-se da materia do trabalho sôb a sancção das leis positivas, chama-se *proprietario*. Todos os homens que, de feito não participam desta appropriação n'uma quantidade sufficiente, são *não proprietarios ou proletarios*.

Assim, para viverem, os não proprietarios são obrigados a se collocarem, directa ou indirectamente, ao serviço dos proprietarios, isto é, á sua dependencia. Esta dependencia manifesta-se de duas maneiras differentes, e estas são as unicas possiveis: ou os não proprietarios prestam o seu trabalho, isto é, submettem a sua actividade util, e por conseguinte a sua vontade, á disposição dos proprietarios, mediante o quinhão de uma parte das riquezas que estes possuem, ou das que realisarão com o concurso desta actividade; ou os proprietarios prestam a materia do trabalho aos não proprietarios, sôb a condição expressa e absoluta de que estes conservem á disposição dos primeiros o equivalente da materia emprestada, ou esta materia mesma augmentada de uma parte annual, das riquezas que se presume haverem sido creadas pelo trabalho util do tomador sobre esta materia emprestada.

Os não — proprietários podem emprestar o seu trabalho aos proprietários de varias maneiras. Ministram os seus desvellos a pessoa ou á familia dos proprietários pelas occupaões domesticas e *particulares*; neste caso são *criados*. Concorrem com elles, ou sôb as suas ordens, para a producção das riquezas agricolas manufactureiras e commerciaes; e então são *operários*; e a parte da riqueza que recebem se chama *salário*. Dirigem o trabalho, ou preenchem diversas funcções da ordem intellectual ou de vigilancia, que garantem a obra de producção, por conta do proprietario; e então, sôb a denominação de empregados, conseguem mais consideração e estabilidade nas suas funcções de que os operários, que trabalham por dia ou por semana; e a parte da riqueza que lhes cabe toma o nome de *ordenado ou vencimento*, e se paga por mez ou por anno.

Os proprietários tambem tem varios modos de emprestarem os seus instrumentos de producção aos não — proprietários. Uns emprestam a juro as suas fazendas agricolas, etc.; e então o tomador se chama *rendeiro*, e o juro que recebe o emprestador chama-se *arrendamento*. Outros emprestam as suas casas, etc.; e então o tomador é um locatario, se tem sômente por fim a habitação; é um *empreendedor*, se solicita, a locação com o intuito de nella empregar não — proprietários, e o juro que paga ao emprestador se denomina aluguel.

O beneficio que cabe aos empreendedores, depois de haverem pago o aluguel, o salario, e, em geral, as despesas de producção, toma o nome de *lucro*.

Outros emprestam, sôb a fórma de dinheiro, capitales de producção ou a materia do trabalho derivada para um uso indeterminado; e então o juro conserva pura e simplesmente o nome de juro, e o tomador é simples devedor.

Muitas distincções e classificações ainda teriamos a fazer para esgotar a analyse da constituição economica dos povos; mas todas ellas se resumem nestas grandes divisiões:

1: Proletários que emprestam, mediante certa paga, o seu trabalho, isto é, a sua actividade e vontade, aos proprietários.

2: Proprietários que emprestam a juro a materia aos proletários do trabalho.

Ora, tomar emprestado trabalho mediante juro, é emprestar a materia do trabalho a juro assim como tomar a juro a materia do trabalho é o mesmo que emprestar ambos os casos é, ou fazermos trábálar a outrem em nosso lugar, ou trabalharmos em lugar de outrem: o que é o ponto preciso onde se ata o nó gordio da economia politica do passado; nó fatal, que constitue, com a escravidão ou com a servidão mitigada, a mais flagrantemente immoralidade, segundo San-Paulo, que declara que aquelle que não quer trabalhar não tem direito de comer.

Assim, pois tudo se reduz a esta alternativa: *alugar o trabalho, ou alugar a materia do trabalho*: mas que differença entre estes dous modos de locação! aquelle que aluga o seu trabalho, começa a sua escravidão; aquelle que aluga a materia do trabalho constitue a sua liberdade. Com effeito, *o trabalho é o homem*: pelo contrario, a materia nada tem com o homem, e todavia substitue o trabalho do homem que a possui, pelo facto da lei humana, e lhe vale uma parte de riqueza produzida, como se elle houvesse empregado o seu trabalho na formação desta riqueza. Resulta immediatamente de semelhante estado de cousas que no grande acto da criação das riquezas, alguns homens substituem o trabalho de outrem ao seu, e *enriquecem sem trabalhar*. Basta-lhes a posse da materia do trabalho. Em consequencia desta substituição, o elemento *materia* que nada influe na criação da riqueza sem o outro elemento *trabalho* recebe a virtude magica de ser fecundo para elles, como se para isto houvessem concorrido, pelo seu proprio facto, com este indispensavel elemento.

Ora, este trabalho em lugar de outrem e em proveito de outrem é a fonte de todos os males, de todas as privações dos não — proprietários. Trabalhando dest'arte para outrem 15 e 18 horas cada dia, não lhes resta tempo para trabalharem para si; nem podem cultivar o espirito, nem desenvolver o corpo.

Suppondo-se que o trabalho quotidiano de um operário lhe proporcione (termo medio) 400 frs., por

anno, e que esta somma seja sufficiente a cada adulto para viver vida grosseira, todo o proprietario que tiver 2.000 frs. de renda, arrendamento, ou aluguel, obriga, pois, indirectamente cinco homens a trabalharem para elle; 100,000 francos, de renda representam o trabalho de 25 homens, e 1.000,000, de francos o trabalho de 2,500 individuos!

Este grande facto de emprestar a juro sôb tantas fórmas a materia do trabalho, revela assaz que os proprietarios receberam da lei dos homens o direito de usar e abusar, isto é, de fazerem o que querem da materia de qualquer trabalho, da fonte ou condição exterior de toda a riqueza, do trabalho de outrem mesmo, e das riquezas produzidas. Somente são sujeitos a algumas restricções, que em geral se convertem em vantagem collectiva de todos os proprietarios, como de transmittirem as seus filhos ou á sua familia a riqueza ou materia de trabalho que deixam depois da morte. Mas esta disposição mesma produz um grande mal, porque não se leva em conta a inapidão dos herdeiros em fazerem valer a natureza de propriedade que lhes toca pelo acaso do nascimento. Deve-se notar sobretudo que os proprietarios não são de sorte alguma obrigados pela lei a ministrar a *proposito e sempre* trabalho aos não — proprietarios, nem a pagar-lhes um salario sempre sufficiente, etc. Logo, liberdade plena quanto á natureza, quantidade, qualidade, oportunidade da producção, ao uso, consumo das riquezas e disposição da materia de qualquer trabalho. Cada qual tem liberdade de trocar o que é seu como melhor entender, sem outra consideração mais que o seu proprio interesse individual.

Esta faculdade absoluta de livre troca e de livre producção é o que constitue o estado de concorrência arbitraria ou do *laissez faire*.

Toda a gente comprehende os effeitos anti-sociaes e antieconomicos da concorrência. Os quadros que á cerca deste assumpto se teem desenhado há dez annos são conhecidos por todos aquelles que se occupam das questões da miseria e da associação. Mas poucos hão visto, ou se atreveram a confessar que este grande facto da concorrência não era senão um *effeito*, cuja

causa primaria era a appropriação individual e arbitria dos instrumentos do trabalho.

A concorrência nada mais exprime que a troca factiva, que tambem é a consequencia proxima e logica do direito individual de usar e abusar dos instrumentos de producção. Estes tres momentos economicos, que não fazem senão um, o *direito de usar e abusar, a liberdade de trocas e a concorrência arbitraria* arrastam ás consequencias seguintes: cada qual produz o que quer, como quer, quanto quer, onde quer; produz bem ou produz mal, de mais ou não bastante, demasiado cedo ou demasiado tarde, demasiado caro ou venderá, quando venderá; cada qual ignora se venderá, como venderá; e o mesmo acontece quanto ás compras. O productor ignora as necessidades e os recursos, as procura e as offerlas. Elle vende quando quer, quando pôde, onde quer, a quem quer, pelo preço que quer. E compra da mesma sorte.

Em tudo isto, é elle o ludibrio da sorte, do acaso, o escravo da lei do mais forte, do menos necessitado, do mais rico.

Cada um se determina segundo as suas conveniencias, e necessidades, e as dos outros. Nunca se trata das exigencias da justiça; nenhum laço, nenhuma solidariedade, nenhum accôrdo obrigado entre os productores, distribuidores e consumidores; nem entre aquelles que offerecem o seu trabalho e aquelles que possuem a materia do trabalho: é quem mais se aproveitar da miseria de outrem. Especula-se sobre as necessidades, sobre os gostos, sobre as modas, sobre os logares: os preços de todas as cousas são tão diversos quantas são as latitudes e villas. Os individuos são punidos por terem nascido ou por habitarem antes neste do que naquelle lugar. Entretanto, poderão elles fazer á associação que não são culpados disso.

Ao passo que reina escacez de uma riqueza n'um ponto, no outro dá-se superabundancia e desperdicio.

Ao passo que um productor vende muito e por alto preço, e com beneficio enorme, outro não vende nada, ou vende com prejuizo. Em toda

guerra é cahos. A offerta ignora a procura, e a procura ignora a offerta. Se produzis fiado em gosto, em uma moda que se manifesta no dominio dos consumidores, quando ides offerecer a mercadoria, a moda já tem passado e se há fixado n'outro genero de producto.

A roda da fortuna vive n'um movimento continuo, e a cada gyro que dá esmaga, machuca os concorrentes, abre brechas na propriedade; e todavia, não apparece uma instituição em paragem alguma que estanque o sangue, feche e sare a chaga.

Dahi, pois, como consequencias *infalliveis*, permanencia e a universalisação das bancarotas; as fraudes as ruinas subitas e as fortunas improvisadas; as crises commerciaes, a falta de trabalho, os empachamentos ou a escacez periodicas; a instabilidade e o aviltamento dos salarios e dos lucros; ahi desperdicio, lá enorme profusão de riquezas, tempo e esforços lançados na arena de uma concurrencia desenfreada.

Os proprios proprietários são expostos ás mais desastrosas vicissitudes: a cada instante pôdem ser precipitados lá das altas regiões em que o luxo e superfluo se fixaram, cá no fundo, cheio de lama e de andrajos, em que jaz a miseria. Esta decadencia é incessante na esphera delles: o *infortunio* abrange sempre a uns, se não a todos; e isto *pela força das cousas consuetudas*, porque, como não estão certos de vender, ou de vender por preço conveniente, não estão certos não só de tirar juros dos seus capitães, mas até de conservar-lhes a integridade primitiva.

Eis-ahi uma consequencia proxima da troca arbitrária e da ausencia de toda a solidariedade nas boas e más probabilidades da producção e da concurrencia.

Mas os desastres e os reveses são frequentes e funestos, sobretudo na industria, na propriedade móvel. Ahi é raro que as fortunas se consolidem por mais de tres gerações na mesma familia.

Mas basta: este facto deve illuminar a vista dos proprietarios e permite-lhes orientar-se na investigação do seu interesse bem entendido. Quanto aos proletarios, o caracter *homicida* da constituição das cousas economicas lhes é assaz demonstrado pelas agonias e privações de toda a especie que os cercam e os torturam desde os seus primeiros passos na vida.

A pretexto de dar meios de subsistência aos pobres que não deveriam existir, o luxo empobrece tudo: é mais cedo ou mais tarde despojo ao Estado. E quanto mais o luxo e o superfluo vão augmentando para os privilegiados, tanto mais a miseria e as privações são extremas para a multidão desherdada. Vêde, por exemplo, a Europa dos nossos dias! Em todos os paizes, quanto mais a cabeça se doira e respandece, tanto mais os pés se enterram na lama e se empórcalham: esta constituição economica condemna certos homens a profissões tão abjectas, a uma degradação tão amarga que, em comparação á selvajaria, se apresenta como uma condição de rei. Quem acreditará este facto para o futuro! e quem o teria acreditado entre os povos das civilisações primitivas e patriarchaes! Entre nós, a dignidade humana se acha tão aviltada, que cadaveres vivos que se chamam *farrapeiros*, saem quotidianamente dos seus tumulos nas horas mortas da noite, e munidos de uma lanterna, de um anzol, e de uma alcofa, vão revolver e cavar os montões de immundices das nossas ricas e soberbas cidades, em busca de andrajos! E tanta ignominia para prover as mais palpitantes necessidades de uma vida moribunda! Quantas aberrações e iniquidades não foi mister que se accumulassem antes de descer a semelhante enormidade! (1)

Não é sómente a propriedade dos instrumentos do trabalho que se transmite de individuo a individuo, ou de familia a familia, é também o direito de usar e de abusar dos povos e das nações; a este respeito apontaremos um exemplo: el-rei da Hollanda acaba de transmittir por direito de herança, a um dos seus filhos, o seu direito de propriedade arbitrária e absoluta sobre toda a nação neerlandeza. A propriedade é uma realza, assim como a realza uma propriedade: por conseguinte, existe o mesmo systema de appropriação para o solo, para o gado e os outros *capitães*; e para os povos.

(1) — Não é sómente a terra, a industria, que dest'arte se acham entregues á anarchia, ao isolamento, á insolidariedade, á impotencia, e também a sciencia e as boas artes. O mesmo desperdicio, a mesma confusão, a mesma incerteza, a mesma desigualdade, a mesma instabilidade reinam nesta esphera da riqueza e do trabalho *immateriaes*.

Se reflectirmos nisto, veremos que o direito hereditario, legado ás dynastias e ás aristocracias feudaes, de usarem e abusarem dos seus *povos e subditos*, gera no mundo politico a mesma serie de males que o direito *sagrado* de propriedade material gera no mundo economico.

A aquelles que se não aperceberem da luz que tor-na patentés as raizes de toda a desigualdade, de toda a miseria, de toda a escravidão, de toda a instabilidade de nas fortunas e nas posições, a esses faremos estas simples perguntas:— Serão miseraveis os operarios, os proletarios em geral, porque não são proprietarios? Serão ignorantes, dependentes, grosseiros ou incultos, mentos, ou de exercerem uma acção util, em *unico* *pro*-to de produção, ou porque não tem, á maneira dos proprietarios, a faculdade de dispor de instrumentos, ou de exercerem uma acção util, em *unico* *pro*-veito *seu*, sobre a materia *commun* do trabalho, destinada por Deos á humanidade inteira? Serão elles obrigados a trabalhar doze, quinze e dezoito horas por dia, afim de obterem os meios de subsistencia para si e suas familias, *por mais numerosas que sejam*, ao passo que outros vivem no superfluo sem nunca trabalharem, nem elles nem suas familias; e esta differença provém de que a familia proletaria é excluida do livre gozo dos instrumentos da produção; ao passo que a familia proprietaria monopolisa a parte de materia do trabalho, correspondente ás riquezas que consome.

Obterá o pai de familia com o seu trabalho um salario proporcionado ao numero de filhos que deve educar e manter, e se do seu trabalho elle não tirar mais do que um celibatario tira do seu, poderão os seus filhos mal educados escapar de uma miseria proporcional ao seu numero?

Serão os proprietarios ricos, illustrados, cultivados, polidos, sadios, alegres e dispostos, felizes, emfim, relativamente, porque elles dispõem da materia do trabalho ou das condições exteriores de toda a utilidade, de toda a commodidade; porque tem rendas, isto é, porque uma multidão dos seus semelhantes são arrastados forçosamente por esta constituição economica a traba-

lharem em proveito delles? As pessoas que sem trabalharem vivem na opulencia ou são arremediadas; serão óciosas porque são proprietarios ou porque são proletarios?

Aquelles que nascem sôb as agoas-furtadas de um proletario, serão, quanto ao seu desenvolvimento e liberdade futura, tão infallivelmente destinados aos gaudios deste mundo como aquelles que nascem n'um palacio, ou no seio de uma familia de proprietarios territoriaes?

Estarão os ricos na côrte, no fóro, nos tribunaes, no commercio ou nas grandes administrações; serão reis, ministros, eleitores, deputados, pares, marechaes e officiaes, fidalgos e conselheiros de estado, prefeitos, etc.; tem elles o poder, as honras e os prazeres, porque possuem propriedade ou ainda que as tenham. Onde está o braço que trabalha, a vontade que obedece, a carne que soffre? Quem são os soldados e os trabalhadores? os operarios da paz e os da guerra? Serão os proprietarios, serão proletarios?

Emfim, na realidade, serão os proletarios livres á maneira dos proprietarios? Serão seus iguaes, serão seus irmãos? Ora, daqui estou ouvindo, no intimo da consciencia dos meus contradictores, a irresistivel e *implacavel* evidencia que lhes arranca este grito:— *Sim, sim!* a miseria, a ignorancia, a servidão e o seu lamentavel sequito, são os effeitos necessarios e immediatos da *privação da propriedade!* Basta-nos isto: porque quanto a sabermos se existem meios proprios a permittirem a ascensão de todos ao igual uso da materia do trabalho, é outra questão; por agora, eu paro neste ponto; a *causa do mal é esta e só esta*.

Não se pôde negar que hoje neste mundo existem galés e cadeias; taxas de pobres, salões de asylo e estabelecimentos de caridade: os suicidios e os infanticidios, a *Morgue* (lugar onde, em Paris, se costuma expôr os cadaveres achados) e as rodas de engeitados, tão pouco são desconhecidos; o celibato dos homens e das mulheres, tambem é um pouco geral; e a prostituição das filhas do povo, a prostituição do canuto, do operario, a prostituição da carne não — proprietaria, sob todas as fórmás, é tambem notório.

Há igualmente meninos que empalidecem e se marcam nas manufacturas dos proprietarios; e, além disto, entre os proprietarios dão-se habitos de superioridade e tyrannia, de soberba e mando, de orgulho e desprezo, de aspezeza e insolencia para com os proletarios: entre os proletarios dão-se habitos de humildade, de hypocrisia, de mentira, de adulação, de admiração estúpida para com os ricos; há abjectos servidores que se chamam *lacaia*; há proletarios que vão morrer em lugar dos ricos em cambio de alguns mil francos; há

.....o *Inferno na terra!*

Ora, ainda pergunto aos optimistas, se os terrores e as imperiosas suggestões da miseria; se a cegueira e as fatalidades da ignorancia; se a abjecção que nasce do servilismo; se as decepções cruéis da instabilidade das fortunas; se a perspectiva de um trabalhar sempre ingrato e esteril; se o desespero de um infortunio sem termo, deixam de ter influencia sobre a existencia e *prosperidade* das galés; sobre a serie de attentados e abominações que acabamos de enumerar!

~ E se elles responderem *sim*, deixa-los-hei tirar a conclusão pratica: se disserem *não*, mentem.

Em ultima analyse, as causas occasionaes do permanente cataclysmo da sociedade humana residem todas nas disposições economicas seguitas, que todos os povos tem consagrado:

- 1: O direito reconhecido aos individuos e ás familias de se appropriarem, isolada, exclusiva e parcialmente, os instrumentos de produção, as fontes da riqueza nacional, as condições materiaes da existencia e do bem-estar colectivo, e como consequencia deste direito;
- 2: A produção, a circulação e a troca facultativas e arbitrarias, ou a *liberdade do commercio*, a *libre concurrence*, o *direito de abusar da terra e dos seus fructos*, sem condição de utilidade, justiça e aptidão;
- 3: O *empresismo a juizo* sôb todas as suas fórmulas, ou a *virtude productora* da materia sôb o nome de *capital*;
- 4: O direito de transmitir e alienar os instrumentos de trabalho, segundo convém;

5: O direito de herança pelo sangue, sem condição de conveniencia social ou de habilidade para empregar as riquezas herdadas; isto é, a *hereditariedade* cega e fatal da pobreza e da fortuna por direito de nascimento;

6: A insolidariedade absoluta dos individuos e das familias, no seu destino e meios de subsistencia.

Quaesquer que sejam a igualdade de partilha e as combinações no ponto de partida de um povo; quaesquer que sejam as restricções assignadas ao direito de usar e abusar da sua propriedade; quaesquer que sejam mesmo a moralidade, actividade e habilidade dos individuos, sempre esta sextupla licença, combinada com os eventos da ordem natural, com as vicissitudes de força maior, com os caprichos da moda, a incerteza das produções e dos recursos, e a cegueira obrigada da produção; sempre essas disposições economicas, fundamenteaes, serão sufficientes e demais, para causarem *eternamente* perturbação, confusão, anarchia, miseria, privações cruéis, males infindos na terra; para estabelecerem uma desigualdade, uma dependencia verdadeiramente impias entre todas as classes, todas as familias, todos os individuos; e para fazerem da mais adiantada nação uma sociedade barbara e cruel!

Indagam-se as causas da miseria e da immoralidade! Eis-ahi a mais profunda e mais geral. Falla-se do valle de lagrimas! Ei-lo cavado e aprofundado pelo facto unico da propriedade mal entendida.

A appropriação individual, absoluta e arbitraria, é mãe da concurrenceia; a concurrenceia é mãe da desigualdade, da pobreza, da miseria. A pobreza, a desigualdade são mães da anarchia, do crime e da baixaza, da inveja, de odio e da servidão; da preguiça, da mandriannice. E a anarchia, a preguiça, os crimes, etc., tambem são causa de maior miseria.

Homens de boa vontade, homens de paz, de justiça e de *liberdade*, vós bem estais vendo! eu disse a verdade, e a verdade é terrivel. Assim, pela palavra, pelas instituições e pela persuuação, por todos os meios da ordem pacifica, fazei a guerra santa a este prejuizo que causa tantos males aos vossos irmãos!...

O quadro que acabamos de esboçar é verdadeiro em todas as sociedades passadas e presentes, nos seus traços principaes.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

- ABREU E LIMA, José Inácio. **O Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Col. Pensamento Crítico, 29)
- ANDRADE, Manoel Correia. **Escravidão e trabalho “livre” no Nordeste açucareiro**. Recife: ASA Pernambuco. 1. Ed., 1985. (Coleção Nordeste em evidência)
- ALVES, Gilberto Luiz. **O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836**, Ibitinga: SP: Humanidades, 1993.
- _____. **Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864**. Campo Grande/MS: Imprensa Universitária, 1984.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora USP, 1982.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Brasília: INL: Editora UnB, 1985.
- BACON, Francis. **Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARRETO, Vicente. **Antonio Pedro de Figueiredo: uma revisão crítica**. São Paulo. In: **Revista Brasileira de Filosofia**, vol. XXIV, fasc. 96, out/nov/dez, 1974.
- _____. **Ideologia e Política no Pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BARRIGUELLI, José Cláudio. **Notas sobre a (contra) revolução**. São Carlos: UFSCar. Mimeo, 1987.
- BENEVIDES, Paulo e VIEIRA, Roberto A Amaral. **Textos Políticos da História do Brasil**. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFCe, s.d. (Biblioteca de Cultura Série A- Documentário)
- BOTO, Carlota. **A Escola do Homem Novo: Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora UNESP, 1996
- CALDEIRA, Jorge. **A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- CHACON, Vamirech. **História das Idéias Socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1965. (Retratos do Brasil, v.37)
- CARNEIRO, Edison. **A Insurreição Praieira**. Rio de Janeiro: Conquista, 1960. (Coleção Temas Brasileiros. V. 3.)

- CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem e Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Relume Dumará, 1996.
- CONDORCET. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- DAVATZ, Thomas. **Memória de um colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Itatiaia: Editora USP, 1980 (Coleção Reconquista do Brasil)
- DEBRET, Jean Batiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. São Paulo: Martius: Editora da USP, I, II Tomos, 1972.
- DESCARTES, R. **Discurso do Método - As Paixões da Alma**. Lisboa: Sá da Costa, 1984.
- DIDEROT, D. & D'Alambert, J. **Enciclopédia ou dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios. Por uma sociedade de letrados**. São Paulo: Editora UNESP, 1989.
- DIAS, Augusto da Costa. **A Crise da Consciência Pequeno-Burguesa: o nacionalismo literário da geração de 90**. Lisboa: Portugalia. s.d.
- EISENBERG, P. L. **Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séc. XVIII e XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- ÉSQUILO. **Prometeu Agrilhado**. Lisboa: Edições 70, 1992.
- FERNANDES, Aníbal. **Idéias Francesas em Pernambuco na Primeira Metade do Século XIX**. Recife: Imprensa Oficial, 1957 (Coleção Concórdia)
- FIALHO, Anfriso. **História da Fundação da República no Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 1983.
- FIGUEIRA, Fani Godfarb. **Notas Provisórias de Leitura: Francis Bacon**. Livro I. s.d.. e local.
- FIGUEIRA, Pedro de A. A educação de um ponto de vista histórico. In: **Intermeio**. Campo Grande: UFMS, 1995.
- _____ **Considerações históricas acerca da racionalidade científica**. São Carlos/SP. mimeografado.
- _____ **Historiografia Brasileira 1900-1930. (Análise Crítica)**. Assis, 1973. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- _____ **Um Engenheiro Francês no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- _____ **O "Velho Félix" e suas memórias de um Cavalcanti**. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1989.
- FRIEIRO, Eduardo. **O Diabo na Livraria do Cônego**. Belo Horizonte: Itatiaia: EDUSP, 1981.

- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- GONÇALVES, Vera Teresa V. **O Artifício do Natural: ensaio sobre a naturalização do histórico nas teorias pedagógicas contemporâneas**. São Carlos, 1986. Dissertação. (Mestrado em educação). Universidade Federal de São Carlos.
- GRAHAN, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- GUIZOT, François P. **História da civilização na Europa**. 2. ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria . Pereira e Livraria Editora e Officinas Typographica e de Encadernação, 1907, Tomo 2.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. **João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador**. São Paulo: Ática, 1977 (Ensaio, 31)
- LARA, Tiago Adão. **As raízes cristãs do pensamento de Antonio Pedro de Figueiredo**. Rio de Janeiro: 1976. Dissertação. (Mestrado em Filosofia). Pontífice Universidade Católica.
- LAS CASAS, Bartolomé de. **O Paraíso Destruido: brevíssima relação da destruição das Índias**. Porto Alegre: L& PM, 1985 (Série Visão dos Vencidos)
- LASKI, Harold J. **O Liberalismo Europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LEONEL, Zélia. **Contribuição à história da escola pública (Elementos para a crítica da teoria liberal da educação)**. Campinas, 1994 Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas.
- LIMA, Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. 3. ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Antologia do Correio Braziliense**. Brasília: Cátedra: INL/MEC, 1977.
- LISBOA, João Francisco. **Jornal de Tímon**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOMBARDI, José Claudinei. **Marxismo e história da educação: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente**. Campinas, 1993. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas.
- MACEDO, Ubiratan Borges de. **A liberdade no império: o pensamento sobre a liberdade no império brasileiro**. São Paulo: Convívio, 1977.
- MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MARINHO, Joaquim Saldanha. **O Rei e o Partido Liberal**. São Paulo: Semente, 1981.
- MARSON, Izabel Andrade. **Posições políticas na imprensa pernambucana: 1842-1849**. São Paulo,

1974, Dissertação. Mestrado em Ciências (História). Universidade de São Paulo.

O Império do Progresso: Praieiros e Guabirus em Pernambuco, 1842-1855. São Paulo. Tese. (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

MARX, K. **O Capital.** L. 1 e 2. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

MARX, K. & ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Alfa-Omega, Livro I.

A Ideologia Alemã (Feuerbach). 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MASON, I. F. **História da Ciência.** Porto Alegre: Globo, 1962.

MELO, Jerônimo M. Figueira de. **Crônica da Rebelião Praieira.: 1848-1849.** Brasília: Senado, 1978.

MELLO, Affonso D'Albuquerque. **A Liberdade no Brasil.** Recife: FUNDAJ: Massangana, 1989. Brasília: Senado Federal, 1978.

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil.** Rio de Janeiro: SAGA, 1965.

MONTENEGRO, Olívio. **Memórias do Ginásio Pernambucano.** Recife: Imprensa Oficial, 1943.

MOREIRA, Aloísio Franco. **As idéias políticas e outras idéias de dois quarant - huitards pernambucanos: Abreu e Lima e Antonio Pedro de Figueiredo.** Recife, 1986. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo.** Recife: FUNDEJ: Massangana, 1988.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. **As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (Col. Estudos Brasileiros)

NOVAIS, Fernando A. & MOTA, Carlos Guilherme. **A Independência Política no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

NUNES MACHADO. **Discursos Parlamentares.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, (Perfis Parlamentares, 3)

OLIVEIRA VIANA. **O Ocaso do Império.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

PAIM, Antonio. **O Ecletismo de Antonio Pedro de Figueiredo.** São Paulo. In: **Revista Brasileira de Filosofia.** vol. XVI, fasc. 61, jan/fev/mar, 1966.

PINTO DE AGUIAR. **A Abertura dos Portos no Brasil.** Salvador: Progresso, 1960. (Coleção de de Estudos Brasileiros- Série Marajoara)

QUINTAS, Amaro. **O Sentido Social da Revolução Praieira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 (Retratos do Brasil, 55)

- REZENDE, Antonio P. **A Revolução Praieira**. São Paulo: Ática, 1995.
- RODRIGUES, José Carlos. **Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da USP, 1986.
- ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, Tomo 2, 1960.
- SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada: o Partido Republicano Paulista e a Política de Mão-de-Obra (1870-1889)**. São Paulo: HUCITEC: INL: FNPró Memória, 1986.
- SANTOS, Mario de A. **Nascimento Feitosa e a revolução de 1848**. Recife: Ed. Universitária: UFPE, 1978.
- SCHELBAUER, Anaete Regina. **"Idéias que não se realizam. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914"**. Maringá, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Fundamentos da Educação. Universidade Estadual de Maringá.
- SCANTIMBURGO, João de. **O Brasil e a Revolução Francesa**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- SÉRGIO, Antonio ou Anhório. **Ensaio. Ciência e Educação (sobre a pedagogia quantitativa da vulgarização do conhecimento)**3. ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980. T.1.
- SILVA, José Bonifácio de Andrade e. **Projetos para o Brasil**. org. Miriam Dolnikoff. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
-
- Apontamentos para a civilização dos índios bravos do império do do Brasil. In: **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Maria B. Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia: Idade d'OURO do BRASIL**. São Paulo: CULTRIX: INL/MEC, 1978. (Coleção Brasil através dos Textos, v.1)
- SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil:1500/1820**. São Paulo: Nacional: Brasília: INL, 1977.
- SPINDEL, Cheywa R. **Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios**. Rio de Janeiro: Tipografia. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 860.
- SUZANNET, Conde **O Brasil em 1845**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1957.
- TAVARES DE LYRA. **Instituições Políticas do Império**. Brasília: Senado Federal, 1978.
- TEIXEIRA, Anísio. Como devemos encarar o problema brasileiro de educação. In: **Educação para a democracia**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Recuerdos de la revolucion de 1848**. Madrid: Nacional, 1992.

O Antigo Regime e a Revolução. São Paulo: Hucitec, 1989.

TORRES, João C. Oliveira. **Os Construtores do Império**. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1968. (Brasiliana, 340)

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. **Manifesto Político e Exposição de Princípios**. Brasília: Editora UnB, 1978.

VAUTHIER, Luís Léger. **Diário íntimo do engenheiro Vauthier: 1840-1846**. Rio de Janeiro: SG/MÊS, 1940.

VERGUEIRO, Nicolau P. de Campos **História Fábrica de Ipanema e Defesa Perante o Senado**. Brasília: Senado Federal, 1977.

WERNET, Augustin. **Sociedades Políticas (1831-1832)**. São Paulo: CULTRIX, 1978. (Coleção Brasil Através dos Textos, v. 2)

WRIGTH, Antonia F P de Almeida. **Desafio Americano à Preponderância Britânica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANDRADE, Manuel Correia de. e Fernandes, Eliane Moura.org. **O Nordeste Brasileiro e a Revolução Francesa**. Recife: FUNDEJ: Massangana, 1992.
- ARARIPE, Tristão de Alencar e LEAL Aureliano. **O Golpe Parlamentar da Maioridade**. Brasília: Senado Federal, 1978.
- ARAÚJO, José Thomás Nabuco de. **O Centro Liberal**. Brasília: Senado Federal, 1979 (Col. Bernardo Pereira de Vasconcellos, v. 21)
- BRITO, José Gabriel de Lemos. **Pontos de partida para a história econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: INL/MEC, 1980 (Brasiliana, v. 155)
- CANECA, Joaquim do Amor Divino. **O Typhis Pernambucano**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1984.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARREIRA, Liberato de Castro. **História Financeira e Orçamentária do Império**, Tomo I e II, Brasília: Senado Federal, 1980.
- COSTA PORTO. **Os Tempos da Praia**. Recife: SEC: FCCR, 1981.
- FILHO, Gisálio Cerqueira. **As Influências das Idéias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro, 1890-1922**. São Paulo: Edições Loyola, 1978.
- FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____ e João Fragoso. **O Arcaísmo Como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
- LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana, 1988.
- _____ **Pernambuco 1824: a Confederação do Equador**. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana, 1989. (Série República, 2)
- LOPES GAMA, M. S. **O Carapuceiro: O Padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco, 1840-1845, Índice da Edição Autônoma**. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1995.
- LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979. (Col. Ensaio e Memória, 21)
- LYRA, Tavares de. **Instituições Políticas do Império**. Brasília: Senado Federal, 1978.

- MELO, Urbano Sabino de. **Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco**. Brasília: Senado, 1978.
- MONTEIRO, Tobias. **História do Império: o primeiro reinado**. 2. v. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo, 1982. (Reconquista do Brasil, 41-42)
- MOTA, Carlos Guilherme. **Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1989.
- PAIM, Antonio. **Plataforma Política do Positivismo Ilustrado**. Org. Brasília: Editora UnB, 1981.
- PONTES, Felisberto C B. **Economia Açucareira do Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: MIC s.d. (Col. Canavieira, 21).
- RIZZINI, Carlos **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil- 1500-1822**. ed. Fac-Similar. São Paulo: , Imprensa Oficial, 1988.
- SALDANHA, Natividade. **Da Confederação do Equador à Grã- Colômbia**. Brasília: Senado: Centro Gráfico, 1978.
- SILBERT, Albert. **Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1981.
- SMITH, Roberto. **Propriedade da Terra & Transição: estudo da formação da propriedade privada Da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense,: MCT/CNPq, 1990.
- TOBIAS, José Antonio. **História das Idéias no Brasil**. São Paulo: EPU, 1987.
- VARNHAGEN. **História da Independência do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.
- VERGARA, Francisco. **Introdução aos Fundamentos Filosóficos do Liberalismo**. São Paulo: Nobel, 1995.

JORNAIS E PERIÓDICOS

- O PROGRESSO* - revista social, literária e científica. org. Amaro Quintas. Recife: Imprensa Oficial, 1950.
- A Idade d'OURO no BRASIL*. A primeira gazeta da Bahia. org. Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Cultrix: MEC, 1978.
- O CARAPUCEIRO: Padre Lopes Gama: 1832-1842. Edição fac-similar do jornal do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. Prefeitura da Cidade do Recife- Secretaria de Educação e Cultura: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.